

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
LUCIANE LEOPOLDO BELIN



“MENINAS, VIM DEIXAR MEU RELATO”: REDES SOCIAIS DE APOIO,
CONTRAPÚBLICOS DIGITAIS E CONVERSÇÕES SOBRE DIREITOS SEXUAIS E
REPRODUTIVOS EM GRUPOS DE MULHERES

CURITIBA

2023

LUCIANE LEOPOLDO BELIN

“MENINAS, VIM DEIXAR MEU RELATO”: REDES SOCIAIS DE APOIO,
CONTRAPÚBLICOS DIGITAIS E CONVERSÇÕES SOBRE DIREITOS SEXUAIS E
REPRODUTIVOS EM GRUPOS DE MULHERES

Tese apresentada à banca de defesa no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design (SACOD), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), como requisito para obtenção do título de Doutora em Comunicação, na linha de pesquisa em Comunicação e Política.

Orientadora: Prof^ª Dra. Carla Rizzotto.

CURITIBA

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA DE ARTES COMUNICAÇÃO E DESIGN - CABRAL

- B431 Belin, Luciane Leopoldo
“Meninas, vim deixar meu relato”: redes sociais de apoio,
contrapúblicos digitais e conversações sobre direitos sexuais e
reprodutivos em grupos de mulheres. / Luciane Leopoldo Belin. – 2023.
1 recurso online : PDF

Orientadora: Profª. Dra. Carla Rizzotto
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes,
Comunicação e Design, Programa de Pós-graduação em Comunicação.
Inclui referências.

1. Comunicação. 2. Esfera pública. 3. Redes de apoio. 4. Direitos
sexuais e reprodutivos. I. Rizzotto, Carla. II. Universidade Federal do
Paraná. Setor de Artes Comunicação e Design. Programa de Pós-
graduação em Comunicação. III. Título.

CDD: 302.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE ARTES COMUNICAÇÃO E DESIGN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO -
40001016071P8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **LUCIANE LEOPOLDO BELIN** intitulada: **"MENINAS, VIM DEIXAR MEU RELATO": REDES SOCIAIS DE APOIO, CONTRAPÚBLICOS DIGITAIS E CONVERSÇÕES SOBRE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS EM GRUPOS DE MULHERES**, sob orientação da Profa. Dra. CARLA CANDIDA RIZZOTTO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 16 de Junho de 2023.

Assinatura Eletrônica
26/06/2023 09:29:19.0
CARLA CANDIDA RIZZOTTO
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
26/06/2023 15:33:39.0
KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
26/06/2023 09:33:08.0
VALERIA FERNANDEZ HASAN
Avaliador Externo (UNIVERSIDAD NACIONAL DE CUYO)

Assinatura Eletrônica
26/06/2023 09:15:47.0
FLÁVIA MILLENA BIROLI TOKARSKI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

*No fundo, no fundo, esta tese é sobre amizade entre mulheres.
Às minhas, dedico cada linha escrita nestas páginas.*

AGRADECIMENTOS

Durante quatro anos, venho me sentindo grata e emocionada. Grata pela oportunidade de escrever sobre mulheres e suas dores, suas amizades. Grata a cada pessoa que contribuiu, de alguma forma, para que essa ideia se concretizasse.

À minha orientadora, professora, colega de pesquisa, amiga e inspiração, professora Carla Rizzotto, por cada conversa iluminadora, cada direcionamento, pelo olhar sempre pragmático e compreensivo. Como foi bonito compartilhar essa trajetória toda com você! À professora e amiga Kelly Prudencio, agradecer pelas contribuições à tese nem sequer começa a dar conta de tudo. A você devo toda a minha caminhada acadêmica. Você transformou minha vida, Kelly, obrigada, obrigada, obrigada! À professora Valeria Hasan, pelo olhar atento e acolhedor, e pela recepção carinhosa durante meu período de estágio doutoral em Mendoza. À professora Rayza Sarmiento, pela leitura cuidadosa e pelas contribuições sempre muito gentis que acompanharam a tese desde seus primeiros passos. À professora Flávia Biroli, pela participação na banca de avaliação deste trabalho e pelas contribuições valiosas.

À Universidade Federal do Paraná, minha casa, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e às queridas e aos queridos professores; à coordenação e secretaria, pelo apoio em todos os processos, do comitê de ética ao doutorado-sanduíche. À primeira turma de doutorado em comunicação pela UFPR, que orgulho fazer parte disso. Ao grupo de pesquisa em Comunicação e Participação Política, o Compa, pelas contribuições, pelas parcerias e pelos bares e eventos compartilhados. À Capes, essa instituição que parecia cada vez mais ‘xoxa capenga manca anêmica frágil e inconsistente’, mas que resistiu diante dos ataques e do sucateamento pelos quais passou todos os dias durante os quatro anos em que esta tese foi sendo construída. A mesma instituição que financiou minha pesquisa com bolsa de demanda social nos dois primeiros anos e, depois, nos quatro meses de doutorado-sanduíche na Argentina, para que eu pudesse pesquisar direitos sexuais e reprodutivos com perspectiva progressista em um país que havia acabado de descriminalizar o aborto, em pleno governo conservador antidireitos no Brasil. Sou grata até mesmo por essas ironias do destino.

Às mulheres que dedicaram seu tempo a responder a pesquisa, mas principalmente a Nísia, Bertha, Celina, Patrícia, Mietta, Sueli, Iraci, Carmen, Lélia, Carlota, Laudelina, Rose, Rebeca, Juliana, Rita, Claudia, Micaela, Lucía, Marcela, Chiara, Noelia, Mabel, Viviana, Silvia e Ofelia. Entrevistá-las foi uma honra e um privilégio, nada disso teria sido

possível sem as vivências e os relatos que compartilharam comigo e com os leitores desta pesquisa.

Ao Fábio, meu amor e meu companheiro, que suportou cada cara feia e cada dia de estresse, de frustração e de autocomiseração e consertou tudo com café e dadinhos. À minha família: minha mãe, Neiva, meus irmãos, Gilberto, Nicolý e Eduardo, e meu pai, José, minha tia Vanusa, meu primo Gustavo, que acompanham essas quase duas décadas de fixação por continuar estudando e entendem minha necessidade de estar sempre tão longe. Agora, prometo que paro um pouco, mãe! À minha vó Maria, a mulher mais potente que conheci, que se despediu da gente na metade do caminho da escrita desta tese, mas ausente, segue sendo minha grande inspiração na vida. É sempre, sempre, sempre por você, vó.

Às minhas amoras Nay e Sharon, minhas almas gêmeas, minhas fortalezas, vocês são minha razão pra tudo, amigas. As mulheres que inspiraram a verdadeira raiz dessa pesquisa, minha noção mais profunda de rede de apoio. A Aléxia e Flávia, pela troca, pela escuta sensível e pelos áudios de WhatsApp encorajadores, que reconduziram toda a trajetória desta pesquisa. Literalmente. Não teria vivido a experiência do doutorado-sanduíche e realizado um sonho de criança se não fosse pelo incentivo de vocês. A Ana e Larissa, minha comunidade brasileira em Mendoza, pelo acolhimento e pelas tardes de trabalho compartilhadas. Às amigas e amigos que me inspiram e me apoiam sempre desde a época do mestrado: Fernanda, Nilton, Maiara, Fran, Otávio e Camila.

A todas as amigas e amigos que estiveram comigo neste caminho, pelas dicas, pelos toques, pelas críticas e pela presença. A presença é o mais importante, sempre. Chegar até aqui só reforça o quanto toda construção é feita coletivamente. Por isso, ao escrever essas linhas, uma parte de mim é gratidão, a outra também.

Encontram-se narradoras formidáveis, elas têm páginas na vida que rivalizam com as melhores páginas dos clássicos. (...) As lembranças não são um relato apaixonado ou desapaixonado de uma realidade que desapareceu, mas um renascimento do passado, quando o tempo se volta para trás. Antes de mais nada, é uma criação. Ao contar, as pessoas criam, “escrevem” sua vida.

Svetlana Aleksiévitich, em *A guerra não tem rosto de mulher*.

RESUMO

Com o objetivo de discutir as configurações contemporâneas das esferas pública e privada em face à comunicação online e às discussões feministas, esta pesquisa tem como objeto de investigação as perspectivas de mulheres participantes de grupos online em Facebook e WhatsApp em que se discutem temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos. Visa responder como as trocas comunicativas sobre direitos sexuais e reprodutivos entre mulheres em grupos online se relacionam com suas escolhas de atuação política e com a formação de contrapúblicos e redes sociais de apoio. São seis os objetivos específicos: 1) revisar o conceito de esfera pública a partir de releituras contemporâneas, do contexto de comunicação intermediada pela internet e das discussões sobre a dicotomia público e privado no feminismo; 2) identificar em que condições e com que níveis de autoconsciência e confiança as participantes conversam sobre direitos sexuais e reprodutivos; 3) analisar se ou como as integrantes se percebem enquanto parte de uma ou várias redes sociais de apoio a partir da participação nestes grupos; 4) analisar o papel das trocas discursivas na composição desta comunicação e na composição de redes sociais de apoio; 5) descrever os aspectos que distinguem as redes sociais de apoio dos contrapúblicos, a partir de práticas discursivas características do ativismo feminista; 6) comparar a maneira como as redes sociais de apoio e os contrapúblicos se estruturam no Brasil e na Argentina. O percurso metodológico inclui uma etapa quantitativa/qualitativa, que consiste na realização de um *websurvey* com 470 mulheres brasileiras e 109 argentinas, e uma etapa qualitativa com realização de entrevistas com 14 brasileiras e 11 argentinas, empregando o método narrativo tanto na coleta quanto na análise dos dados. A pesquisa tem como fundamentação teórica a discussão sobre esfera pública e esfera privada, tensionada a partir de autoras que trazem uma perspectiva feminista desta dicotomia, bem como os conceitos de contrapúblicos, redes sociais de apoio e força ilocucionária. O texto está estruturado da seguinte maneira: no Capítulo 1, contextualização sobre direitos sexuais e reprodutivos e formação de grupos de mulheres no Brasil e na Argentina; no Capítulo 2, perspectivas sobre esfera pública e esfera privada, o impacto da dicotomia público/privado sobre as mulheres; no Capítulo 3, o papel dos contrapúblicos e redes sociais de apoio na internet como estruturas intermediárias entre o público e o privado que se colocam como *locus* de resistência e ativismo feminista, a partir da conversação, das trocas e narrativas; o Capítulo 4 apresenta a metodologia empregada, os resultados do *websurvey* e a primeira etapa da análise narrativa das entrevistas; o Capítulo 5 avança sobre a análise das entrevistas a partir da literatura considerando conversações, narrativas, redes sociais de apoio e contrapúblicos. Como resultados, é defendida a tese de que conversações sobre direitos sexuais e reprodutivos na internet são um ato político com implicações em âmbitos individuais e coletivos. A pesquisa identifica três contextos de compreensão do público e do privado — ligados a acolhimento, solidariedade econômica e valorização da experiência — e discorre sobre as compreensões de redes de apoio pelas entrevistadas moldadas a partir das narrativas. A força ilocucionária das narrativas foi identificada nos relatos de procedimento e na conversa como estratégia feminista de ativismo sobre aborto, na aplicação do viés feminista nas conversações e no emprego de outras linguagens como forma de convencimento.

Palavras-chave: comunicação; esfera pública; contrapúblicos; redes de apoio; direitos sexuais e reprodutivos.

ABSTRACT

In order to discuss the contemporary configurations of public and private spheres in the face of online communication and feminist discussions, this research investigates the perspectives of women participating in online groups on Facebook and WhatsApp, in which they discuss topics related to sexual and reproductive rights. The study aims to answer how the communicative exchanges on reproductive rights between women in online groups relate to their choices of political action and the formation of counterpublics and social support networks. The research has six specific objectives: 1) to revisit the concept of the public sphere from contemporary readings, from the context of communication intermediated by the internet and from the discussions about the public and private dichotomy in feminism; 2) to identify the conditions under which participants discuss sexual and reproductive rights, and their levels of self-awareness and confidence about it; 3) to analyze whether or how the members perceive themselves as part of one or more social support networks based on their participation in these groups; 4) to analyze the role of discursive exchanges in the composition of social support networks; 5) to describe the aspects that distinguish the social support networks from the counterpublics based on discursive practices characteristic of feminist activism; and 6) to compare the structure of social support networks and counterpublics in Brazil and Argentina. The methodology includes a quantitative/qualitative stage, which consists of a websurvey with 470 Brazilian and 109 Argentinean women, and a qualitative stage with interviews with 14 Brazilian and 11 Argentinean women, using the narrative method both in the collection and in the data analysis. The research is theoretically based on the discussion about the public and the private sphere, tensioned by authors who bring a feminist perspective of this dichotomy, as well as the concepts of counterpublics, social support networks and illocutionary force. The text is structured as follows: in Chapter 1, contextualization on sexual and reproductive rights and the creation of women's groups in Brazil and Argentina; Chapter 2 discusses perspectives on the public and private sphere and the impact of the public/private dichotomy on women; Chapter 3 explores the role of counterpublics and social support networks on the internet as intermediary structures between the public and the private that stand as a locus of resistance and feminist activism, based on conversation and narratives; Chapter 4 presents the methodology, the results of the websurvey and the first stage of the narrative analysis of the interviews; and Chapter 5 advances on the analysis of the interviews based on the literature, considering conversations, narratives, social support networks, and counterpublics. The research findings suggest that conversations about reproductive rights on the internet are a political act that have both individual and collective implications. The study identifies three contexts in which the public and the private intersect — welcoming, economic solidarity and valuing the experience — and it discusses the concept of support networks in relation to these contexts. The illocutionary force of the narratives was identified in the procedural reports, in using conversation as a feminist activism strategy — in the case of abortion —, in the application of a feminist bias in conversations, and in the use of other languages as a way of convincing.

Keywords: communication; public sphere; counterpublics; support networks; reproductive rights.

RESUMEN

Para discutir las configuraciones contemporáneas de las esferas pública y privada en el contexto de la comunicación digital y de las teorías feministas, esa investigación tiene como objeto las perspectivas de las mujeres que participan de grupos en línea en Facebook y WhatsApp, donde se discuten temas relativos a derechos sexuales y reproductivos. Busca responder a la cuestión: ¿Como los intercambios comunicativos sobre derechos sexuales y reproductivos entre mujeres en grupos en línea se relacionan con sus decisiones de actuación política y con la formación de contrapúblicos y redes sociales de apoyo? La investigación tiene seis objetivos específicos: 1) Revisitar el concepto de esfera pública a partir de lecturas contemporáneas, del contexto de comunicación intermediada por el internet y de las discusiones sobre la división entre público y privado en el feminismo; 2) Identificar en que condiciones y con que niveles de consciencia y confianza las participantes conversan sobre derechos sexuales y reproductivos; 3) Analizar si y/o como las participantes se perciben en cuanto parte de una o varias redes sociales de apoyo por medio de la actuación en los grupos; 4) Analizar el rol de los intercambios discursivos en la composición de esas comunicaciones y de las redes sociales de apoyo y de contrapúblicos digitales; 5) Describir los aspectos que distinguen las redes sociales de apoyo y los contrapúblicos a partir de prácticas discursivas características del activismo feminista; 6) Comparar la manera como las redes sociales de apoyo y los contrapúblicos se estructuran en Brasil y Argentina. El camino metodológico del trabajo incluye una etapa cuantitativa/cualitativa, que consiste en la realización de un websurvey con 470 brasileñas y 109 argentinas, y una etapa cualitativa con entrevistas a 14 brasileñas y 11 argentinas, utilizando el método narrativo tanto en la coleta de datos como en el análisis. La investigación tiene como fundamentación teórica la discusión sobre la esfera pública y privada, tensionada a partir de autoras con perspectiva feminista, bien como los conceptos de contrapúblicos, redes sociales de apoyo y fuerza ilocucionaria. El texto está estructurado de la siguiente manera: en el Capítulo 1, contextualización sobre derechos sexuales y reproductivos, formación de grupos de mujeres en Brasil y Argentina; en el Capítulo 2, perspectivas sobre esfera pública y privada, el impacto de la dicotomía público/privado sobre las mujeres; en el Capítulo 3, el rol de los contrapúblicos y redes sociales de apoyo en internet como estructuras intermediarias entre el público y el privado, que se ponen como *locus* de resistencia y activismo político feminista, a partir de la conversación, de los intercambios y narrativas; el Capítulo 4 presenta la metodología utilizada, los resultados del websurvey y de la primera etapa de análisis narrativa de las entrevistas; el Capítulo 5 avanza sobre el análisis de las entrevistas a partir de la literatura considerando conversaciones, narrativas, redes sociales de apoyo y contrapúblicos. Como resultados, es defendida la tesis de que conversaciones sobre derechos sexuales e reproductivos en internet son un acto político con implicaciones en ámbitos individuales y colectivos. La investigación identifica tres contextos e comprensión de público y privado – conectados a acogimiento, solidaridad económica y valorización de experiencia – y describe las comprensiones de redes de apoyo por las entrevistadas a partir de las narrativas. La fuerza ilocucionaria de las narrativas fue identificada en los relatos de procedimientos y en la conversación como estrategia feminista de activismo sobre aborto, en la aplicación de la perspectiva feminista en las conversaciones y en el empleo de otros lenguajes como forma de convencimiento.

Palabras-clave: comunicación; esfera pública; contrapúblicos; redes de apoyo; derechos reproductivos.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: LINHA DO TEMPO DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NO BRASIL	26
FIGURA 2: LINHA DO TEMPO DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NA ARGENTINA.....	27
FIGURA 3: DINÂMICAS DE INTERAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA.....	58
FIGURA 4: INFOGRÁFICO METODOLÓGICO - FASE 1 DAS ENTREVISTAS.....	94
FIGURA 5: INFOGRÁFICO METODOLÓGICO - FASE 2 DAS ENTREVISTAS.....	96
FIGURA 6: INFOGRÁFICO METODOLÓGICO - FASE 3 DAS ENTREVISTAS.....	99
FIGURA 7: PERFIL DAS ENTREVISTADAS	102

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: FINALIDADES DE USO DA PLATAFORMA.....	109
GRÁFICO 2: SENSACIONES AO PARTICIPAR DE GRUPOS ONLINE	112
GRÁFICO 3: FONTES EM CLUSTER POR SIMILARIDADE DE PALAVRAS	120
GRÁFICO 4: PALAVRANÓS E TEMAS POR PAÍS.....	123

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: TRAJETÓRIAS RESUMIDAS DAS ENTREVISTADAS.....	118
--	-----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: TEMÁTICAS DOS GRUPOS POR REDE SOCIAL	104
TABELA 2: TEMÁTICAS DOS GRUPOS POR REDE SOCIAL E PAÍS	105
TABELA 3: FINALIDADE DE USO DA PLATAFORMA POR PAÍS.....	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: PAUTAS PROTAGONIZADAS POR MULHERES.....	24
1.1 GRUPOS DE MULHERES COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA E REIVINDICAÇÃO.....	31
1.2 MULHERES E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: A INTERNET COMO <i>LOCUS</i> DE DISCUSSÃO	33
2 PERSPECTIVAS SOBRE A ESFERA PÚBLICA.....	38
2.1 SENTIDOS DE PÚBLICO E PRIVADO.....	39
2.2 MULHERES E ESFERA PÚBLICA.....	42
2.2.1 As consequências da mulher relegada à esfera privada	46
2.2.2 Associando moral e estética por uma narrativa feminista na esfera pública	51
2.3 AMBIENTES DIGITAIS E ESFERA PÚBLICA	55
2.3.1 Público e privado na esfera pública digital	60
3 MOVIMENTAÇÕES ENTRE ESFERAS: CONSTRUÇÃO NARRATIVA DOS CONTRAPÚBLICOS.....	63
3.1 CONTRAPÚBLICOS “CONTRA” QUEM?	63
3.1.1 A marginalização como condição	69
3.2 REDES SOCIAIS E REDES SOCIAIS DE APOIO	72
3.3. CONTRAPÚBLICOS E REDES SOCIAIS DE APOIO INTERMEDIADAS PELAS FERRAMENTAS DIGITAIS	78
3.3.1 Ativismo digital feminista: o individual como ferramenta de mobilização.....	82
4 PERCURSO METODOLÓGICO: DO COLETIVO AO INDIVIDUAL	90
4.1 HÁBITOS DE CONSUMO DAS PLATAFORMAS.....	101
4.2 JULGAR, MAS ACOLHER: ESPAÇOS CONTROVERSOS	111
4.3 PANORAMA GERAL DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS: CODIFICAÇÃO BASEADA EM DADOS	117
5 ENTRE PÚBLICO E PRIVADO: NARRATIVAS COMO TECIDO DAS REDES DE APOIO.....	125
5.1. INDIVIDUAL E COLETIVO: CONTEXTOS DE PERTENCIMENTO, SOLIDARIEDADE ECONÔMICA E VALORIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA	131
5.2. REDES DE APOIO DIGITAIS: INFORMAÇÃO, CONTENÇÃO, TROCAS DE EXPERIÊNCIAS E AMIZADES	139
5.3. TRANSFORMO E SOU TRANSFORMADA: O POTENCIAL DAS NARRATIVAS.....	149
5.3.1 Testemunhos e histórias alheias: leituras de impacto	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO ONLINE PARA MULHERES BRASILEIRAS	181

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO ONLINE PARA MULHERES ARGENTINAS	187
APÊNDICE 3 – ESTRUTURA DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS	193
APÊNDICE 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	194
APÊNDICE 5 – TRAJETÓRIAS DAS ENTREVISTADAS	196

INTRODUÇÃO

“Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta”

Gloria Anzaldúa, em *La conciencia de la mestiza*

Donna Haraway (1995) argumenta que todo saber é localizado e propõe “uma versão feminista da objetividade”, que chama de “empiricismo crítico feminista” (HARAWAY, 1995, p. 17) em oposição à visão positivista e racional da ciência. Esta é uma das maneiras de pensar o gênero dentro da construção do conhecimento. Outra maneira é a epistemologia do ponto de vista feminista (HARDING, 1987), que propõe tornar claro de quem é a mirada sobre aquele objeto e evidenciar que alguns olhares enxergam elementos que a outros passam despercebidos. Localizar o saber não deixa de ser também uma forma de validação das identidades, no sentido discutido por Anzaldúa (2005, p. 714) ao tratar da perspectiva da mulher mestiça. Mais recentemente, outras palavras vêm sendo adotadas para diversificar, decolonizar a ciência, pensar a partir do sul global, dos feminismos. No Brasil, em especial, as mulheres negras vêm fazendo isso com eficiência. Mas não é uma tarefa fácil, então o que tento, aqui, é um exercício.

Primeiro, é preciso evidenciar que escrevo de um lugar. Sou mulher, branca, feminista, de classe média, cisgênero, heterossexual, tenho 36 anos, nasci e cresci no Sul do Brasil. Acredito que estas informações contribuem para explicar alguns recortes e limitações do texto. Em segundo lugar, escrevo em primeira pessoa e carrego o propósito de empregar uma linguagem acessível. Gostaria que esta tese pudesse ser lida para além da universidade, por mulheres que não atuam na área acadêmica. Terceiro, as referências bibliográficas trarão nomes e sobrenomes, para que seja possível identificar mais claramente quem são as mulheres citadas. É preciso notabilizá-las na produção do conhecimento.

Outro aspecto que precisa ser especificado é a construção da tese de uma maneira que, em muitos momentos, pode parecer bastante binária e heteronormativa. Entendo que não há somente homens e mulheres cisgênero e sim todo um espectro de concepções não normativas de gênero. Reconheço como legítima a existência de pessoas agênero, com gênero fluido, não binárias e pessoas transgênero, transsexuais, intersexuais e pansexuais. A pesquisa buscou, inclusive, contemplar mulheres e homens transgênero e qualquer pessoa

com capacidade de gestar. Ainda assim, é fundamental reconhecer nossas limitações em abarcar toda a diversidade de gêneros em uma investigação que, desde sua concepção, está voltada a discutir direitos sexuais e reprodutivos em uma sociedade construída de forma binária. Por isso, no próximo parágrafo, quando falo em “as mulheres”, estou me referindo a pessoas com útero, embora entenda quão limitadora e excludente possa ser essa visão e não considere esta como a definição *per se* de mulher. Opto por seguir desta maneira amparada no fato de que nascer com um útero vem sendo uma condição limitadora na luta por direitos e igualdade através dos séculos. Dito isto, vamos ao que nos traz aqui.

Nos últimos cem anos, desde que conquistaram o acesso ao voto na maior parte dos países latino-americanos, mulheres e grupos vulnerabilizados pelo componente do gênero obtiveram também conquistas como a emancipação em relação aos pais e maridos, a possibilidade de ocupar cargos públicos e a lei da importunação sexual (Lei 13.718/18), no Brasil, ou a *Ley IVE*, de Interrupção Voluntária da Gestação, na Argentina (Lei 26.710/20). Por outro lado, garantias básicas como o direito ao aborto legal, no caso do Brasil, ainda nos são negados. Somos acumuladoras de funções, fazemos tripla jornada, saímos em desvantagem no mercado de trabalho com absurdas diferenç as salariais por g enero, logramos participação política ínfima em cargos representativos em todas as instâncias e somos alvo de violência doméstica e feminicídio — índices que se agravam se consideradas interseccionalidades de raça e de classe e que se tornaram ainda mais alarmantes durante a pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2022. Temos voz, temos direitos previstos em lei, temos ferramentas para mobilização política. Ainda assim, nada disso parece ser suficiente. No começo dos anos 2000, a internet era vista como a grande solução para acelerar algumas das necessárias mudanç as. De fato, espaç os e ferramentas digitais vêm sendo empregados como parte da estratégia de ativismo das mulheres — por exemplo, o uso de memes (SARMENTO; CHAGAS, 2020) e de *hashtags* ( ZKULAA, 2021; PRUDENCIO, 2020; ORLANDINI, 2019) em campanhas como #MeToo, #EleN ao, #N aoExisteEstuproCulposo e #NiUnaMenos (RIZZOTTO; SARAIVA; NASCIMENTO, 2019; RIZZOTTO; BELIN; SARAIVA, 2021; CHENOU; CEPEDA-MÁSMELA, 2019), que promoveram transformações concretas e simbólicas em várias esferas.

Para além das ações em perfis e páginas abertos ao público em redes sociais digitais (RSD) como o Twitter, o Instagram e o Facebook, essas médias e os aplicativos de conversação, como o WhatsApp e o Telegram, são utilizados por grupos de mulheres como forma de articulação para solução de problemas cotidianos relacionados às mais diferentes

pautas. De maneira complementar ou à revelia das ações de ativismo feminista online, as mulheres também concentram parte da atuação digital no âmbito da esfera privada, mesmo no atual contexto de acelerada e intensa publicização da vida, potencializado pela internet. No contexto de conclusão desta pesquisa, está sendo discutido pelo legislativo nacional o Projeto de Lei 2630/2020¹, batizado de PL das Fake News, que desperta um debate polêmico e acirrado sobre a regulamentação do uso das redes digitais. Um dos argumentos centrais do PL é que a arquitetura das redes favorece o discurso de ódio, do qual são alvo grupos vulnerabilizados, entre eles as mulheres. Esta pesquisa não é sobre isso. O enfoque que proponho aqui é outro: os usos — inclusive como resistência — que as próprias mulheres e os grupos vulnerabilizados por gênero fazem dessas redes.

Isto posto, a articulação de mulheres em espaços privados nem sempre tem a finalidade de conquistar direitos. Nem sempre tem intenção política. Muitas delas buscam espaços como grupos e comunidades de Facebook e/ou no WhatsApp com o propósito de trocar experiências, buscar informações e conhecer situações que possam contribuir com a solução de uma questão privada pontual. Ainda assim, muitas vezes, inadvertidamente, ao participar desses espaços de trocas privadas, elas se tornam parte de redes de mulheres que têm diversos efeitos sociais e políticos.

Isto é, nem toda mulher que se articula via redes sociais digitais é necessariamente uma ativista política no sentido estrito do termo, mas esta interação pode contribuir para que pautas íntimas e/ou privadas extrapolem este escopo individual e alcancem o coletivo. Quando se trata especificamente de temas que concernem a direitos e/ou liberdades sexuais e reprodutivas — como a descriminalização do aborto, a maternidade e os métodos contraceptivos —, é comum que os sujeitos destas interações prefiram permanecer no anonimato, em detrimento de defender posicionamentos em público. Por conta disso, o recorte temático desta tese se situa sobre os direitos sexuais e reprodutivos.

Essa “trava” que impede as mulheres de levarem suas questões à esfera pública é o que orienta a pergunta de pesquisa aqui proposta. Considerando que muitas mulheres estão dispostas a conversar sobre direitos e liberdades sexuais e reprodutivos com outras mulheres anônimas ou desconhecidas, mas não têm a mesma disposição para reivindicar publicamente seus direitos políticos, pergunto: *como as trocas comunicativas sobre direitos sexuais e reprodutivos entre mulheres em grupos online se relacionam com suas escolhas de atuação política e com a formação de contrapúblicos e redes sociais de apoio?*

¹ Projeto de Lei 2640. Disponível em: <<https://bit.ly/44F2eKz>>. Acesso em 08 mai. 2023.

Parto de três hipóteses:

H1 – Ainda que não sejam completamente seguras, plataformas como o Facebook e o WhatsApp possuem *affordances* que permitem 1) algum nível de sigilo sobre as conversações, o que faz com que as questões ali discutidas extravasem o âmbito pessoal ou familiar das mulheres, mas evita que as questões discutidas cheguem à esfera pública, mantendo-se assim em uma arena moderadamente restrita, um espaço entre esferas; e 2) localizar indivíduos com experiências de vida ou que atuem profissionalmente com atividades que contribuam para solucionar questões pontuais e pessoais sem que a questão precise escalar para outras dimensões dentro ou fora da internet;

H2 – As mulheres que participam dos grupos online sobre direitos reprodutivos estão mais interessadas em solucionar questões pontuais e pessoais, com pouco interesse em ativismo político ou investidas políticas em âmbitos representativos, o que desencoraja sua mobilização na esfera pública e faz com que prefiram não agregar essa dimensão coletiva à sua atuação online.

H3 – No que diz respeito especificamente ao recorte temático dos direitos sexuais e reprodutivos, esta mesma descrença na possibilidade de mudança é associada ao estigma ligado a temas como o aborto, a contracepção e alguns aspectos da maternidade. Assim, a privacidade das discussões e das decisões que tomam em grupos relativamente restritos as protege da superexposição e da publicidade; as mulheres fazem uso da privacidade de forma a se protegerem contra julgamentos morais e outras questões nocivas a elas no âmbito individual, mas também no social.

O objetivo geral da pesquisa é discutir as configurações contemporâneas das esferas pública e privada face à comunicação online a partir das perspectivas das mulheres participantes, tendo em vista o papel das conversações em grupos fechados na composição de contrapúblicos e/ou redes sociais de apoio.

São objetivos específicos: 1) revisitar o conceito de esfera pública de Jürgen Habermas (1984) a partir de releituras contemporâneas, do contexto de comunicação digital intermediada pela internet e das discussões sobre a dicotomia público e privado no feminismo; 2) identificar em que condições e com que níveis de autoconsciência e confiança as participantes conversam sobre direitos sexuais e reprodutivos em debates online; 3) analisar se ou como as integrantes se percebem enquanto parte de uma ou várias redes sociais de apoio a partir da participação nestes grupos; 4) analisar o papel das trocas discursivas e dos recursos narrativos na composição desta comunicação e na composição de redes sociais

de apoio; 5) descrever os aspectos que distinguem as redes sociais de apoio dos contrapúblicos, a partir de práticas discursivas características do ativismo feminista; 6) comparar a maneira como as redes sociais de apoio e os contrapúblicos se estruturam no Brasil e na Argentina a partir das entrevistas com mulheres de ambas as nacionalidades, mapeando particularidades de um país que vem, atualmente, passando por uma fase conservadora e reacionária, o Brasil, e outro, a Argentina, que vivencia um momento progressista marcado principalmente pela descriminalização do aborto, em 2020.

Vale lembrar que esta pesquisa foi desenvolvida entre 2019 e 2023, período social, política e economicamente conturbado nos dois países, o que se reflete diretamente na autonomia das mulheres e na garantia de que poderão exercer seus direitos. Além da pandemia de Covid-19, que teve impactos incomensuráveis sobre o aumento de casos de violência contra a mulher, por exemplo, o Brasil viveu, neste mesmo período, uma de suas fases mais conservadoras no que diz respeito ao governo federal, com o mandato de Jair Bolsonaro (PL), em que o próprio Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, além do Ministério da Saúde, atacaram diretamente os direitos sexuais e reprodutivos já conquistados, com portarias que tornaram mais difícil o acesso ao aborto legal e com vazamento de dados de meninas que buscavam realizar legalmente o procedimento, entre outras situações similares. Na Argentina, a crise econômica e a contraofensiva conservadora dentro das próprias instituições de saúde dificultam a implementação, na prática, de um direito conquistado via mobilização popular.

A discussão proposta nestas páginas parte, assim, da observação da atuação de mulheres em grupos fechados ou restritos, dedicados a debater temas ligados a direitos sexuais e reprodutivos. Metodologicamente, a pesquisa se estrutura da seguinte maneira: 1) uma etapa exploratória que concilia a imersão em grupos fechados e/ou restritos no Facebook e no WhatsApp formados por mulheres e a aplicação de um *websurvey*, respondido por 579 pessoas — 470 brasileiras e 109 argentinas; 2) uma etapa empírica que consiste na realização de 25 entrevistas narrativas com participantes de grupos restritos e/ou fechados no Facebook ou WhatsApp formados exclusivamente por mulheres e dissidências². Os dados são analisados parte quantitativamente, no caso do *websurvey*, e parte

² A pesquisa tem a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, a partir do parecer substanciado nº 4.899.723. Todas as entrevistas foram realizadas após apresentação dos objetivos da pesquisa, esclarecimento de eventuais dúvidas das entrevistadas e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no Apêndice 4, buscando evitar qualquer tipo de constrangimento às participantes.

qualitativamente — perguntas abertas e as próprias entrevistas, empregando o método de análise narrativa dividido em dois momentos, uma codificação baseada em dados e outra em conceitos.

A discussão das informações obtidas é feita à luz de diferentes abordagens sobre conceitos que serão chave para a elaboração desta tese: esfera pública e esfera privada (HABERMAS, 1984; ARENDT, 2019; LARA, 1998; PATEMAN, 1993; HANISH, 1970; OKIN, 2008; PHILLIPS, 2011), contrapúblicos (WARNER, 2002; NEGTE E KLUGE, 1993; ROCHA, 2018; 2022; FRASER, 1999) e redes sociais de apoio (ARILHA, 2011; PORTUGAL; MARTINS, 2011; FONTES, 2011). No campo da comunicação, a teoria deliberacionista e a ideia de democracia deliberativa derivadas da abordagem de Jürgen Habermas são pontos de partida para a discussão do que se entende atualmente como esfera pública. Contudo, a vasta literatura que parte da corrente habermasiana, preocupada com os processos que ocorrem no domínio do público, tende a tratar a sociedade de um ponto de vista normativo, que parte de uma noção de igualdade na qual o gênero é, no mínimo, um aspecto secundário. Sob a ótica das teorias feministas, por outro lado, há uma ampla discussão sobre o local que a mulher vem ocupando historicamente nessa esfera pública. Um ponto de convergência entre a maior parte das autoras é o de que as mulheres são situadas no âmbito privado, enquanto a esfera pública “pertence” aos homens (OKIN, 2008; MIGUEL; BIROLI, 2014).

Frequentemente, as teóricas feministas que se debruçam sobre a dicotomia entre público e privado observam essas estruturas sociais e familiares a partir de uma perspectiva preocupada com as implicações disso sobre aspectos como a violência (BIROLI, 2018), especialmente a doméstica e/ou sexual que ocorre dentro dos lares, mascarada pela privacidade; sobre a prisão das mulheres na esfera da domesticidade (CARLOTO; MARIANO, 2010) e a desigualdade na divisão sexual do trabalho proveniente dela (PATEMAN, 1993); ou, ainda, as limitações educacionais (FRIEDAN, 2020) e de autonomia sobre o próprio corpo (MIGUEL; BIROLI, 2014). Minha análise está mais preocupada com este último aspecto, porém atrelado à influência dessa dinâmica entre privado e público para a construção das relações mediadas pela internet.

É nestas duas frentes que se justifica a relevância desta pesquisa: no campo da comunicação e na interface com uma abordagem feminista dos direitos sexuais e reprodutivos. Em relação à primeira, é importante considerar que, nos últimos anos, as redes sociais digitais alcançaram uma considerável projeção enquanto espaços nos quais os

indivíduos se informam e trocam com outros. O Digital News Report 2020, do Reuters Institute, aponta que 53% dos entrevistados brasileiros utilizam as mídias sociais para acessar notícias com uma periodicidade semanal, preferindo, entre elas, o Facebook (REUTERS, 2020). Aplicativos de conversação, como WhatsApp e Facebook Messenger, também ganharam espaço: 93% dos brasileiros usam WhatsApp todos os dias e o aplicativo chega a 99% dos celulares brasileiros. Já o Facebook Messenger é utilizado por 78% dos brasileiros, segundo a pesquisa Panorama Mobile Time/Opinion Box (PANORAMA, 2021). Além dos dados de alcance, inúmeras pesquisas atestam a relevância que essas plataformas vêm alcançando enquanto mediadoras da comunicação e sua influência social e política (CHAGAS, 2021; MASSUCHIN et al., 2021; BAPTISTA et al., 2019) — a própria corrente deliberacionista vem se debruçando sobre as interações e conversações online, suas características e seus impactos políticos (MAIA et al., 2015; MENDONÇA; BARROS; SAMPAIO, 2016; MAIA; REZENDE, 2016). Assim, torna-se cada vez mais importante compreender as diferentes nuances e interfaces de atuação destas redes digitais. Do ponto de vista dos estudos de comunicação e deliberação, as conversações online são entendidas também como parte importante do processo de formação da opinião e como aspecto que contribui para a deliberação pública. Sugere-se, aqui, que, mais do que tomar parte nestes processos, elas também se configuram no estabelecimento de laços sociais que têm como mediadores os sites de mídias digitais e os aplicativos de conversação. Dito de outra maneira, as pesquisas em comunicação em geral buscam compreender os fenômenos das redes sociais digitais. Mas o objetivo, nesta investigação, é compreender o papel das conversações informais e da comunicação entre mulheres nestes espaços digitais para a construção dos laços entre elas, a formação de redes de apoio e o impacto dessas relações sobre outros âmbitos da vida, bem como a relação entre redes sociais de apoio, ativismo e contrapúblicos.

Já na interface com os estudos de gênero, considero que, embora os números variem de acordo com as pesquisas, diferentes levantamentos mostram que as mulheres acessam tanto ou mais a internet que os homens e são parcela importante do público usuário de Facebook e WhatsApp. Entendo, assim, que as redes sociais online e os apps de conversação assumem alguma relevância no cotidiano das mulheres. A pesquisa pode contribuir para compreender que usos as participantes fazem desses espaços, ou, mais especificamente, que tipos de conversações estabelecem nos ambientes digitais citados. Parte-se do pressuposto de que as conversações online contribuem para a formação de redes sociais de apoio que extrapolam os limites digitais e se reconfiguram na fronteira entre a esfera pública e privada.

No que diz respeito à temática dos direitos sexuais e reprodutivos, tais ambientes digitais também são importantes espaços de interação (JOHNSON, 2015; CHOR et al., 2019; ARILHA, 2012; DINIZ; MADEIRO, 2012).

O texto está estruturado da seguinte maneira: no **Capítulo 1**, apresento e contextualizo o objeto empírico da pesquisa. Faço uma breve recuperação da evolução dos direitos sexuais e reprodutivos em ambos os países e da formação de grupos de mulheres no Brasil e na Argentina, antes e depois da internet. O **Capítulo 2** discute diferentes perspectivas sobre os conceitos de esfera pública e esfera privada. Autores do campo da comunicação contribuem com uma perspectiva ampla, focada no impacto social/generalizado do que acontece nesta esfera. Autoras feministas tendem a fazer o inverso: demonstram o impacto desta divisão público/privado sobre as mulheres, no âmbito individual. Assim, o segundo capítulo parte do conceito de Jürgen Habermas de Esfera Pública desde seu texto clássico da década de 60 até contribuições contemporâneas que consideram a internet e as redes sociais digitais como parte dela. Esse olhar é colocado em diálogo com perspectivas feministas da dicotomia público x privado evidenciando o papel intermediário dos contrapúblicos e das redes sociais de apoio que têm a internet como suporte técnico. Esses contrapúblicos e formatos similares de movimentações entre esferas compõem a discussão do **Capítulo 3**. São subestruturas ou estruturas paralelas à esfera pública que consistem em processos igualmente complexos e fundamentais para o avanço de pautas de grupos vulnerabilizados ou movimentos sociais, como o feminismo, mas também nas relações e na vida privada. Entendidos enquanto estruturas de resistência e ativismo feminista, os contrapúblicos têm suas bases na comunicação, a partir da conversação, das trocas e das narrativas. O **Capítulo 4** consiste nas reflexões metodológicas e na explanação dos processos e das técnicas empregados na pesquisa, apresenta os resultados do *websurvey* e discute os dados identificados na primeira etapa da análise narrativa das entrevistas. Por fim, o **Capítulo 5** avança sobre a análise das entrevistas a partir da literatura considerando conversações, narrativas/narrações, redes sociais de apoio e contrapúblicos; neste, são elaborados três subtópicos relacionados às categorias baseadas em conceitos.

Analisando as respostas ao *websurvey* e as entrevistas narrativas, a pesquisa conclui que, ainda que nem sempre as participantes dos grupos online tenham consciência de que suas trocas nestes espaços digitais têm impacto coletivo, conversas sobre direitos sexuais e reprodutivos tendem a ser essencialmente políticas, pois são construídas em torno de

dúvidas, conhecimento compartilhado e tomada de decisão, promovendo efeitos e mudanças concretos na realidade das mulheres, ainda que dentro de seus contextos individuais.

A partir das narrativas de Nísia, Bertha, Celina, Patrícia, Mietta, Sueli, Iraci, Carmen, Lélia, Carlota, Laudelina, Rose, Rebeca, Juliana, Rita, Claudia, Micaela, Lucía, Marcela, Chiara, Noelia, Mabel, Viviana, Silvia, Ofelia — todos nomes fictícios —, é possível notar que há uma compreensão do que é o feminismo, em escalas distintas, e perceber que os próprios grupos online têm viés feminista. As entrevistadas oferecem concepções particulares de como suas próprias histórias se relacionam com os direitos sexuais e reprodutivos de uma perspectiva coletiva — e nem sempre percebida como política. A dicotomia entre público e privado é interpretada em três contextos: 1) o do acolhimento; 2) o da solidariedade econômica; 3) o da valorização da experiência.

Grupos de mulheres online são entendidos pelas mulheres como minimamente seguros, onde é possível, se não compartilhar seu depoimento, ao menos encontrar histórias que se parecem com a sua. Estruturam-se redes de apoio que podem ser bastante pontuais — o tempo de resolver um problema pessoal — ou duradouras — novas amizades sendo consolidadas. A pesquisa identifica seis situações que contribuem para compreender a leitura de redes de apoio pelas entrevistadas: 1) grupos sobre maternidade como espaços de competição; 2) grupos online para suprir lacunas de outros laços sociais offline; 3) ambientes de troca pragmática de informações e experiências pessoais; 4) estabelecimento de relações de amizade e composição de rede de apoio primária; 5) grupos como espaço de contenção, nos casos de gestação indesejada; e 6) conflitos e desentendimentos como parte intrínseca destes espaços digitais. Todos esses aspectos se relacionam de maneiras distintas com o emprego de práticas de ativismo político, o que se verifica principalmente no caso brasileiro, onde o aborto ainda é criminalizado. Por outro lado, o caminho percorrido para que se componham contrapúblicos digitais a partir dos grupos online é mais evidente na Argentina, onde estes espaços foram operacionalizados como ferramentas de articulação política e mobilização.

A cola desta articulação entre o público e o privado nos grupos online, transformando-os em contrapúblicos digitais ou redes sociais de apoio, é justamente a circulação de narrativas. A força ilocucionária das narrativas foi identificada nas entrevistas em diferentes momentos: 1) relatos de procedimento nos grupos sobre aborto; 2) conversas sobre aborto enquanto estratégia feminista de ativismo; 3) aplicação, às vezes velada, do viés feminista sobre as discussões; 4) o emprego de outras linguagens como forma de

convencimento. Por outro lado, além de influenciar o debate, as entrevistadas também demonstram situações em que elas próprias são impactadas pelo que leem quando 1) decisões são tomadas com base em discussões ou informações disponibilizadas; 2) histórias alheias são guardadas na memória e passam a compor o repertório das entrevistadas.

Antes de iniciar a discussão que detalha estes resultados, contudo, é importante conhecer o contexto do debate sobre direitos sexuais e reprodutivos nos países considerados, o que será tratado no Capítulo 1.

1 DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: PAUTAS PROTAGONIZADAS POR MULHERES

*“Educación para decidir,
anticonceptivos para no abortar,
aborto legal para no morir”.*

Lema da campanha nacional argentina pelo direito ao aborto livre, seguro e gratuito.

A Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo, em 1994, resultou em um relatório que, em seu parágrafo 7.3, define o termo “direitos reprodutivos” como o

(...) direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência. (CIPD, 1994, p. 62).

Legalmente, com particularidades determinadas pelas legislações das nações, tais direitos implicam nas garantias referentes à educação sexual, à autonomia individual sobre a decisão de gerar ou não um filho, aos recursos necessários para o planejamento familiar e ao combate da esterilização involuntária. Em relação a políticas públicas e saúde coletiva, os direitos sexuais e reprodutivos abarcam aspectos como o controle de natalidade, o acesso democratizado e amplo a métodos contraceptivos reversíveis e irreversíveis, o acompanhamento das taxas de fecundidade, a atenção humanizada ao abortamento e o atendimento às vítimas de violência sexual.

Para além do âmbito legal, à ideia de “direitos” também se somam as perspectivas social e cultural de “autonomia” sobre corpo e reprodução, além de “liberdades reprodutivas”, que estão relacionadas principalmente com a demanda de que cada pessoa tenha garantida a possibilidade de decidir procriar ou não procriar. Como a reprodução é culturalmente associada à maternidade e, portanto, às mulheres, a noção de direitos sexuais e reprodutivos termina por ser uma questão que também mobiliza mais os corpos femininos. Não à toa, discutir direitos sexuais e reprodutivos tornou-se um ato encabeçado pelos movimentos feministas, ainda que os posicionamentos sobre o tema sejam bastante heterogêneos mesmo entre as ativistas. Se considerarmos que, atualmente, em determinados contextos, debater direitos sexuais e reprodutivos em países como o Brasil significa acionar a discussão a respeito do direito ao aborto, essa heterogeneidade de posições é ainda mais evidente.

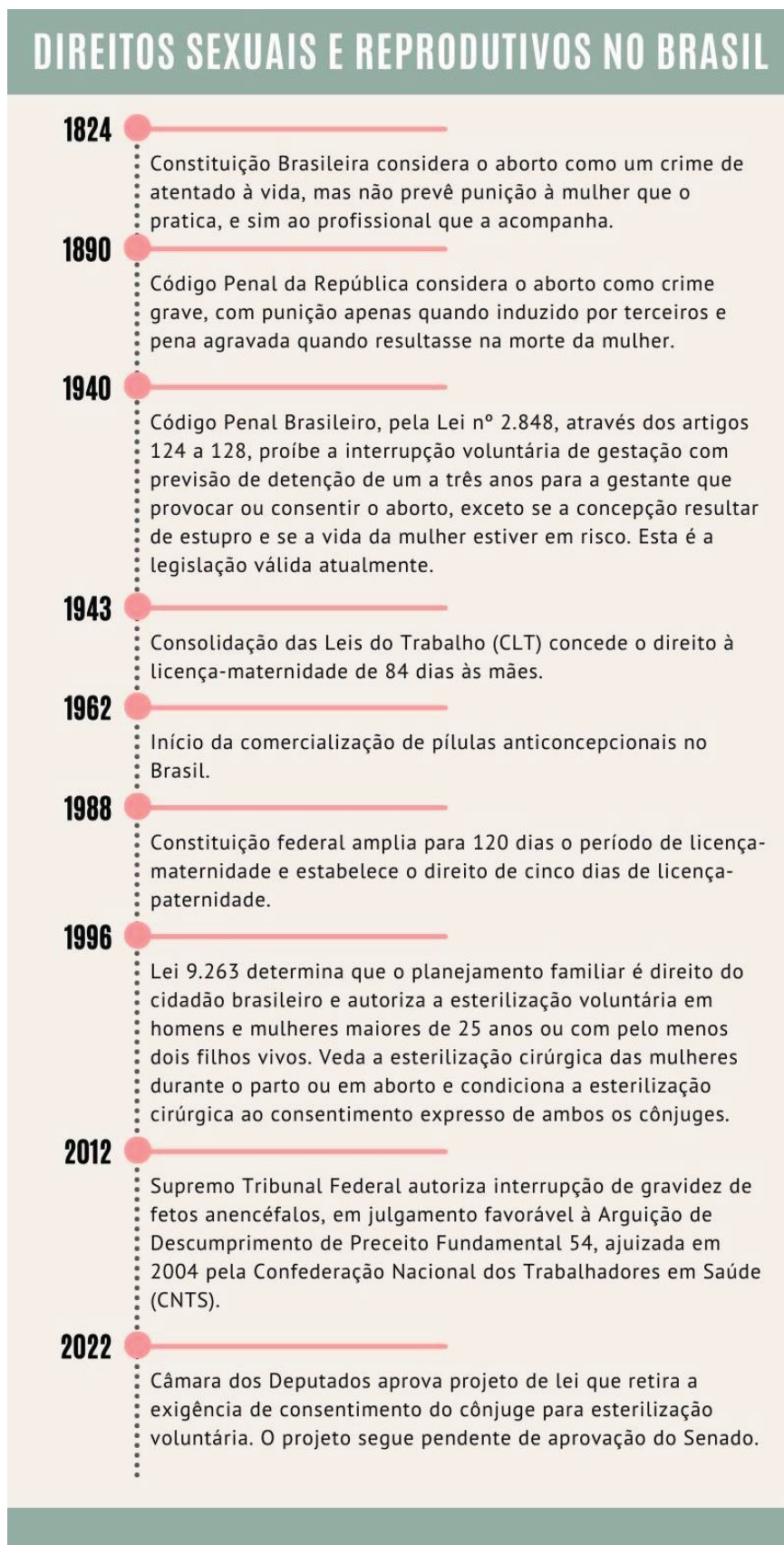
Para efeito de recorte temático da pesquisa, trataremos mais diretamente dos direitos sexuais e reprodutivos acionando alguns segmentos contemplados pelo conceito, sendo os principais contracepção, gestação, maternidade e aborto. Inseridas ou relacionadas a esses três aspectos, podemos considerar discussões a respeito de esterilização, gestação, criação dos filhos, puerpério, parto, pós-parto, todos os métodos anticoncepcionais reversíveis ou não, de pílulas, preservativos e injeções a dispositivos intrauterinos (DIU), diafragmas e laqueaduras, recusa ou negação da maternidade, decisão de não engravidar ou não ter filhos, questões éticas e morais a respeito da vida a partir da concepção, aspectos morais e religiosos do aborto, criminalização e descriminalização do aborto, aborto clandestino e mortalidade materna, entre outras.

As tratativas entre Estado e movimentos feministas envolvendo direitos sexuais e reprodutivos têm sido prolíficas na América Latina no último século e resultaram em uma série de conquistas, ainda que com limitações, especialmente no que diz respeito à questão do aborto. A interrupção voluntária de uma gestação é descriminalizada, ainda que com diferentes limites de semanas de gestação, em oito países: Argentina, Colômbia, Cuba, Guiana, Guiana Francesa, Porto Rico, Uruguai e México³. As legislações de Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Venezuela penalizam o aborto de maneira geral, mas oferecem algumas exceções: notadamente, quando a gestação ameaça a saúde da mulher, quando a gravidez é fruto de violação e quando há inviabilidade do feto. Há algumas variações, como o Brasil, onde o aborto é autorizado em caso de anencefalia do feto, e da Bolívia, que também considera o incesto como causa autorizada para aborto. Cinco países latino-americanos, por sua vez, proíbem em qualquer situação: El Salvador, Haiti, Honduras, Nicarágua e República Dominicana.

Aqui, nos interessa especificamente a evolução dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil e na Argentina. No Brasil, a legislação sobre isso é marcada por preceitos, em geral, conservadores e patriarcais, que atrelam tanto a maternidade quanto a autonomia reprodutiva não apenas à mulher, mas à validação masculina — de tal maneira que somente em 2023 o acesso à esterilização definitiva via laqueadura deixou de ser condicionado à autorização do marido. A norma também vale para as vasectomias, que, legalmente, precisam ser autorizadas por esposas. A Figura 1 traz um infográfico que ilustra os principais direitos conquistados pelos movimentos de mulheres na seara reprodução.

³ “*Aborto en América Latina: en qué países es legal, está restringido o prohibido*”. Fonte: BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-45132307>>. Acesso em 12/04/2022.

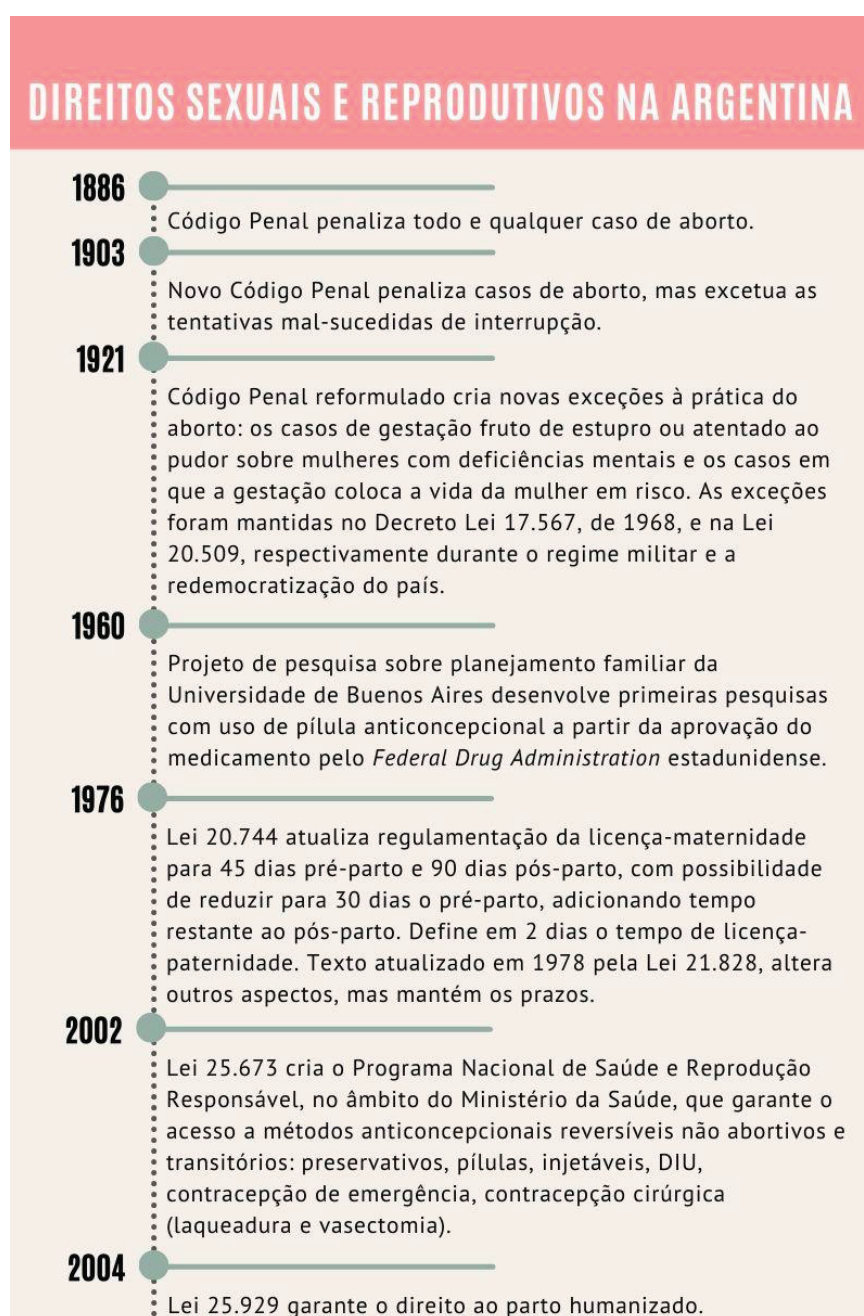
FIGURA 1: LINHA DO TEMPO DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NO BRASIL



Fontes: AGÊNCIA CÂMARA, 2022; BRASIL, 1943; 1988; CARVALHO, 2013; CONJUR, 2012; PEDRO, 2003.

Na Argentina, por sua vez, a garantia aos métodos contraceptivos é assegurada nos anos 2000 (FIG. 2) e a discussão sobre a descriminalização do aborto se intensifica desde então, culminando na aprovação da *Ley IVE*, de *Interrupción Voluntaria del Embarazo*, que entrou em vigor em 2021 em todo o território argentino.

FIGURA 2: LINHA DO TEMPO DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NA ARGENTINA





Fontes: ARGENTINA, 1976; 2002; 2006; 2021; HUESPED, 2021; TÉLAM DIGITAL, 2020.

Em ambos os países, os direitos sexuais e reprodutivos mobilizam diferentes segmentos do feminismo. No Brasil, essas manifestações têm tido como característica, além da luta pela descriminalização do aborto, esforços para frear alguns retrocessos como o Estatuto do Nascituro, proposto pelo Projeto de Lei 478/2007, que consideraria todo ser concebido como um indivíduo com direito à vida e integridade física, o que impediria até mesmo os casos de interrupção da gestação já previstos em lei. Esse e outros ataques provocaram discussões e protestos em torno dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil, da mesma maneira como a própria Lei IVE, na Argentina, foi uma conquista direta das militantes feministas da chamada *Marea Verde* [Maré Verde], em que milhões de cidadãs foram repetidamente às ruas na última década para reivindicar a descriminalização do aborto.

Para além da militância, teóricas feministas olham para a autonomia reprodutiva como um direito inquestionável das mulheres, ainda que os posicionamentos sobre o aborto tragam algumas ponderações. Segundo Flávia Biroli (2016, p. 21), é “na atuação dos movimentos feministas que a agenda da reprodução e da sexualidade seria politizada e associada à autonomia e cidadania das mulheres”. Autoras que promovem debates sobre

política, direitos e comunicação envolvendo mulheres apontam diferentes maneiras de observar a questão. Susan Okin (2008), por exemplo, discute a interrupção da gestação como um aspecto intrinsecamente ligado à dicotomia entre público e privado, já que há um conflito entre a decisão individual que impacta diretamente a vida da mulher que está gestando e a questão coletiva, uma vez que estão envolvidos o genitor e o feto e que se trata de uma questão de saúde pública que mobiliza aspectos morais, filosóficos e religiosos. Nos Estados Unidos, onde parte do país permite a prática, o

direito individual da mulher à privacidade foi a base sobre a qual as leis que proibiam o aborto foram declaradas inconstitucionais⁴, o que foi confirmado por decisões subsequentes que derrubaram leis que exigiam o consentimento do esposo ou dos pais para a realização de um aborto. (OKIN, 2008, p. 324).

O argumento do direito individual é central na discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos, uma vez que a manutenção compulsória de uma gestação viola a liberdade e autonomia sobre o corpo. Contudo, algumas autoras atentam para o fato de que, ao pensar o aborto apenas por esta ótica, pode-se recair em uma retórica neoliberal e individualista (PHILLIPS, 2011). O problema dessa abordagem, para Anne Phillips, seria o de que pensar somente no ponto de vista da liberdade individual abre margem para a desresponsabilização coletiva sobre uma pauta que é, de fato, social, e não individual, além de desconsiderar aspectos institucionais e efeitos da prática do aborto sobre diferentes grupos de mulheres.

Nesse sentido, Biroli (2014) lembra que os direitos sexuais e reprodutivos carregam questões adjacentes para segmentos que sofrem opressão por raça e classe, como é o caso das mulheres negras cujas ancestrais vivenciaram abortos forçados pelos brancos, após gestação resultante de violência sexual, e das que sofreram esterilização compulsória como método de controle reprodutivo racial.

Em suas vinculações históricas com o racismo e o controle populacional, as políticas de esterilização levadas a cabo em várias partes do mundo em meados do século XX são um caso representativo, em que as mulheres pobres foram, ao mesmo tempo, o alvo de esterilizações involuntárias e tiveram negado o acesso a esterilização voluntária, aborto seguro e anticonceptivos de maneira desproporcional em relação às mulheres brancas. (BIROLI, 2014, p. 129).

A questão da autonomia individual também aparece entrelaçada a todas essas questões sociais como um direito negado, já que, no caso das esterilizações, desconsiderava-se o desejo das mulheres e se promovia os procedimentos de qualquer maneira. Contudo,

⁴ A autora faz referência ao caso *Roe vs Wade*, que na década de 1970 havia levado a Suprema Corte dos Estados Unidos a considerar inconstitucional a proibição do aborto no país. Em 2022, essa decisão foi revogada e a corte devolveu aos Estados a atribuição de autorizar ou proibir a prática. Fonte: "Roe x Wade: o que muda com decisão da Suprema Corte dos EUA sobre aborto?". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61929519>>. Acesso em 01 mai. 2023.

não há como desatrelar o papel coletivo e político do Estado ao promover esse tipo de crime contra o corpo das mulheres baseado em suas condições sociais.

Biroli também associa a questão da criminalização do aborto ao controle da liberdade sexual e da autonomia das mulheres, e apresenta o pensamento de Catharine MacKinnon, cuja perspectiva levanta alguns questionamentos sobre as implicações práticas da descriminalização do aborto. Para MacKinnon, fundamentar o posicionamento pró-aborto no argumento da privacidade e autonomia sobre o corpo da mulher fortalece a ótica liberal capitalista e ignora o contexto social de dominação masculina. Na visão de MacKinnon, não podemos reivindicar o direito ao aborto sem considerar que vivemos em sociedades machistas em que as decisões são tomadas por homens. Ela desconfia, então, dos motivos que levam, no caso dos Estados Unidos, uma corte formada essencialmente por homens a ter aprovado, na década de 70, uma reivindicação feminista. A autora não acredita que o acesso à interrupção da gestação empodere sexualmente as mulheres; ao contrário, torna-as mais vulneráveis à manipulação e a situações de exploração sexual.

Os homens controlam a sexualidade. O Estado apoia o interesse dos homens como grupo. Então, por que o aborto foi legalizado? Por que as mulheres receberam tanto controle? (...) O direito ao aborto enquadra as formas que os homens organizam entre si para controlar as consequências reprodutivas da relação sexual. A disponibilidade de aborto aumenta a disponibilidade de relações sexuais. (MACKINNON, 1994, p. 277).

Nesse sentido, outra ponderação possível sobre a descriminalização do aborto é a de que a liberação da prática seria também uma forma de “avalizar” novos modelos de violência contra a mulher, pois tornaria mais fácil que os parceiros tomassem medidas de interrupção da gestação sem o conhecimento da mulher. Há que se considerar, no entanto, que, mesmo onde a prática é criminalizada, isso não impede a ação de muitos parceiros que desejam fazê-lo. Basta notar os casos em que o homem provoca o aborto na parceira sem consentimento e até mesmo os casos de feminicídio que ocorrem após a mulher anunciar uma gestação⁵.

A tentativa de vigilância estatal dos corpos das mulheres, contudo, em nenhum momento da história da humanidade logrou, de fato, impedir algumas formas de resistência e de burla dos mecanismos de controle. Essa resistência pode aparecer em diversos formatos, desde a promoção do debate sobre os temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos

⁵ A título de exemplo, ver notícia “Prefeito e vereador do MA viram réus por doparem e fazerem aborto em mulher”. Disponível em: <<https://bit.ly/410Espj>>. Acesso em: 01 mai. 2023

até os múltiplos recursos clandestinos de venda de pílulas anticoncepcionais e abortivas que acontecem em qualquer lugar onde o consumo de ambas esteja proibido.

No próximo tópico, trataremos de alguns espaços que promovem encontros entre mulheres e que podem ser entendidos como mecanismos de resistência ao controle estatal sobre os corpos.

1.1 GRUPOS DE MULHERES COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA E REIVINDICAÇÃO

Historicamente, os encontros entre mulheres para debater aspectos relacionados à vida doméstica — entre os quais questões como maternidade, criação dos filhos e reprodução — colaboram para resistir à tentativa de controle dos corpos e da sexualidade feminina e de qualquer pessoa que escape à heteronormatividade. Um exemplo são os grupos de reflexão organizados em países como Brasil e Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1980, na chamada “segunda onda” do feminismo. Apesar dos recortes questionáveis de classe e raça desses agrupamentos, que acolhiam com frequência apenas mulheres brancas e de condições socioeconômicas privilegiadas (hooks, 2019), esses espaços ajudaram a alavancar o movimento feminista na época, pavimentando o caminho para diversas ações que extrapolavam os locais restritos em que as discussões aconteciam. Reunir-se com outras mulheres para discutir questões da vida privada levava a ações e manifestações junto à opinião pública, de maneira que muitos desses grupos se transformaram em coletivos feministas com atuação política institucionalizada, levando as pautas das mulheres — inclusive a dos direitos sexuais e reprodutivos — a outras instâncias.

No Brasil, Heloisa Buarque de Hollanda (2019) atribui aos grupos de reflexão a própria gênese do movimento feminista no país. A partir da discussão de questões cotidianas e da leitura compartilhada de nomes como Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Kate Millet, os grupos de mulheres que se encontravam nas casas umas das outras funcionavam, para a autora, como “grupos de conscientização” (HOLLANDA, 2019, pos. 41) sobre a condição que a mulher ocupava nas famílias e na sociedade brasileiras na década de 60. Os grupos de reflexão ganharam corpo e visibilidade, transformando-se em movimento com força política durante o golpe que levou ao período ditatorial brasileiro e na luta pela resistência que culminou na nova Constituição de 1988. Muitos desses grupos, no Brasil, eram articulados de maneira autônoma, enquanto outros partiam de conexão com partidos e com agremiações

religiosas. Assim, por mais que seus encontros fossem independentes, a proximidade com a Igreja Católica, por exemplo, limitou o avanço de algumas discussões no âmbito institucional — aquelas ligadas ao planejamento familiar, ao aborto e à sexualidade, entre outras —, mas não impediu que continuassem sendo tratadas entre as mulheres nos grupos (HOLLANDA, 2019, pos. 69).

Outros países latino-americanos também tiveram presença de grupos de reflexão, muitas vezes mediados por instituições para promoção de cidadania e saúde mental, como a Venezuela e o México (ROJO LAGARDE; TAFFOYA GARCÍA, 2004). Na Argentina, encontros similares aconteceram com propósitos bastante específicos, a exemplo do conhecido movimento *Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo*, que começou como um grupo de mães que se reunia para buscar os filhos desaparecidos durante a ditadura militar no país e terminou por se transformar em um dos mais longevos e respeitados movimentos políticos da nação sul-americana (BARRANCOS, 2014).

Em alguns sentidos, os “coletivos feministas” atuais são derivações dos grupos de reflexão, já que seguem uma lógica similar de funcionamento: mulheres reunidas para estudar literatura feminista, promovendo encontros e ações a partir dessas leituras e debatendo questões políticas e cotidianas. Contudo, a própria intenção de promover mudanças a partir de ações políticas institucionalizadas, protestos e manifestações que está no cerne dos coletivos feministas é o que os distingue dos encontros dos anos 70.

Dinâmicas similares acontecem nos grupos de discussão online e comunidades em ambientes digitais como o Facebook e o WhatsApp, que ganharam terreno com a consolidação dos sites de redes sociais e se converteram em alternativas para a reorganização do movimento feminista e a ampliação do debate em torno dos direitos e das liberdades sexuais e reprodutivas. Tais espaços agregaram cenários de diálogo e pautas atreladas ao contexto contemporâneo do feminismo — trabalhar mais intensamente questões interseccionais, por exemplo — e permitem outras abordagens a problemas historicamente discutidos pelo feminismo (SARMENTO, 2021, p. 19).

Embora não se possa considerar os grupos de discussão online como uma evolução direta dos grupos de reflexão, eles conservam algumas similaridades: ambos são estruturas utilizadas pelas mulheres para debater pautas muitas vezes pessoais, em outras, públicas; nem sempre são formados por mulheres declaradamente feministas e, portanto, nem sempre são grupos ativistas. Contudo, neles se trata de assuntos que, em muitas das ocasiões, acabam por alcançar a esfera pública.

Nesta pesquisa em tela, serão discutidos alguns desses mecanismos digitais mobilizados em torno de direitos sexuais e reprodutivos a partir de questões relacionadas à esfera privada. Retomando aqui a questão de partida, busca-se investigar como as trocas comunicativas sobre direitos sexuais e reprodutivos entre mulheres em grupos online se relacionam com suas escolhas de atuação política e com a formação de contrapúblicos e redes sociais de apoio. Para isso, é importante entender como é a participação das mulheres nos ambientes digitais referidos, o que será tratado no próximo tópico.

1.2 MULHERES E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: A INTERNET COMO *LOCUS* DE DISCUSSÃO

O Brasil tem atualmente 213,4 milhões de habitantes. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) mais recente, 51,8% deste universo são mulheres (IBGE, 2019). Pesquisa de 2018 da consultoria Deloitte publicada pela revista *Veja* mostra que, entre elas, “83% usam o WhatsApp todos os dias, enquanto 58% acessam o Facebook na mesma intensidade. Entre os homens, os índices são, respectivamente, 76% e 46%” (VEJA, 2018).

É inegável que a internet proporcionou o surgimento de uma ampla gama de novos espaços para discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos, que permitiram expandir o acesso a informação que, em grande medida, permanece fora da imprensa e das mídias de maneira geral⁶, inclusive por limitações impostas pelo próprio governo brasileiro, haja vista a emissão de despachos e portarias que proíbem a circulação de informações sobre o Misoprostol, por exemplo. Durante o governo Jair Bolsonaro (PL), a vigilância sobre o tema se intensificou, com ataques a veículos de comunicação e acionamento de ataques de usuários de redes sociais contra espaços que tratavam de temas como o aborto. A revista digital feminista *AzMina*, por exemplo, foi processada por “apologia ao aborto”, em 2019,

⁶ Isso não significa que o tema do aborto permaneça totalmente afastado da imprensa tradicional. Importantes trabalhos nas últimas duas décadas, especialmente, vêm mostrando como o debate sobre o tema vem sendo pautado em veículos de comunicação. Contudo, até mesmo pelas limitações descritas acima, a maior parte dos conteúdos versa sobre casos de morte de mulheres por tentativas frustradas de aborto, sobre falas de autoridades tratadas como “polêmicas”, sobre casos pessoais de políticos e seus familiares ou sobre situações em que a descriminalização motivou debates públicos, como nas eleições presidenciais de 2010. Não é nosso objetivo aqui realizar uma revisão de literatura sobre o tema de cobertura midiática sobre aborto. Para avançar nesta discussão, ver, por exemplo, DINIZ; CASTRO, 2011; FONTES, 2012, MANTOVANI, 2016; 2019; LUNA, 2017; BELIN; RIZZOTTO, 2021.

após a publicação de uma reportagem sobre o tema⁷, pela pastora Damares Alves, então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e atual senadora do Distrito Federal pelo partido Republicanos.

Tentativas de censura como a apresentada acima, contudo, não impedem que o assunto siga em circulação, especialmente quando estão disponíveis em espaços digitais materiais informativos importantes como diferentes protocolos de abortamento que orientam a mulher a realizar o procedimento de maneira segura, como o da própria Organização Mundial da Saúde, por exemplo.

A Argentina, por sua vez, tem 45,3 bilhões de habitantes, dos quais 51,7% são mulheres. Da população total, 80% são usuários de internet e 79,3% são usuários ativos de redes sociais digitais (STATISTA, 2021). Segundo o levantamento We Are Social, do Hootsuite, 90,4% dos usuários de internet entre 16 e 64 anos utilizaram o Facebook no último mês, em referência à realização da pesquisa, e outros 92,9% utilizaram o WhatsApp (DIGITAL, 2021). Este, por sua vez, está nos smartphones de 76% dos usuários de internet na Argentina (CLARIN, 2019). Segundo levantamento de Gisela Delfino, Fernanda Sosa e Elena Zubieta (2011), mulheres são as principais usuárias desses dispositivos com a finalidade de acesso a aplicativos de conversação. No país, a internet e, mais especificamente, as redes sociais digitais, tiveram importante papel no impulsionamento de discussões que impactam de maneira direta a vida das mulheres, como o debate sobre feminicídio e a própria descriminalização do aborto (LAUDANO; ARACRI, 2021).

É inegável a onipresença das RSD e dos aplicativos de conversação (apps) no cotidiano de homens e mulheres, que os empregam para diferentes finalidades e nas mais variadas situações. As conexões que se formam com base nas trocas nesses espaços são uma das maneiras pelas quais atualmente se constituem as chamadas “redes sociais de apoio” (ARILHA, 2011), estruturas compostas por laços familiares, de amizade, de solidariedade e de comunidade (PORTUGAL; MARTINS, 2011), que servem como uma espécie de lastro emocional, especialmente em situações de fragilidade ou vulnerabilidade.

As redes sociais e redes sociais de apoio serão discutidas mais detalhadamente no Capítulo 3. No entanto, quando se trata de grupos online, não se sabe ainda o que leva essas conexões a se formarem. Alguns aspectos que ainda não foram respondidos pelos estudos em comunicação dizem respeito a qual é o papel da comunicação na elaboração dessas redes,

⁷ "Revista faz reportagem sobre aborto e é denunciada por Damares". Fonte: Folha de São Paulo. Acesso em: <<http://bit.ly/3XOXD9H>>. Acesso em 29/01/2023.

qual é o sentido percebido na produção de narrativas constitutivas desses espaços e como essas narrativas ajudam a solidificar laços ali estabelecidos. Além disso, outro aspecto importante a ser discutido é a relação entre as redes sociais de apoio e a formação de contrapúblicos, e de que maneiras esses dois modelos de reunião de indivíduos são operacionalizados pelas mulheres para transformação de situações e condições de vidas que as subalternizam ou oprimem.

Diferentes abordagens sobre internet e mídias sociais digitais se dedicam a compreender os aspectos que permeiam a comunicação nesses ambientes online, mas o maior volume de esforços neste sentido se debruça sobre os de livre acesso — fóruns abertos, fanpages no Facebook, caixas de comentários em sites jornalísticos, entre outros —, onde as relações que se constroem são outras. Por isso, a pesquisa em tela busca tensionar a percepção das pessoas que frequentam grupos fechados nas mídias sociais, detendo-se principalmente sobre os que são temáticos, com assuntos relacionados a direitos sexuais e reprodutivos, mas também aqueles que são formados por mulheres e que possuem abertura para discussão desses temas, ainda que não sejam seu núcleo de conversa.

Ao analisar grupos de jovens mães australianas, Sophia Johnson (2015) sugere que esses espaços, que chama de “públicos íntimos virtuais”, são áreas em que estas se sentem confortáveis para compartilhar dúvidas e relatos, e também para buscar informações sobre questões que não estão à vontade para perguntar a outras mães conhecidas. Julie Chor e colegas (2019) identificam que, mesmo nos países em que a interrupção voluntária da gestação é legalizada, há uma probabilidade maior de que as mulheres comentem com pessoas muito próximas, sua rede de apoio, quando decidem interromper uma gestação. Em países onde a prática é criminalizada e, portanto, tem uma camada adicional de estigma, é possível que discutir as dúvidas sobre a gestação, desejada ou não, seja mais fácil para mulheres na internet, onde podem utilizar recursos como o anonimato para buscar informações online.

Margareth Arilha (2012), Debora Diniz e Alberto Madeiro (2012) analisam os caminhos das mulheres na busca por recursos de interrupção clandestina da gestação e comentam sobre a importância das relações pessoais e das redes de apoio informais na busca de informação sobre o tema, dada a dificuldade de obter esclarecimentos formais a respeito, mesmo nos casos em que a interrupção da gestação é autorizada — estupro, anencefalia do feto ou risco de morte para a mulher. Em todas as situações mencionadas, o papel da internet, das redes sociais online e dos apps de conversação vem cada vez mais se mostrando

importante, seja por esclarecer dúvidas ou proporcionar acesso a experiências de outras mulheres, seja por expor essas mesmas mulheres a mais desinformação ou a riscos advindos de pessoas mal-intencionadas que tiram vantagem da vulnerabilidade das usuárias.

Mansbridge (2009) sugere que, quando se trata das temáticas vivenciadas intimamente pelas mulheres — como é o caso da autonomia reprodutiva, por exemplo —, o assunto tende a se manter sob o véu do silêncio, na vida íntima de cada uma, até que ele se rompa e chegue primeiro a outras mulheres. Medos e incertezas são compartilhados com mães, irmãs e amigas mais íntimas. Esses espaços replicam a lógica dos coletivos terapêuticos femininos e feministas e reproduzem dinâmicas de grupos offline, que compartilham conselhos, dúvidas, angústias; são rodas de escuta, em que a experiência de uma pode ajudar as demais, e cujas conversas podem ou não levar a ações concretas. Já não se trata mais de um espaço fechado, pois os assuntos, ainda que íntimos, são compartilhados com dezenas, centenas, por vezes milhares, na tela do computador ou do *smartphone*. Mulheres de outras cidades, estados e países, interlocutoras que não se conhecem pessoalmente ou sequer trocaram mensagens online, mas que, ainda assim, prestam suporte emocional e, em diversas ocasiões, até mesmo material.

Relatos nos grupos incluem de descrições minuciosas de relações sexuais a denúncias de abusos e violência doméstica, além de compartilhamentos de diagnósticos de doenças e conselhos sobre relacionamentos familiares, amorosos e profissionais, relatos de assédio moral no trabalho, dúvidas sobre a criação dos filhos, discussões sobre a participação dos maridos nas atividades domésticas, entre tantos outros tópicos compartilhados diariamente.

Por mais que não pertençam mais à esfera privada, tampouco podem ser consideradas trocas afeitas à esfera pública. São grupos fechados, acessíveis somente a outras mulheres, se aprovadas pelas moderadoras — embora estejam vulneráveis ao vazamento de informações e à presença de homens que utilizam perfis anônimos, entre outras possibilidades de invasão. A que dimensão social e comunicativa pertencem, então, esses espaços online? Nesta pesquisa, sugere-se que se trata de uma área interseccional entre as duas, uma zona entre esferas. Um âmbito que, assim como os antigos grupos de reflexão, oferece às participantes a sensação de privacidade, ao mesmo tempo que proporciona a possibilidade de tornar suas pautas políticas ou de transformar suas demandas em ação prática. As diferentes maneiras de compreender estes espaços entre esferas, a partir da coluna

habermasiana do conceito de esfera pública e da dicotomia público-privada observada em teorias feministas, serão discutidas em seguida, no segundo capítulo.

2 PERSPECTIVAS SOBRE A ESFERA PÚBLICA

“Públicos são criaturas estranhas. Você não tem como apontar para eles, contá-los ou olhar em seus olhos. Mas você também não tem como evitá-los facilmente”.

Michael Warner, em *Publics and Counterpublics*.

As fronteiras entre público e privado se tornaram mais concretas, segundo Jürgen Habermas (1984), com o declínio da nobreza, no século 18. Quando lançou *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, em 1962, o autor estava preocupado em compreender o papel da burguesia na transformação das sociedades desde o fim da Idade Média até o começo do século 20. Segundo a recuperação histórica de Habermas, quando se separam Estado e Sociedade e a burguesia europeia passa a sair de suas casas para atividades como discutir literatura e/ou política em espaços de convivência, cafés e clubes, a política começa a ser praticada também fora dos castelos. A ideia de esfera pública compreende, a partir daí, um domínio da vida social aberto à deliberação coletiva, nos quais os sujeitos, as empresas e o estado coexistem, trocam e se relacionam — a “esfera das pessoas privadas reunidas em um público” (HABERMAS, 1984, p. 42).

É no princípio da troca pública de razões entre indivíduos privados que se enraíza a concepção habermasiana normativa de uma esfera social que tem como motor a deliberação. Para que ela exista, são requisitos a igualdade, a universalidade e a abertura (IDEM, p. 51); todos os indivíduos podem participar em condições equivalentes do debate.

O último critério normativo, o da abertura, é para Wilson Gomes (2006) a principal característica do que Habermas entende por esfera pública: justamente o amplo acesso a todos e a possibilidade de participação de quem quer que seja. Na evolução do conceito, outros critérios foram sendo incorporados como normativos para o bom funcionamento da esfera pública como *locus* da deliberação pública, de modo que as trocas deliberativas sejam a própria base da democracia (CHAMBERS, 2009). A ideia de uma democracia deliberativa se expande quando nascem os meios de comunicação e as plataformas digitais. O aprofundamento da teoria deliberativa não é o objetivo desta pesquisa, uma vez que busco discutir as dinâmicas de interação e as perspectivas das pessoas envolvidas nas conversações, mais do que suas características normativas. Já a relação entre esfera pública e internet será discutida mais à frente, no item 3 deste capítulo.

Entendo que, enquanto fenômeno de transformação social paralelo à estatização progressiva da sociedade, a mudança estrutural da esfera pública identificada por Habermas

engloba um alargamento da distância entre o público e o privado que torna possível o acesso à política a quem não tem meios econômicos para gerar transformações sociais e lutar por seus próprios interesses — algo impensável em estruturas feudais, por exemplo. Tal cenário se acentua especialmente depois da implementação de iniciativas como o sufrágio universal, no século 19, quando o impacto decisório do povo passou a concorrer com o de grupos privilegiados, e a consolidação dos meios de comunicação de massa, que amplificaram e transformaram o entendimento do conceito.

Neste capítulo, serão discutidos os elementos e as características que separam e aproximam as esferas pública e privada nas últimas décadas. No primeiro tópico, isso será feito tendo como chave o pensamento habermasiano, em diálogo com outras abordagens da dicotomia público/privado. No segundo, a mesma divisão é discutida a partir dos estudos feministas sobre o tema, como a proposta de abordagem de Maria Pia Lara, e os impactos históricos dessa divisão para as mulheres. Em seguida, ambas as perspectivas são alinhavadas para discutir o uso dos ambientes digitais como arenas de negociação entre público e privado.

2.1 SENTIDOS DE PÚBLICO E PRIVADO

Ao discutir a mudança estrutural da esfera pública, Habermas (1984, p. 24) diz que “*privat* significa estar excluído, privado do aparelho do Estado, pois *público* refere-se entretanto ao Estado formado com o absolutismo e que se objetiva perante a pessoa do soberano”. Nesta interpretação, privado é tudo o que não diz respeito ao Estado; são as liberdades individuais e o que se encontra à margem das decisões dos governantes – mesmo quando se trata dos regimes democráticos. Essa linha, contudo, não é tão evidente e os próprios conceitos de público e privado variam.

O público é vislumbrado enquanto uma esfera de negociação e de legitimação política. A esfera pública burguesa é entendida enquanto um “princípio organizacional do nosso ordenamento político” (HABERMAS, 1984, p. 17), no sentido de que é um domínio essencial à discussão que precede a elaboração de leis e a tomada de decisão do Estado. A publicidade é entendida, assim, como um “princípio de mediação entre política e moral” (IDEM, p. 126), no qual indivíduos privados negociam interesses, demandas e necessidades. “As funções políticas, jurídicas e administrativas foram reunidas no poder público. ‘Privado’ era o setor separado dessa esfera pública, mas de modo algum já no sentido de uma liberação

de regulamentação pela autoridade” (HABERMAS, 1984, p. 94). O sentido de privado, assim, engloba uma certa dualidade: livre do domínio do Estado, mas ao mesmo tempo vulnerável quanto à sua proteção, enquanto o público está atrelado à organização, à administração e à regulação das normas sociais.

Historicamente, o nascimento da ideia de “sociedade” canalizou alguns dos processos da vida cotidiana para o domínio público. Recuperando o significado do trabalho na trajetória do homem, por exemplo, Arendt (2019) aponta para o fato de que sociedades pré-industrialização tinham na atividade artesanal o cerne do trabalho, que era ligado ao sustento das famílias ou ao desenvolvimento de uma atividade artística, permanecendo conectada à privacidade dos indivíduos. A profissionalização e a divisão do trabalho transformaram este cenário, fazendo com que as mesmas atividades passassem a fazer mais sentido no domínio público — como o mais evidentemente político dos dois. Argumentaremos mais adiante, contudo, que também há política no âmbito privado, considerando como as mulheres, por exemplo, operacionalizam os encontros e as dinâmicas com outras mulheres na esfera privada como forma de resistência a imposições do Estado sobre a autonomia sobre o corpo.

A relação da propriedade com a dicotomia público-privado, segundo Arendt, está relacionada às origens do conceito e remete à pólis grega, em que aqueles que não detinham posses eram privados de falar em público, ou seja, relegados ao ambiente doméstico. Na evolução das relações sociais, de certa maneira a ausência de bens materiais, manifestada numa condição financeira e social de marginalização, também significa menor acesso ao “domínio público”. Arendt não usa o termo “esfera pública”, e sugere que as interações entre os sujeitos são o combustível deste domínio, uma vez que “tudo o que os homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em que se possa falar sobre” (ARENDR, 2019, p. 5).

A abordagem filosófica de público e privado desenvolvida por Arendt debate a essência da condição humana e analisa aspectos que, desde a Grécia Antiga, contribuem para compreender quem são os seres humanos a partir da maneira como se relacionam com os outros por meio de seu trabalho, de sua obra e de suas ações, condições essenciais da “vida activa”, a essência dos seres humanos livres que se dedicam a “assuntos públicos-políticos” (ARENDR, 2019, p. 15). Embora não seja a coluna principal para a abordagem da dicotomia público-privado nesta pesquisa em tela, a autora contribui para evidenciar a

importância das trocas entre os indivíduos na constituição e no diálogo entre estes espaços, valorizando os processos de comunicação que ocorrem entre a esfera pública e a privada⁸.

Neste ponto, a perspectiva de Arendt se aproxima, de alguma maneira, à habermasiana, já que, segundo Gomes (2008), talvez a mais importante contribuição de Habermas para este debate tenha sido justamente evidenciar o impacto da comunicação — especialmente a comunicação e a cultura de massas — para a transformação das sociedades.

Segundo Arendt (2019, p. 40), nas sociedades modernas é impossível “perceber qualquer abismo relevante” entre a esfera social e política.

com a ascendência da sociedade, isto é, do "lar" (*oikia*) ou das atividades econômicas ao domínio público, a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em preocupação "coletiva". No mundo moderno, os dois domínios constantemente recobrem um ao outro, como ondas no perene fluir do processo da vida. (ARENDR, 2019, p. 40).

Ainda assim, cada esfera conserva peculiaridades, de maneira que as interações entre público e privado sejam operadas estrategicamente pelos agentes sociais. Nas democracias contemporâneas, “um público não é uma mera aglutinação de indivíduos, mas uma reunião de pessoas privadas, isto é, livres, capazes de apresentar posições discursivamente, de transformá-las em argumentos e de confrontar-se com as posições dos outros” (GOMES, 2008, p. 39 e 40). Contudo, a formação destes públicos de sujeitos livres deixa algumas lacunas. Livres, aqui, são aqueles indivíduos que não estão em situações de privação de liberdade e direitos políticos — como seria o caso de pessoas escravizadas ou da população prisional. O que não está contemplado com tanta ênfase na abordagem habermasiana, contudo, são os aspectos subjetivos e nuances das estruturas sociais que impedem que os indivíduos, mesmo livres, não tenham sua participação garantida na esfera pública. Habermas, de fato, não aprofunda a discussão sobre estes sujeitos que se tornam excluídos dos públicos. Embora descreva a ausência das mulheres na esfera pública, a perspectiva de gênero não é seu foco de atenção. Esse é o principal ponto de críticas feministas ao autor, pois sua teoria não está preocupada com a exclusão das mulheres da esfera pública. Se essa configuração de público só é possível com liberdade de pensamento e expressão e se os indivíduos estão em situação de igualdade, conforme discutido acima, então a esfera pública ideal não existe, pois não contempla a todos.

⁸ Conforme destacado durante a banca de defesa da tese pela prof^a Flávia Biroli, Hannah Arendt considera o domínio privado como essencialmente apolítico. A autora sugere que a política é construída principalmente no domínio público. Agradeço pelas observações feitas pela professora.

O que acontece na abordagem habermasiana é similar ao que Okin sugere sobre as leituras de Locke, Rousseau e Hegel: o emprego de uma “falsa neutralidade de gênero” (OKIN, 2008, p. 309). Seus textos referem-se aos indivíduos sempre no masculino e sempre falando ao “homem”, como se o emprego do masculino fosse uma maneira de generalizar, quando, na verdade, de fato tratavam do sujeito homem. Diz a autora que, “em grande medida, a teoria contemporânea, como no passado (ainda que de maneira menos óbvia), é sobre homens que têm esposas em casa” (OKIN, 2008, p. 311).

Para aprofundar a discussão sobre esse tema, na sequência serão tratadas a ausência das mulheres da esfera pública e o sentido desta dicotomia nas relações contemporâneas a partir de perspectivas feministas.

2.2 MULHERES E ESFERA PÚBLICA

Ao analisar a composição da esfera pública, em dois momentos Habermas menciona o lugar ocupado pelas mulheres burguesas. Primeiro, ao resgatar o papel de *salons* geridos por elas e que se tornaram locais informais de discussão política com alguma forma de presença feminina. Esses locais, contudo, muito rapidamente desapareceram da estrutura burguesa. Depois, ele trata das mulheres ao reconhecer a dependência econômica atrelada ao gênero nessas mesmas sociedades (HABERMAS, 1984, p. 64), especialmente nas famílias de pequenos comerciantes, nas quais o pai e marido eram o “déspota doméstico” (IDEM, p. 16), único responsável por tomar decisões. Mesmo quando menciona o contrato do casamento, Habermas não parece preocupado com a divisão sexual da sociedade. A esfera pública habermasiana é masculina pois o autor fala de um período em que as mulheres eram obrigadas a estarem ausentes da vida pública. Historicamente, nas sociedades europeias e ocidentais colonizadas, cabe às mulheres ocupar-se da esfera privada, enquanto os homens se incumbem do que é político.

Ao analisar as sociedades francesa e britânica pós-revolução de 1789, Mary Wollstonecraft já colocava como problema a prerrogativa masculina à tomada de decisões, que relegava as mulheres a um lugar meramente decorativo nos negócios familiares, nas empresas e nas cidades. Em *Reinvindicação dos Direitos da Mulher*, uma das obras mais emblemáticas da literatura feminista, a autora britânica manifestava profundo desprezo pela organização social marcada pela diferenciação entre os sexos desde a infância. Meninas e meninos eram educados em separado e as mulheres não tinham acesso ao conhecimento. A

elas, restavam responsabilidades superficiais, e não poderiam participar dos assuntos profissionais, econômicos e dos negócios familiares, reservados aos homens.

Defensora da educação compartilhada e do amor livre, Wollstonecraft advogou enfaticamente pela necessidade de interromper essa tendência a tornar as mulheres “objeto de piedade, quase de desprezo” (2016, p. 107), seres dedicados às atividades manuais e irracionais, à futilidade, à vida doméstica, à dependência completa dos pais e, depois, dos maridos e dos próprios filhos, de forma que nunca poderiam subsistir sozinhas e tampouco contribuir para o desenvolvimento da família ou auxiliar seus esposos nas atividades. Ela foi, dessa forma, uma das primeiras autoras a defender que questões de ordem privada eram os principais limitadores do pleno desenvolvimento das mulheres, um contexto que só seria transformado caso elas mesmas passassem a exigí-lo, mas também caso os homens deixassem de olhar para suas companheiras como meros ornamentos.

Outra obra clássica da literatura feminista que abriu caminho para a discussão sobre o tema foi *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. O livro resgata séculos de interações entre os gêneros, passando por sociedades patriarcais até chegar à metade do século 20, e defende que a dependência financeira é a base da dominação, refletida nos afazeres domésticos, na sexualidade reprimida ou diminuída e na relação de propriedade entre homens e mulheres.

Beauvoir acionou a biologia, a sexualidade, as relações de poder e a infidelidade, e também apontou formas de resistência encontradas pelas mulheres, cuja resposta à opressão acontecia majoritariamente na individualidade, na solidão do lar, já que, então, não era costumeira a reunião de mulheres para discussão de problemas coletivos. Defendeu que a “igualdade só se poderá restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo o sexo feminino na atividade pública” (BEAUVOIR, 2016, p. 85).

Assim como Habermas, Beauvoir também fez menção à sociedade burguesa, mas sua ótica com relação à esfera pública destas sociedades é outra. Para ela, a revolução que resultou no surgimento da burguesia foi pensada por e para homens, de forma que as mulheres se tornaram ainda mais isoladas dos debates e dos processos de tomada de decisão do que antes. As mulheres burguesas, segundo ela, estavam integradas demais às próprias famílias — e, portanto, isoladas umas das outras e do restante da sociedade — para encontrar espaço junto às outras mulheres e para se organizarem enquanto movimento.

É o desejo de romper com essa condição desigual que justifica o movimento sufragista, na visão de Beauvoir. “Somente quando as mulheres se integraram na vida sindical é que puderam defender seus próprios interesses e deixar de pôr em perigo os da classe operária em seu conjunto” (BEAUVOIR, 2016, p. 170). Cabe aqui uma ressalva importante no que diz respeito aos recortes de raça e classe: as mulheres negras e aquelas em situações de marginalidade econômica já trabalhavam e eram subordinadas às mesmas mulheres que mais tarde se tornaram sufragistas, com sua mão de obra explorada. Contudo, as diferentes camadas de subalternidade das mulheres negras e de classes sociais menos privilegiadas impediam que as pautas femininas ganhassem projeção.

Pateman, por sua vez, atribui ao nascimento do chamado “contrato social” o surgimento da dicotomia entre uma esfera pública e outra da privacidade. A partir do momento em que surgem as legislações, as demandas por igualdade e a legitimação da liberdade dos indivíduos, nasce também a esfera pública, e com ela uma dimensão que se resguarda destes âmbitos por meio da privacidade.

A esfera privada, feminina (natural) e a esfera pública, masculina (civil) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado. (PATEMAN, 1993, p. 28).

Embora a esfera da privacidade, natural, seja “feminina”, e a da publicidade, a civil, seja “masculina”, o patriarcado e a dominação dos homens atravessam as duas esferas.

Mais recentemente, as atribuições domésticas que mantêm as mulheres confinadas à esfera privada se tornaram pautas de vertentes do movimento feminista, especialmente o estadunidense. A dedicação aos assuntos domésticos e o limbo de atividades profissionais e atuação política das mulheres foram temas de obras como *A Mística Feminina*, de Betty Friedan, que questiona os motivos que mantêm as mulheres em casa, mesmo depois que elas alcançam a possibilidade de estudar e construir uma carreira — o que já era possível às mulheres da década de 60 nos Estados Unidos, por exemplo, mas não era tão buscado, na prática, por medo do estigma.

Na mesma época, em 1970, a militante pelos direitos das mulheres Carol Hanish publicou um texto com o título “O Pessoal é Político”, em uma cartilha sobre os direitos e a liberação das mulheres. O conteúdo do artigo, de pouco mais de duas páginas, é até hoje um dos mais importantes manifestos do feminismo, pois reconhece a importância da participação das mulheres que se consideram “a-políticas” no movimento, mas também

porque ajuda a criar a conexão entre as ações, tarefas e responsabilidades cotidianas atribuídas às mulheres e seu conteúdo político.

Quando afirma que “o pessoal é político”, Hanish se refere às rodas de conversa entre mulheres que tomaram lugar em várias cidades norte-americanas nos anos 60. Esses encontros eram chamados de “terapia grupal” e serviam como uma prática terapêutica coletiva na qual, por meio do contato, das discussões sobre questões particulares e das trocas de experiências e angústias, as participantes construía laços e se fortificavam. Assim como os grupos de reflexão, contudo, esses espaços também traziam um inegável recorte de raça e de classe: eram pouco amigáveis a mulheres negras e com condições econômicas desfavoráveis, de maneira que elas vivenciaram essa fase de maneira entrecortada pelo preconceito racial⁹. Conforme já mencionado no primeiro capítulo, Hanish defende que esses encontros eram privados, mas propunham o compartilhamento de pautas políticas.

Okin (2008) chama a atenção para o fato de que tanto as militantes dessa fase nos Estados Unidos quanto as sufragistas europeias exerciam a militância e lutavam por seus direitos políticos conciliando questões privadas e, muitas vezes, utilizando a própria privacidade como argumento. Segundo ela, as feministas que lutavam pelo sufrágio e pelo direito à educação argumentavam que essas questões fariam delas mães e esposas melhores, mas que “aceitaram a suposição prévia de que a associação estreita com a esfera doméstica e a responsabilidade da mulher por essa mesma esfera eram naturais e inevitáveis” (OKIN, 2008, p. 312 e 313).

Separar privacidade e publicidade tem, para Okin (2008), duas ambiguidades importantes. A primeira está relacionada a duas distinções conceituais centrais: Estado *vs* Sociedade e Vida Doméstica *vs* Vida não Doméstica. Naquela, o domínio socioeconômico é incluído na esfera privada, no sentido de que o trabalho e as atividades profissionais não dizem respeito ao Estado, e sim à sociedade. Nesta, o domínio socioeconômico é incluído na esfera pública, se considerarmos que, dentro de uma estrutura familiar, o trabalho tradicionalmente é feito pelos homens e feito fora de casa, longe do círculo mais restrito da vida privada. Para a autora, essa distinção é crucial para observar a questão a partir de uma perspectiva que considere o fator gênero.

⁹ Para bell hooks, a ideia de coletividade que parecia tão nova para as mulheres brancas era algo cotidiano entre as mulheres negras. “Mas eu nunca havia conhecido uma realidade em que as mulheres não estivessem juntas, em que as mulheres não ajudassem, protegessem e amassem umas às outras profundamente. Eu não conhecia nenhuma mulher branca que ignorasse o impacto da raça e do gênero sobre seu status social e sua consciência” (hooks, 2019, p. 41). Outras maneiras de tratar a dicotomia público-privado a partir dos recortes de raça e colonialidade serão discutidos nos próximos tópicos.

A segunda ambiguidade a que ela se refere diz respeito à divisão sexual do trabalho, na qual homens se ocupam da esfera pública da vida, a econômica, enquanto as mulheres são tradicionalmente “responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e da reprodução” (OKIN, 2008, p. 308). Os direitos de privacidade que decorrem dessa dicotomia muitas vezes favoreceram a opressão das mulheres pelos homens. Em outras palavras, a privacidade, que deveria proteger a intimidade das mulheres, na verdade é usada para oprimi-las.

Assim, novas interpretações vêm sendo propostas para a afirmação do “pessoal é político”, que rediscutem como, quanto e quando o pessoal é ou deve ser político, e quando o estado deve ou não interferir na individualidade, bem como os efeitos dessa divisão para as mulheres. Para além da militância, a teoria feminista e a própria literatura sobre comunicação debatem as características e consequências da dicotomia a partir de uma série de perspectivas que contribuem para o debate, de maneira complementar ou contrapondo-se à ideia de esferas neutras. Essas visões serão discutidas no próximo tópico.

2.2.1 As consequências da mulher relegada à esfera privada

Antes de discutir mais diretamente as dinâmicas contemporâneas dentro dos grupos que são objeto desta pesquisa, cabe recuperar alguns pontos importantes de reflexão sobre a dicotomia público/privado. Do ponto de vista feminista, a separação entre público e privado perpassada pelo gênero tem pelo menos quatro impactos sobre as mulheres: 1) a manutenção dos índices de violência doméstica; 2) a limitação do potencial das mulheres ou a dominação dos homens; 3) a exploração ou divisão sexual do trabalho; 4) a limitação da autonomia sobre o corpo feminino.

O fato de que uma parte significativa das agressões físicas e casos de violência contra a mulher no Brasil é cometida dentro das casas e por um companheiro¹⁰ é a principal evidência das consequências da proteção à privacidade em questões envolvendo mulheres. A preservação da intimidade se torna um mecanismo de garantia da opressão e dos abusos que acontecem em locais que deveriam ser seguros, como o lar, já que, embora possuam respaldo para lidar com esses casos em instâncias como a Justiça, as mulheres ou são

¹⁰ Dados da Rede de Observatórios de Segurança coletados na Bahia, no Ceará, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em São Paulo mostram que, em 58% dos feminicídios registrados, os responsáveis eram companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Fonte: <<https://bit.ly/3AHUFoX>>. Acesso em: 02 Mar. 2022.

negligenciadas pelas autoridades ou não encontram maneiras de chegar até essas vias. Além disso, a cultura do silenciamento e o estigma em torno de casos como os de violência doméstica contribuem para a perpetuação de situações assim (MIGUEL; BIROLI, 2014). Isso acontece, para Miguel e Biroli, porque as dinâmicas domésticas são calcadas em relações de poder diretamente relacionadas com a dicotomia público/privada, como a noção de que uma agressão deve ser tratada no âmbito da intimidade.

Por outro lado, é importante destacar mais uma vez que essa abordagem segue uma lógica ocidental e racializada, conforme aponta bell hooks (2019, p. 72): “Se existem feministas brancas para quem a família é primordialmente uma instituição de opressão (talvez por ter sido a estrutura social na qual sofreram abusos e exploração), muitas mulheres negras veem a família como a instituição menos opressiva de todas”. No Brasil, as mulheres negras são as principais vítimas de violência¹¹, inclusive da violência doméstica, mas é essencial considerar que a família aparece enquanto um espaço ainda mais complexo se considerarmos a questão racial.

O segundo impacto, denunciado ainda no século 18 por Mary Wollstonecraft, é a negligência do crescimento das mulheres em prol do dos companheiros, limitando o potencial dela para que o homem possa desenvolver o dele. O que Friedan chamava de “mística feminina” (2020) consiste justamente em um mal “misterioso” que assolava mulheres de classe média e média-alta na metade do século 20. Mulheres que haviam estudado, cursado ensino superior, mas que não praticavam sua profissão e atuavam como donas de casa, sentiam uma frustração inexplicável — que, depois se entendeu, era a consciência de não estar alcançando todo o seu potencial na esfera profissional e a sensação de estar negligenciando sua capacidade e suas habilidades para priorizar tarefas domésticas.

Isso acarreta reflexos na política institucional, gerando um efeito de bola de neve que leva à baixa participação de mulheres como candidatas a cargos políticos. Para Anne Phillips, o feminismo se tornou uma evidência de que as democracias atuais não são verdadeiras, à medida que a possibilidade de votar ou escolher entre dois representantes de partidos não é o mesmo que ter uma participação política igualitária. Para Phillips, o “gênero muda e deve mudar o modo como pensamos a democracia” (2011, p. 341), ou seja, é preciso

¹¹ Segundo o relatório institucional do Atlas da Violência do IPEA, em 2019, o Brasil registrou 3.737 mulheres assassinadas e outras 3.756 foram mortas de forma violenta, sem indicação de causa. No mesmo ano, 66% das mulheres assassinadas eram negras. O relatório não mostra a causa de morte das mulheres, mas outros levantamentos elaborados em algumas regiões evidenciam os riscos operados pelos parceiros. Fonte: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em 02 mar. 2022.

repensar a democracia observando a diversidade e as particularidades e demandas dos grupos de pessoas, não de um indivíduo universal (e homem).

Uma das críticas de Phillips ao liberalismo é que ele ignora a exclusão de grupos inteiros dos sistemas políticos, e que muitas vezes essa exclusão é mascarada de igualdade. A luta por igualdade salarial, por exemplo, é legítima, mas vai muito além da simples visão binária de gênero. A representatividade parlamentar é outro exemplo. Para ela, há outras questões que complexificam o problema e que mantêm o poder nas mãos de grupos dominantes; mesmo quando há representatividade feminina, ela é menos eficiente quando as mulheres no poder são neoliberais. Ao mesmo tempo, a autora ressalta as várias camadas que existem nos sistemas atuais e a dificuldade de defender representatividade equivalente a todos os grupos. As diversas limitações que impedem as mulheres de uma participação política mais cotidiana e efetiva em esferas institucionais e efetivas estão ligadas às suas tarefas domésticas. Não apenas porque o tempo das mulheres é ocupado com isso, mas porque, entre os aprendizados voltados a esse tipo de atividade, as mulheres incorporam a subserviência e a necessidade de atuarem sempre como pessoas cuidadosas, amáveis e simpáticas, pouco combativas (PHILLIPS, 2011, p. 353).

A lógica da mulher “cuidadora” e a associação das capacidades ao gênero também estão relacionadas à terceira consequência da dicotomia público-privado, a da exploração da mão de obra da mulher e/ou divisão sexual do trabalho. Segundo Pateman (1993), o contrato de convivência social da vida contemporânea tem implícito um segundo contrato, que tem a ver com as relações sexuais e amorosas, ou, mais especificamente, com o casamento, e que funciona como um mecanismo para subjugar as mulheres a partir da sua força de trabalho. Únicas ou principais responsáveis pelas tarefas domésticas cotidianas, que vão desde a limpeza da casa e o cuidado com os filhos até a carga mental da preocupação com o bom funcionamento do lar, as mulheres não conseguem se dedicar da mesma maneira ao trabalho ou então têm muito mais dificuldades do que os homens para a dedicação integral, salvo exceções. Não apenas o trabalho doméstico não é remunerado, como gera uma relação de vulnerabilidade (BIROLI, 2018, loc. 536), em que as mulheres têm menor autonomia em relação aos homens, com menos tempo disponível para lazer e entretenimento, e com remunerações mais baixas.

A quarta consequência da dicotomia público-privado diz respeito à falta de autonomia das mulheres em relação às suas liberdades e a seus direitos sexuais e reprodutivos. Em pleno século 21, mulheres de diferentes regiões do mundo encontram

dificuldades para decidir sobre aspectos como os métodos contraceptivos ou como manter ou interromper uma gestação indesejada. No Brasil, por exemplo, até hoje há planos de saúde que exigem autorização do marido para implementação de Dispositivo Intrauterino (DIU); o procedimento de laqueadura na saúde pública ainda demandava, até o começo de 2023, a assinatura do parceiro, conforme citamos no primeiro capítulo. A cultura patriarcal reforça a legitimação dessas exigências, na prática, o que sem dúvida consiste em um tipo de violência contra as mulheres.

Além disso, mulheres sofrem cotidianamente constrangimentos em situações das mais corriqueiras, desde o julgamento do caixa da farmácia durante a compra de uma pílula do dia seguinte até a falta de assertividade dos profissionais no consultório médico ao buscar métodos contraceptivos eficientes ou ao solicitar mais informações sobre possibilidades seguras de exercer sua sexualidade sem engravidar. Tais situações cotidianas são ainda mais graves se considerado o contexto do direito ao aborto, conforme discutido no Capítulo 1. Essa continua sendo uma questão cercada de tabus e polêmicas na esfera pública, na qual a discussão acontece a partir do senso comum, enquanto na intimidade ainda é recorrente que milhares de mulheres diariamente coloquem a vida em risco buscando métodos inseguros de interrupção de uma gestação indesejada¹².

Como é relegado ao espectro da privacidade e considerado um tema que deve ser decidido no núcleo familiar — implicitamente, pelos homens —, a pauta da autonomia reprodutiva é constantemente relegada a segundo plano nas instâncias políticas e negligenciada na esfera pública. Embora diga respeito a ambos os gêneros, esse tipo de decisão afeta mais as mulheres e impacta os aspectos citados acima.

Esse ponto da divisão entre público e privado inevitavelmente coloca a mulher em posição de ser pensada sempre em relação à família. Se, por um lado, há uma crítica feminista à generalização do “instinto materno”, é preciso ponderar que o uso do trabalho remunerado como libertação das tarefas domésticas e familiares, por sua vez, transfere o local de opressão do doméstico para o domínio profissional, sob uma ótica liberal.

¹² Segundo a Pesquisa Nacional de Aborto 2016 (DINIZ et al., 2017), 503 mil abortos foram feitos no país em 2015. No mesmo ano, uma a cada 5 mulheres brasileiras de até 40 anos afirmavam já ter interrompido pelo menos uma gestação até esta fase da vida. Entre as mulheres que realizaram aborto naquele ano, 55% delas precisaram de atendimento médico e internamento hospitalar depois do procedimento, realizado sem o acompanhamento de um profissional de saúde. Nos piores cenários, o aborto é causa de mortes de mulheres. Entre 2006 e 2015, o Ministério da Saúde contabilizou 770 óbitos de mulheres tendo como causa informada o aborto, considerando espontâneo, provocado ou não especificado. Contudo, a subnotificação e categorização equivocada dificultam o levantamento de dados de maneira precisa e estima-se que o número de óbitos seja maior (CARDOSO; VIEIRA; SARACENI, 2020).

Também é importante ressaltar que todos esses impactos e o debate sobre as mulheres e a esfera pública em geral partem da maneira como as sociedades ocidentais — europeias e aquelas que sofreram sua influência por meio da colonização — vislumbram a questão. A antropologia encontra diversas situações em que essa separação de esferas se manifesta de maneira diferente ou simplesmente não aparece, como é o caso de sociedades matriarcais pré-colonização nas Américas e na África pré-coloniais.

A exclusão das mulheres das arenas de debate público não é reconhecida, por exemplo, nas comunidades iorubás — localizadas principalmente onde hoje está o norte da Nigéria — até a chegada e dominação dos colonizadores europeus. Ao analisar a estrutura social dos iorubás, Oyèrónké Oyèwùmí evidencia que foi a imposição da cultura colonial que criou a esfera pública nesta região, o que levou não só à inferiorização das pessoas negras como também à desvalorização das “anafêmeas” — pessoas que possuíam a anatomia da fêmea, mas que não eram entendidas socialmente enquanto mulheres, já que não existia a divisão social por gênero. Para Oyèwùmí (2014, p. 99), “o gênero é socialmente construído, a categoria social ‘mulher’ não é universal”; assim, sem considerar gêneros e seus papéis dentro de uma comunidade, não existia atuação com base nesses critérios.

No outro lado do atlântico, um grupo étnico bastante organizado e aberto a modernizações que mesclam sua cultura tradicional com as heranças espanholas da colonização são as zapotecas (MIANO, 1994), um dos povos mais politizados entre as culturas pré-colombianas que resistem em território mexicano. Os zapotecas ocupam uma parte do Istmo de Tehuantepec, na região mais estreita de terra do país, e têm por característica a forte presença das mulheres em todas as esferas sociais. Eles não chegam a serem considerados um matriarcado em sentido estrito, mas possuem uma estrutura com bastante equivalência na participação e articulação de ambos os gêneros em todas as dimensões. A divisão sexual do trabalho nas sociedades zapotecas costuma definir a produção como atividade masculina e a distribuição dos produtos como feminina, mas isso não interfere em prestígio ou rendimentos. É frequente que a mulher seja melhor remunerada do que os homens e que seja ela a responsável pela administração dos recursos financeiros das famílias, bem como pela manutenção de festas e costumes zapotecas. Apesar da centralidade na atuação e organização social e política, elas raramente ocupam cargos na política institucional, o que só passou a acontecer com mais frequência na década de 90. Ainda assim, a sociedade zapoteca não demonstra uma divisão entre público e privado a espelho do restante do México. Segundo Marinella Miano (1994, p. 79), trata-se mais de

uma dicotomia étnica/não étnica em que os homens assumem a responsabilidade pela garantia política da manutenção da cultura diante das ofensivas colonialistas, enquanto as mulheres se encarregam da economia, do âmbito social e cultural das comunidades.

Há, ainda, exemplos como o da Revolução Russa de 1917, quando houve uma tentativa de implementar um formato de criação coletiva dos filhos e divisão do trabalho de maneira que tanto homens quanto mulheres pudessem obter condições similares de tempo para outras atividades que não as domésticas e pudessem atuar profissionalmente. Embora com alguma resistência de setores mais conservadores, os bolcheviques acreditavam que, “se as mulheres não participassem da vida política e cultural, suas relações com os homens não poderiam ser baseadas em respeito mútuo” (GOLDMAN, 2014, p. 25). A solução dos revolucionários era separar o trabalho doméstico do lar, transformando tarefas tradicionalmente “femininas” e não pagas, como limpeza dos lares, preparo das refeições e criação dos filhos, em atividades remuneradas. Devastado pela guerra civil e pela fome, o país não levou adiante o projeto de criação socializada das crianças, que foi interrompido em 1926 (IDEM, p. 140), mas o modelo traz algumas pistas importantes sobre a noção de que a presença equivalente das mulheres na esfera pública e nos ambientes políticos depende diretamente da divisão sexual do trabalho.

Os casos da etnia iorubá e das comunidades zapotecas, bem como a experiência russa durante a Revolução de 1917 e o fato de esses exemplos serem exceções revelam a prevalência da estrutura eurocêntrica e ocidental dos locais destinados às mulheres e aos homens nas sociedades. Contudo, isso não significa que não existam aspectos que atravessam ambas as esferas e elementos que parecem tornar mais difuso o limite entre elas.

Carole Pateman (1993) e Susan Okin (2008) estão entre as autoras para quem a separação entre esfera pública e privada é uma “falsa dicotomia”, já que não existem apenas duas esferas, mas sim diversas nuances, fronteiras e níveis de publicidade. A abordagem da mexicana Maria Pia Lara é similar. A autora debate as estratégias encontradas pelas mulheres feministas para conquistar espaço na esfera pública nas últimas cinco décadas: o uso de narrativas pessoais e dialógicas com outros grupos, conforme será discutido a seguir.

2.2.2 Associando moral e estética por uma narrativa feminista na esfera pública

Alinhada à Teoria Crítica, Lara (1998) faz uma aproximação da abordagem habermasiana de esfera pública a partir do conceito de “atos de fala” de Austin, de um ponto

de vista que considera o papel das narrativas na construção de uma imagem pública do feminismo. O que ela entende como “força ilocucionária” é a capacidade de encontrar pontos de convergência em discursos distintos e, muitas vezes, opostos. Essa força ilocucionária está no centro das análises da autora com relação aos movimentos sociais e suas maneiras de entrada na esfera pública para ampliação do alcance de suas pautas junto ao público geral, não mobilizado. Nesse sentido, a força ilocucionária do feminismo consiste em aproximar moral e estética, o que levou os movimentos de mulheres a obter espaço narrativo e gerou mais empatia na esfera pública.

Meu objetivo tem sido elaborar uma teoria de como os movimentos sociais, por meio de suas intervenções na esfera pública, criam e geram solidariedade por meio de narrativas, que demandam reconhecimento e, ao mesmo tempo, buscam redefinir a compreensão coletiva de justiça e bem viver ao propor novas visões de transformação institucional. (LARA, 1998, p. 1).

Uma vez que as pautas que impactam as mulheres são coletivas, temas como a sujeição das mulheres, a violência doméstica e a desigualdade salarial por gênero não chegam à esfera pública sem mobilização que desperte atenção. A maneira — bem sucedida, segundo a autora — pela qual os coletivos feministas vêm alcançando essa projeção e rompendo as bolhas generificadas passa pela interrelação do que Hannah Arendt chamou de duas “esferas de validade”: a moral e a estética (LARA, 1998, p. 36). A esfera moral diz respeito à justiça, ou seja, aos direitos negados e à busca das mulheres pelo reconhecimento de suas capacidades e possibilidades, enquanto a dimensão estética concerne à forma como essas reivindicações são apresentadas — nesse caso, lançando mão de recursos como a arte e a literatura, por exemplo.

Lara argumenta que a porta de entrada das mulheres à esfera pública foi justamente a literatura, através de recursos como as biografias e autobiografias. Transformando suas histórias reais em obras de arte, contando suas histórias de vida e comovendo a sociedade com suas vivências — ainda que romantizadas —, elas conseguiram ampliar o alcance das pautas feministas com pessoas reais como estandarte das campanhas e penetrar lentamente os tecidos sociais, ou as texturas morais da sociedade (LARA, 1998, p. 84). Esse movimento foi capaz de transformar a concepção de setores mais conservadores para a aceitação de temas como a abertura de algumas profissões, antes essencialmente masculinas, também às mulheres, além do acesso ao divórcio e até mesmo a aprovação do direito ao aborto em alguns países.

As narrativas são, assim, um recurso fundamental das lutas das mulheres para alcançar a esfera pública, desde que sejam voltadas a integrar e não excluir. Ela defende que

todo consenso é excludente (LARA, 1998, p. 60; MOUFFE, 2015, p. 17; YOUNG, 2001), então orientar o debate para a concordância pode ser justamente o problema da democracia na atualidade, na qual os pontos de vista estão cada vez mais irreconciliáveis. O que a autora propõe, assim como Mouffe (2015), é uma consideração das diferenças e dos conflitos. Mouffe acredita que o antagonismo é uma parte essencial da política e que nem todo conflito pode ser apaziguado a partir da deliberação. Para ela, sempre que há um conflito que demanda uma resolução por meio da discussão, uma ou mais partes terminam negligenciadas, descontentes ou oprimidas, silenciadas. Em vez de solucionar os conflitos, a proposta de Mouffe é colocá-los em perspectiva e evitar que recaiam em uma dimensão simplista de certo e errado. Nem toda disputa é um entrave entre bem e mal; há complexidades que estão além do consenso e que precisam ser consideradas.

Ao pensar a questão das mulheres nas democracias contemporâneas, como devem ser construídas narrativas que integram, e não excluam, mas que ao mesmo tempo contemplem a diversidade de pontos de vista e promovam uma maior igualdade de participação das mulheres na esfera pública? A solução que Lara aponta está no próprio feminismo: no uso da criatividade na elaboração de relatos comoventes e sensibilizadores, sem a intenção de apontar erros e evidenciar as incompatibilidades, gerando assim mais empatia e simpatia pelos personagens das histórias que são compartilhadas.

Narrativas assim elaboradas são, segundo a autora, emancipatórias, porque criam “novas formas de poder” e “novas maneiras de revidar contra injustiças passadas e presentes, assim tornando possíveis transformações institucionais” (LARA, 1998, p. 5). E é justamente isso que a teoria habermasiana não explica na visão de Lara: que essas estratégias são capazes de transformar o tecido social e romper com a lógica que rege as sociedades. Dito de outra forma, “o sucesso das mulheres em obter reconhecimento está intimamente ligado à forma como elas desenharam um novo significado de ‘público’”. (LARA, 1998, p. 7).

A proposta de Lara recebeu algumas críticas, vindas de pesquisadoras como Sylvia Walby, que defendem que, embora seja importante reconhecer a força das histórias das mulheres como ferramentas para romper algumas barreiras, é preciso lembrar que não há como operacionalizar todas as individualidades e particularidades para transformá-las em recurso político. Embora tenha alguma força, o *storytelling* feminista tem, para Walby, efeitos muito limitados, que despertam a solidariedade daqueles que já tendem a pensar de maneira similar, mas não têm tanto alcance externo. A autora defende, neste artigo, que o argumento, o debate fundamentado, podem ser mais importantes para os projetos

intelectuais e políticos do feminismo — mas não apenas dele — do que a consideração da diversidade de perspectivas sociais ou locais de fala. Ela argumenta que, por mais que essas comunidades tenham características próprias, não são impermeáveis. Comunidades, segundo Walby, se sobrepõem e se relacionam em um contexto global. Por isso, a perspectiva social é menos importante do que a força da troca de razões justificada.

O que Walby ignora, segundo Rita Felski, é o valor da particularidade. A autora entende o motivo pelo qual Walby recorre ao modelo de racionalidade comunicativa de Habermas na tentativa de pensar o feminismo, mas defende que há uma relação entre “ser racional” e “contar histórias”. Ainda que Habermas não oponha “razão” e “emoção”, mas entenda a racionalidade como algo que demanda algum tipo de justificação, o que a autora defende é que, ao conectar tão firmemente o conhecimento ao procedimento científico, Walby não deixa espaço para outras formas e estilos de argumento. Nesse sentido, Felski faz uma defesa do ato de contar histórias enquanto um poderoso mecanismo de convencimento do feminismo, como algo racional, não somente emocional.

Nos últimos 30 anos, a esfera pública foi inundada por narrativas que examinam e redescrevem todos os aspectos da vida do ponto de vista das mulheres. Esse vasto, rico e diversificado repertório de novos textos ajudou a definir a presença poderosa do feminismo na vida pública. (FELSKI, 2000, p. 227).

Essa perspectiva considera principalmente o período histórico de emergência do feminismo branco dos anos 70 nos Estados Unidos, movimento que também obteve espaço — inclusive midiático — na América do Sul. No Brasil, é notável a participação dos movimentos de mulheres no combate à ditadura militar e a articulação feminista durante a elaboração da Constituição Federal de 1988, período em que ganhavam muita força os grupos de reflexões em que se tratavam temas que iam dos dissabores domésticos às mais profundas e complexas questões políticas (HOLLANDA, 2019, p. 8). Em paralelo, também se desenvolvia no país uma teoria feminista que partia de trabalhos acadêmicos voltados a discutir desde a sexualidade até a condição política das mulheres brasileiras, e que, de fato, ponderam a importância dos relatos das mulheres na elaboração e melhor compreensão dos aspectos políticos das questões propostas pelas mulheres.

Na Argentina, encontra-se uma situação similar. Ao analisar a articulação entre academia e militância feminista no país, Valeria Hasan (2012) identificou um fenômeno parecido com o que Lara (1998) considera a força ilocucionária dos movimentos sociais em sua investigação. A chave para articular as diferentes frentes de atuação é a subjetividade: ao empregar viés pessoal na pesquisa científica e considerar as experiências da militância, é

possível conectar teoria e mobilização feminista. A ideia de experiência é importante, já que esta pode ser “resgatada como núcleo gerador de discursos e práticas que permitem relembrar e relacionar as vivências cotidianas de dominação e resistência, situando-as, nas condições históricas mais amplas em que ocorreram” (HASAN, 2012, p. 65).

Se, historicamente, da literatura de autoras como Jane Austen e Louisa May Alcott, passando pelas reflexões autobiográficas de mulheres que escreveram sobre seus desafios pessoais em sociedades excludentes, até as lutas feministas dos últimos 50 anos, o uso do *storytelling* foi incorporado como força ilocucionária do feminismo, contribuindo para romper a barreira da esfera pública e diminuir a fronteira com a esfera privada, a transformação tecnológica promovida pela ampliação das vozes de mulheres por meio da internet é um fenômeno que precisa ser considerado. As mudanças na comunicação e na cultura de massas geradas pela chegada da internet também promoveram transformações na forma como as mulheres interagem com suas histórias. A conexão entre esfera pública e os conceitos de público e privado atravessados pela internet será discutida em seguida.

2.3 AMBIENTES DIGITAIS E ESFERA PÚBLICA

Pensar a esfera pública e o lugar da privacidade e da intimidade no atual contexto de circulação permanente e intensa de informações e de atravessamento das mídias em todos os aspectos da vida pública e privada demanda uma série de questionamentos. Qual é a relação da internet com a esfera pública? Ainda podemos entender a esfera pública da mesma maneira, quando a própria noção do que está “público” agora contempla tudo o que está disponível para acesso global através da rede que conecta computadores e *smartphones*? Como localizar a internet no escopo da esfera pública? Os mecanismos de comunicação online consistem em uma nova esfera pública, paralela à convencional, em uma parte dela ou em um novo e mais complexo fenômeno, reorganizado a partir das interações que surgem nesses espaços? Que outros aspectos da contemporaneidade permeiam a esfera pública hoje? Como redes sociais digitais e demais espaços de circulação pautam os meios de comunicação convencionais e vice-versa?

Ricardo Fabrino Mendonça e Camilo Aggio (2021) acreditam, com base no argumento de Bernard Manin, que a esfera pública passa atualmente por uma nova metamorfose que contempla a influência dos meios de comunicação digitais e as mais recentes mudanças sociais e econômicas. Amplificada e globalizada, a esfera pública atual

tem como tendências o individualismo e a supervalorização do privado. Estas tendências, impulsionadas por lógicas neoliberais e capitalistas, aumentam o interesse pela privatização cada vez mais intensa de tudo aquilo que é público (MENDONÇA; AGGIO, 2021, p. 10). Dito de outra forma, a nova esfera pública é marcada pela ascensão do indivíduo e pela priorização de interesses específicos de pequenos grupos, em detrimento do que é geral ou coletivo, com a supervalorização de aspectos econômicos nas relações.

No que diz respeito à comunicação, esta esfera pública é permeada pela instantaneidade, pela velocidade das interações e pelo excesso de informações. As discussões são realizadas a partir de indivíduos e seus grupos, frequentemente motivados por crenças e valores (IDEM, p. 14), protegidos pelo anonimato, submetidos à moderação de terceiros e atravessadas por outros agentes, como o controle das plataformas digitais e a influência dos recursos de automatização, a exemplo dos algoritmos.

Partir dessa perspectiva individualista acarreta uma série de problemas potencializados pela onipresença dos ambientes digitais na circulação de informação contemporânea. A lógica dos antagonismos e do conflito valorizada por Mouffe (2015) se transforma, neste contexto, em pura e simples rivalidade, numa disputa desinteressada em solucionar problemas, preocupada apenas com a vitória — representativa, mas também — discursiva, especialmente no que diz respeito ao âmbito digital, no qual as *affordances*, ou seja, as características e possibilidades das plataformas (BUCHER; HELMOND; POELL, 2018) contribuem para essa lógica de oposição.

Contudo, essa é uma consequência da ampliação inevitável da esfera pública no sentido de alcançar a acessibilidade e a universalidade propostas no modelo normativo habermasiano. Quanto maior o número de indivíduos com acesso ao debate, maior o número de vozes. O excesso de participação que leva ao reforço das rivalidades carrega também um outro aspecto essencial para a busca por justiça e pelo reconhecimento das diferenças, que é a presença de grupos marginalizados no debate e na formulação da opinião e das políticas públicas. Não há como negar que a esfera pública é, atualmente, mais ampla e permeada por grupos que, até o surgimento da internet, ou não tinham acesso a ela ou recebiam pouca atenção em suas demandas, a exemplo do que acontece com as mulheres e com outras interseccionalidades, como a de raça e a de classe.

Nesta pesquisa, entendemos que a internet pode ser vislumbrada como um aglomerado de microesferas digitais públicas e privadas, que conservam suas próprias características, que dialogam entre si e com outros espaços de debate, mas ainda em

desenvolvimento. Ao mesmo tempo, essas microesferas digitais também são parte de uma esfera pública mais ampla, da qual ocupam apenas uma parcela. Encontros de amigos, congressos acadêmicos, clubes do livro, grupos de estudos, grupos de discussão, comunidades digitais em redes sociais, fóruns informais, grupos de WhatsApp, perfis públicos em redes sociais digitais — cada um desses espaços pode ser considerado uma microesfera pública, onde acontecem discussões que podem avançar a outras instâncias. Uma publicação feita por um indivíduo anônimo em seu perfil aberto de uma rede social como o Twitter ou o Instagram pode chamar a atenção de terceiros e se transformar em debate público, como acontece diariamente no microcosmo da internet. O debate em torno de temáticas de interesse coletivo nessas redes pode vir a se transformar em demandas políticas institucionais, converter-se em bandeira de movimentos sociais ou de partidos políticos inteiros, incentivar consultas públicas, tornar-se lei. A relação desses espaços informais de discussão carrega um infinito de possibilidades.

Apesar disso, esses espaços não possuem todas as características normativas para serem considerados um tipo de esfera pública — esbarram, por exemplo, nos quesitos da igualdade e da acessibilidade —, e oferecem alguns limites à participação dos sujeitos (CARVALHO, 2020, p. 58), que vão desde limites físicos ou de alcance financeiro até os relacionados a aspectos como capital cultural ou conhecimento dos temas e dos espaços.

Comparando pontos de vista sobre a maneira como os diferentes produtos e plataformas da internet afetam, reorganizam ou impactam a esfera pública, Mike Schäfer (2015) reforça que a presença de sites e blogs que discutem política sem dúvida ampliou o número de ângulos de visão e posicionamentos disponíveis, o que contribui para o debate nas arenas abertas de discussão. Contudo, abrir espaço para a diversidade também tem como consequência a entrada de grupos que não estão interessados em dialogar, como aqueles formados por racistas ou extremistas (SCHÄFER, 2015, p. 4), o que coloca em risco alguns dos critérios de legitimidade do debate público.

Não se pode negar que, na atualidade, a internet causa impactos importantes e cotidianos sobre a política e a democracia — sejam negativos ou positivos —, através de seus efeitos sobre a esfera pública.

Os ambientes digitais estruturam a sociabilidade e a circulação de tal modo que conferem determinadas características aos ambientes online, mas não inauguram uma nova esfera; a esfera pública online é parte, com características específicas, da esfera pública, aquele âmbito da vida social que coleta e processa as vontades políticas da esfera privada e as apresenta como opinião pública diante do Estado. (BARROS, 2017, p. 37).

Diferentes espaços de debate via internet, assim como as ruas, os parlamentos, complementam-se e se autoinfluenciam, com diferentes funções, de acordo com Barros, que observa mais especificamente as consultas online, sob o ponto de vista da teoria deliberativa. Considerando esses projetos de democracia digital e a partir da distinção de Gomes (2008c) entre a esfera da visibilidade pública (EVP) e a esfera da discussão pública (EDP) — na qual a primeira é um espaço de acesso e visualização e a segunda é o local da troca de razões públicas —, Samuel Barros (2017) desenvolve um diagrama para leitura da relação entre democracia e comunicação que contribui para compreender os mecanismos de circulação de informação e do debate na esfera pública contemporânea (Figura 3).

FIGURA 3: DINÂMICAS DE INTERAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA



Fonte: BARROS, 2017, p. 78

No esquema apresentado na Figura 3, todo o processo de deliberação pública acontece mobilizando esfera privada e esfera da discussão pública através da esfera de visibilidade pública, enquanto ambas são operacionalizadas para a reivindicação da preservação de direitos e para participação do público nos processos de tomada de decisão.

Ambientes online contribuem para essa interação entre as esferas, especialmente para dar visibilidade às pautas e promover interação.

Na elaboração desse modelo, Barros está preocupado com fóruns digitais com algum grau de institucionalização ou de formalização, como as consultas públicas online. Espaços informais de conversação, como as caixas de comentários em sites de notícias, as redes sociais digitais e os aplicativos de conversação online voltados para trocas cotidianas estariam mais ao centro do circuito de deliberação, também em intersecção com o privado. Esses espaços têm características distintas das arenas mais estruturadas e diretamente vinculadas à política. Contudo, ainda que as trocas ocorram nesses locais mais cotidianos e informais, aquilo que é debatido também tem a possibilidade de alcançar e influenciar outras instâncias, assim como chegar à esfera pública, amplificando o debate. É o que acontece, por exemplo, com as discussões iniciadas em grupos de Facebook sobre direitos sexuais e reprodutivos que ganham espaço para além desses, o que gera, por exemplo, uma mobilização coletiva e mais ampla a partir de um *hashtag* reivindicando um direito ou se manifestando contra um caso de violência, a qual alcança dimensões de esfera pública digital. Os grupos de WhatsApp usados por mulheres para discutir questões de maternidade, por exemplo, são outro caso em que uma conversa informal sobre um tema qualquer pode inspirar uma das participantes a se manifestar em suas próprias redes sociais, expandindo o alcance do tema e levando-o a outras pessoas da sua rede de contato. Essas conversas também podem, por exemplo, inspirar reportagens, alimentando a esfera pública convencional.

São inúmeros os estudos que vêm se dedicando a compreender as características e particularidades das interações online e como elas afetam o debate na esfera pública, partindo de uma série de perspectivas distintas. Concentrando-nos apenas nos estudos que partem da leitura habermasiana de esfera pública, sobre deliberação online, por exemplo, diferenciam-se entre aqueles voltados aos espaços mais institucionalizados (WRIGHT, 2006; SAMPAIO; MAIA; MARQUES, 2011) iniciativas de parlamentos digitais, consultas públicas, fóruns oficiais ou os chamados minipúblicos, entre outros — e aqueles independentes dos governos e estados — que observam as RSD, especialmente Facebook, Twitter, Instagram e TikTok, e sites como YouTube, apps como WhatsApp, entre outros (KLEINA, 2020; CERVI; WEBER; 2021; MASSUCHIN et al., 2021).

Uma parte significativa desses estudos visa entender que critérios normativos do conceito de esfera pública se aplicam às conversações e tentativas de deliberação em

ambientes digitais (MARQUES, 2011; MENDONÇA; BARROS; SAMPAIO, 2016), se há outros critérios que não estão contemplados na teoria habermasiana (FRIES; EILDERS, 2015), bem como as características dos distintos espaços de debate público (MAIA et al., 2015) e a relação das novas com as antigas mídias (MAIA, 2006; 2012). Para Mansbridge (2009), por exemplo, a esfera pública possui uma dimensão de deliberação que contempla as conversações informais em espaços como os chats, posts de Facebook e fóruns não institucionais, no que ela chama de “deliberação ampliada”. Um ponto crucial na discussão, contudo, é que muitos dos indivíduos que se manifestam nesses espaços que são de acesso aberto o fazem com o argumento de que estão apenas manifestando suas opiniões, considerando, assim, a opinião como algo particular que não tem impacto coletivo. A dificuldade em localizar as posições nessa fronteira entre particular e coletivo é um dos impasses que, entre outros efeitos, torna mais complexas e emaranhadas as relações mediadas pela internet, bem como o funcionamento da esfera pública neste contexto digital, tema que será tratado na sequência.

2.3.1 Público e privado na esfera pública digital

Há diversos ângulos e implicações ao se pensar privacidade em relação à internet e a relação desta com a esfera pública. O próprio limite entre as opiniões particulares dos sujeitos distribuídas nos comentários em publicações e notícias e seu efeito coletivo é um ponto importante para pensar a esfera pública a partir dos ambientes digitais. A invasão de privacidade e o vazamento de dados particulares, além do uso não autorizado de dados pelas plataformas, por exemplo, são outros aspectos que demandam debate. Por outro lado, o uso das histórias pessoais para mobilizar questões de interesse coletivo pode ser visto como um contraponto, uma maneira de se fazer uso do privado em prol do coletivo.

Características como o anonimato possibilitado na maior parte dos espaços digitais podem acentuar a individualidade e tornar mais violentas e ríspidas as trocas online, tema que vem sendo analisado em diversos estudos, de modo que essa é uma das ferramentas que complexificam as comunicações em ambientes digitais (CELIKATES, 2015). Ao mesmo tempo em que protege a privacidade de quem utiliza as redes sociais para realizar denúncias de violência ou buscar ajuda em casos de vulnerabilidade (OSIS et al., 1996), também protege os violadores e os *trolls* (MAIA, 2016). Esse aspecto será debatido com um pouco mais de atenção no Capítulo 3, mas cabe mencionar que essa característica é um dos motivos

que fazem com que parte dos debates da esfera pública contemporânea ocorram, na concepção de Mendonça e Aggio, de maneira menos pública.

Curiosamente, há uma esfera pública que é, simultaneamente, muito visível e, paradoxalmente, relativamente invisível. Há um público não público em um sistema comunicacional com engrenagens opacas e fluxos difusos de difícil rastreamento, o que implica num desafio imenso para seu controle social e regulamentação. (MENDONÇA; AGGIO, 2021, p. 16).

Os autores se referem ao WhatsApp, mas é o que ocorre também quando um tema ganha projeção nacional e se torna assunto em conversas informais cotidianas e nos meios de comunicação tradicionais a partir de uma *hashtag* nos *Trending Topics* do Twitter, por exemplo. O volume de publicações necessário para que isso ocorra dificulta acompanhar todo o material disponível a respeito e conhecer quem são os sujeitos falando sobre isso, o que estão dizendo, qual é seu posicionamento, quais são seus argumentos, de que contexto falam, se são pessoais reais ou perfis falsos, se são *bots*, quão fundamentadas são suas opiniões. A possibilidade de anonimato torna essa comunicação ainda mais opaca, de maneira que, como dizem os autores citados, rastreamento e regulamentação se tornam, na prática, impossíveis.

Esse cenário em que cada um defende seu ponto de vista, incentivado ou não por um grupo ou por um líder de opinião, alinhado ou não com um modo de pensar coletivo, dialoga com uma das metamorfoses da esfera pública analisadas por Mendonça e Aggio (2021), mencionadas acima: a tendência à privatização do público, no sentido de observar o social a partir de uma ótica da individualidade. A preocupação em garantir o melhor para si, a sobreposição do “eu” sobre o “nós” e a busca por solucionar questões pessoais são aspectos que aparecem tanto nas interações mais violentas quanto naquelas que estão atreladas a pautas legítimas e necessárias para o avanço da democracia.

...

Neste capítulo, abordamos o conceito de esfera pública a partir das perspectivas de Habermas e Arendt, tratando mais especificamente das diferentes óticas sobre o que se entende por público e privado em diferentes concepções e sociedades. Historicamente e sob influência eurocêntrica, as mulheres têm suas questões restritas ao âmbito privado, o que contribuiu para a manutenção de situações de desigualdade, opressão e violência. Tratamos também desses impactos da divisão para as mulheres e de como, para transformar essa realidade, elas fazem usos de recursos como as histórias de vida e a biografia, com o objetivo de despertar solidariedade e empatia, ganhando projeção com as pautas que querem discutir.

Por fim, abordamos o contexto atual da esfera pública atravessada pela internet e como as ferramentas e os recursos que nasceram com ela reorganizam ou reestruturam a esfera pública, criando novos espaços de debate e gerando, ao mesmo tempo, novos problemas a serem analisados. A partir do que que foi discutido neste tópico, é possível sintetizar, então, ao menos seis maneiras pelas quais a internet interfere em como a esfera pública se configura atualmente, de maneira geral: 1) reestrutura os mecanismos e ferramentas de participação, o que amplifica o número e a diversidade de sujeitos no debate; 2) cria microesferas de debate que ressoam na esfera pública mais ampla; 3) torna a esfera pública um espaço mais identitário, propício à elaboração coletiva das identidades; 4) promove um ambiente de falsa equivalência em que opiniões individuais e/ou grupais pautadas no senso comum têm tanta projeção e influência quanto o debate especializado; 5) amplia o alcance da esfera pública entre nações, criando uma grande arena de debate universal; 6) ao mesmo tempo, borra e redefine as fronteiras entre o público e o privado, a partir de interações que atravessam os indivíduos de maneiras distintas, mesclando cotidiano e atuação política.

No Capítulo 3 serão discutidos de maneira mais detalhada os modos como as mulheres empregam recursos online como forma de levar suas demandas até a esfera pública, bem como as maneiras como elas operam as microesferas públicas e privadas para discutir em privado, porém com impactos coletivos, as questões que as atravessam.

3 MOVIMENTAÇÕES ENTRE ESFERAS: CONSTRUÇÃO NARRATIVA DOS CONTRAPÚBLICOS

“A história das mulheres é permeada pela construção desses ‘contrauniversos’, que serviram, desde sempre, para criar níveis de autonomia, de cumplicidade e de resistência à opressão e exploração”.

Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*.

As trocas e articulações entre sujeitos que têm lugar junto a públicos reduzidos, ou seja, as que se situam entre as esferas pública e privada, como as que ocorrem em grupos de discussão online e offline, são o objeto central deste capítulo. Nele, trataremos de algumas abordagens distintas de tais arenas intermediárias de debate, a começar pelo conceito de “contrapúblicos” e o seu papel como ferramentas ou estruturas organizativas para diferentes formas de ativismos políticos.

Em seguida, discutiremos a relação desse conceito com o de redes sociais de apoio, os quais têm características de resistência e empoderamento, mas não necessariamente são, consciente ou intencionalmente, espaços de ativismo político. Por fim, o capítulo discute a formação de redes sociais de apoio e de contrapúblicos na internet, centrando-se mais especificamente nesta atuação intermediada pelas redes sociais digitais (RSD).

3.1 CONTRAPÚBLICOS “CONTRA” QUEM?

Há na literatura diversas formas de pensar os casos “desviantes” da esfera pública burguesa. Ao analisar a formação histórica da sociedade brasileira, por exemplo, Perlatto (2015) percebe que esta sociedade é fruto da estrutura fragmentada em classes econômicas e construída a partir da desigualdade e dos privilégios de classe desde a colonização, de uma maneira que a tornou “seletiva”. Isto é, pouco aberta às diferenças e a grupos marginalizados, uma arena atrelada a privilégios de classe, elitizada, inacessível a quem é desprovido de status e poder. Assim como no Brasil, economias marcadas pelas diferenças de classe e onde não há participação ampla e igualitária na esfera pública testemunham o surgimento de estruturas paralelas e/ou reativas, nas quais se busca estabelecer diálogo de maneira setorizada, com linguagem acessível e compatível com a dos sujeitos interessados e, em alguns casos, como forma de articular os discursos e desenvolver estratégias de atuação política.

Mesmo no século 18, à esfera pública burguesa já se contrapunha uma espécie de “esfera pública plebeia” (HABERMAS, 1984, p. 20), que se orientava por algumas lógicas similares às da primeira. Em ambas, há situações nas quais se verifica a união de indivíduos privados primeiro “em segredo”, numa etapa estruturante dedicada à elaboração de estratégias e à organização das pautas que serão reivindicadas junto ao âmbito coletivo, como acontece com os sindicatos, por exemplo.

Oskar Negt e Alexander Kluge (1993) estudam as características de domínios de discussão pública baseados na experiência proletária e de outros grupos que orbitam em torno dos coletivos de trabalhadores. Para os autores, a esfera pública proletária é como um “contraconceito” da esfera pública burguesa, à medida em que estrutura suas próprias dinâmicas de troca de informação, com formatos e ferramentas próprias, para que suas mensagens cheguem a todos os possíveis interessados, sem necessariamente alcançar círculos mais amplos de debate. Por exemplo, os espaços discursivos onde os trabalhadores organizam uma greve com discrição e longe dos ouvidos do empregador, de maneira similar ao que Habermas chama de “política do segredo” (HABERMAS, 1984, p. 50), referindo-se ao uso estratégico da privacidade por parte da burguesia na tomada de decisões políticas.

O prefixo “contra” aparece com frequência em referência a estruturas e estratégias construídas por grupos para encontrar caminhos alternativos de formação de opinião ou amplificação de discussões. Os termos contradiscursos e contranarrativas, o conceito de contrauniversos (BEAUVOIR, 2016)¹³ e até mesmo a ideia de contracultura carregam sentidos de oposição e resistência. Interessa, aqui, especificamente o de “contrapúblicos”, ou seja, os públicos alternativos que se estabelecem a partir da exclusão dos sujeitos das arenas mais amplas de discussão e visam proporcionar condições para debate e organização em ambientes que, com diferentes níveis de restrição e seletividade, não estão ao alcance de todo e qualquer indivíduo.

Entre os sujeitos que trocam experiências e comunicações de maneira a se formar um contrapúblico há algo em comum, que os aproxima, e que não necessariamente são partidos políticos, laços familiares, proximidade física ou origens compartilhadas, como explica Michael Warner.

¹³ Em “O Segundo Sexo”, Beauvoir sugere que, especialmente em situações nas quais se sentem oprimidas ou subjugadas, as mulheres recorrem a outras mulheres, onde encontram aceitação, suporte emocional e apoio às suas decisões. “A história das mulheres é permeada pela construção desses ‘contrauniversos’, que serviram, desde sempre, para criar níveis de autonomia, de cumplicidade e de resistência à opressão e exploração” (BEAUVOIR, 2016, p. 372). É o caso das mulheres em casas de prostituição, que, a despeito de divergências e brigas internas, ainda assim colaboravam entre si quando havia um opositor em comum.

Como todos os públicos, um contrapúblico surge por meio de um endereçamento a estranhos indefinidos. (Esta é uma diferença significativa entre um contrapúblico e uma comunidade ou grupo.) Mas o discurso de contrapúblico também aborda esses estranhos como não sendo qualquer um. São marcados socialmente por sua participação nesse tipo de discurso. (WARNER, 2002, p. 120)¹⁴.

Os “estranhos indefinidos” não são os mesmos que formam a esfera pública, mas há algo em comum entre eles, elas, elus. Este algo em comum pode ser uma ausência, algum tipo de opressão ou ataque, o compartilhamento de filosofias de vida que podem estar ou se sentir ameaçadas, entre outros exemplos. São sujeitos que compartilham condições, características ou opiniões, experiências de vida ou necessidades, mas sempre diversos.

Tais grupos rompem com a homogeneidade dos indivíduos da esfera pública habermasiana. A diversidade de opiniões, as necessidades e as características dos sujeitos que poderiam ou deveriam compor a esfera pública expõe assimetrias, desafiando o próprio ideal de igualdade que é um dos requisitos normativos da esfera pública. Considerando esses grupos à margem, Nancy Fraser (1999) elabora seu próprio modelo dos contrapúblicos com base em quatro críticas à abordagem do autor alemão: primeiro, Habermas parece partir da compreensão de que a igualdade social não é uma condição para a democracia, já que em seu modelo todos possuiriam status equivalentes no todo; segundo, a premissa de que a multiplicidade de grupos distancia, ao invés de aproximar, no sentido de que é preferível que exista uma esfera pública ampla e igualitária do que várias esferas públicas menores — o próprio autor revê esse posicionamento mais tarde e passa a falar em “esferas públicas”; terceiro, que a deliberação deve buscar sempre o bem comum, ignorando os interesses e as questões privadas; e, por fim, que, para funcionar, a esfera pública democrática requer uma separação entre sociedade civil e Estado (FRASER, 1999, p. 62).

Todos esses pontos são importantes para aplicar a crítica de Fraser a Habermas na observação das trocas que ocorrem nos grupos restritos de Facebook e WhatsApp que são considerados nesta pesquisa. De início, a própria premissa da igualdade de posições dos sujeitos já não se aplica se consideradas as discrepâncias de gênero discutidas no capítulo 2, que evidenciam a predominância masculina na esfera pública. O terceiro ponto, sobre a ausência das questões privadas, dialoga com a questão dos grupos de mulheres em redes sociais digitais. Discutiremos, nos próximos dois capítulos, a importância das histórias, demandas e pautas individuais e privadas na motivação de ações de impacto coletivo. O

¹⁴ *"Like all publics, a counterpublic comes into being through an address to indefinite strangers. (This is one significant difference between a counterpublic and a community or group.) But counterpublic discourse also addresses those strangers as being not just anybody. They are socially marked by their participation in this kind of discourse"*, tradução nossa.

último ponto, a separação do Estado e da sociedade, impacta diretamente a regulamentação dos corpos e as questões de autonomia das mulheres sobre suas próprias decisões — pensando aqui, especificamente, nos direitos sexuais e reprodutivos. Fraser defende que a intervenção do Estado é necessária para que aspectos como o primeiro ponto, da igualdade social, sejam possíveis. Mas é sobre o segundo aspecto que nos deteremos um pouco mais, pois diz respeito ao tema deste capítulo: pensar nessas arenas de discussão de uma maneira plural, em esferas públicas.

Segundo Fraser (1999, p. 66), em sociedades “estratificadas” — em oposição àquelas “igualitárias e multiculturais” —, a presença de públicos múltiplos e segmentados promove um ideal mais eficiente de paridade de participação (IDEM), ou seja, de uma possibilidade de atuação mais equilibrada na esfera pública, na sociedade civil e nas instâncias representativas. Dito de outra maneira, pensar na ideia de “esferas públicas” (CELIKATES, 2015), no plural, ofereceria melhor capacidade de organização discursiva e de ação para públicos marginalizados ou subalternos que encontram vantagens em construir espaços alternativos de discussão. A estes, Fraser chama de “contrapúblicos subalternos” (FRASER, 1999, p. 13).

À ideia de que há grupos cujas reivindicações e crenças se contrapõem ao que predomina na esfera pública, Fraser acrescenta a noção de que, uma vez que estão subordinados à hegemonia do pensamento coletivo social, públicos alternativos são marcados por uma condição de subalternidade. A autora adota o conceito de subalternidade de Gayatri Spivak (2010), segundo o qual a circulação de informação e comunicação na sociedade é atravessada por relações de poder que relegam alguns grupos e indivíduos a situações de opressão e subjugação, mas também ao silenciamento, uma vez que sujeitos subalternos raramente encontram espaços para se expressarem por si próprios: ou são totalmente silenciados ou têm suas pautas “adotadas” por porta-vozes e intelectuais que falam por eles/elas/elus.

Enquanto a ideia de “públicos” de Warner (2002) sugere espaços essencialmente marcados pela circulação dos discursos, os contrapúblicos subalternos seriam “cenários discursivos paralelos nos quais os membros sociais subordinados criam e circulam contradiscursos para formular interpretações opositoras de suas identidades, interesses e necessidades” (FRASER, 1999, p. 15). Na visão de Fraser, portanto, os contrapúblicos subalternos são mecanismos de resistência, seja em relação à dominação exercida por um

ou mais grupos ou às opiniões majoritárias, que detêm mais poder sobre as minoritárias ou coadjuvantes.

Com o conceito de contrapúblicos subalternos, Fraser propõe uma atualização da discussão sobre o posicionamento de grupos minoritários no campo teórico que se dedica a compreender o funcionamento da esfera pública na contemporaneidade. Para a autora, contrapúblicos possibilitam a circulação de informações entre pessoas e comunidades que não são contempladas pelos meios de comunicação de massa, nem na comunicação institucional de governos e estados. Os contrapúblicos subalternos, assim, possibilitam que esses grupos façam circular notícias e serviços de seu interesse e que se organizem — social e discursivamente.

Para isso, contudo, é preciso que haja locução e representatividade. Fraser argumenta que a mera presença de indivíduos “diferentes” no espaço coletivo não significa que haja de fato uma participação igual de todos, já que é preciso “observar também os processos de interação discursiva nos cenários públicos formalmente inclusivos” (FRASER, 1999, p. 63). A crítica da autora dialoga com os problemas que Iris Young (2001) identifica na maneira como convencionalmente se conduz o ideal de democracia baseado em deliberação: para ela, a teoria não deve supor que todos os envolvidos na discussão estão voltados ao bem comum, e a presença de um “outro” deve ter em vista o contexto cultural, de forma que este contexto seja empregado como uma etapa estruturante dos processos de deliberação.

Fraser aciona alguns leitores contemporâneos da esfera pública para sustentar a ideia de que “apesar da retórica da publicidade e da acessibilidade, a esfera pública oficial sempre se apoiou e foi constituída por algumas exclusões significativas” (FRASER, 1999, p. 59). Assim como Spivak (2020, p. 85), a autora acredita que a principal dessas exclusões foi a questão de gênero, já a realidade feminina foi sendo considerada cada vez mais mutuamente excludente à ideia de publicidade, conforme discutido no capítulo 2.

A reflexão proposta neste capítulo é: há outras maneiras de pensar esses espaços, estruturas ou grupos que se “localizam” entre a esfera pública e a privada. Por que não dizer apenas “múltiplos públicos”, “outros públicos” ou “públicos alternativos”? Se estamos tratando de grupos de indivíduos que orbitam em torno de uma questão ou identidade — como, por exemplo, os contrapúblicos de mulheres, aqueles formados por comunidades indígenas ou ainda os atrelados a raça e sexualidade —, por que não pensar em “atores coletivos” ou “identidades coletivas”, em detrimento da nomenclatura de “contrapúblicos”?

Ou, ainda, se nos referimos a grupos que têm filosofias de vida e opiniões convergentes, por que não tratar apenas de *like-minded people* (pessoas com pensamentos parecidos, em tradução livre) ou de câmaras de eco (GARRET, 2009), ou seja, grupos que ressoam e repercutem as mesmas opiniões ou pessoas que pensam de maneiras parecidas, mas não necessariamente articuladas em torno dessas formas de pensar? De maneira geral, o termo contempla tanto aqueles que estão estruturados em torno de um tema ou filosofia quanto os que se organizam para defender a maneira de ver e pensar suas identidades. Além disso, a característica de resistência e oposição a algo também é um importante atributo desses públicos.

O conceito dialoga com outros olhares. Fernando Perlatto (2015) aponta que, no contexto de elitização da esfera pública brasileira, nascem formas de resistência e discursos alternativos que ele chama de “esferas públicas subalternas”, que foram “capazes de construir outros discursos, ancorados em uma cultura popular repleta de força inovadora, criatividade e potencialidade” (PERLATTO, 2015, p. 133). É o caso de movimentos sociais articulados a fenômenos culturais, como os que adotam o samba e o funk como linguagem, mas é também o caso do feminismo.

James Scott, por sua vez, fala em “infrapolítica dos subalternos” para referir-se às estratégias de luta e resistência de indivíduos marginalizados ou atacados por grupos hegemônicos. Ao analisar as escolhas discursivas — inclusive as não verbais — e as estratégias de ação de grupos camponeses em situação de subordinação, submetidos muitas vezes a violências físicas, Scott afirma que o discurso público está desequilibrado e o grupo vulnerável constitui a “infrapolítica dos grupos subordinados” (SCOTT, 2003, p. 44), que pode ser entendida enquanto uma “grande variedade de formas de resistência muito discretas que recorrem a formas indiretas de expressão” (IDEM).

Há, ainda, uma aproximação com a ideia de identidades coletivas, amplamente estudada na sociologia e, em menor grau, na ciência política, que estuda, com diferentes objetivos, a consolidação de grupos em torno de uma causa, em diálogo com as pesquisas sobre mobilização e ativismo político (POLLETTA; JASPER, 2001).

Nenhuma das maneiras citadas acima estaria equivocada para referir-se aos grupos de mulheres que são objeto desta pesquisa. Contudo, três aspectos justificam o emprego do conceito de contrapúblicos: primeiro, são espaços de resistência a um discurso hegemônico e, portanto, estão contra algum tipo de opressão ou silenciamento; segundo, partem da negociação de identidades que é intrínseca à luta das mulheres, em constante evolução e

discussão sobre os atravessamentos da questão de gênero e das interseccionalidades que aglutinam e separam as lutas das mulheres; por fim, a ideia de contrapúblicos carrega muito mais do que apenas a noção de um grupo ou comunidade — ela está estruturada em torno das trocas discursivas. Este ponto é particularmente importante para esta pesquisa, pois nosso olhar está direcionado para grupos de discussão online e as dinâmicas que se desenvolvem nesses espaços. Estas trocas nos grupos se orientam pela solução individual dos problemas a partir das conversas ou para uma transformação destas arenas de conversação em espaços de debate politizado.

Embora adotemos o conceito de contrapúblicos subalternos de Fraser e ele se aplique aos casos de grupos de mulheres que serão analisados nesta tese, cabe considerar que nem todo contrapúblico é subalterno no sentido de Spivak. No tópico seguinte, são discutidos alguns exemplos de contrapúblicos que levantam essa questão, em estudos que contribuem para compreender como eles podem ser analisados à luz da comunicação, mas também da antropologia e da ciência política.

3.1.1 A marginalização como condição

Para alguns autores, a ideia de contrapúblicos não está necessariamente associada à de subalternidade, e sim à simples marginalização em relação à esfera pública, no sentido de que os membros desses contrapúblicos encontram dificuldades para que seus discursos alcancem uma audiência mais ampla, pelos mais diversos motivos (WARNER, 2002; ROCHA, 2018).

É essa a percepção de Camila Rocha (2018) ao analisar a formação de grupos liberais e autoidentificados como de direita. A autora realizou um estudo a partir de documentos e entrevistas com participantes de institutos liberais e conservadores para entender o nascimento e estabelecimento da chamada “nova direita” no Brasil entre 2006 e 2018. Segundo ela, embora já houvesse uma demanda reacionária ao espaço conquistado pela esquerda progressista na esfera pública do país, a aproximação de indivíduos conservadores, críticos a pautas como o direito ao aborto e a igualdade de gênero, ocorreu amparada pela possibilidade de encontro nas redes sociais digitais — neste caso o Orkut, atualmente fora de atividade no país, onde os participantes se organizavam em comunidades.

Estes espaços de debate foram responsáveis por aglutinar pessoas que, em sua maioria, não possuíam experiência política prévia e que, a partir do estabelecimento de uma identidade coletiva comum, passaram a se organizar em grupos de estudos universitários, chapas para a disputa de diretórios e centros

acadêmicos e chegaram até mesmo a tentar fundar novos partidos, como o partido Federalista e o Líber, inspirado no Libertarian Party norte-americano, no que não prosperaram. (ROCHA, 2018, p. 21).

Ou seja, nem todo movimento manifestado na interface entre esfera pública e privada representa os interesses de grupos subalternos. O que pode acontecer é justamente o contrário: a aproximação de indivíduos historicamente opressores e reacionários à evolução na igualdade de direitos, que se organizam em coletivos que reforçam as lógicas de dominação — células neonazistas e de grupos racistas ou extremistas, por exemplo.

Os contrapúblicos analisados pela pesquisadora passaram por um processo de institucionalização que levou à formação de organizações e instituições como o Movimento Brasil Livre (MBL) e à ascensão de alguns de seus membros à política institucional. Assim, na situação analisada por Rocha, o encontro promovido via contrapúblicos digitais possibilitou a ampliação do alcance das pautas defendidas pelos seus membros, de maneira que os temas ali discutidos também foram alçados à esfera pública e à política nacional a partir das vozes desses membros, então convertidos em representantes das ideias discutidas nos contrapúblicos.

Muitos dos participantes que chegavam a esses contrapúblicos para estudar e debater os temas propostos mais tarde se tornaram militantes e porta-vozes das ideologias defendidas entre os membros. No caso dos grupos liberais que posteriormente deram origem à nova direita, estudados por Rocha, esse processo iniciado no começo do século desembocou na força das manifestações de junho de 2013, de maneira reacionária ao período de governo do Partido dos Trabalhadores, que na época já passava de uma década no poder.

A oposição a questões já vistas de maneira muito negativa pela população — como a corrupção e a violência —, a linguagem fácil e pouco rebuscada, a simplificação de questões complexas e o uso de palavras, bem como o emprego de autores com nomes até então desconhecidos, porém tratados como referências em suas áreas, foram algumas das estratégias que integraram a narrativa utilizada entre e por seus membros, de forma que os discursos elaborados por esses contrapúblicos foram extremamente bem-sucedidos. Em 2018, a articulação dessa nova direita contribuiu para a eleição de um candidato à presidência que refletia seus ideais conservadores, Jair Bolsonaro (PL). Este, por sua vez, inclusive elencou alguns dos membros desse contrapúblico para cargos oficiais, como é o caso do ex-ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez. Assim, o que começou como um contrapúblico encontrou eco na esfera pública, transformando os rumos do debate em uma dimensão nacional.

Em uma situação bastante diferente, Liliana Garcia (2009) analisa as dinâmicas de atuação de contrapúblicos campesinos afrocolombianos na resistência contra diferentes tipos de opressão — desde ataques nacionais à democracia até conflitos intracomunidade e agressões feitas aos membros. A autora faz seu estudo observando diretamente a percepção dos participantes deste contrapúblico em relação à democracia no país, a partir de entrevistas em profundidade com membros e lideranças de três grupos militantes pelos direitos dos povos originários: a Asociación Nacional de Usuarios Campesinos (ANUC), a Federación Nacional Sindical de Usuarios del Agro (Fensuagro) e a Asociación Nacional de Mujeres, Campesinas e Indígenas de Colombia (ANMUCIC). Com propostas de atuação similares e reivindicações também em consonância, guardadas as características próprias de cada, todas as associações têm em comum o fato de terem se constituído muito organicamente em torno de questões territoriais e em resistência aos grandes latifundiários e suas tentativas de apropriação de terras. Por meio da análise de discurso das entrevistas com os representantes das três entidades, Garcia identifica duas categorias de percepção: “a democracia como práxis e conflito” e “a democracia como desejo e utopia” (GARCIA, 2009, p. 158), que contemplam primeiro as disputas por território e, conseqüentemente, por poder, dentro da Colômbia de maneira geral, mas também entre os próprios campesinos, bem como o olhar de justiça social, que enxerga na democracia uma ferramenta de busca por reconhecimento, por valorização da identidade e de poder ao povo.

No caso desses contrapúblicos em particular, os grupos se articulam em torno de uma opressão compartilhada, que passa pela questão identitária, mas também tem relação com linguagem e com marginalização, resistência. Seus membros têm noção da importância da democracia para sustentar a permanência das comunidades, mas entendem o desafio de ampliar suas reivindicações a um patamar no qual elas sejam compartilhadas com outros espaços e grupos, que poderiam se somar à luta ou contribuir com o alcance das pautas. Assim, atuam dentro de dinâmicas próprias e resistindo no cotidiano da comunidade.

Na atuação dos contrapúblicos de campesinos afrocolombianos, a autora aponta que as trocas entre os próprios membros apresentam uma série de conflitos, entre os quais quatro são fundamentais e limitam as atividades dos grupos: “1) Funções e papéis dentro do grupo que geram rivalidade entre os membros. 2) Luta de interesses geracionais. 3) Privilégio de interesses individuais versus coletivos. 4) Autoritarismo” (GARCIA, 2009, p. 158), entendendo que mesmo quando um grupo se articula em torno de uma questão em

comum, um enfrentamento necessário, há espaço para discordância e comportamentos norteados pelo interesse individual.

Em alguma medida, é preciso considerar que os contrapúblicos também podem ser excludentes. Em oposição à esfera pública, que tem na igualdade de participação e na inclusão e acesso de todos sua condição essencial, os contrapúblicos têm a privacidade como condição, quando se trata de contrapúblicos ativistas. Nos contrapúblicos de mulheres, por exemplo, a presença de homens pode constranger ou gerar algum tipo de conflito — como acontece na organização de marchas e protestos feministas, nos quais parte das mulheres defende que a presença de homens como aliados das causas feministas é importante, enquanto outra parcela acredita que a luta feminista é apenas das mulheres e os homens não devem participar.

As relações que se estabelecem nestes espaços estão ancoradas, contudo, em ao menos uma compreensão mútua que faz com que os indivíduos possam colocar de lado as diferenças ainda que momentaneamente, quando precisam reverberar pautas compartilhadas. Nesse sentido, o estabelecimento de redes sociais de apoio pode ser entendido de maneira similar ao que seria um contrapúblico, mas com algumas distinções essenciais: as redes de apoio têm como lastro a empatia e a solidariedade e, embora não sejam imunes ao conflito, não necessariamente são relacionadas a algum tipo de ação política ou ativista; têm mais foco na resolução de problemas pontuais e/ou individuais do que na resistência a algum tipo de opressão. Sua atuação pode se tornar indiretamente política e até mesmo militante, mas não no sentido convencional. O que os aproxima, por outro lado, é que tanto os contrapúblicos quanto as redes de apoio são constituídos em torno de uma pauta em comum. Discutiremos com mais aprofundamento este tema no próximo tópico.

3.2 REDES SOCIAIS E REDES SOCIAIS DE APOIO

Embora a expressão “redes sociais” seja frequentemente encontrada nos estudos de comunicação, ela em geral aparece num contexto de análise das mídias sociais digitais, especialmente nas últimas três décadas. Numa busca nas bases de dados da Capes, Scopus e Google Scholar combinando, em inglês e em português, as palavras-chave “redes sociais de apoio” com “comunicação” e “mulheres”, os agregadores retornam milhares de resultados. No entanto, os artigos, os livros e as teses sobre redes sociais de apoio estão em áreas como

a Saúde Coletiva, a Enfermagem, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia. Os resultados na área da Comunicação em geral se concentram em compreender o fenômeno das redes sociais digitais. Nesta pesquisa em tela, o objetivo é observar o papel das conversações informais e da comunicação estabelecida entre mulheres em espaços digitais para a formação de redes sociais de apoio, buscando compreender o impacto que essas relações iniciadas em ambiente digital têm em outros âmbitos, bem como a relação entre redes sociais de apoio, ativismo e contrapúblicos. Para tanto, é necessário recuperar um pouco da evolução do que se entende enquanto “redes sociais”, “redes de apoio” e “redes sociais de apoio” nas diferentes áreas do conhecimento.

As primeiras menções à expressão “redes sociais” em textos acadêmicos aparecem nos anos 40, segundo Silvia Portugal (2007), e isso ocorre de maneira mais ilustrativa do que conceitual. Foi entre as décadas de 50 a 80 que se desenvolveram estudos mais dedicados a observar teórica e metodologicamente como se formavam os laços e nós das redes de pessoas em contextos urbanos e rurais. Publicada originalmente em 1957, a obra de Elizabeth Bott (1961) é uma das pioneiras em trazer as redes sociais como objetos de investigação. A autora analisa, sob o viés da antropologia social, as conexões entre pessoas dentro de uma estrutura urbana, e entende que as redes sociais dos indivíduos são as relações que estes constroem para além da esfera privada, entre a casa e a rua, fora da esfera pública. “O ambiente social imediato das famílias urbanas é melhor considerado não como a área local em que vivem, mas sim como a rede de relações sociais reais que mantêm, independentemente de estarem confinadas à área local ou além de seus limites” (BOTT, 1961, p. 99).

Segundo a autora, à época, cinco fatores pareciam influenciar as conexões entre os moradores de áreas urbanas: “Laços econômicos entre os membros da rede; Tipo de vizinhança; Oportunidades de construir relações fora da rede existente; Mobilidade física e social; e Características de personalidade” (BOTT, 1961, p. 102-109). Ela ressalta ainda que grandes cidades oferecem uma gama mais ampla de possibilidades de relações e estabelecimento de redes sociais ancoradas em hábitos, gostos e preferências, diferente de pequenas comunidades onde a proximidade geográfica é o principal aspecto compartilhado. É interessante pensar como essas possibilidades se expandem no contexto atual atravessado pela internet. Esse ponto será discutido no próximo tópico.

Outro nome importante e pioneiro no uso da expressão “*social networks*” [redes sociais], John Barnes (1977) analisa justamente o sistema de laços entre pessoas de

condições econômicas e sociais similares em uma pequena comunidade paroquial norueguesa chamada Bremnes. A imersão no povoado de cerca de 5 mil habitantes permitiu a ele entender as relações para além das estritamente profissionais e de vizinhança.

Cada pessoa está, por assim dizer, em contato com várias outras pessoas, algumas das quais estão diretamente em contato umas com as outras e outras não. Da mesma forma, cada pessoa tem vários amigos, e esses amigos têm seus próprios amigos; alguns dos amigos de qualquer pessoa se conhecem, outros não. Acho conveniente falar de um campo social desse tipo como uma rede. A imagem que tenho é de um conjunto de pontos, alguns dos quais são unidos por linhas. Os pontos da imagem são pessoas, ou às vezes grupos, e as linhas indicam quais pessoas interagem entre si. É claro que podemos pensar em toda a vida social como geradora de uma rede desse tipo. Para nossos propósitos atuais, porém, quero considerar, grosso modo, aquela parte da rede total que fica para trás quando removemos os agrupamentos e cadeias de interação que pertencem estritamente aos sistemas territoriais e industriais. (BARNES, 1977, p. 43).

Segundo o autor, é evidente que as relações se constroem de maneiras distintas em ambientes urbanos e rurais, mas algumas das características dos laços que se formam podem ser bastante similares, como é o caso da demonstração de solidariedade. Outro requisito é que toda rede, seja ela temporária ou duradoura, demanda algum grau de concordância e alguma figura de liderança que atue para reforçar os laços que existem. Essa liderança não pode ser excessivamente forte, mas deve ter ao menos uma presença marcante no sentido de gerar algum norte nas ações e discussões (BARNES, 1977, p. 44). Seria, de alguma maneira, a figura que provoca os debates e contribui para reforçar ou aproximar as conexões, ainda que não se trate de um líder propriamente dito. Pensando na atualidade em redes sociais digitais, poderia se pensar nas figuras dos moderadores, mas também em usuários das ferramentas que são ativos em fazer posts ou em comentar e responder os posts e comentários alheios.

As pesquisas de Barnes e Bott apontam alguns caminhos importantes para os estudos posteriores, e contribuem especialmente no refinamento do conceito e na elaboração de procedimentos metodológicos para a investigação de redes sociais. Sonia Acioli (2007) faz uma revisão bibliográfica sobre o conceito de redes e considera três abordagens historicamente predominantes: metafórica, analítica e tecnológica. A primeira é a mais ilustrativa, voltada a empregar a ideia de redes de maneira a construir uma metáfora das relações sociais entre os sujeitos a partir do ato de imaginar uma rede (objeto). A segunda se debruça sobre os elementos e as interações possíveis na composição das redes. Já a terceira está preocupada com o impacto da tecnologia sobre a formação de redes, desembocando mais recentemente nos estudos sobre redes sociais digitais. A autora percebe que “em todas essas abordagens, dá-se uma relação direta com a informação, se percebemos

informação como processo de troca permanente” (ACIOLI, 2007, p. 1). A partir dessa afirmação, pode-se pensar que os mecanismos, as escolhas e as características da comunicação que elaboram essa troca permanente de informações têm, então, uma influência considerável sobre a maneira como as redes sociais se estruturam.

Outro aspecto em comum nos estudos sobre redes e redes sociais é a busca por entender quais elementos são importantes para que se construam os laços entre os participantes, seja a rede interpessoal ou digital, entre os quais figuram em geral sentimentos que vão além da razão, de questões pragmáticas e das lógicas econômicas (VERMELHO; VELHO; BERTONCELLO, 2015).

Diferentes estudos mais recentes apontam para a importância das redes de apoio para indivíduos em situações de fragilidade emocional, vulnerabilidade social, violência doméstica e abusos, listando apenas alguns dos casos. Na área de assistência social, pesquisas como a de Breno Fontes (2011) mostram como se compõem as redes de apoio de portadores de transtorno mental, que orquestram o trabalho de entidades como organizações não governamentais e associações municipais ou estaduais e a presença e cuidado de indivíduos da esfera privada, a exemplo de amigos, familiares e redes primárias de contato (FONTES, 2011, p. 106). Segundo o autor, nestes casos se estabelecem vínculos ancorados na solidariedade e em emoções variadas que contradizem a lógica funcional e racional que dita as regras das relações em outros contextos. “As ações não estabelecidas pela racionalidade instrumental, entretanto, sempre estiveram presentes e se constituem em instrumento indispensável à manutenção do tecido social” (FONTES, 2011, p. 106).

Em outro estudo, Luísa Habigzang, Michele Ramos e Silvia Koller (2011) entrevistaram 40 meninas entre 8 e 16 anos vítimas de abusos sexuais, para discutir o comportamento e o papel das redes de apoio das crianças e adolescentes no momento em que revelam a violência vivida — em geral, aos pais e/ou familiares próximos. Esse ato, o da revelação, é vital em casos do tipo, já que “a rede de apoio social e afetiva da criança pode minimizar ou potencializar os danos do abuso sexual no momento em que a criança consegue romper o segredo e revelar a violência” (HABIGZANG; RAMOS; KOLLER, 2011, p. 468). Para as autoras, o que se entende por rede de apoio nesse contexto é o “conjunto de sistemas e de pessoas significativas (estrutura) que compõem os relacionamentos existentes e percebidos pela criança, e que podem atuar no sentido de efetivamente protegê-la (função)” (IDEM, p. 468). De acordo com elas e de maneira similar ao que acontece no contexto de saúde mental, nos casos de abuso sexual a rede de apoio

deve ir além dos contatos primários e das pessoas conhecidas das vítimas na esfera privada, e também envolver também profissionais de saúde e assistência social, escola e outros atores.

Em outro tipo de situação relacionada a abusos domésticos, os casos de violência contra a mulher praticada pelos parceiros íntimos, Leônidas Albuquerque Netto e colegas (2017) argumentam que, caso não envolva a rede social de apoio primária das mulheres, o atendimento de vítimas de violência doméstica pode comprometer o cuidado, tornando-as vulneráveis a novos tipos de riscos.

As redes sociais são consideradas uma trama de relações que conferem a cada sujeito identidade e sentimento de pertença. A estrutura é formada por laços perceptíveis que se estabelecem entre pessoas, organizações ou instituições conectadas por algum tipo de relação. Estes laços, quando acionados, geram conexões que dão forma à rede. (...) As redes sociais de apoio podem ser de natureza primária e secundária e se diferenciam pelos tipos de intercâmbios que ocorrem entre os indivíduos, sendo esses de reciprocidade, direito, dinheiro ou uma combinação dos mesmos. (ALBUQUERQUE NETTO et al., 2017, p. 3).

A pesquisa dos autores mostrou os diferentes papéis que redes primárias e secundárias desempenham em casos de violência, indicando que, em uma parte significativa das entrevistas realizadas com as mulheres em questão, o vínculo mais eficiente de apoio vinha das redes secundárias, já que a relação afetiva com relações primárias, como pai, mãe e irmãos, muitas vezes impedia o pedido de ajuda: elas sentiam receio de se expor demasiadamente para pessoas muito queridas ou preferiam evitar despertar a preocupação de familiares muito próximos e, em alguns casos, já fragilizados por circunstâncias como a idade, como no caso dos pais.

Nesse sentido, ganham relevância as amizades e instituições de apoio, em que o ato de contar o que está acontecendo, a escuta que provém do outro e a conversa que se estabelece aí são essenciais para que a vítima busque ajuda profissional e tome conhecimento dos recursos disponíveis em âmbitos institucionais, assistenciais e legais (ALBUQUERQUE NETTO et al., 2017, p. 7). No caso do objeto de investigação da presente pesquisa, discutir direitos sexuais e reprodutivos também é algo que aciona alguns desses aspectos — o trauma, a vergonha, a culpa e o medo do julgamento, o que leva as mulheres a buscarem os grupos de apoio online, formados exclusivamente por pessoas alheias à sua vida offline, mas que têm opiniões similares e onde imaginam que poderão encontrar alguma empatia.

Outro aspecto que influencia na formação e eficiência das redes sociais de apoio é a questão da raça. Autoras já citadas anteriormente afirmavam que a raça está relacionada à maneira como as mulheres experienciam o acolhimento familiar e comunitário (hooks, 2019), bem como as situações de violência — a doméstica, de maneira muito particular.

Nathália Lima e Rosineide Cordeiro (2020) demonstraram que a atuação das redes de apoio em situações como a necessidade de interromper uma gestação indesejada também são atravessadas pela questão racial. As autoras entrevistaram oito mulheres, três brancas e cinco negras, para analisar o itinerário percorrido por elas desde o momento da descoberta da gravidez até o aborto clandestino. Em todos os casos, as mulheres contaram com a ajuda de alguma pessoa da sua rede de apoio para buscar o método empregado para interromper a gestação — que, na maior parte dos casos, foi o uso do comprimido Cytotec. As autoras destacam a rede de apoio como um elemento “crucial” no roteiro seguido pelas entrevistadas, considerando desde o parceiro até amigas, coletivos feministas, mulheres próximas e familiares.

Além da dimensão objetiva, a rede de apoio tem a função de influenciar a decisão das jovens, bem como prestar apoio emocional. Todavia, não é constituída apenas no sentido de confortar as mulheres, podendo ser também espaço de omissões e julgamentos, ampliando a sensação de solidão no processo de aborto. (LIMA; CORDEIRO, 2020, p. 8).

O papel do parceiro na rede de apoio é um fator de conflito no estudo. Assim como já identificado por Arilha (2012, p. 1791), maridos, namorados ou homens com os quais as mulheres se relacionaram e cujo encontro resultou na gestação são frequentemente os responsáveis por encontrar um ponto de venda clandestino de Cytotec. Em muitos dos casos, essa função prática consiste na única participação dos homens no processo de interrupção das gestações, sendo que muitas das gestantes não desejam ter os companheiros consigo no momento do procedimento, seja porque preferem a presença de outras mulheres, seja porque já não mantêm uma boa relação com eles. No estudo de Nathália Lima e Rosineide Cordeiro, as mulheres brancas relataram maior proximidade dos parceiros no momento do procedimento, enquanto as negras descrevem mais frequentemente sentir solidão (2020, p. 8).

Para além do contexto acadêmico, na última década o termo “rede de apoio” ganhou espaço no senso comum e se tornou corriqueiro em diálogos informais, para designar um conjunto de nomes com quem uma pessoa pode contar em momentos de necessidade ou de vulnerabilidade. Não é raro, por exemplo, seu uso entre gestantes e mães, para referir-se às pessoas — em geral, amigas, familiares e profissionais de saúde — a quem os pais podem solicitar ajuda e com quem dividem a criação dos filhos. Nesta pesquisa, enxergamos uma aproximação dos conceitos de redes sociais de apoio e de contrapúblicos, à medida que ambos consistem em um grupo ou comunidade que se articula em torno de uma demanda. Tal demanda coloca os indivíduos em uma situação na qual há a necessidade de buscar apoio

de outras pessoas com quem se sente que se pode contar, ou seja, há uma relação de confiança no outro ou na experiência compartilhada pelo outro. A situação em questão pode ser algum tipo de vulnerabilidade ou solidão, no caso das redes de apoio, ou de exclusão ou marginalização, no caso dos contrapúblicos.

Tanto as redes sociais de apoio quanto os contrapúblicos se articulam no espaço entre-esferas: extrapolam a esfera privada à medida que os indivíduos recorrem a pessoas que não estão exclusivamente no círculo primário de contatos — familiares e amigos íntimos —, podem ser formadas por pessoas com quem até aquele instante se tinha pouco contato ou sequer se conhecia, e, ao mesmo tempo, também não se tratam de estruturas inteiramente abertas ao público, portanto, não são esferas públicas.

Outro fator em comum entre as redes sociais de apoio e os contrapúblicos, atualmente, diz respeito à intermediação da internet e seu papel na formação e articulação de ambos. No próximo tópico, trataremos das maneiras como as RSD vêm sendo instrumentalizadas por diferentes contrapúblicos para sua atuação dentro e fora dos ambientes online, assim como utilizadas para composição ou alargamento das redes sociais de apoio, especialmente entre mulheres.

3.3. CONTRAPÚBLICOS E REDES SOCIAIS DE APOIO INTERMEDIADAS PELAS FERRAMENTAS DIGITAIS

Nas duas décadas desde que Fraser publicou o texto em que apresenta seu conceito de contrapúblicos subalternos, a internet e os sites de relacionamento evoluíram e passaram a oferecer recursos cada vez mais sofisticados para proporcionar encontros entre indivíduos em grupos, com novas ferramentas e dimensões de atuação dos diferentes públicos. Ao mesmo tempo, alguns dos grupos antes considerados minoritários conseguiram romper com o bloqueio da esfera pública e tornaram suas discussões mais expandidas ou massificadas. Um desses grupos foi o das mulheres em luta pela igualdade de gênero.

Enfoques feministas encontraram novos espaços de discussão com comunidades primeiro no Orkut e nos fóruns e blogs, depois no Facebook, no Twitter, no Instagram, e, mais recentemente, em aplicativos de conversação como o Facebook Messenger, o WhatsApp e o Telegram, para citar apenas alguns. Em paralelo, pautas feministas também voltaram a chamar a atenção da imprensa e da sociedade em geral, com temas que vão da

violência contra a mulher à igualdade salarial, passando pelos direitos sexuais e reprodutivos.

Para Robin Celikates (2015, p. 9),

as mídias sociais passaram a desempenhar um papel crucial na 'coreografia' da ação coletiva e 'sua interação e mediação de formas emergentes de reuniões públicas e, em particular, os protestos em massa que se tornaram a marca registrada dos movimentos populares contemporâneos' são de particular importância para a 'construção simbólica do espaço público que facilita e orienta a montagem física de um eleitorado altamente disperso e individualizado' (CELIKATES, 2015, p. 9).

O papel das RSD para organização das mulheres e demais grupos vulnerabilizados por questões de gênero e sexualidade enquanto movimento se tornou indispensável. A ação política começa, em muitas situações, nas trocas em grupos marcados por demandas da vida privada. Conforme discutido no capítulo 1, em geral somente após um determinado tempo de deliberação em grupos menores é que as pautas ganham a esfera pública. O movimento de partir do pessoal para tornar-se político — ou seja, deixar de ser algo individual para ganhar projeção pública a partir das discussões coletivas (MANSBRIDGE, 2009, p. 214) tem sido, assim, cada vez mais atravessado por esferas digitais, que podem contribuir com o encaminhamento que uma questão pessoal terá no processo de tornar-se política.

Em alguns casos, fomentar a discussão e colocar o tema em pauta em grupos segmentados — como é o caso de assuntos polêmicos como o aborto — já é suficiente para mudar seu status entre privado e público e motivar uma movimentação política, que pode continuar se desdobrando no futuro. Ao discutir a maneira como a formação da opinião por meio dos processos deliberativos influencia a democracia nas dimensões diretas de tomada de decisão, como as eleições e a legislação, Habermas (1995) defende que dois tipos de poderes, o comunicativo e o administrativo, se influenciam e, muitas vezes entram em conflito. Hoje, é em ambientes online que se dá parte importante das interações, da troca de experiências, da circulação dos discursos de onde se extraem experiências, testemunhos pessoais, combustível necessário para fazer girar a esfera pública.

Cabe notar, contudo, um aspecto que diferencia, de certa forma, o fenômeno a que se refere Habermas, do tipo de dinâmica que se encontra em grupos online, tanto aqueles que podemos caracterizar como contrapúblicos quanto os que atuam como redes de apoio. Se dos encontros entre sujeitos com interesses comuns surgiram movimentos fundamentais para as democracias — como os sindicatos, o movimento negro e o próprio movimento sufragista ou o feminismo —, o tipo de troca que tem lugar nesses grupos ocupa um espaço

muito mais introdutório no processo, o que vale especialmente se consideramos os espaços digitais.

Nesse sentido, uma diferença essencial entre o que entendemos por contrapúblicos e o que tratamos como redes sociais de apoio intermediados pelas atividades nas RSD é que os primeiros têm muito mais um potencial de ativismo político, de conquistar espaço para suas pautas na esfera pública, do que as segundas. Porém, nos dois tipos de estruturas, quando motivadas por um assunto abertamente ligado à política, ambos podem se tornar instrumento de mobilização política.

Assim, a integração entre os interesses das participantes dos grupos nas redes sociais online pode ou não se tornar ação concreta para fora das redes — um encontro pessoal, um grande evento, uma passeata, ou até mesmo a aproximação das participantes, que em muitos casos se tornam amigas para além do que é discutido ali. Ainda assim, é preciso levar em consideração que as trocas que ocorrem nesses âmbitos têm efeitos sobre as vidas privadas das participantes e isso não deve ser desconsiderado por seu potencial transformador — decidir fazer um aborto clandestino é uma ação política.

Por outro lado, ter acesso e fazer uso dos grupos online é algo que garante a elas a possibilidade de mobilização a partir dos interesses privados das mulheres. Em uma concepção liberal, os direitos políticos

dão aos cidadãos a possibilidade de fazer valer seus interesses privados, ao permitir que esses interesses possam agregar-se (...) com outros interesses privados até que se forme uma vontade política capaz de exercer uma efetiva influência sobre a administração. Dessa forma os cidadãos, em seu papel de integrantes da vida política, podem controlar em que medida o poder do Estado se exerce no interesse deles próprios como pessoas privadas. (HABERMAS, 1995, p. 41).

Em alguns desses casos, a contribuição dos debates que acontecem em instâncias digitais pode, então, atuar como uma espécie de resistência ao poder do Estado, como é o caso dos grupos mobilizados em torno dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres mencionados no primeiro capítulo. As comunidades que se estruturam para viabilizar a prática do aborto no Brasil, os tópicos de discussão sobre parto humanizado, nos quais mulheres fazem seus relatos de violência obstétrica, ou os grupos sobre contracepção onde elas compartilham experiências para facilitar o acesso ao direito a métodos contraceptivos são todos exemplos de agrupamentos em que as integrantes se organizam para contribuir com a discussão sobre esses temas, ampliando os repertórios uma das outras e contribuindo para que atalhos sejam criados no alcance da autonomia reprodutiva. Nesses casos, embora não necessariamente sejam ativistas pela descriminalização, algumas mulheres contribuem

com as demais para garantir a autonomia sobre o corpo, um direito que consideram que o próprio Estado lhes nega — um estado no qual não têm igualdade de representação, portanto cuja decisão consideram ilegítima sobre uma questão que é privada.

Não se trata apenas de uma mera instrumentalização; essas plataformas não são puramente isso — plataformas. A forma como são construídas permite que estes encontros aconteçam, aproximando indivíduos que possivelmente não se encontrariam se não fosse ali. E, embora essas movimentações entre esferas já existissem mesmo quando Carol Hanish escreveu que “o pessoal é político”, as conexões que se criam em ambientes digitais são mais abrangentes e capazes de romper fronteiras geográficas, de classe, raça e idade, de forma que merecem atenção do campo da comunicação.

Isso vai ao encontro do que afirma Rocha (2018, p. 26), quando menciona que a definição de Fraser de contrapúblicos subalternos é idêntica ao que Habermas chama de “públicos crítico-rationais”, ou seja, públicos questionadores ou que se contrapõem às esferas públicas convencionais. A autora atualiza a discussão considerando novos meios digitais e ressalta a importância da chegada da rede social Orkut e da possibilidade de criar comunidades em torno de quaisquer assuntos para o desenvolvimento desses grupos, como o caso dos contrapúblicos de direita estudados por ela.

O ambiente de ampla liberdade proporcionado pelo Orkut atraía justamente pessoas que não se sentiam representadas nos debates que ocorriam em públicos dominantes, inclusive, até mesmo aqueles que não se sentiam representados em debates travados nas próprias comunidades do Orkut poderiam criar as próprias comunidades. (ROCHA, 2018, p. 121).

Na situação analisada por Rocha, o encontro promovido nos contrapúblicos digitais possibilitou a ampliação do alcance das pautas defendidas pelos seus membros, de maneira que os temas ali discutidos também chegaram à esfera pública a partir das vozes destes membros, que se transformaram em representantes das ideias discutidas nos contrapúblicos, conforme discutido anteriormente.

Em situações distintas, as redes sociais podem contribuir com o empoderamento e a aproximação de indivíduos sem necessariamente articular um contrapúblico ou uma rede social de apoio. Um exemplo é o caso das estudantes de medicina peruanas, objeto de estudo de Elizabeth Espinoza-Portilla e Victor Linares-Cabrera (2020). As pesquisadoras observam a formação das redes de apoio entre jovens mulheres na carreira de medicina e percebem que as redes sociais digitais intermediam relações e aproximam indivíduos de maneira a proporcionar acesso a mentorias, informações e educação continuada, além de mais interação entre os pares. Neste caso, a rede promove o empoderamento e contribui para

diminuir a evasão e desistência das alunas nos cursos de mais longa duração e de dedicação integral, como é o caso da medicina, nos quais fatores como as longas jornadas de estudo e a baixa prevalência de mulheres em cargos de liderança levam a maiores índices de desistência entre elas. Trata-se de um caso em que as ferramentas digitais são usadas como intermediador de uma questão localizada.

Quando investiga os laços de solidariedade e os conflitos presentes em um grupo de mães na Nova Zelândia, Johnson (2015) prefere falar simplesmente em “públicos” em vez de “contrapúblicos”, ou referir-se aos grupos de mães como “públicos maternais íntimos” em seu estudo, no qual investiga como as mulheres que são mães “de primeira viagem” buscam informações e suporte de outras mães dentro e fora da internet. Segundo ela, esses públicos maternais íntimos são justamente arenas de compartilhamento de histórias sobre maternidade e gestação. Discordo da autora no que diz respeito ao não uso da palavra contrapúblicos, no sentido de que o argumento empregado por ela para preferir o uso de “públicos íntimos” é o de que se trata de espaços restritos à privacidade. Contudo, o fato de que são formados por sujeitos que não se conhecem entre si e o potencial de transferência das pautas ali discutidas à esfera pública são características essenciais desses grupos, assim como dos contrapúblicos. A própria autora comenta essa característica, quando menciona que

O conceito fornece uma maneira comum de pensar sobre as diferentes pessoas que podem recorrer à Internet para ajudá-las a navegar pela nova maternidade. Este tipo de conhecimento e complexo de pares é importante e permite uma reconfiguração de competências e para a repriorização de saberes subjugados; esses públicos constroem um senso específico de autoridade, baseado na experiência. (JOHNSON, 2015, p. 240).

Basear-se nas experiências individuais e grupais para lidar com uma situação pessoal ou para construir uma estratégia de ação coletiva são maneiras de aprofundar as relações, construir conexões e fazer com que um movimento ganhe força. Assim, como pensar nessas redes de apoio como apolíticas? Não ativista, portanto, não significa apolítico.

No próximo tópico, trataremos de como alguns coletivos feministas operacionalizam os recursos das ferramentas digitais para promover pautas e alcançar mais abrangência com suas reivindicações. Em algumas situações, as conexões entre mulheres nesses grupos online podem inclusive servir como mecanismos de ativismo digital das mulheres.

3.3.1 Ativismo digital feminista: o individual como ferramenta de mobilização

Partindo de uma compreensão do ativismo digital enquanto “ativismo político na internet ou movimentos políticos que se baseiam nela” (ÖZKULAA, 2021, p. 61), é possível vislumbrar a gigantesca abrangência desse conceito. Se toda prática de manifestação política atravessada pela internet é considerada ativismo digital, é preciso considerar que os impactos de diferentes ações online — ou que instrumentalizam as plataformas online — também têm impactos distintos. Dentro do leque de possibilidades que o universo digital proporciona para os ativismos, as redes sociais digitais e os aplicativos de conversação estão entre as que mais vêm sendo empregadas — inclusive pelos movimentos feministas.

Ao recuperar algumas características e possibilidades oferecidas pelas redes digitais que modificam a maneira como o ativismo se apresenta, Suay Özkulaa (2021) lista pelo menos cinco formas de fazer ativismo digital: o *advocacy* e comentário político, em que os usuários defendem seus pontos de vista em suas páginas pessoais nas redes; o recrutamento e construção de movimento, quando ações como as de *advocacy* são pautadas por um grupo ou instituição; o de organização e coordenação, que articula movimentações online e offline; as ações diretas online, como *hacktivism* e desobediência civil, que têm a intenção de gerar ações ou movimentações unicamente online, diferente da categoria anterior, aplicando, muitas vezes, a criação de constrangimentos, o humor e o sarcasmo como ferramentas; por fim, a pesquisa e documentação, que pode incluir o vazamento de informações, o monitoramento eleitoral, a criação de banco de dados, entre outros (ÖZKULAA, 2021, p. 70).

Algumas dessas estratégias aparecem na maneira como os movimentos feministas operam atualmente. Rayza Sarmiento (2021), por exemplo, identifica que as ações recentes de ativistas feministas em ambientes digitais incluem promover transformações tecnológicas e manipular adequadamente as plataformas, produzir conteúdo de uma perspectiva feminista, oferecendo narrativas alternativas dos acontecimentos através das redes sociais digitais, estabelecer relações de solidariedade a partir das trocas em espaços digitais, buscar projeção às pautas a partir de hashtags e campanhas de amplificação dos discursos e oferecer modos de enfrentamento às manifestações de ódio e violência de gênero em espaços digitais.

A mobilização através do uso de hashtags é um dos mecanismos mais empregados. Em alguns casos, essa intervenção parte da atuação de grupos de mulheres. Em outros, há o incentivo de atores sociais e da mídia convencional. Em geral, há um componente de indignação e, mesmo quando a questão ganha a esfera pública tradicional, não significa que

a solução formal oferecida satisfaça os sujeitos envolvidos, e o uso da internet enquanto ferramenta de ação nesse sentido pode redirecionar os rumos da situação. O que aconteceu no julgamento do empresário televisivo Harvey Weinstein após a mobilização com a #MeToo é um exemplo da força que a internet pode ter nesse sentido. Acusado por dezenas de mulheres de assédio e violência sexual, o norte-americano foi condenado a 23 anos de prisão depois que vítimas vieram a público para denunciá-lo usando a hashtag, que incentivou mulheres do mundo inteiro a compartilharem seus próprios casos de abuso. A hashtag foi compartilhada pelo menos 19 milhões de vezes desde que a campanha começou (NAU et al., 2022).

No Brasil, o caso da influenciadora Mariana Ferrer também ilustra como a soma das ações em diferentes instâncias — a internet, os meios de comunicação tradicionais e a justiça — pode ser instrumentalizada para dar visibilidade e criar pressão sobre as instituições. O caso de Ferrer ganhou projeção quando ela passou por um processo de violência jurídica na audiência em que acusava o empresário André Aranha de estupro, levando milhares de mulheres brasileiras a reforçarem que o compartilhamento de fotos sexuais não deve ser um passe livre para o estupro. Para isso, usuárias de Instagram, Facebook e Twitter compartilharam fotos pessoais com a hashtag #NãoExisteEstuproCulposo, reforçando a relação entre pessoal e político, muitas vezes publicando também relatos de vitimização e revitimização sofrida (RIZZOTTO; BELIN; SARAIVA, 2022).

Durante a campanha eleitoral para a presidência da república do Brasil, em 2018, a #elenão ajudou a mobilizar protestos fora das redes sociais online, levando milhares de pessoas às ruas em diversas cidades brasileiras (RIZZOTTO; SARAIVA; NASCIMENTO, 2019) e contribuindo para o que se tornou a maior manifestação de mulheres na história do país¹⁵. Das redes para as ruas e de volta para as redes, o uso da hashtag esteve conectado com a criação de um grupo no Facebook, o “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” (MUCB), que, em cerca de um dia, já contava com mais de um milhão de participantes de diferentes regiões. O MUCB, assim como a hashtag #elenão, foram mobilizados a partir de uma necessidade política e eleitoral: a de fazer oposição ao então candidato à presidência Jair Bolsonaro. Após o pleito, com o candidato agora eleito presidente, as mulheres que participaram do grupo MUCB viram a necessidade de expandir suas discussões, para além

¹⁵ “#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos”. Fonte: BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 24/04/2022.

da oposição eleitoral, a diversos outros assuntos em pauta tanto no legislativo quanto em discussão no executivo, e o “Mulheres Unidas contra Bolsonaro” foi renomeado para “Mulheres Unidas com o Brasil”. Nesse caso, com um volume muito maior de participantes, provenientes de todas as regiões brasileiras, as trocas continuaram acontecendo em ambiente digital e nenhuma figura de liderança se impôs no sentido de alcançar posições políticas institucionais a partir da mobilização online.

O movimento NiUnaMenos, da Argentina, é outro exemplo semelhante. O que é atualmente um coletivo de mulheres batizado de NiUnaMenos nasceu em 2015 com a convocatória para uma manifestação nacional massiva no dia 03 de junho, que protestava contra os feminicídios e contra a violência contra a mulher, tendo como principal gatilho a morte de Chiara Páez, jovem de 14 anos que estava grávida e foi assassinada pelo namorado de 16 anos. A notícia da morte de Chiara se somou a uma série de outras notificações de feminicídios no mesmo período. Na ocasião, a jornalista Marcela Ojeda publicou uma atualização na rede social Twitter questionando a inação das instituições a respeito dos feminicídios, o que contribuiu para a viralização da mobilização e para a criação da hashtag #NiUnaMenos. Segundo Florencia Tirelli (2017), a marcha histórica de junho e a viralização da hashtag combinadas tornaram evidente a coletividade do medo e da dor que cada mulher argentina sentia: o de ser vítima de uma situação de violência. Ao mesmo tempo, “NiUnaMenos inventou uma nova forma de nos organizarmos, dialogar e nos encontrar. Uma nova articulação política que gera novos espaços e novas formas de encontro” (TIRELLI, 2017, p. 54, tradução nossa)¹⁶.

Entre os mecanismos inovadores do NiUnaMenos está a conciliação de antigos e novos métodos de ativismo, agregando ações online e offline que não se limitaram a uma ação pontual — a marcha — e resultando em uma continuidade a partir de um grupo organizado e com capilaridade em diversas províncias do país, muito além da capital. Não livre de conflitos, o NiUnaMenos é considerado um movimento que rejuvenesceu e popularizou o feminismo na Argentina, já que alcança de adolescentes a mulheres adultas, em *pueblos* e zonas rurais.

Outro aspecto apontado por Jean Marie Chenou e Carolina Cepeda-Másmela (2019) é o emprego de ferramentas como o Data Activism (ativismo de dados), um tipo de ativismo digital que utiliza recursos de informação para chamar a atenção às causas que se

¹⁶ “NiUnaMenos inventó una nueva forma de organizarnos, dialogar y encontrarnos. Una nueva articulación política que genera nuevos espacios con nuevas formas de encuentro”.

quer mobilizar. Nesse caso, as manifestantes conseguiram ampliar também a cobertura midiática do evento ao desenvolver bancos de dados e estatísticas paralelas aos dados oficiais que revelavam a gravidade do problema e evidenciavam a negligência do Estado ao tratar da questão.

Kaitlynn Mendes, Jessica Ringrose e Jessalynn Keller (2019) reúnem em uma coletânea trabalhos que analisam as estratégias de intervenção digital feminista empregadas por pessoas mobilizadas em diferentes grupos, idades e interseccionalidades para combater a cultura do estupro. Aplicando metodologias variadas, as investigações observam desde um grupo de adolescentes feministas situado em uma escola até iniciativas para denúncias de assédios, ações por meio de hashtags e a produção de conteúdo em plataformas como o Twitter e o Tumblr. As autoras percebem que o emprego desses espaços para compartilhar testemunhos e a função de validação das experiências que oferecem aos participantes (MENDES; RINGROSE; KELLER, 2019, p. 176) são mecanismos importantes de ativismos com impactos não apenas coletivos, mas também para o processo de recuperação ou cura das próprias mulheres que compartilham as experiências.

Uma década atrás, Lance Bennett e Alexandra Segerberg (2012) já defendiam que a internet levava a uma transformação na maneira de organização dos movimentos sociais, passando do predomínio de uma lógica de ação coletiva, que envolve as ações tradicionais de mobilização política, a um crescimento das práticas de ação conectiva: ou seja, até mesmo as manifestações políticas passaram a contar mais com envolvimento individualizados e personalizados, “descoletivizando” em alguma medida o ativismo. As estratégias de ação conectiva incluem novas formas de engajamento que vão do estabelecimento de relações com os indivíduos, o engajamento a partir de uma participação mais versátil das causas, o acionamento de pontos sensíveis da individualidade para gerar empatia e envolvimento com as causas, entre outras movimentações.

Em alguma medida, a estratégia de compartilhar experiências pessoais como método de engajamento feminista — na qual reside a força ilocucionária de que fala Maria Pia Lara —, a própria essência do “o pessoal é político” pode ser interpretada como uma forma de aplicação do conceito de ação conectiva. Por outro lado, manter-se no plano individual e usar as experiências compartilhadas em grupos, por exemplo, também pode ser interpretado como uma maneira de limitar as conexões e não fazer com que a discussão das pautas avance.

Observando algumas estratégias de atuação da nova direita, Kelly Prudencio (2020) percebe que grupos conservadores empregam lógicas de ação conectiva de forma a limitar o debate. Ela coloca uma questão sobre o ativismo digital que pode ser discutida também no âmbito dos movimentos feministas: “(...) estaria a lógica da ação conectiva favorecendo justamente o ativismo individualista e antipolítico da direita?” (PRUDENCIO, 2020, p. 206). São situações bastante diferentes, mas a reflexão é válida: se a atuação é individualista — porém, não necessariamente antipolítica, como vimos anteriormente —, ela contribui da mesma maneira com o debate e a conquista de direitos?

Essa conexão é menos clara nos grupos privados em que há pouca interação e a maior parte das mulheres lê os conteúdos produzidos por outras e aplica o que encontram em suas próprias situações, sem levar o tema para outras áreas da vida. Por outro lado, algumas campanhas feministas como as citadas anteriormente fazem justamente o contrário: criam novas oportunidades de envolvimento ao desafiar a fronteira entre o público e o privado. Isso acontece, por exemplo, quando grandes grupos de mulheres evidenciam o caráter coletivo, social e político de um problema através do compartilhamento massivo de histórias individuais, como no já citado caso da #NãoExisteEstuproCulposo. A hashtag #BelaRecatadaEDoLar, em 2016, também reuniu milhares de fotos de mulheres em comportamentos que consideravam como rompimentos com o que se espera de uma mulher para que seja socialmente aceita e considerada moralmente respeitável. A viralização da hashtag acompanhada geralmente de imagens em redes como Instagram e Facebook foi uma resposta a um artigo da revista *Veja* que retrata a ex-primeira-dama Marcela Temer como uma mulher “respeitável”, atribuindo a respeitabilidade ao recato da esposa do então vice-presidente Michel Temer.

As hashtags #MeuPrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto, por sua vez, mobilizaram principalmente manifestações textuais de mulheres no Facebook, embora tenha aparecido também no Instagram e no Twitter. Em ambos os casos, as usuárias dessas plataformas compartilharam histórias pessoais de situações de assédio sexual. Na primeira, as participantes relatavam a primeira memória que tinham de um abuso sofrido. Na segunda, falavam sobre uma pessoa que as assediou, relatando características do assédio sofrido, sem revelar, contudo, quem era o abusador. A dinâmica era muito similar ao que aconteceu no #metoo. A #BeenRapedNeverReported também seguia uma lógica parecida no tipo predominante de relatos compartilhados pelas usuárias: casos de estupro vividos pelas participantes e, em comum, também a condição de nunca terem denunciado seus agressores

por desacreditarem que isso teria alguma repercussão prática (MENDES; RINGROSE; KELLER, 2019).

Os dados que serão discutidos no próximo capítulo reforçam essa percepção. Veremos, por exemplo, que 73% das participantes do *websurvey* realizado com mulheres brasileiras e argentinas dizem que se sentem à vontade para compartilhar relatos pessoais online. E 12% do total das entrevistadas se sente mais confiante se isso acontece durante uma manifestação através deste recurso agregador, como parte de uma manifestação coletiva. Ou seja, somar vozes a uma ação coletiva — ainda que com uma lógica conectiva — é algo que uma parte das mulheres considera fazer como forma de se manifestar ou contribuir com causas que as movem.

Quando as mulheres sentem que precisam “fazer alguma coisa” a respeito de uma situação, mas há um desconhecimento de que caminhos se podem tomar, o ato de “somar vozes” como forma de demonstrar solidariedade e sentir que está contribuindo com a situação de alguma maneira pode ser um passo importante no sentido de oferecer apoio e construir uma rede solidária. É nesse momento que a rede de apoio se converte em um contrapúblico. Isso será discutido mais aprofundadamente no capítulo 5, a partir da análise dos dados das entrevistas.

...

Neste capítulo, tratamos de estruturas entre esferas pública e privada que permitem a articulação de grupos de mulheres — ativistas ou não — para a solução de problemas ou para a luta por direitos políticos. Recuperamos diferentes definições de contrapúblicos e contrapúblicos subalternos, bem como buscamos trazer um olhar da área da comunicação sobre o conceito transversal de redes sociais de apoio, para evidenciar as principais características e distinções dessas duas formas de organizações entre esferas.

Entendemos que as redes sociais de apoio reúnem mulheres conectadas por ações e laços de solidariedade e empatia, onde há trocas de experiências e compartilhamentos de testemunhos e histórias pessoais, mas sem que seja um pré-requisito a intenção de converter esses espaços em locus de ativismo político. Por outro lado, os contrapúblicos carregam esse componente de estarem organizados enquanto arenas de debate político que visam promover debates e articular outras conexões, resolvendo também problemas próprios, individuais e característicos dos indivíduos que os compõem, mas suas atividades não se limitam a isso.

Discutimos ainda o ativismo político digital a partir de experiências feministas de atuação online, uma vez que consideramos que este conceito será essencial para responder

às questões de partida desta tese, ou seja, a proposta de entender como as trocas comunicativas sobre direitos sexuais e reprodutivos entre mulheres em grupos online se relacionam com suas escolhas de atuação política e com a formação de contrapúblicos e redes sociais de apoio.

No próximo capítulo, será descrito o percurso metodológico da investigação desenvolvida em dois momentos: a aplicação de um *websurvey* com mulheres brasileiras e argentinas e o desenvolvimento de 25 entrevistas narrativas também com mulheres, discutindo mais detalhadamente sua participação em espaços online de discussão voltados a temas sob o guarda-chuva dos direitos sexuais e reprodutivos.

4 PERCURSO METODOLÓGICO: DO COLETIVO AO INDIVIDUAL

“Sempre que a relevância do discurso está em jogo, as questões tornam-se políticas por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político”

Hannah Arendt, em *A Condição Humana*

A pesquisa em tela iniciou com a observação informal de dezenas de grupos fechados no Facebook sobre contraceptivos, maternidade e aborto, com finalidades das mais variadas — desde grupos essencialmente ativistas por causas feministas, como a descriminalização do aborto, até outros cotidianos, voltados a questões rotineiras, dicas pessoais e compra e venda de produtos. Além disso, a pesquisadora também esteve por seis meses em um grupo de WhatsApp dedicado a acompanhar mulheres que passavam por um processo de aborto medicamentoso. Embora não possa ser considerada uma etapa metodológica em sentido estrito, já que não foram empregadas técnicas rigorosas de análise, como a observação participante, presenciar o cotidiano de postagens e comentários nestes grupos foi um modo de construir repertório para definir o desenho metodológico da investigação e criar uma relação de confiança com moderadoras e integrantes. Dito de outra forma, o cotidiano de participação dos grupos e as conversações online não constituem material empírico de análise. Contudo, as decisões metodológicas foram tomadas, ao longo da pesquisa, considerando esse período de quase cinco anos de acompanhamento dos grupos restritos de mulheres no Facebook e no WhatsApp.

Depois desse período de circulação informal, a primeira etapa da investigação foi a aplicação de questionários online através de um formulário no Google *Forms*, para a realização do *websurvey* cujos resultados contribuíram para levantar alguns aspectos do uso que mulheres fazem das plataformas e dos tipos de interação que têm nos grupos restritos sobre direitos sexuais e reprodutivos. As perguntas que compõem os questionários¹⁷, disponibilizados em português e em espanhol, estão disponíveis nos Apêndices 1 e 2.

O *websurvey* (JONCEW; CENDON; AMENO, 2014) é uma adaptação digital da técnica do *survey*, considerando algumas particularidades desses espaços online. Os questionários foram disseminados em grupos de Facebook e WhatsApp, bem como compartilhado nas linhas do tempo de diferentes redes sociais da pesquisadora e de pessoas

¹⁷ O roteiro de perguntas do questionário recebeu uma série de contribuições e foi elaborado a partir da navegação nos grupos online já mencionados e dos comentários de professores e colegas da turma de doutorado durante a disciplina de Seminário de Tese (2020) e do grupo de pesquisa em Comunicação e Participação Política (COMPA) da UFPR (2022).

da sua própria rede de contatos no Brasil e na Argentina¹⁸. A análise inicial dos formulários foi feita a partir do levantamento de frequências simples contabilizadas em uma planilha do Google com a elaboração de tabelas dinâmicas. Participaram desta etapa 579 mulheres — 470 brasileiras e 109 argentinas.

Os questionários foram o método de recrutamento para a segunda etapa, as entrevistas narrativas. Após responder as perguntas do *websurvey*, as participantes eram convidadas a compartilhar seus contatos, caso tivessem o interesse em contribuir com a pesquisa, criando assim um primeiro filtro para a continuidade da investigação.

A técnica da entrevista narrativa foi escolhida porque oferece a possibilidade de obter a percepção das participantes e analisar como elas próprias vislumbram o papel das conversações no contexto do debate sobre direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, também consiste em uma metodologia recomendada pela literatura para analisar as dinâmicas em redes de apoio. “Como membro de uma rede, o indivíduo é percebido como uma pluralidade de relações. Para captar essa pluralidade, o estudo de redes tem que se debruçar em entrevistas e observação participante” (PORTUGAL, 2007, p. 5).

Ao conversar com mulheres que participam de grupos de Facebook e WhatsApp sobre temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos, foram abordados aspectos como com quem, como, sobre o quê e em que condições as participantes do estudo conversam a respeito destes temas, se ou como se percebem enquanto parte de uma ou várias redes sociais de apoio a partir destes grupos, suas percepções de público e privado, sua relação com o feminismo e como entendem que os relatos de outras mulheres repercutem em suas próprias vidas, conforme o tópico e as perguntas de partida apresentadas no Apêndice 3.

A proposta de empregar um método majoritariamente qualitativo — ainda que com alguns elementos quantitativos — deriva do fato de que a pesquisa em tela não busca observar um volume grande de unidades de análise, mas se debruça sobre um fenômeno particular: as conversações de mulheres sobre a temática dos direitos sexuais e reprodutivos. Conforme sugerido por Rocha (2022, p. 11), “a análise qualitativa foca nas singularidades e na intensidade de um fenômeno, e não na identificação de um padrão, como na análise quantitativa”.

¹⁸ Para desenvolver a etapa de aplicação do *websurvey* na Argentina, a pesquisadora passou um período na cidade de Mendoza, realizando estágio doutoral com a professora Valeria Hasan, na Universidad Nacional de Cuyo, entre fevereiro e maio de 2022, com auxílio do Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (PSDE/CAPES).

No caso do estudo de contrapúblicos e redes sociais de apoio, a combinação de entrevista enquanto técnica de coleta de dados e métodos qualitativos de análise já se demonstrou frutífera em pesquisas anteriores, como a de Rocha (2018), com os contrapúblicos digitais da direita brasileira, e a de Garcia (2009) com os grupos campesinos colombianos, citadas no Capítulo 2. Rosalía Souza, Valderí Alcântara e José Pereira (2018), por sua vez, discutem os desafios teórico-metodológicos para realizar estudos empíricos das atuações de contrapúblicos subalternos. Para os pesquisadores, um caminho possível é olhar para os gêneros discursivos das trocas entre os indivíduos e destes para com a esfera pública considerando as perspectivas dos próprios sujeitos, o que pode ser feito através das entrevistas.

O protocolo metodológico adotado pela pesquisa dialoga diretamente com alguns conceitos explorados na tese até agora, especialmente as noções de redes de apoio e força ilocucionária. Após a aplicação do *websurvey*, foram conduzidas 25 entrevistas — 14 com mulheres brasileiras e 11 com argentinas —, empregando a técnica de entrevistas narrativas (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002; MUYLAERT et al, 2014; PACHÁ; MOREIRA, 2022; MOURA; ROCHA, 2017; SCHÜTZE, 1992a e 1992b). O critério principal para seleção de participantes foi o de que elas fizessem uso de grupos de mulheres no Facebook ou no WhatsApp. Preferencialmente, que circulassem por espaços onde se discutem temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos. Embora não exista um consenso sobre a quantidade ideal de participantes em pesquisas que empregam a metodologia de entrevistas, os números sugeridos costumam variar entre 10 e 25 (ROCHA, 2022). Em revisão bibliográfica sobre entrevistas como método de estudo de ativismo digital, Carla Rizzotto et. al. (2022, p. 10) identificam que, em média, trabalhos que empregam entrevistas semiestruturadas abarcam 20 pessoas.

A técnica narrativa de entrevistas, por sua vez, é recomendada, segundo Sandra Jovchelovitch e Martin Bauer (2002, p. 204), para algumas situações bastante específicas, entre elas aqueles “projetos que combinem histórias de vida e contextos sócio-históricos”, o que é o caso desta investigação. Segundo Camila Muylaert et al, (2014, p. 194), as entrevistas narrativas são “ferramentas não estruturadas, visando a profundidade de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional”. É uma técnica que permite conhecer a experiência das pessoas a partir de seu ponto de vista, com a menor interferência possível do pesquisador, que evita fazer intervenções ou interrupções na fala do seu interlocutor.

No caso desta pesquisa, as entrevistas seguiram as fases recomendadas por Jovchelovitch e Bauer (2002), a partir do processo proposto por Fritz Schütze (1992a): Preparação, Iniciação, Narração Central, Fase de Perguntas e Fala conclusiva (FIG. 5). Ou seja, em termos procedimentais, a entrevista narrativa segue um caminho fluido que inicia com uma etapa aberta, seguida por outra semiaberta, na qual são feitas perguntas curtas e objetivas para esclarecer dúvidas surgidas ao longo da primeira etapa ou trazer temas que não entraram na narração inicial.

O método descrito por Schütze é voltado para narrativas autobiográficas; não à toa, é citado como “método autobiográfico” em algumas traduções. Alguns autores dividem as entrevistas narrativas entre “biográficas” e “episódicas”; embora o que fazemos nessa pesquisa possa ser considerado, em algumas situações, episódico, optamos por utilizar o procedimento de entrevistas narrativas biográficas. Tal escolha se deu pois a proposta da pesquisa é ouvir as entrevistadas sobre suas experiências em diversos momentos — nas interações com outras mulheres em grupos de WhatsApp e Facebook. Cada narração não está centrada apenas em um episódio, e sim na trajetória ou na experiência das entrevistadas envolvendo determinados momentos das suas vidas — por exemplo, quando buscaram ajuda para escolher um método contraceptivo, quando estavam grávidas e queriam interromper a gestação, sua participação geral em grupos de mulheres sem tema específico, que pode ou não estar concentrada em um intervalo determinado de tempo, seu despertar ao feminismo ou o ativismo em torno de uma causa relacionada a mulheres, entre outros. Além disso, o método de entrevistas episódicas sugere uma intervenção mais intensa do entrevistador no sentido de conduzir o entrevistado a repetir alguns trechos da narração (MOURA; ROCHA, 2017, p. 168). No caso desta pesquisa, a narrativa foi conduzida e organizada pelas próprias entrevistadas, a partir do seu ponto de vista sobre o tópico inicial apresentado no início da conversa. Algumas preferiram começar contando como é sua rotina de uso de grupos de WhatsApp e Facebook; outras iniciaram por como e por que buscaram estes espaços. Dessa forma, a própria hierarquização de informação feita pelas entrevistadas funcionou como um dado, trazendo pistas no momento da análise.

A fase da preparação inclui todo o período em que a pesquisadora esteve inserida em grupos de mulheres online no WhatsApp e no Facebook, período iniciado em 2018, para os grupos brasileiros, e em 2021, para os grupos argentinos. A preparação incluiu o acompanhamento, a leitura e a tomada de notas a respeito das atividades de mais de duas dezenas de grupos com publicações e interações constantes nas duas plataformas. Conforme

apresentado anteriormente, o formulário do *websurvey* foi distribuído e divulgado, entre outros espaços, também nestes grupos.

Ao todo, preencheram o formulário do *websurvey* com email e/ou número de telefone um total de 122 mulheres — 28 argentinas e 94 brasileiras. Os contatos foram categorizados em três níveis de prioridade: alta, média e baixa (os critérios de hierarquização estão disponíveis na Figura 4). Depois de alguns contatos iniciais por email e/ou WhatsApp e da assinatura do termo de consentimento, as entrevistas foram realizadas via chamada de vídeo, utilizando a plataforma Google Meet, com a condição de garantir a privacidade das participantes, atendendo às precauções e sugestões contidas na resolução nº 466/2012 e 510/2016 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

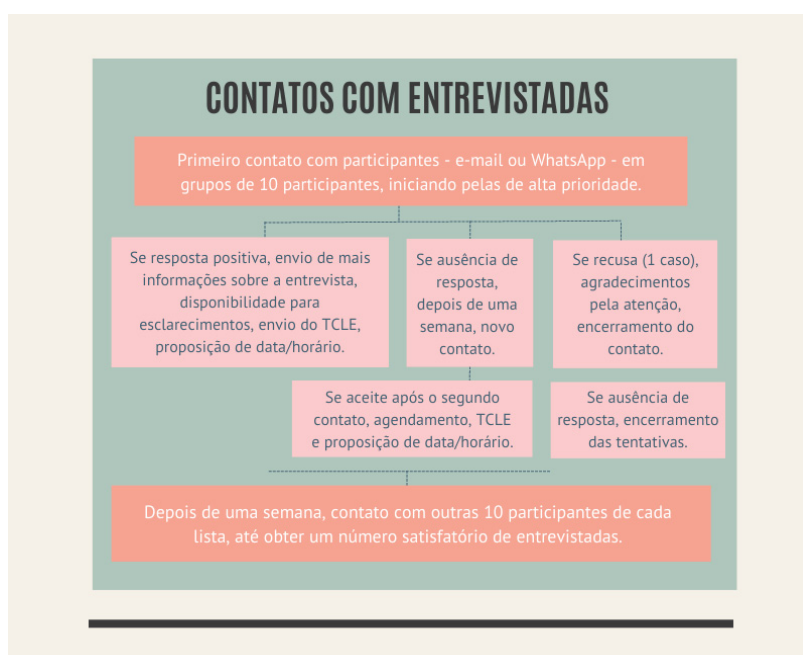
A maior parte das conversas teve duração entre 35 e 60 minutos; apenas duas delas tiveram entre 60 e 80 minutos. Em média, cada entrevista durou 48 minutos (FIG. 4).

FIGURA 4: INFOGRÁFICO METODOLÓGICO — FASE 1 DAS ENTREVISTAS



CATEGORIZAÇÃO EM GRAUS DE PRIORIDADE

HIERARQUIA DE PRIORIZAÇÃO		BRA	ARG	TOT
ALTA	Grupos sobre aborto e direitos sexuais e reprodutivos; Grupos sobre maternidade, gestação, contracepção; Pessoas não conhecidas pela pesquisadora.	21	15	36
MÉDIA	Grupos exclusivos de mulheres não específicos sobre direitos sexuais e reprodutivos; Grupos sobre direitos sexuais e reprodutivos; e/ou Semi-conhecidas da pesquisadora;	38	13	51
BAIXA	Não usuárias de grupos; Conhecidas muito próximas ou amigas da pesquisadora, ainda que integrem grupos sobre DSR;	35	0	35
		94	28	122



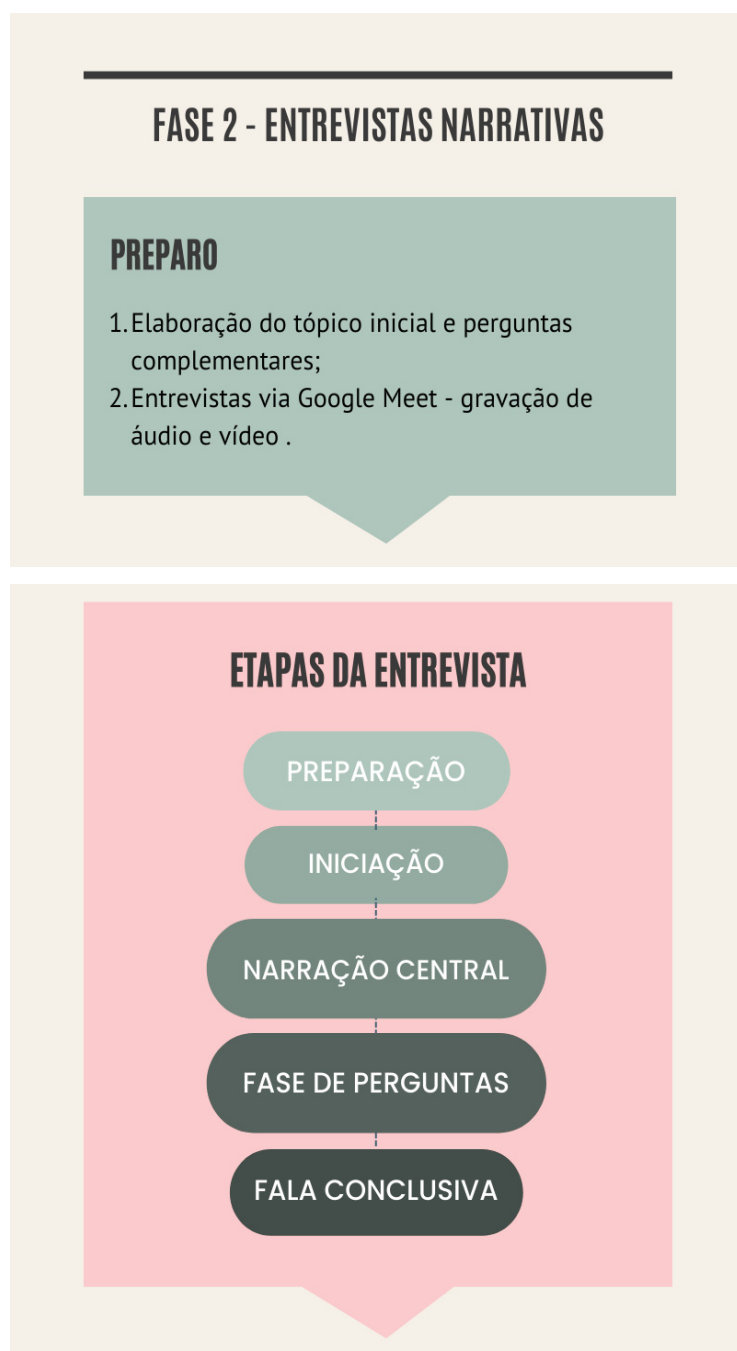
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Alguns cuidados foram tomados para preservar a privacidade e oferecer uma atmosfera mais amigável às entrevistadas. Foi oferecida a todas elas a possibilidade de desligar a câmera durante a chamada de vídeo, se assim preferissem. Apenas uma optou por isso. Cada entrevistada recebeu um pseudônimo¹⁹, que será usado para se referir a elas durante a análise e discussão dos resultados. Durante as conversas, a pesquisadora preferiu

¹⁹ Todos os nomes empregados para referir-se a cada uma das 25 entrevistadas são fictícios e são inspirados em mulheres com atuação histórica pelos direitos das mulheres no Brasil e na Argentina: Nísia, Bertha, Celina, Patrícia, Mietta, Sueli, Iraci, Carmen, Lélia, Carlota, Laudelina, Rose, Rebeca, Juliana, Rita, Claudia, Micaela, Lucía, Marcela, Chiara, Noelia, Mabel, Viviana, Silvia, Ofelia.

optar por uma linguagem informal e não acadêmica, utilizando, quando identificou adequado, gírias e formas abreviadas de palavras, para favorecer a aproximação e conexão e garantir que a participante estivesse confortável. As entrevistas com mulheres argentinas foram conduzidas em espanhol.

FIGURA 5: INFOGRÁFICO METODOLÓGICO – FASE 2 DAS ENTREVISTAS



TOTAL DE ENTREVISTAS			
PRIORIDADE	ALTA	MÉDIA	TOTAL
Brasil	10	4	14
Argentina	5	6	11
Total geral	15	10	25

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Nas quatro fases seguintes da entrevista recomendadas por Schütze, a pesquisa seguiu o roteiro (Apêndice 3) em que a Iniciação era composta por uma fala curta para agradecer a participação da entrevistada, recordar o tema da pesquisa e apresentar a metodologia; a Narração era aberta por um Tópico Inicial (também chamado por alguns autores de pergunta motivadora ou questão gerativa), que convidava a entrevistada a iniciar sua fala sem interrupções. A fase de perguntas trouxe questões derivadas da fala de cada entrevistada e complementares, visando esclarecer tópicos relevantes à investigação e que estiveram ausentes da narração central. Após as perguntas, a gravação era encerrada e eram conduzidas mais algumas questões, quando a pesquisadora considerou necessário, na etapa de fala conclusiva, que continha também um novo agradecimento e a disponibilização para responder eventuais questões das entrevistadas.

Ao todo, o corpus da pesquisa consiste em 20 horas de gravações, resultando em quase 200 páginas de transcrições das falas. As entrevistas foram transcritas em duas etapas: a primeira, automatizada, utilizando a ferramenta *Google Web Speech API Demonstration*²⁰; a segunda, manual, na qual a pesquisadora assistiu duas vezes a cada gravação para corrigir erros de grafia da transcrição automatizada e destacou trechos relevantes para a análise. Em cada revisão, foram sendo feitas anotações também relacionadas a outros aspectos da entrevista, para além da fala. Por exemplo: estrutura da fala, pausas, risos, expressões faciais, momentos em que as entrevistadas se emocionaram e quando recorreram a auxílios visuais, como consultar os grupos dos quais participam.

²⁰ Disponível em: <<https://www.google.com/chrome/demos/speech.html>>. Acesso em 28/01/2023.

A transcrição detalhada é a primeira etapa do protocolo metodológico adotado para análise narrativa. Em seguida, o texto de cada entrevista foi dividido em blocos narrativos separados a partir do que o autor chama de “marcadores de cada composto narrativo suprasegmental” (SCHÜTZE, 1992^a, p. 203). Trata-se de uma frase ou expressão que encerra um trecho da fala e que permite a divisão entre blocos narrativos.

Um composto narrativo suprasegmental é mais do que a formulação de um mero acontecimento ou episódio da vida (tratado numa unidade narrativa) ou simplesmente uma etapa de um processo estrutural biográfico. Abrange o contexto geral e o curso de um processo estrutural, a interação entre dois ou mais deles, ou uma passagem maior e naturalmente delimitada dentro de um deles. (SCHÜTZE, 1992a, p. 203).

Dividido dessa maneira, o conteúdo das entrevistas foi transferido a uma planilha, em que cada um destes compostos narrativos correspondia a uma linha, para ser então categorizado em dois grupos de variáveis (FIG. 6): a codificação baseada em dados e a baseada em conceitos (MUYLAERT et al, 2014, p. 196). A primeira tem cinco etapas:

1. **Material indexado** - uma espécie de resumo central da argumentação de cada segmento, identificando na estrutura da fala quais são os aspectos mais importantes daquele trecho para a pesquisa.
2. **Material não indexado** - mapeia elementos não verbais, mas que podem contribuir para a leitura da entrevista. São emoções, comportamentos, postura, linguagem corporal, emprego de vocabulários específicos, graus de conhecimento sobre um tema manifestos não intencionalmente, entre outros.
3. **Trajétórias descritas** - consiste em um resumo de toda a trajetória da entrevistada em relação ao aspecto central da entrevista. Neste caso, todo o arco narrativo de cada entrevistada em relação aos grupos online.
4. **Análise do conhecimento** - identifica quais foram os principais assuntos que surgiram na narração da entrevistada, resumindo quais foram as principais mensagens extraídas da fala.
5. **Comparação contrastiva** - anotações sobre as entrevistas que possibilitem a comparação entre suas trajetórias e conhecimentos, identificando similaridades e diferenças entre as narrativas.

Já a segunda trouxe a categorização a partir das discussões desenvolvidas nos capítulos teóricos da tese:

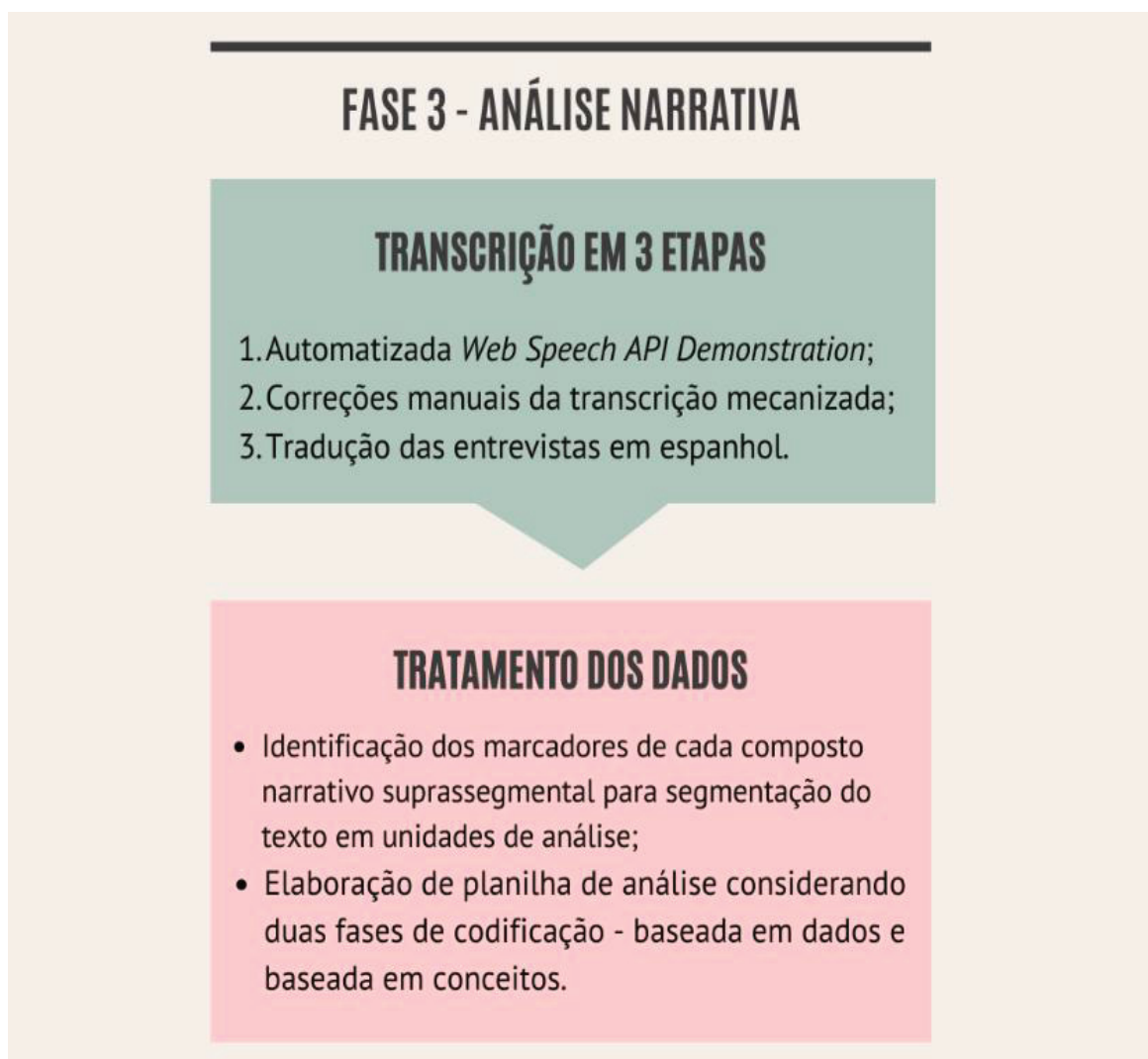
1. **Pertencimento feminista** - questiona as entrevistadas sobre a relação delas com os feminismos, para identificar se entendem e se apresentam enquanto feministas e quais são suas considerações sobre os feminismos.
2. **Compreensão de individualidade/coletividade** - parte dos conceitos de privado e público para identificar a percepção das entrevistadas sobre a relação das situações particulares narradas com a situação coletiva das mulheres em torno dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil e na Argentina.
3. **Concepção de rede de apoio** - tem como base o conceito de redes de apoio discutido no Capítulo 3, mas visa absorver o que as próprias entrevistadas entendem como

uma rede de apoio e a maneira como estes grupos de mulheres online são situados por elas em relação a este conceito.

4. **Força ilocucionária** - baseada na leitura de Maria Pia Lara sobre força ilocucionária, esta variável se concentra em extrair trechos das falas das entrevistadas em que elas demonstram que suas próprias falas e/ou intervenções tiveram algum impacto sobre outras pessoas ou sobre o grupo de maneira geral.

5. **Efeito perlocutório** - adaptada da teoria dos atos de fala, a variável busca, por sua vez, perceber momentos em que as entrevistadas descrevem situações em que elas próprias foram influenciadas por algo que encontraram, leram ou com que interagiram nos grupos online.

FIGURA 6: INFOGRÁFICO METODOLÓGICO - FASE 3 DAS ENTREVISTAS



CODIFICAÇÃO BASEADA EM DADOS

TRANS CRIÇÃO	ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3	ETAPA 4	ETAPA 5
TEXTO/ BLOCO NARRATIVO	MATERIAL INDEXADO	MATERIAL NÃO- INDEXADO	TRAJETÓRIAS	ANÁLISE DO CONHECI- MENTO	COMPARAÇÃO CONTRASTIVA
Transcrição dividida por marcadores suprasegmen- tais	Estrutura global da narrativa, identificação de elementos centrais para a pesquisa	Reflexões e aspectos não intencionais manifestos pelas entrevistadas	Trajetória resumida da entrevistada em relação à participação em grupos de mulheres online	Identificação dos temas e mensagens principais da entrevista relacionados ao tema	Comparação ou relações entre as diferentes histórias analisadas
Unidade de análise	por segmento	por entrevista	por entrevista	por entrevista	global
Mecânica de análise	manual	manual	manual	mista	automatizada

CODIFICAÇÃO BASEADA EM CONCEITOS

V1	V2	V3	V4	V5
PERTENCIMENTO FEMINISTA	INDIVIDUAL/ COLETIVO	CONCEPÇÃO DE REDE DE APOIO	FORÇA ILOCUÇÃOÁRIA	EFEITO PERLOCUTÓRIO
Analisa os movimentos das entrevistadas no sentido de defender os direitos das mulheres e o reconhecimento desta defesa enquanto feminismo.	Baseada nos conceitos de público e privado, expressa a leitura das entrevistadas sobre a amplitude dos temas relativos a direitos sexuais e reprodutivos.	Elabora a interpretação expressa pelas entrevistadas sobre o conceito de rede de apoio, discutido no capítulo 3	Pistas do potencial transformador na fala/ linguagem da própria entrevistada, no sentido discutido por Maria Pia Lara	Mapeia os indícios de influências ou transformações promovidas a partir da fala de interlocutoras em episódios narrados pela entrevistada
por entrevista	por entrevista	por entrevista	por entrevista	por entrevista
mista	mista	mista	manual	manual

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O objetivo desta estruturação da categorização é garantir a profundidade, complexidade e maior critério de validade científica à análise narrativa, de modo que esta não consista em mera leitura e descrição das entrevistas, rigor essencial para as pesquisas qualitativas (MINAYO, 2012). O estabelecimento de critérios nítidos e replicáveis de análise é especialmente importante dado o volume de dados reunidos ao longo das 25 entrevistas.

A seguir, procederemos para a apresentação dos resultados da investigação. Nos próximos tópicos deste capítulo, serão apresentados os resultados dos questionários, que contribuem para entender o contexto das falas das entrevistadas e já trazem algumas pistas para responder à pergunta de pesquisa proposta; e as primeiras etapas da análise das entrevistas narrativas, considerando as categorias baseadas em dados.

4.1 HÁBITOS DE CONSUMO DAS PLATAFORMAS

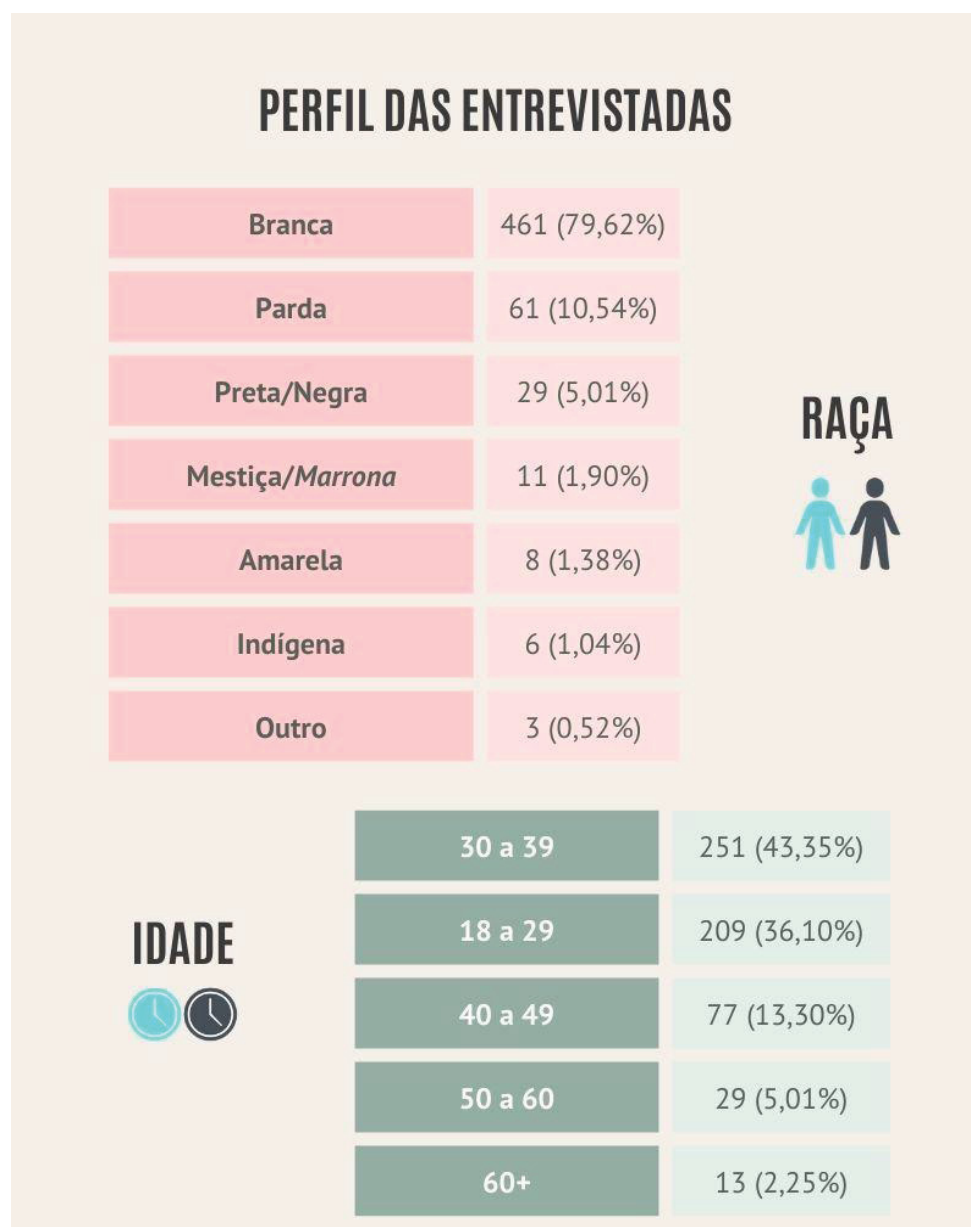
Embora tenham sido desenvolvidos inicialmente com o objetivo de contribuir com o recrutamento de participantes para a etapa das entrevistas, o *websurvey* foi também considerado parte integrante da metodologia da pesquisa pois retornou resultados importantes que trazem algumas pistas sobre o uso das plataformas que hospedam os grupos de mulheres sobre direitos sexuais e reprodutivos. Os dados levantados contribuíram para entender a maneira como as participantes utilizam o WhatsApp e Facebook em seu cotidiano, como acessam e navegam em grupos fechados nestes dois ambientes, bem como a relação dos grupos com a construção de redes sociais de apoio. É importante observar que o modo e os contextos de aplicação do *websurvey* pode fazer com que alguns dos dados sejam enviesados, então reforço que a leitura deles foi feita com cautela sem a pretensão de promover generalizações. O total de 579 respostas não reflete o perfil social das brasileiras e argentinas e tentarei apresentar os dados de maneira desagregada, na maioria das situações, dada a discrepância entre os dois países. Apenas alguns dados serão unificados, casos em que as proporções são similares nas duas nacionalidades²¹.

Há um predomínio de respondentes brancas (461 ou 80%), a maior parte tem entre 30 e 39 anos (251 ou 43%) e 289 (50%) têm pós-graduação completa ou em andamento. Das entrevistadas, 380 (65%) não são mães e outras 199 (35%) já têm filhos (FIG. 7). Estas informações sobre o perfil das entrevistadas contribui para entender algumas das leituras

²¹ Agradeço à professora Lucy Oliveira (UFSCAR), pelas contribuições ao trabalho referentes ao *websurvey* durante o 10º congresso da Compolítica.

sobre a participação nos grupos que serão feitas a seguir. Reforço que os questionários foram distribuídos a partir das redes da própria pesquisadora, incluindo colegas de ambas as universidades, no Brasil e na Argentina, o que justifica uma taxa tão alta de pessoas com pós-graduação completa ou em andamento, por exemplo.

FIGURA 7: PERFIL DAS ENTREVISTADAS





Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Outro dado que ajuda a situar melhor a pesquisa é a relação das entrevistadas com o feminismo. Das 579 participantes, 291 (50%) se consideram feministas no modo de enxergar as relações sociais, mas não atuam como militantes ou ativistas. Por outro lado, 196 (34%) se dizem ativistas pelos direitos das mulheres e 79 (14%) dizem que acreditam que as mulheres devem ter direitos iguais, mas não se consideram feministas. Dez (2%) entrevistadas discordam do movimento feminista, outras três proporcionaram respostas abertas: uma delas diz entender que as pessoas não são iguais, mas devem ter direitos iguais, enquanto a segunda defende que feminismo deve ser luta política, e não identidade, e a última diz que concorda com o feminismo, mas se identifica melhor a partir do mulherismo africano.

Sobre a participação em grupos online articulados em torno de direitos sexuais e reprodutivos, as respostas permitem algumas comparações entre diferentes redes sociais. Conforme a Tabela 1, os grupos temáticos aparecem com maior intensidade no Facebook. Entre todos os temas propostos, a frequência é maior nesta rede do que em relação ao WhatsApp, sendo que a discrepância se amplia nos grupos que discutem Contraceptivos, e que estão evidentemente mais concentrados no Facebook.

TABELA 1: TEMÁTICAS DOS GRUPOS POR REDE SOCIAL

Temáticas dos grupos	Facebook	WhatsApp
Relacionamentos	99 (17%)	46 (8%)
Maternidade	131 (23%)	94 (16%)
Contraceptivos	153 (26%)	32 (5%)
Aborto	131 (23%)	61 (10%)
Grupos não específicos	235 (40%)	210 (36%)
Não participa	204 (35%)	303 (52%)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Há uma distinção entre as respostas das mulheres brasileiras e argentinas na participação de grupos temáticos sobre direitos sexuais e reprodutivos. As comunidades digitais que têm o aborto como temática principal de debate são as que têm mais força entre as respondentes da Argentina: em média, 23% das participantes estão em grupos sobre aborto no Facebook, e 10% no WhatsApp. Na Argentina, estes números são 31% e 28%, respectivamente, enquanto no Brasil, são 21% e 6% (TAB. 2). A maturidade da discussão sobre o tema do direito ao aborto e o contexto recente de aprovação da Lei IVE contribuem para explicar por que quase um terço das entrevistadas argentinas discute este tema com outras mulheres e dissidências em uma plataforma ou outra. No Brasil, por outro lado, o número não chega a um quinto, que curiosamente é a mesma proporção de mulheres que já

passaram por um aborto — segundo a Pesquisa Nacional do Aborto conduzida por Débora Diniz (2017), em 2014, uma em cada cinco mulheres brasileiras diz ter feito um aborto em algum momento da vida. Pesquisa mais recente da autora mostra que, em 2021, este número caiu para uma em cada sete²².

TABELA 2: TEMÁTICAS DOS GRUPOS POR REDE SOCIAL E PAÍS

Temáticas dos grupos	Facebook		WhatsApp	
	Brasil	Argentina	Brasil	Argentina
Relacionamentos	19,36%	7,34%	8,72%	4,59%
Maternidade	24,47%	3,40%	18,30%	7,34%
Contraceptivos	29,79%	11,93%	5,11%	7,34%
Aborto	20,64%	31,19%	6,38%	28,44%
Grupos não específicos	42,55%	32,11%	35,53%	39,45%
Não participa	32,98%	44,95%	54,26%	44,04%

*As porcentagem são referentes ao total de respondentes de cada país: 470 brasileiras e 109 argentinas
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

As porcentagem maiores são de “Grupos não específicos, mas que discutem um ou mais dos assuntos listados acima (por exemplo, grupos religiosos ou feministas)”. Isso indica que tanto no WhatsApp quanto no Facebook as discussões sobre estes temas aparecem mais de forma mesclada, sem necessariamente segmentar o público, mas entremeadas por outras temáticas, especialmente no WhatsApp, onde 54% das brasileiras e 44% das argentinas dizem discutir direitos reprodutivos em grupos não específicos. Parte considerável das trocas sobre os temas listados nas Tabelas, portanto, parece estar dispersa ou inserida esporadicamente em conversas em grupos não específicos, articulados em torno de outras

²² “Uma em cada 7 mulheres com até 40 anos já fez um aborto”. Fonte: Poder 360. Disponível em: <<https://bit.ly/44iPmtF>>. Acesso em 02 mai. 23.

temáticas ou de afinidades pré-existentes. Como mencionado, várias entrevistadas relataram também estar em mais do que um grupo, utilizando-os para as mais diversas finalidades.

Sobre os usos de aplicativos de conversação e redes sociais, o WhatsApp é o principal empregado no dia a dia das entrevistadas para conversar com outras pessoas: usado por 559 (96%) delas, um pouco à frente do Instagram, que foi mencionado por 500 (86%) mulheres. Facebook Messenger é o terceiro mais citado (378, ou 65%), seguido por Telegram (262 ou 45%) e LinkedIn (135 ou 2%). Por fim, aplicativos de relacionamento aparecem em 113 respostas (19%) e o TikTok em uma minoria, de 47 (8%), seguido apenas pelo Twitter e outros (Signal, WeChat, Tandem, Teams, Google Meet, Discord, Reddit, Slack, Hangouts, Duo), indicados em 14 respostas (2%).

Com relação a Facebook e Instagram, algumas diferenças na usabilidade dos grupos entre as participantes são significativas — o modo pelo qual elas ingressam nestes espaços, por exemplo. No WhatsApp, há um predomínio das relações que as mulheres já têm em outros espaços: 265 (46%) foram adicionadas por alguém, 222 (38%) entraram em grupos convidadas por amigas, 3 participam somente de grupos com conhecidas ou amigas. 144 (25%) entraram usando um link e 70 (12%) dizem elas mesmas terem criado os grupos. 158 (2%) respondem que não participam de grupos somente de mulheres ou grupos em geral no WhatsApp. Apenas 50 (9%) das 579 participantes da pesquisa ingressaram depois de buscar pela temática em algum site ou rede social — todas elas no Brasil. Já no Facebook, esta é a principal maneira de entrada nos grupos, com 363 (63%) participantes afirmando terem chegado a grupos de mulheres desta forma. Contudo, ser adicionada por alguém ou convidada por uma amiga também aparecem: 211 (36%) e 207 (36%) mulheres, respectivamente. O número de respondentes que não participa de grupos é similar, 129 (22%), e 28 (5%) dizem elas mesmas terem criado os grupos no Facebook.

A frequência de uso também é diferente entre ambos: o WhatsApp é usado várias vezes ao dia por 343 mulheres (59%), pelo menos uma vez por dia por 85 (15%) e outras 147 (25%) afirmam estarem sempre conectadas. Apenas quatro mulheres disseram acessar apenas algumas vezes por semana. Enquanto isso, no Facebook, a maioria diz usar a plataforma todos os dias (156 ou 27%), mas quase o mesmo número diz que o faz raramente, em torno de uma vez por mês (130 ou 22%). Entre os dois extremos, 78 (1%) utilizam várias vezes ao dia, 124 (21%) algumas vezes por semana e 47 (8%) usam semanalmente. Por fim, 44 (7%) delas afirmam não acessar nunca ou não ter conta nesta rede social.

As finalidades de uso de cada plataforma (Tabela 3) apontadas nas respostas trazem algumas distinções indicativas da função que cada uma ocupa no dia a dia das usuárias. Esta questão do *websurvey* também permite discutir as *affordances* dessas ferramentas, entendendo *affordances* como as “propriedades percebidas e reais de uma coisa, principalmente aquelas propriedades fundamentais que determinam como a coisa poderia ser usada” (NORMAN, 2002, p. 9).

TABELA 3: FINALIDADE DE USO DA PLATAFORMA POR PAÍS

Finalidade de uso da plataforma	Facebook		WhatsApp		Total	
	BR	AR	BR	AR	Facebook	WhatsApp
Me conectar com amigos/familiares	250	56	457	103	306	560
Participar de grupos de interesse	231	47	212	60	278	272
Buscar informações/tirar dúvidas	159	32	113	28	191	141
Ler notícias/me manter atualizada	128	45	0	0	173	0
Trabalho/estudos	125	18	393	87	143	480
Comprar/vender produtos	110	30	124	20	140	144
Conhecer pessoas/fazer amigos	39	7	48	8	46	0
Entretenimento/me distrair	12	0	0	0	12	0
Não uso a plataforma	29	10	0	0	39	0
Outros	4	2	3	4	6	7

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Conectar-se com outras pessoas — amigos e familiares — é a principal finalidade de uso do Facebook para mais da metade das entrevistadas (306). No caso do WhatsApp, essa função é apontada por 96% das respondentes, reforçando a importância deste aplicativo tanto no contexto brasileiro quanto no argentino. O que é bastante simbólico é que 82% delas também indicam o uso para fins profissionais e outras 25% empregam este app de conversação para comprar e vender produtos. O desenvolvimento desse tipo de aplicativo à primeira vista faz parecer que as trocas que ali acontecem estão totalmente desconectadas da regulação do Estado, ao mesmo tempo que, idealmente, não podem ser atreladas às empresas privadas que são proprietárias das plataformas. Na prática, sabe-se que existem diversas questões relacionadas à algoritmização das plataformas e aos usos comerciais dos dados dos usuários que tornam a relação entre aspectos privados e públicos ainda mais complexa (WINQUES; LONGHI, 2020).

Fica clara também a dissolução progressiva da linha que separa esfera íntima, domesticidade, trabalho e esfera pública: tudo é discutido no mesmo aplicativo. À primeira vista, os apps de conversação podem ter nascido com a função de conectar indivíduos num sentido mais pessoal. À medida que foram apropriados para outras finalidades e ganharam novas funcionalidades — como o WhatsApp Business —, conciliam também conversações de trabalho e negociações econômicas. As próprias entrevistadas apontam o uso dessas plataformas com fins econômicos: quase um quarto delas utiliza o Facebook ou o WhatsApp para comprar e/ou vender produtos (TAB. 3). O uso para compra e venda de produtos não necessariamente faz com que os usos dos grupos sejam menos políticos. Para muitas dessas mulheres, a venda de produtos nestes espaços contribui para a sustentabilidade e autonomia financeiras, assim como, para outras, gera o sentimento de que estão contribuindo com o trabalho de outras mulheres, o que, em algumas situações, também é uma forma de aproximação e construção de laços e redes.

Ainda assim, a conexão pessoal ainda predomina nos usos citados: 53% usam Facebook para conectar-se com amigos e familiares; no WhatsApp este número quase duplica: 97%.

GRÁFICO 1: FINALIDADES DE USO DA PLATAFORMA



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Ainda sobre as finalidades de uso, o Facebook é utilizado por um terço das entrevistadas para buscar informações sobre assuntos de interesse e esclarecer dúvidas, o que pode ser explicado pela própria mecânica de funcionamento desta rede social, que facilita a navegação por temas, por meio da barra de pesquisa, do uso de *hashtags* e pela criação de tópicos específicos dentro dos grupos, onde estão reunidas publicações a respeito dos temas e subtemas ali discutidos. O esclarecimento de dúvidas também é importante no WhatsApp, embora apareça numa quantidade menor de respostas (24%), o que também pode ser explicado pelas *affordances* da plataforma, no sentido de Bucher e Helmond (2018). Para os autores, mais do que o que as pessoas fazem “com” as plataformas, é importante entendê-las a partir da relacionalidade, considerando os recursos que as plataformas oferecem, mas também os sentidos que os usuários constroem a partir delas.

Nessa linha de raciocínio, embora o WhatsApp disponibilize uma barra de busca, por exemplo, é mais provável que, ao procurar informações ou esclarecer dúvidas, elas o

façam verbalizando suas questões a outras usuárias — esse “caminho” para pedir ajuda é discutido mais detalhadamente no próximo tópico.

O WhatsApp tem uma função dupla mais evidente: além da conexão com amigos e familiares, é empregado como ferramenta de trabalho e estudos, e como espaço de compra e venda de produtos, reforçando o papel dessa ferramenta em aproximar as diferentes esferas da vida. Dito de outra forma, a concentração de tantas atividades diferentes num único aplicativo também se relaciona com a redução da fronteira entre público e privado a partir das novas esferas digitais, tema que foi discutido no segundo capítulo.

A concentração de diferentes áreas da vida em dois aplicativos de redes sociais é uma característica das sociabilidades contemporâneas atravessadas pelas tecnologias digitais e contribui para a instantaneidade e ubiquidade das mídias, mas também com a aproximação entre esfera pública e esfera privada, mesclando inevitavelmente questões domésticas, íntimas, familiares, de relações pessoais, profissionais e de ativismo político. No mesmo aplicativo onde se troca confidências com as amigas, articula-se um protesto político e se executa transações comerciais, por exemplo.

A participação em grupos de interesse é uma função que aparece de maneira similar nas duas plataformas: 278 mulheres (48%) dizem usar o Facebook com este fim, e 272 (47%) dizem o mesmo sobre o WhatsApp, considerando os dois países. Comparando as plataformas, mais mulheres argentinas apontam essa finalidade de uso do WhatsApp — 60 delas (55%), enquanto 47 (43%) citaram usar o Facebook para participar de grupos de interesse. No Brasil, a diferença também é baixa, mas o dado se inverte: 212 (45%) participam de grupos de interesse no WhatsApp e 231 (49%) no Facebook.

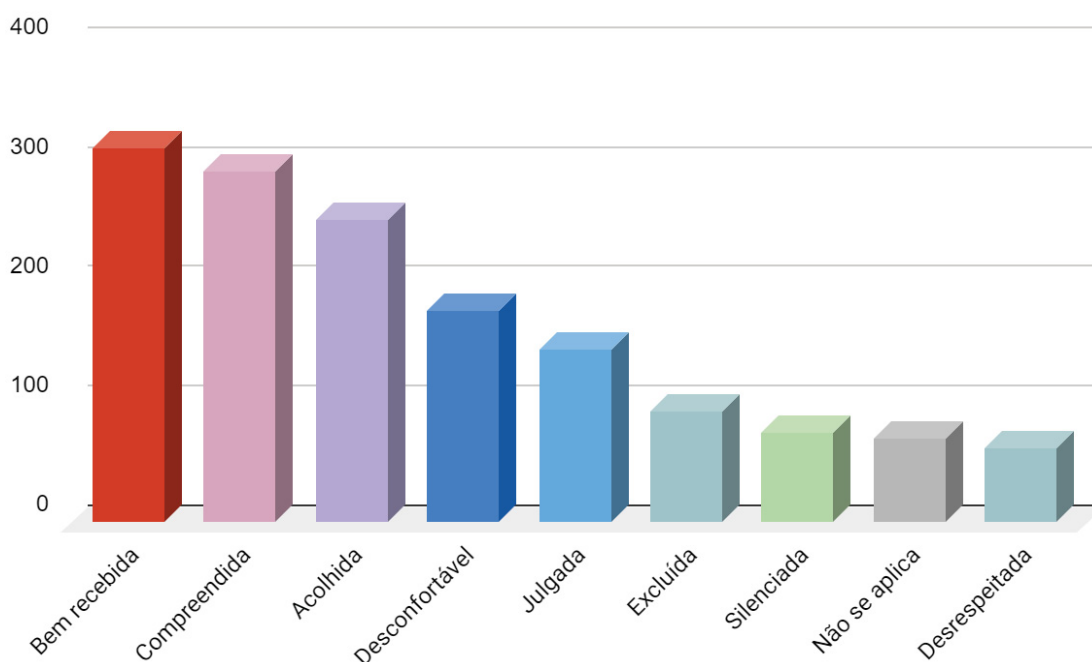
Perguntadas sobre se buscam ou já buscaram grupos online para tirar dúvidas sobre questões pessoais, de saúde ou comportamento, as mulheres demonstram recorrer mais ao Facebook (342, ou 59%) do que ao WhatsApp (229, ou 39%). O mecanismo de busca de informações costuma ser mais passivo do que ativo, no sentido de que primeiro se recorre ao que já está disponível antes de interagir com os grupos. No Facebook, 183 mulheres (32%) responderam que primeiro procuram no histórico da comunidade se alguém já teve dúvidas similares no passado antes de perguntar diretamente, e outras 134 (23%) dizem apenas ler o que é publicado. Apenas 32 (5%) responderam que fazem publicações próprias, enquanto 25 dizem fazer contato com outras participantes/moderadoras ou comentar nos posts alheios em situações assim. Esta pergunta não se aplicou em relação ao WhatsApp, por conta da maior dificuldade de navegação e busca de conteúdo no histórico do aplicativo.

Por outro lado, laços mais concretos parecem se estabelecer no WhatsApp, possivelmente porque as relações nessas redes já começam através de intermediários com quem se tem algum grau de confiança — se pensarmos que muitas das mulheres entram em grupos de WhatsApp adicionadas por amigas ou conhecidas. As relações que se constroem a partir dos aplicativos são outro indicativo importante desta etapa da pesquisa que poderá ser discutido a partir das entrevistas. Entre as entrevistadas, 249 mulheres (43%) dizem já ter se tornado amigas de outras que conheceram no WhatsApp uma ou algumas vezes. No Facebook, este número é de 185 (32%). Ou seja: parte significativa das entrevistadas já construiu relações que consideram ser de amizade com pessoas que não conheciam até terem contato via sites de redes sociais ou aplicativos de conversação. Isso demonstra a centralidade que tais ferramentas ocupam na construção das redes sociais e das sociabilidades contemporâneas, em que as relações mediadas pela internet ocupam espaços importantes no cotidiano.

Um segundo eixo do *websurvey* buscou mapear os comportamentos das mulheres com relação ao compartilhamento de histórias pessoais e interações com outras participantes em sites de redes sociais e aplicativos de conversação. Esta etapa será discutida no próximo tópico.

4.2 JULGAR, MAS ACOLHER: ESPAÇOS CONTROVERSOS

O questionário foi elaborado com o objetivo de identificar a percepção das respondentes sobre sentimentos em relação às suas experiências de participação em grupos online em Facebook e WhatsApp. Os três principais sentimentos indicados pelas respondentes ao participar de grupos fechados, secretos ou restritos nestas duas plataformas foram: Bem recebida, Compreendida e Acolhida. Por outro lado, Desconfortável, Julgada e Desrespeitada também são sensações apontadas, assim como Silenciadas e Ignoradas/Excluídas (Gráfico 2).

GRÁFICO 2: SENSACIONES AO PARTICIPAR DE GRUPOS ONLINE

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Como as respostas não falam de um grupo específico e as participantes estão relatando suas experiências de maneira bastante generalizada, muitas contêm indicativos que estão em dois polos distintos. Por exemplo: há mulheres que relatam já terem se sentido acolhidas, mas também julgadas durante sua circulação por um mesmo grupo.

O exemplo a seguir, extraído das respostas da pesquisa, é ilustrativo dessa multiplicidade. Em um mesmo grupo, após compartilhar um relato muito pessoal de uma violência sofrida, uma das entrevistadas relata experiências distintas que vão do acolhimento à desconfiança e ao julgamento.

"(...). Criei um perfil fake e postei pedindo ajuda para saber o que eu poderia fazer, pois fiquei com vergonha de contar para amigas e minha mãe. Muitas me acolheram mas também muitas julgaram com comentários do tipo 'é muito difícil engravidar na primeira vez... essa história está mal contada'" .

Além de reforçar a pluralidade e a natureza complexa e conflituosa desses espaços online, acentuadas por características como o anonimato e a falta de seriedade ao encarar como reais os problemas vivenciados pela outra (MAIA; REZENDE, 2016; FRIESS; EILDERS, 2015), o comentário também evidencia um aspecto presente nas discussões sobre a formação de redes sociais: o de que contatos que mantêm um certo distanciamento também são importantes dentro desta cadeia de relações.

Conforme observado por Albuquerque Netto e colegas (2017), as redes sociais são compostas por relações primárias — familiares próximos como pais, filhos, irmãos e cônjuges, além de algumas amizades mais íntimas — e relações secundárias e terciárias, que incluem amizades não tão nucleares e pessoas conhecidas com as quais não se mantém uma proximidade tão intensa ou mesmo familiares mais distantes. Nessa categorização, a pesquisa de Albuquerque et al. mostrou os diferentes papéis que redes primárias e secundárias desempenham em casos de violência, nos quais o vínculo mais eficiente de apoio vinha das redes secundárias, já que a relação afetiva com conexões primárias, como pai, mãe e irmãos, muitas vezes impedia o pedido de ajuda: as mulheres entrevistadas sentiam receio de se expor demasiado para pessoas muito queridas ou preferiam evitar despertar a preocupação de familiares muito próximos e, em alguns casos, já fragilizados por circunstâncias como a idade, como os pais. Neste sentido, ganham relevância as amizades e instituições de apoio; o ato de contar o que está acontecendo, a escuta que provém do outro e a conversa que se estabelece aí são essenciais para que a vítima busque ajuda profissional e tome conhecimento dos recursos disponíveis em âmbitos institucionais, assistenciais e legais (ALBUQUERQUE NETTO et al., 2017, p. 7). Algo muito similar é identificado no comentário destacado acima, em que a entrevistada desta pesquisa também preferiu buscar ajuda online do que recorrer à mãe e às amigas.

Não à toa, muitos dos elementos elencados por Raphaël Kies (2019) como possíveis de serem observados em conversações em ambientes online — a saber: inclusão, igualdade discursiva, reciprocidade, justificação, reflexividade, empatia, sinceridade, pluralidade e impacto externo — também aparecem nos espaços aqui analisados. Reflexividade, empatia, sinceridade, por exemplo, são valores essenciais para o estabelecimento de relações que vão além da conversação superficial nos grupos. Aqui, entendemos “reflexividade” como a “consideração da perspectiva alheia ao formular suas próprias argumentações e o estabelecimento de posição nas discussões, ou seja, incorporar os argumentos dos outros” (LYCARIÃO; SAMPAIO, 2019, p. 8). Os sentimentos de acolhimento e compreensão predominantes no grupo também estão ligados ao que o campo chama de *Ideal Role Taking*, ou seja, uma tentativa de compreender pontos de vista diferentes dos seus ao participar de um debate (SAMPAIO; BARROS; MORAIS, 2012, p. 480).

Embora esses aspectos sejam característicos das conversações online em fóruns e comentários em publicações e páginas abertas, também podem ser identificados em conversações em espaços restritos, como os grupos de WhatsApp e Facebook, atrelados à

maneira como as mulheres se relacionam entre si a partir do debate que se constrói. A presença de *Ideal Role Taking* pode ser um fator decisório para garantir uma boa experiência de compartilhamento de histórias num grupo, e, embora seja mais provável ali do que em uma página em que qualquer pessoa poderia comentar tais histórias, a homofilia, por si só, não garante que a leitura das demais será generosa ou empática. Quando a sensação de acolhimento não acontece, as participantes relatam que se sentem mais à vontade fazendo um movimento de saída do grupo, em vez de continuar o debate ou partir para algum tipo de confronto, conforme os três depoimentos a seguir.

Eu participei de vários grupos durante minha gestação e no pós-parto. Os grupos foram muito importantes para uma compreensão mais real dessa construção da maternidade e das questões da gravidez, me trouxeram muitas informações importantes que me ajudaram a tomar decisões difíceis e pude perceber que o que acontecia comigo também era comum à outras pessoas. Mas assim que fui me sentindo mais distante do puerpério resolvi sair de todos, pq o excesso de informação também gerava muita ansiedade em mim.

Em alguns grupos a experiência é muito positiva em outros nem tanto. Quando não me sinto bem saio.

Quando o grupo é muito atuante ou polêmico eu saio.

O primeiro comentário, especialmente, reforça a característica conflituosa desses espaços e contribui para entender por que, entre as entrevistadas, 155 delas (27%) não se sentem confortáveis para compartilhar relatos pessoais na internet em situação alguma. O excesso de informação e o receio da superexposição e do julgamento das outras integrantes do grupo parece ser uma das justificativas para a cautela ao abrir-se nos grupos; assim, muitas delas navegam por estes espaços apenas como observadoras, o que não significa que não seja um tipo válido de participação — ainda que seja uma participação mais utilitária de consumo do conteúdo.

Contudo, o dobro se diz confortável em compartilhar histórias pessoais em algumas situações (321, ou 55%), mesmo que se trate de grupos de pessoas não conhecidas fora da internet. “Me sinto à vontade para compartilhar em grupos de conhecidas ou amigas no WhatsApp” foi a resposta de 129 mulheres (22%), e outras 26 (4,5%) dizem fazê-lo em grupos fechados no Facebook. Muitas indicaram que podem compartilhar relatos pessoais em ambientes digitais quando protegidas por algum recurso ou cuidado com a privacidade. Por exemplo, 28 respondentes (4,8%) afirmam que somente fazem este tipo de relato se estão usando um perfil anônimo, 75 (13%) dizem ocultar detalhes muito pessoais ao fazer um relato e 71 (12%) o fazem quando participam de alguma mobilização ou movimento, como foi o caso da #meuprimeiroassedio, em que mulheres do mundo inteiro fizeram em

seus perfis relatos de situações de abuso ou assédio vividas na infância ou adolescência. Ou seja, em situações nas quais as participantes se sentiram protegidas de alguma forma pela coletividade dos relatos. Apenas 37 participantes (6%) responderam que se sentem à vontade para compartilhar relatos com seus próprios perfis sem nenhuma autocensura.

Das 579 participantes, 199 (34%) dizem já ter publicado relatos pessoais em grupos fechados no Facebook uma ou algumas vezes, enquanto no WhatsApp esse número é um pouco maior, de 246 (42%). Somente 22 participantes (4%) dizem que fazem esse tipo de relato com frequência via WhatsApp, enquanto no Facebook três publicam relatos frequentes. Destacamos a seguir uma consideração de uma das entrevistadas sobre este aspecto:

Já tive câncer de mama e me sinto à vontade para expor minha história no intuito de ajudar outras mulheres. Além disso, comento em publicações relacionadas ao tema para motivar e informar outras mulheres.

A participante em questão afirma que se sente confortável em compartilhar uma experiência íntima relacionada à saúde, uma vez que percebe que seu depoimento pode, potencialmente, “ajudar outras mulheres”. Nesse sentido, ela atua não apenas expondo seu relato de vida, mas também afirma comentar em publicações sobre o tema para “motivar e informar outras mulheres”. A disponibilidade da participante em instrumentalizar uma experiência pessoal e convertê-la em ferramenta de suporte para seus pares em situações similares dialoga diretamente com o que dizem as teóricas feministas citadas anteriormente com relação ao ato de empregar experiências pessoais como forma de gerar empatia e engajamento e transformar vivências íntimas e pessoais em tema de debate coletivo. As narrativas compartilhadas por essas mulheres são emancipatórias, no sentido sugerido por Lara (1998), já que promovem transformações, ainda que não sejam transformações institucionais, e sim pessoais.

É nessa interação entre histórias pessoais e identificação coletiva que nasce o slogan do feminismo branco dos anos 1970 de que “o pessoal é político”, muito atrelado às já mencionadas rodas de conversa entre mulheres. A partir de temas envolvendo família, estudos e profissão, elas encontravam, juntas, soluções para seus problemas pessoais. Por conta disso, consideravam essas reuniões como uma espécie de terapia pessoal — já que se discutiam questões privadas. Hanish (1970), no entanto, defende que os encontros desse tipo nada tinham de privados. O que se discutia ali eram temas que, embora afetassem individualmente cada uma daquelas mulheres em suas vidas particulares, não diziam respeito somente àquelas que estavam na roda de conversa — eram compartilhados por

tantas outras, dentro e fora dos encontros dos grupos. Não eram problemas pessoais, eram questões coletivas e, portanto, políticas (HANISH, 1970, p. 76).

O esforço dos movimentos feministas em demarcar esse caráter político das pautas interpretadas como individuais ou particulares, em muitas sociedades, consiste justamente em conquistar projeção por meio das histórias. É o que Lara chama de “força ilocucionária” dos movimentos feministas: o potencial narrativo de fazer com que mesmo indivíduos com crenças e modos de ver o mundo muito distintos possam chegar a algum ponto de convergência e transformar, ainda que minimamente, sua concepção sobre um determinado assunto. Essa força ilocucionária deve motivar compreensão e solidariedade, não necessariamente consenso — diferente de algumas leituras do modelo habermasiano de esfera pública, que entendem que o objetivo normativo tende a ser uma tentativa de consenso ou concordância.

No caso das trocas que ocorrem entre mulheres em grupos como os relatados pelas participantes da pesquisa, a força ilocucionária dos relatos pode não promover transformações sociais amplas e alcançar projeção externa, mas promove impactos nas vidas das participantes, se considerarmos que muitas afirmam terem tomado decisões a partir do que foi discutido com outras mulheres, conforme os depoimentos a seguir:

Já tirei dúvida sobre relacionamentos, já discuti sobre questões pontuais do feminismo, já participei de grupos de contraceptivos, o que fez eu optar por colocar um diu de cobre devido aos relatos e informação encontrada lá. Inclusive, esse contato com grupos de diu de cobre no facebook que me inspirou a fazer meu mestrado sobre informação e contracepção online.

Temos um grupo de mães que começou na escola da minha filha. Somos as mães de esquerda, nos mobilizamos para poder conter as imposições vindas da direita, porém nos tornamos mto amigas e isso mudou o rumo da vida de várias pessoas do grupo.

(...) houve uma ocasião em que discutidos comportamentos suspeitos de homens advindos de Apps de namoro que me levaram a terminar um relacionamento por receio do caminho que estava indo.

Tendo em vista os relatos das três participantes, é inegável a centralidade que espaços de debate entre mulheres no Facebook e WhatsApp ocupam no cotidiano de algumas das participantes, que encontram nos grupos online as informações que buscam para empreender mudanças significativas nas próprias vidas — escolher o método contraceptivo, fazer uma pós-graduação, fazer amigas, terminar um relacionamento “tóxico”. Também não se pode ignorar, por outro lado, o risco ao qual muitas delas estão expostas ao tomar atitudes a partir das experiências das demais, contrariando recomendações médicas ou se colocando

em risco a partir da confiança estabelecida com as demais, conforme apontou uma das entrevistadas a seguir.

Acho que tem muito apoio entre os participantes mas considero arriscado os conselhos sobre medicação para quem não está bem.

A participante se refere à sua experiência em um grupo que debate uma condição relacionada à saúde mental, a da bipolaridade, e externaliza a preocupação com os conselhos de algumas participantes sobre o uso de medicamentos. Para ela, embora o apoio seja importante, é preciso tomar cuidado com as recomendações, que deveriam ser feitas pelos médicos das pacientes, já que outras participantes do grupo podem não ter a experiência ou o conhecimento necessários para fazer esse tipo de recomendação. Nesse sentido, a preocupação da participante também tem relação com uma característica das conversações online discutidas anteriormente: a de que nem sempre os indivíduos que comentam e opinam nestes espaços têm a dimensão do impacto das palavras trocadas nos ambientes digitais sobre a vida do outro. Esse segue sendo um desafio essencial da comunicação e das interações em ambientes digitais: a capacidade dos usuários de dimensionar o potencial e o alcance do que é dito nesses espaços.

Assim como as redes sociais offline, as que se estabelecem intermediadas pelas plataformas online também são, portanto, formuladas com base em relações de confiança, acolhimento e respeito. Isso não faz com que sejam totalmente livres de conflito, julgamento e desrespeito, como já apontado por Lima e Cordeiro (2020), elementos que são potencializados pelas próprias *affordances* das plataformas. Alguns destes elementos serão retomados mais à frente, durante a análise das entrevistas, na qual será possível discutir as perspectivas das entrevistadas a respeito das dinâmicas em grupos sobre direitos sexuais e reprodutivos.

No próximo tópico, procederemos à primeira etapa da análise das entrevistas, a codificação baseada em dados que, conforme apresentado no início do capítulo, contribuem para traçar um retrato das entrevistadas em relação ao tema da pesquisa.

4.3 PANORAMA GERAL DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS: CODIFICAÇÃO BASEADA EM DADOS

A análise baseada em dados permite identificar os aspectos centrais da entrevista, perfilando, de certa forma, cada entrevistada, a partir das suas falas. A etapa três, Trajetória, delinea a evolução descritiva do itinerário da entrevistada em relação ao tema da conversa.

O Apêndice 5 mostra a categoria da trajetória de cada entrevistada, apresentada de forma breve e resumida no Quadro 1.

QUADRO 1: TRAJETÓRIAS RESUMIDAS DAS ENTREVISTADAS

Nome	Trajetória
A01 - Rita	Rita tem entre 40 e 50 anos, é branca, tem ensino superior e é mãe de três adolescentes. Trabalha como educadora e é formadora em Educação Sexual Integral; participa de grupos no WhatsApp sobre o tema, além de um grupo específico sobre aborto legal. É feminista interseccional e militante da diversidade de gênero e transfeminista.
A02 - Claudia	Claudia tem entre 30 e 39 anos, é mestiça, mãe de duas crianças e está na pós-graduação. É psicóloga, ativista feminista, participa de grupos de amigas e familiares.
A03 - Micaela	Micaela tem entre 40 e 49 anos, é branca, tem dois filhos e está cursando a pós-graduação. É comunicadora e pesquisa gênero, mas é feminista há pouco tempo. Seu principal grupo de WhatsApp é um grupo de amigas, no qual é a única feminista.
A04 - Lucía	Lucía tem entre 30 e 39 anos, é indígena, não tem filhos e é pós-graduanda em Estudos Feministas. É professora de ensino fundamental, militante feminista, peronista, e vive em uma cidade pequena. Participa de grupos no Facebook e no WhatsApp, com pessoas que não conhece, mas também com amigas do mestrado e colegas de profissão.
A05 - Marcela	Marcela tem entre 30 e 39 anos, é branca, tem pós-graduação e não tem filhos. Mora em uma casa com outras 8 mulheres e usa pouco as redes sociais, mas participa de pelo menos um grupo com mulheres feministas.
A06 - Chiara	Chiara tem entre 50 e 59 anos, tem três filhos, é branca e tem ensino superior incompleto. É ativista pelos direitos sexuais e reprodutivos há anos e participa ativamente de um movimento articulado internacionalmente contra a violência obstétrica e pelo parto humanizado.
A07 - Noelia	Noelia tem entre 50 e 59 e está cursando uma pós-graduação em estudos feministas. É branca, tem dois filhos/as/es, é professora aposentada. É mãe de uma jovem portadora de deficiência, sobre cujos direitos sexuais e reprodutivos também reflete ao longo da conversa.
A08 - Mabel	Mabel tem entre 30 e 39 anos, ensino superior incompleto e preferiu não declarar raça/cor. É mãe de um menino, usa grupos de Facebook e WhatsApp para se conectar com outras mães. É feminista, mas não se entende enquanto ativista.
A09 - Viviana	Viviana tem entre 30 e 39 anos, é branca, sem filhos e é pós-graduada. É professora, formadora de ESI e militante feminista. Já fez um aborto e é voluntária das Socorristas em Rede. Usa pouco a internet, usou grupos online durante a pandemia.
A10 - Silvia	Silvia tem entre 30 e 39 anos, não tem filhos nem planeja ter. É advogada, feminista, tem uma rede de apoio formada por amizades de longa data e amigas do trabalho.
A11 - Ofelia	Ofelia tem entre 18 e 29 anos, é branca, tem ensino superior, não tem filhos nem planeja ter. Graduada em psicologia, é militante pelos direitos humanos e feminista. Atua no grupo de Socorristas em Rede, onde acompanha mulheres que buscam aborto legal.
B01 – Nísia	Nísia tem entre 30 e 39 anos, é branca e tem ensino superior completo. Não é mãe, mas deseja ser. Tem uma trajetória de atuação em movimentos sociais, participa de um grupo fechado no Facebook sobre aborto, já acompanhou amigas a clínicas clandestinas.
B02 – Bertha	Bertha tem entre 18 e 29 anos, tem um filho e é branca. Tem ensino superior completo, estudou enfermagem, embora não pratique. Tentou, sem sucesso, realizar um aborto recente, com Misoprostol comprado via grupo de Facebook.

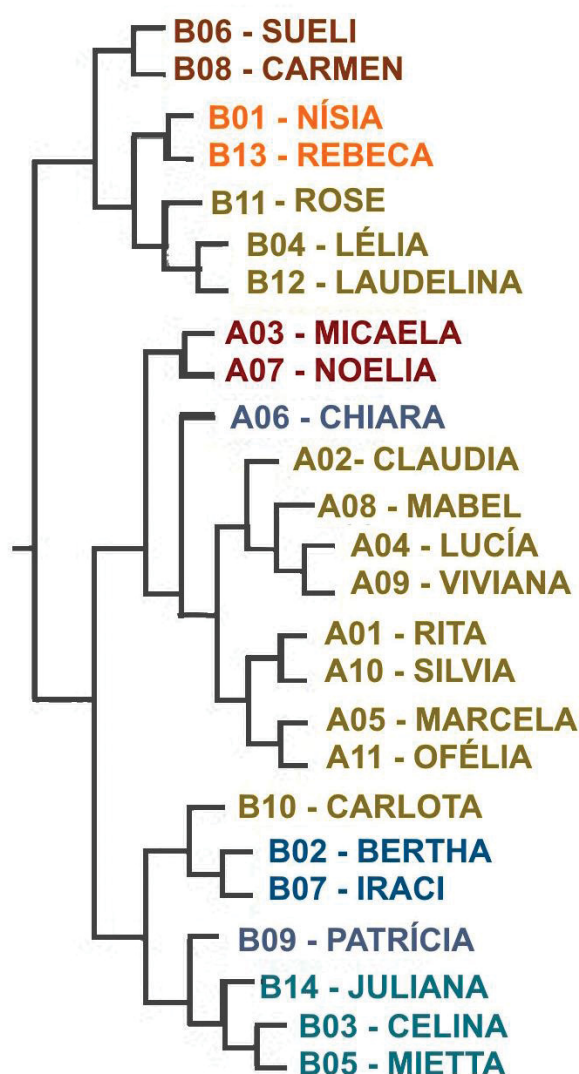
B03 - Celina	Celina tem entre 18 e 29 anos, é branca e cursa o ensino superior. Não tem filhos, nem pretende ter, é feminista e ativa nas redes sociais desde muito jovem, onde já participou de grupos sobre diversos temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos.
B04 - Lélia	Lélia é uma mulher preta que tem entre 40 e 49 anos, pós-graduada, que não tem filhos nem pretende ter. Vive com a família em uma cidade pequena. Buscou recentemente um grupo do Facebook para interromper uma gestação, e continuou nele mesmo após o procedimento.
B05 - Mietta	Mietta tem entre 30 e 39 anos, é branca, não tem filhos e não pretende ter. Vive em uma capital e participa de grupos de mulheres sobre temas diversos. É feminista interseccional.
B06 - Sueli	Sueli tem entre 18 e 29 anos, é mãe de um filho e tem ensino superior incompleto. Recentemente, comprou Misoprostol pelo Facebook e realizou um aborto acompanhado por mulheres do grupo. Segue no grupo e acompanha também outros sobre maternidade.
B07 - Iraci	Iraci tem entre 30 e 39 anos, é branca, pós-graduada e tem dois filhos. Teve uma gravidez de risco que resultou em perda neonatal. Participa de grupos no Facebook sobre contraceptivos e perda neonatal. É feminista, contrária ao aborto, mas favorável à descriminalização.
B08 - Carmen	Carmen tem entre 30 e 39 anos, é branca, pós-graduada e mãe de duas meninas. Passou por uma perda gestacional e por um processo de fertilização <i>in vitro</i> que resultou em uma gestação de gêmeas, durante a qual contou com a ajuda de mulheres em grupos no Facebook. É feminista e pesquisa gênero.
B09 - Patrícia	Patrícia tem entre 30 e 39 anos, é branca, não é mãe nem pretende ter filhos, é advogada e pós-graduada. É uma mulher cis LGBTQIA+, feminista interseccional e transfeminista. Não participa de grupos específicos de direitos sexuais e reprodutivos, mas esteve em grupos de WhatsApp voltados a discutir sexualidade e violência contra a mulher.
B10 - Carlota	Carlota tem entre 40 e 49 anos, é parda e tem três filhos. Tem ensino superior, é feminista e participa de grupos diversos no WhatsApp e Facebook não específicos sobre direitos sexuais e reprodutivos, mas onde se discute com frequência o tema.
B11 - Rose	Rose tem entre 30 e 39 anos, é branca, não é mãe nem pretende ser e tem pós-graduação. É uma mulher muito ativa nas redes sociais, que participava inicialmente de vários grupos de Facebook, mas hoje não usa mais esta rede.
B12 - Laudelina	Laudelina é uma mulher preta que tem entre 30 e 39 anos, tem um filho e ensino superior incompleto. Participa de alguns grupos de mulheres no WhatsApp, é feminista e já realizou um aborto.
B13 - Rebeca	Rebeca é branca, pós-graduada e tem entre 30 e 39 anos. Não tem filhos nem pretende ser mãe, participa de grupos no Facebook sobre temas relacionados a sexualidade, é feminista e favorável à descriminalização do aborto.
B14 - Juliana	Juliana tem entre 30 e 39 anos, é branca e não tem filhos, nem pretende ser mãe. Tem pós-graduação e é uma mulher feminista e usuária ativa de grupos de Facebook, principalmente sobre sexualidade e contracepção.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A análise das trajetórias foi realizada manualmente e complementada com o apoio do software NVivo, que identificou de maneira automatizada as aproximações entre as narrativas. O Gráfico 3, que organiza as fontes em *clusters* (ou grupos) por similaridades de termos utilizados por elas, divide as entrevistadas em dois grandes grupos, estes também subdivididos. O primeiro mostra entrevistadas que apresentaram narrativas mais centradas

nas suas trajetórias pessoais, algo que aparece inclusive no vocabulário empregado por elas, com termos menos caracterizados pelo ativismo feminista. Todas as ativistas estão no segundo grande *cluster*, embora nem todas as mulheres deste sejam ativistas — a maioria emprega uma linguagem que demonstra ao menos algum conhecimento de termos utilizados por grupos feministas.

GRÁFICO 3: FONTES EM *CLUSTER* POR SIMILARIDADE DE PALAVRA



Fonte: Elaborado pela autora a partir do NVivo, 2023.

Todas as argentinas estão no primeiro subgrupo deste segundo cluster. Três delas aparecem isoladas das demais: Micaela, Noelia e Chiara, sendo esta última a que mais se distingue das demais, não integrando nenhum subgrupo. A leitura do software indica que sua narrativa se distingue das demais nas palavras empregadas, e a análise manual também

coincide com essa interpretação. A entrevistada é uma ativista de uma faixa etária distinta das demais — assim como Noelia —, mas ela circula por grupos e ações temáticas que aparecem menos no conjunto de dados — é a única participante de um coletivo ativista pelo parto humanizado, por exemplo.

Já as brasileiras no segundo cluster são, de fato, as que utilizam uma linguagem bastante atualizada na maneira de expressar seu posicionamento sobre feminismo, empregando termos e temas nas suas falas que vão ao encontro umas das outras — todas falaram sobre aborto. Mais uma vez, as duas entrevistadas que aparecem isoladas trouxeram falas mais segmentadas. Carlota participa de grupos de mulheres sobre temas gerais e é a que menos se coloca como ativista no contexto deste subgrupo identificado pelo NVivo. Ela fala sobre como o tema aborto aparece em grupos de mulheres no WhatsApp em que esta não é a temática central, e cita o tema, mas não se posiciona como militante. Patrícia, por sua vez, tem uma atuação intensa de militância, inclusive em contexto institucional. É uma mulher lésbica que participa principalmente de grupos relacionados a sexualidade e tem uma linguagem especializada, pois atua como advogada e integra comissões relacionadas a gênero no contexto da profissão.

Além das trajetórias e comparações entre elas, a técnica de análise narrativa permite identificar dois tipos de materiais contextuais no conteúdo coletado por meio de entrevistas: o indexado e o não indexado²³. O primeiro mapeia os elementos centrais do conteúdo para a compreensão dos temas da pesquisa, por meio da análise da entrevista de modo geral. O segundo propõe identificar aspectos não verbalizados pelas entrevistadas, mas que contribuem para compreender o contexto da fala e fazer algumas inferências sobre o texto.

É objetivo específico desta pesquisa entender em que condições e com que propósitos essas mulheres discutem direitos sexuais e reprodutivos, e a observação das etapas descritas acima, além da etapa 4, de Análise do Conhecimento, contribui para cumprir tal objetivo em relação a dois aspectos: a plataforma e os objetivos, ambos vinculados ao tema.

Quanto às plataformas, Rita, Claudia, Noelia, Mietta, Patrícia e Rose usam apenas grupos de WhatsApp e não estão mais ou nunca estiveram no Facebook. Lucia, Mabel,

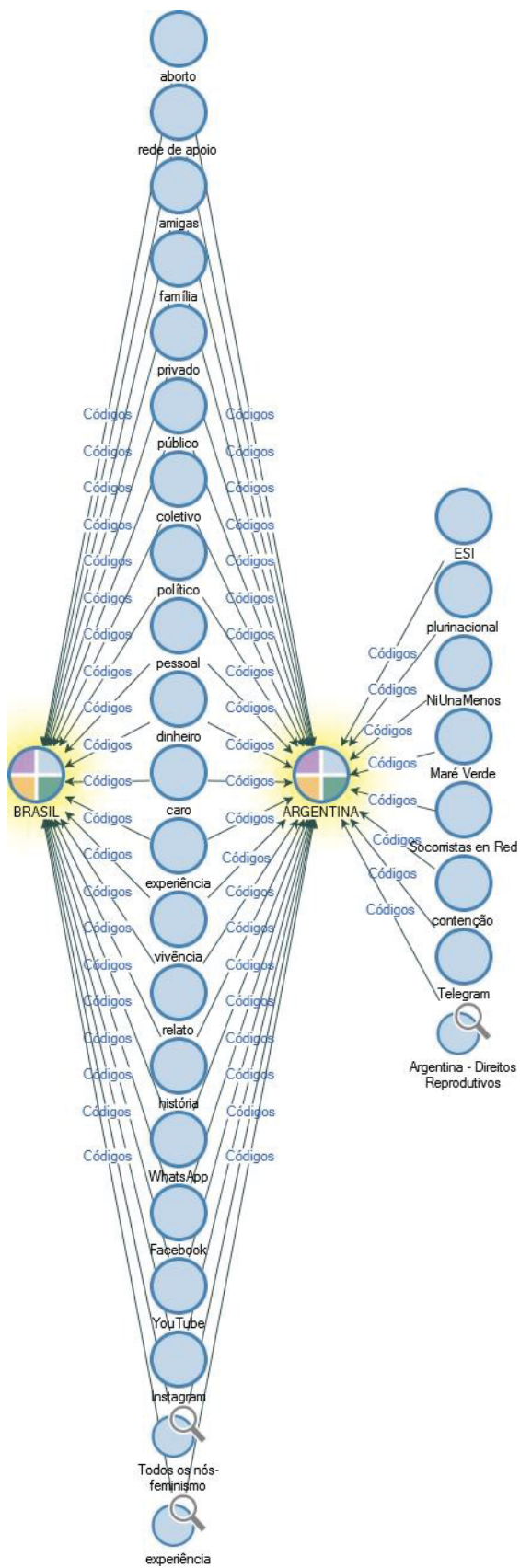
²³ Ambas contribuem para uma compreensão geral de como cada entrevistada se relaciona com o tema e permitem à pesquisadora acessar com mais facilidade dados específicos da narrativa analisada. Por isso, opto por não descrever os resultados diretamente no texto. As fichas de análise das etapas de Material Indexado e Material Não Indexado estão disponíveis para download na íntegra aqui, no arquivo “Codificação baseada em Dados”: <<https://bit.ly/3M9Z21m>>.

Viviana, Silvia, Ofelia, Nísia, Bertha, Celina, Lélia, Sueli, Iraci, Carmen, Carlota, Laudelina e Rebeca utilizam ambas as plataformas para se conectar com outras mulheres em grupos fechados. Micaela não especificou plataformas principais de uso. Marcela e Chiara relataram dedicar pouco tempo ao uso de redes sociais digitais no dia a dia.

Quanto aos objetivos, no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, a maior parte das entrevistadas argentinas diz utilizar grupos online com a finalidade de articulação política. São citadas atividades como compartilhamento de notícias e de histórias de descumprimento da lei IVE, consulta de dúvidas sobre locais para acessar o direito ao aborto e convites para marchas ou assembleias; são principalmente trocas que dizem respeito ao coletivo, menos voltadas a pedidos de ajuda para elas próprias. As brasileiras, por outro lado, demonstram usabilidades mais amplas e com maior diversidade temática. Grupos sobre contraceptivos são os mais citados, assim como os grupos sobre maternidade. No caso específico do aborto, são principalmente grupos sobre aborto clandestino, com compra e venda de Misoprostol, passo a passo do processo abortivo medicamentoso e relatos de procedimento. A maioria das entrevistadas que discutem aborto de um ponto de vista coletivo o faz em grupos não temáticos sobre o tema, ou seja, grupos de amigas ou de colegas de trabalho, seguindo a mesma tendência identificada nos questionários da primeira etapa do trabalho.

Temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos aparecem de maneira bastante similar — em termos de volume de citação — entre as entrevistadas dos dois países, conforme o Gráfico 3. Os eixos de conteúdo analisados a partir do NVivo estão presentes em ambos os países, desde as plataformas citadas pelas entrevistadas — redes sociais de maneira geral, WhatsApp, Facebook, Instagram e Youtube —, com exceção do Telegram, que é citado apenas pelas argentinas. Alguns elementos são exclusivos das entrevistadas argentinas — movimentos como NiUnaMenos e Maré Verde, a Lei de Educación Sexual Integral (ESI), as *Socorristas en Red* e o termo “contenção”, que foi usado por algumas das entrevistadas argentinas ao descrever a atuação dos coletivos que intermediam abortos legais e clandestinos — as redes de contenção.

GRÁFICO 3: NÓS E TEMAS POR PAÍS



Fonte: Elaborado pela autora com Nvivo, 2023

Os temas e algumas comparações entre os casos serão discutidos também no próximo capítulo, dedicado às categorias da Codificação Baseada em Conceitos, onde foram explorados cinco eixos de análise discutidos ao longo da pesquisa até o momento: o pertencimento feminista manifesto por elas, as noções de individualidade e coletividade presentes nas falas das entrevistadas, as concepções de rede de apoio, a força ilocucionária e o efeito perlocutório identificados ao longo das narrativas.

5 ENTRE PÚBLICO E PRIVADO: NARRATIVAS COMO TECIDO DAS REDES DE APOIO

“As narrativas (...) tendem a oferecer algum tipo de ação unificadora que, por meio de uma conexão histórica entre passado e futuro, dá sentido às nossas vidas”

Maria Pia Lara, em *Moral Textures*

Para melhor compreender a relação das narrações de histórias e experiências pessoais com a formação de redes sociais de apoio e contrapúblicos digitais em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, a segunda etapa da análise narrativa adotada nesta pesquisa consistiu na codificação dos dados baseada em conceitos. Na metodologia, segundo Muylaert (2014, p. 196), “a leitura prévia da literatura disponível que se debruça sobre esse tema bem como o foco de interesse de investigação proporcionou a definição prévia de algumas categorias. Por outro lado, com o material obtido em campo pode-se construir novas categorias”. A autora se refere à possibilidade de transformar em categorias os conceitos que orientam a pesquisa ou a própria observação de campo em etapa exploratória, já que ambas as situações permitem filtrar ou identificar aspectos que as categorias baseadas em dados podem deixar passar despercebidos.

Neste caso, as últimas cinco categorias foram elaboradas a partir da adaptação de conceitos teóricos à realidade da interação das entrevistadas. Isto permitiu aprofundar a leitura do conteúdo de maneira contextualizada e, ao mesmo tempo, conectada com os conceitos operacionalizados para responder à questão de investigação.

Foram incorporadas à codificação cinco categorias com base em adaptações de conceitos desenvolvidos nos capítulos 2 e 3, a saber:

V1 - Pertencimento feminista, discutida na sequência neste tópico;

V2 - Compreensão de individualidade/coletividade, no subtópico 5.1;

V3 - Concepção de Rede de Apoio, no item 5.2;

V4 - Força ilocucionária, apresentada no item 5.3;

V5 - Efeito perlocutório, no item 5.3.1.

Iniciaremos a discussão deste capítulo com a V1, uma vez que entendemos que ela contribui para contextualizar algumas percepções discutidas nos três tópicos a seguir. A leitura de como as entrevistadas se posicionam em relação ao feminismo é um passo

importante para localizar suas ações e sua maneira de se relacionar com os temas sob o escopo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Há, por exemplo, algumas particularidades relacionadas à nacionalidade, que podem ser explicadas por questões culturais e pelas tradições políticas dos diferentes países; no entanto, elas também são influenciadas pela própria coleta de dados, já que ocorreu em períodos distintos e com abordagens distintas pela própria vivência da pesquisadora em ambos os países, conforme descrito no Capítulo 4.

As argentinas, exceto Micaela e Mabel, contam já terem passado por uma aproximação com o feminismo quando movimentos como o NiUnaMenos e a Maré Verde ganharam força no país. Ambas dizem que foram os movimentos coletivos recentes que atraíram sua atenção. Micaela conta que, para ela, a virada de chave veio com os lenços verdes da campanha pelo direito ao aborto. Ela acompanhou as discussões em várias esferas distintas e chegou a fazer uma publicação em sua própria página no Facebook sobre o tema, depois que mudou de posição.

A relação com o feminismo é citada pelas entrevistadas predominantemente de forma atrelada à militância pelo direito ao aborto, talvez impulsionadas pelo próprio tema da entrevista, o dos direitos sexuais e reprodutivos. Ainda assim, relatam participações em marchas e atuação como ativistas também sobre outros temas — como o feminicídio. Rita, Claudia, Lucía, Marcela, Noelia e Silvia já marcaram presença em assembleias e marchas para pedir coletivamente a aprovação da Lei IVE. Noelia, em especial, descreve uma atuação intensa em redes sociais:

Tornei-me muito ativa nas redes sociais. Muito ativa. Sou um ciberativista, te digo. [risos] Eu tenho quatro contas no Twitter. E estão a todo vapor! Então, instalar hashtags e esse tipo de coisa, me parece que o ciberativismo também é isso. Além disso, então também, enquanto isso eu estava nas marchas, mas também participei lá, o que achei outra forma interessante de ativismo. E com muitos seguidores.

A estratégia do comentário político (ÖZKULAA, 2021) adotada por ela mostra um tipo de engajamento contemporâneo com o feminismo, sem que tenha por isso abandonado formas de manifestação fora da internet. Todas as entrevistadas relatam algum tipo de atuação online, interações em grupos de mulheres onde se debatia o tema, discussões nos comentários de publicações de Facebook, articulação de mobilizações, encontros e assembleias via grupos de WhatsApp e Telegram, por exemplo.

Além das marchas, Claudia, Lucía e Silvia dizem que carregavam o tema ativamente no dia a dia, provocando discussões sobre aborto em situações corriqueiras, às vezes discretamente, às vezes não, em ambientes inesperados. Claudia, em seu consultório

como psicóloga, atende pacientes jovens e adolescentes oriundas de famílias conservadoras, que perguntam sobre o tema trazendo o assunto de maneira estereotipada, e relata que tenta propor a ampliação das perspectivas delas sobre o assunto para que reflitam para além dos contextos familiares tradicionais. Já Lucía e Silvia tiveram conversas com colegas de trabalho sobre o tema a partir de observações sobre os lenços verdes que levavam amarrados na mochila. Na citação a seguir, Silvia descreve uma situação que ocorreu na primeira vez em que chegou ao trabalho com o *pañuelo*.

Eu trabalho em [nome da cidade], na parte criminal da justiça, dentro do sistema de justiça da província. E desde que cheguei lá [...], minha militância começou forte no ambiente de trabalho. Mandando a real pros meus colegas, porque dentro de uma instituição rançosa como o Judiciário, machista como o Judiciário, tipo, qual o peso, daí, de levar o lenço na mochila para o escritório? Eu ouvia “Ei, e você com esse pañuelo?” e eu digo, “Sim, por que? Que tem o pañuelo? Vamos bater um papo?” E trazê-lo para a realidade das causas que vemos todos os dias, de dizer “você tem uma menina de 16 anos que o pai de seus filhos terminou com ela e bem, essa menina decidiu conscientemente ser mãe? Em que contexto decidiu ser mãe? E é, bom, perceber isso, isto é, ajudar as pessoas a compreenderem que a maternidade nem sempre é uma decisão, que existem estratos sociais e de idade em que não se faz escolha. Bom, minha militância nunca foi de nenhum grupo, sempre me autoconvoquei em todos os espaços, porque fora isso... porque os feminismos são tão amplos que sempre são gerados vazios internos nos grupos, né? Uns de um lado, outros de outro, por isso preferi não me alinhar a nenhum grupo em particular, mas participar do meu lugar.

A entrevistada explica que tentou demonstrar com exemplos práticos do cotidiano dos colegas de repartição os impactos de uma gestação indesejada nas vidas das meninas que eram atendidas cotidianamente pelos advogados. A atuação dela em tentar promover a conscientização em conversas cotidianas e fora de um espaço de mobilização coletiva — um escritório, não uma marcha — é um exemplo de ativismo cotidiano — ou *everyday activism* — no sentido discutido por Jane Mansbridge (2013, p. 1), sobre situações em que indivíduos “pegam ideias do movimento e, como agentes de micromudança, usam-nas para transformar o comportamento de outra pessoa, talvez tomando pequenos riscos no processo”. Silvia se expunha aos colegas, sob a pena de ser julgada ou hostilizada, até mesmo com algum tipo de consequência profissional, mas mesmo assim seguia.

Já Chiara, Viviana e Eva descrevem outros tipos de pertencimento aos movimentos: as três atuam em coletivos que oferecem suporte para mulheres que buscam interromper a gestação. O grupo do qual Chiara faz parte é pequeno, por isso não será identificado, mas contribui eventualmente com doações financeiras para as *Socorristas en Red*, organização feminista já bastante consolidada na Argentina, da qual fazem parte Viviana e Eva, que são acompanhantes de mulheres que desejam abortar. Esse coletivo tem centenas, beirando milhares, de ativistas espalhadas pelas províncias, e existe há quase uma década, desde antes

da aprovação da Lei IVE. As socorristas disponibilizam um número de telefone para que pessoas grávidas possam entrar em contato e realizar o procedimento de forma segura, medicamentosa, com acompanhamento de voluntárias que realizam uma série de ações para garantir que o aborto seja feito da melhor maneira possível, visando evitar que elas recorram a alternativas inseguras e coloquem suas vidas em risco em clínicas clandestinas ou que sejam vítimas de golpes financeiros.

Viviana relata que se tornou ativista pela descriminalização depois de passar por um aborto de maneira bastante solitária, embora tenha buscado a ajuda de um coletivo à época. Já Ofelia conta que havia refletido um pouco sobre o tema mesmo após começar a ver alguns *pañuelos* verdes nas ruas. Mas quando sua melhor amiga se descobriu grávida, antes da Lei IVE, e precisou recorrer a um aborto clandestino, Ofelia problematizou a situação de culpa e medo que circundava o processo e decidiu se envolver mais com a causa. Ela já era militante em grupos voltados a direitos humanos, e, após isso, passou a atuar como acompanhante no coletivo *Socorristas en Red*.

No Brasil, Nísia, Celina, Mietta, Iraci, Carmen, Patrícia, Rose, Rebeca e Juliana são feministas. Bertha, Carlota, Lélia, Laudelina e Sueli acreditam na igualdade de direitos para as mulheres, mas dizem que não se consideram ativistas feministas.

Nísia é militante pelo direito ao aborto e chegou a acompanhar mulheres na realização do procedimento. Entende os grupos como “feministas em essência”, mesmo que suas publicações e que as próprias participantes não falem sobre feminismo. Para ela, o que acontece nos grupos é fruto de cuidado, defesa do direito e do entendimento de que se trata de um tema de saúde pública das pessoas com útero. Isso é pouco verbalizado, contudo. “Acho que é um grupo feminista sim, porque existe uma ação política para além da ação de providenciar o aborto”.

Patrícia tem uma atuação feminista bastante consolidada, participa de grupos contra violência e assédio e, profissionalmente, como advogada, luta pelo direito ao aborto com diferentes estratégias, inclusive com pressão legislativa. Apesar de ter críticas a algumas frentes do feminismo, diz que numa cultura machista, com frequentes violências contra a mulher e feminicídios, evita criticar o feminismo em público. Ela pondera que o feminismo se tornou muito explorado por marcas, como “um discurso capitalizado e vazio”. Mietta também demonstra conhecer diferentes correntes do feminismo e se posiciona como feminista interseccional. Faz várias críticas ao feminismo liberal e ao radical, as quais descreve como superficiais. Participou, no passado, de um grupo de Facebook sobre

contraceptivos, onde acompanhou situações de conflito e discussões que, em alguns casos, tornaram-se agressivas e adotaram uma comunicação violenta. Apesar de entender grupos online como espaços de discordância, diz que em grupos muito específicos, onde há uma série de filtros e filosofias compartilhadas, há mais similaridade na maneira de pensar e, portanto, mais homogeneidade e menos desavença. Participante e moderadora de um grupo nacional sobre contraceptivos, Iraci também percebe essas situações de conflito entre feministas, mas tem uma postura diferente da de Mietta. Acredita que é fundamental ser feminista, que é preciso reconhecer a importância do feminismo na conquista de direitos para as mulheres, mas critica o que considera uma postura “radical” de algumas feministas, que considera excessiva. Diz que tenta trazer esse assunto nos grupos, quando pode, para que as pessoas entendam a importância dele. Apesar de já ter uma postura favorável à igualdade de gênero, relata que participar ativamente deste grupo mudou sua maneira de pensar sobre este assunto.

Eu já me identificava [como feminista]. Agora, depois que eu comecei a participar, eu acho que eu passei a me identificar mais. Porque é como se você saísse da bolha, né? E assim eu moro em [nome da cidade], a gente tem acesso a informação, a gente tem uma rede de saúde boa, eu estudei em boas escolas que me trouxeram informação, então quando eu comecei ver relatos de gente fora dessa bolha, a gente enxerga como é precário, em certos ambientes, em certas regiões.

Carmen é pesquisadora, estuda violência doméstica e se posiciona como feminista. Com base em sua experiência em grupos sobre fertilização *in vitro*, acredita que o feminismo está ligado ao grau de instrução, que se trata de uma questão mais intelectual do que emocional, que é preciso conhecimento para entender o feminismo e que isso faz com que, dentro dos grupos, muitas mulheres ainda não consigam assimilar discussões sobre gênero. Fala também sobre como pontuava nos grupos questões feministas, de forma discreta, como a importância da participação dos homens no processo de fertilização e na criação dos filhos.

Rose reflete sobre as condições que contribuíram para que ela se sentisse à vontade para relatar uma situação de abuso vivenciada por ela e acredita que encontrar um grupo feminista foi essencial para isso, pois assim sabia que seria compreendida. É feminista e acredita que o feminismo é fundamental, que contribuiu inclusive para que ela estabelecesse vínculo com algumas de suas amigas. Rebeca é feminista e fala de um lugar de ativista. Ela acompanha alguns grupos e se diverte com as interações entre as mulheres. “Uma coisa que eu gosto nesses grupos é que o levante feminista veio forte, sempre tem alguém pra dizer ‘seu marido é um lixo’”. Acredita que os grupos dos quais participa têm um direcionamento feminista como plano de fundo e que, portanto, parte-se do princípio de que quem participa

é defensora do direito ao aborto. Dessa forma, pouco se discute no grupo o contexto estrutural do aborto no Brasil.

Bertha não se posiciona como feminista, mas defende que o aborto deveria ser um direito das mulheres. Ela argumenta, a partir da experiência no grupo sobre aborto, que a maioria das mulheres entra nos grupos já decidida a fazer o procedimento e nada muda sua opinião; portanto, é injusto que elas não tenham esse direito garantido por lei. Diz que, se não fosse pelas feministas, ela própria não conseguiria ter acesso ao Misoprostol.

Essa minha amiga, que me colocou nos grupos, ela é super feminista assim, ativa, ativaça! Então, se não fosse pelas feministas, pelas mulheres que lutam pelos direitos das outras mulheres, sabe, por exemplo, eu não teria acesso a essa medicação, né? Então, assim meio que se não fosse por essas meninas que vão, que lutam, que briga, que defende o direito das mulheres, outras muitas mulheres também seriam penalizadas.

Lélia tem uma visão semelhante. Depois de ler os relatos de outras mulheres no grupo que facilitou seu procedimento, ela entendeu que não se tratava de um espaço exclusivo para venda de remédios, mas sim de um grupo que fazia algo pelos direitos das mulheres. Embora não se posicione como feminista, entende o contexto de opressão vivido pelas brasileiras. A revolta contra violências sofridas por mulheres — algumas delas narradas nos grupos — também aparece na entrevista com Sueli, que não se considera feminista. Ela relata que, quando grávida, percebeu que os profissionais de saúde que a atenderam não foram claros sobre seus direitos e sobre os efeitos do aborto em seu corpo. Argumenta que as mulheres deveriam ter o direito de abortar em segurança, nos hospitais, para garantir o procedimento com menos sofrimento, sem culpa e com mais informações a respeito de como se dá todo o processo.

Assim, tipo, é, eu acho que ativista, seriam as meninas moderadoras, né? Que, enfim, lutam por aquela causa de uma forma mais de frente, né, mais direto. Mas tipo, eu sou muito aberta àquela situação enfim de ajudar, de ouvir, de se eu pudesse, tipo assim participar, né, de alguma ONG, pra conversar com as pessoas, né, contar o meu relato, como eu estou aqui te contando, eu participaria.

Para Carlota, o feminismo é “basicamente uma busca por respeito”. Ela afirma que a mulher deve ter o direito de fazer o que acreditar certo, especialmente no que diz respeito ao próprio corpo. A entrevistada relata algumas situações conflituosas nos grupos dos quais participa, envolvendo ativistas feministas do movimento negro. Embora seja um grupo feminista, interseccionalidades provocam debates que tiram o grupo da zona de conforto e fazem com que as mulheres brancas precisem refletir e se adaptar.

Para Laudelina, o feminismo é “apoiar as mulheres, apoiar as decisões, independente do que você acha, o que vai ser bom para você, você tem que ver o bom pra

sociedade inteira”. Ela jovens e tem um posicionamento feminista e acredita na importância de educar as próximas gerações de maneira feminista, como ela própria tenta fazer com o filho.

É possível notar que todas as entrevistadas têm ao menos uma noção básica do feminismo como um movimento social que defende os direitos das mulheres — algumas com maior, outras com menor grau de aprofundamento. Algumas têm atitudes feministas, mas dizem que não se consideram ativistas, o que indica uma desconexão ou falta de leitura das pautas dos direitos sexuais e reprodutivos enquanto assuntos políticos. Observar o pertencimento feminista contribui para compreender os posicionamentos que as próprias entrevistadas adotam sobre alguns dos assuntos tratados nas outras variáveis. Nos próximos tópicos, serão discutidos aspectos relacionados a cada uma delas, analisando os dados a partir das discussões teóricas.

5.1. INDIVIDUAL E COLETIVO: CONTEXTOS DE PERTENCIMENTO, SOLIDARIEDADE ECONÔMICA E VALORIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Mais do que a fronteira entre o público e o privado, interessa, neste tópico, observar as percepções das entrevistadas sobre os pares individual/coletivo e privado/público no contexto das discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, em especial as intermediadas por redes sociais digitais e aplicativos de conversação. Derivadas da tradição liberal que introduziu valores capitalistas e individualistas às sociedades contemporâneas, as noções de público e privado como dicotomia favorecem que se situem aspectos como a sexualidade no âmbito da particularidade e da intimidade (WARNER, 2002). São, assim, encarados por séculos como questões individuais. No contexto mediado pela internet e pelas redes sociais digitais, essa relação ganha novas camadas, à medida que os mesmos grupos de Facebook e WhatsApp que permitem manter certa privacidade, também podem colocar situações individuais à disposição de grandes grupos.

Para identificar se as entrevistadas tinham a compreensão de que algumas das questões que debatiam nos grupos eram coletivas, e não apenas um problema privado, foram observados elementos nas narrativas que demonstravam preocupação coletiva, identificação com outras pessoas com situações similares, atuação altruísta em relação às demais participantes dos grupos, além de indicadores de ações políticas ou ativistas que pudessem proporcionar leituras neste sentido.

As relações entre individual e coletivo e entre privado e público aparecem principalmente em três contextos: 1) o contexto do acolhimento; 2) o contexto da solidariedade econômica; 3) o contexto da valorização da experiência. De um ponto de vista macro, esses três aspectos se relacionam direta ou indiretamente com graus diferentes — ou tipos diferentes — de ativismo político, ainda que este ativismo seja voltado a oferecer uma contribuição discreta, de indivíduo para indivíduo. Retornarei a este ponto no último tópico deste capítulo.

O **contexto do pertencimento** diz respeito às situações em que, intencionalmente ou não, as participantes de grupos online de mulheres fazem com que as outras sintam que não estão sozinhas. Esse tipo de situação aparece principalmente em relação a dois subtemas dos direitos sexuais e reprodutivos mais afeitos à solidão: a maternidade e o aborto.

A fala da entrevistada argentina Mabel caminha neste sentido. Ela argumenta que a criação dos filhos na contemporaneidade deixou de ser responsabilidade da comunidade para se tornar responsabilidade unicamente dos pais — ou, principalmente, das mães — e que espaços online contribuem para que mulheres que criam seus filhos sozinhas possam encontrar amparo.

em um desses grupos começaram a falar sobre isso, sobre ter... precisa ter uma tribo, para dizer como hoje nós mulheres, na maternidade, da dinâmica que é exigida de nós. Você é, você pode, você pode com sua casa, com seu bebê, com seu trabalho, com seus estudos, não? E na realidade, assim, não, pesquisando eu achei isso nas redes, (...) que tem outras mulheres que podem estar na mesma que você e precisam da mesma coisa.

Encontrar uma “tribo” seria uma forma de diminuir a carga e a solidão durante a gestação e a maternidade, ainda que este apoio seja apenas moral, discursivo.

No que diz respeito ao aborto, este ponto predomina nos relatos das mulheres que participam de grupos sobre o tema. Para Nísia, os grupos sobre aborto contribuem para que as mulheres não se sintam abandonadas diante da gestação indesejada, mas também auxiliam em outros temas, como ser tratada com desrespeito em uma consulta médica, pois permite a elas perceber que há “um padrão”, e que essa situação não é somente um problema individual. Ela acredita que há uma despreocupação com a privacidade por parte das mulheres que deixam relatos muito íntimos, e que isso as expõe, mas enxerga “*uma função coletiva dessa exposição*”. Já Lélia reflete sobre a culpabilização e o abandono da mulher a partir de uma situação que viveu, de desamparo frente a uma gestação não planejada. Em alguns momentos da entrevista, quando menciona o desamparo, a solidão e o tratamento recebido pelas médicas que a atenderam, a entrevistada se emociona e faz algumas pausas

para se recuperar. Perceber que estava sozinha no seu contexto social e pessoal, mas que as outras mulheres do grupo sentiam a mesma solidão, fez com que Lélia reconhecesse a própria história nas das outras. Quando ingressou na comunidade, Lélia passou a questionar a lacuna no direito de tomar sozinha a decisão sobre o aborto: “(...) num país onde a violência contra a mulher é tão grande, por que que a mulher não pode ter direito sobre o seu corpo?”.

Quando se sentiu desamparada pela família e pelas profissionais de saúde que a atenderam, a entrevistada refletiu sobre a solidão de viver uma gestação indesejada. “Eu percebi que eu tava sozinha. E ali eu comecei a entender, de fato, a discussão do que são os direitos femininos”. Depois de passar pelo aborto, deixou um relato na linha do tempo do grupo do qual participava e, nos comentários encorajadores, foi acolhida e percebeu que outras mulheres se sentem como ela, e que todas questionam o nível de exigência sobre elas também em outras áreas da vida. Ela reforça a constante afirmação nos grupos sobre aborto de que a mulher não está sozinha.

“(…), eu entrei no grupo delas mesmo, no WhatsApp, e os relatos são sempre os mesmos. ‘Eu namorava com a pessoa e a gente está junto, mas não tá legal e eu falei que estava grávida e ele falou que não vai assumir’. Poucas são as que falam que têm namorado e o namorado apoiou ela na decisão porque ela entendeu que não era o momento dela. A maioria já tem filhos, a maioria passa por situações difíceis e o homem não apoia. Eu comecei a me sentir mais acolhida em si. E entendi que... que talvez a gente precise de grupos...”

A partir da própria vivência, Lélia diz ter se dado conta de que é preciso passar adiante este acolhimento. “E ali eu entendi... E eu tento tranquilizar as meninas nesse sentido, que aqui ninguém vai ficar te julgando, né?”

A sensação de pertencimento também aparece nas falas das entrevistadas argentinas que são ativistas no já mencionado coletivo *Socorristas en Red*. Viviana explica que o coletivo promove oficinas e encontros com mulheres que entram em contato buscando apoio para acessar o aborto legal — os *talleres*. Esses eventos, realizados presencialmente, em locais públicos, mas também online, durante a pandemia de Covid, têm como finalidade mostrar às participantes que estar grávida e não querer dar prosseguimento à gestação não é algo isolado; ao contrário, há muitas outras vivendo o mesmo. Ela acredita que o compartilhamento deste momento é uma forma de solidariedade e, a partir daí, nascem manifestações espontâneas de sororidade entre as próprias participantes.

De repente, alguém que não conheço ou não me conhece me oferece sua casa [para fazer o procedimento]. Ou elas vão juntas mais tarde para o ponto de ônibus. Ou elas começam a conversar ou se abraçam quando uma está chorando ou angustiada. Ou pedem dinheiro emprestado para o Uber... não sei, como... há gestos que pelo menos deste lado a gente percebe, não? Tipo, com esse poder coletivo, talvez, não sei se todas conseguem traduzi-los em palavras e identificá-lo como tal, mas acho que existe, que muito do que a gente entende como coletivo

se traduz nesses gestos.

O depoimento de Viviana introduz também o contexto da **solidariedade econômica**, que se aplica em momentos nos quais há colaboração financeira entre as participantes. São casos em que são oferecidos descontos em compras online, divulgação e/ou compra de produtos ou serviços de outras integrantes, dicas para economizar dinheiro, empréstimos, doação de dinheiro ou de pílulas excedentes de Misoprostol, no caso dos grupos sobre aborto. Esse tema aparece na fala da brasileira Bertha, para quem os relatos de doação são entendidos como uma materialização de solidariedade e expressão de preocupação coletiva. Nísia entende o processo de aborto voluntário mediado pelos grupos enquanto um “problema coletivo”, creditado à falta de políticas públicas para as mulheres. Embora o interesse imediato seja resolver o problema da mulher que tem uma gestação indesejada, a questão é estrutural e há uma noção disso por parte delas, tanto as moderadoras quanto as participantes. Para ela, o que deixa notar essa preocupação são atitudes como a doação ou o repasse de medicações e o acompanhamento durante o procedimento, o que acontece mesmo em casos em que as duas mulheres envolvidas sequer se conhecem.

Eu acho que existe ali um movimento de solidariedade mesmo. Além de “vamos resolver o problema”, é entender que isso é um problema coletivo. A falta de políticas públicas afeta todo mundo o tempo inteiro. E que o interesse ali é coletivo. Claro. Vamos resolver o problema dessa mulher hoje. Mas entendendo isso como uma questão mais estrutural, então eu acho por exemplo muito legal o repasse de medicação. E ele sempre é feito mediado por essas moderadoras que tomam muito cuidado.

Nísia descreve a solidariedade financeira entre as mulheres, que realizam ações como vaquinhas online para ajudar umas às outras a comprar a medicação.

Eu já vi mais de um caso de doação. (...) Então, por exemplo, se uma administradora diz ‘tal pessoa não tem nenhuma condição de comprar o remédio e ela precisa de doações’, eu digo para você, com 2 ou 3 dias, ela vai conseguir as doações, o grupo vai se mobilizar com doações em dinheiro ou com doações de medicação”.

Dinheiro é um elemento consolidador das redes sociais de apoio, nestes casos. Conforme descrito por Bott (1961), laços econômicos estão entre os fatores que influenciam as conexões entre pessoas em uma rede social de apoio. Em um contexto de insegurança envolvendo transações financeiras via internet, em que há tantos relatos de golpes ou vendas de medicações falsificadas, a confiança de fazer doações ou qualquer outra ação envolvendo transferência de recursos financeiros não é pouco relevante.

Isso vale também para a doação de tempo — no caso, o tempo das moderadoras, o que chama a atenção da entrevistada Nísia, mas essa também é a visão das argentinas que

atuam como *Socorristas en Red*. Ofélia explica que todas as mulheres que atuam como acompanhantes no coletivo são voluntárias, o que limita o alcance da atividade e da disponibilidade de cada uma, pois empregam recursos financeiros próprios em algumas das atividades. Ela também evoca a questão econômica da perspectiva das implicações distintas para mulheres que pertencem a diferentes classes sociais.

Primeiro fazíamos [os *talleres*] em grupo porque a demanda era grande e nós somos ativistas, não é que alguém nos pague para isso, então era, bom, não podemos atender uma por uma a cada pessoa que nos chama. Mas, depois as companheiras perceberam que os grupos tinham muito poder em si mesmos porque essa situação do aborto é visto socialmente como algo tão solitário, com medo, com culpa, algo que não deveria ser contado a ninguém (...). E cada mulher com toda a sua situação. E talvez fossem de classes sociais diferentes, de idades diferentes, de profissões diferentes, de vidas diferentes, mas elas estavam lá e os discursos eram parecidos e era assim... bom, aí o pessoal é político, né? Porque como pode ser que todas estejam vivendo, por mais diferentes que sejam, coisas tão semelhantes?

Se essa é uma cena recorrente no caso das argentinas que participavam e participam dos *talleres* das *Socorristas en Red*, também é no caso das brasileiras que ingressam em grupos online, especialmente das que buscam o acesso ao Misoprostol clandestinamente. O **contexto da valorização da experiência** aparece quando as participantes são convidadas ou solicitadas a compartilharem suas experiências com outras mulheres — ou fazem isso espontaneamente — com a justificativa de que poderá contribuir de forma concreta com a construção do conhecimento coletivo — entendendo que este coletivo pode ser público ou dentro do contexto do grupo, onde já não é mais privado. Isso é citado por entrevistadas em relação a todos os temas tratados.

No caso dos grupos sobre maternidade, Cláudia comenta sobre a sensação de identificação que percebe que os comentários de algumas das mães geram nas outras — o sentimento de sentir-se contemplada pela pergunta ou pela resposta da outra, as dores que são coletivas e que são percebidas através dos relatos individuais. No caso dos grupos sobre aborto, cabe recuperar a fala da entrevistada Lélia, que foi convidada a fazer seu relato de procedimento, além do que diz Celina sobre os mesmos relatos e as orientações dadas às mulheres sobre como se resguardar na lei ao chegar ao hospital e dizer que sofreu um aborto espontâneo: “Pequenas situações que vão dando esse senso de coletividade”.

Nos grupos sobre aborto, muitos relatos são iniciados por “Meninas, vim deixar meu relato sobre o procedimento”²⁴. Com uma certa casualidade, descrevem longa e

²⁴ Em grupos voltados a abortos clandestinos, quase todos os dias há relatos de procedimentos, a maioria iniciada dessa maneira: “Meninas, vim deixar meu relato”. Esta introdução à fala me chama muito a atenção pois concentra toda a essência da dinâmica nestes grupos: a potência da narrativa — ela está contando sua

detalhadamente desde o momento da compra das pílulas até as consultas posteriores ao procedimento, incluindo onde e todo o contexto de como realizaram a prática, com quem, quais sintomas apresentaram, entre outros aspectos. São relatos fortes e repletos de informações que não estão nos manuais e demais materiais de orientação que circulam na internet. Os relatos deixados nestes grupos são a experiência pessoal das participantes encapsuladas em um post de Facebook ou em um áudio de WhatsApp.

Conforme mencionado acima, embora os grupos sobre aborto clandestino sejam muito marcados por essas narrativas, elas aparecem também em outros contextos dentro do escopo dos direitos sexuais e reprodutivos. Carmen, por exemplo, traz uma experiência distinta: foi através da leitura de experiências de outras mulheres com fertilização *in vitro* (FIV) que ela obteve o suprimento de informações que necessitava para levar adiante sua gestação de risco. Ela acredita que os grupos de mães sobre FIV contribuem para que as mulheres preencham a lacuna deixada pela própria medicina. A entrevistada também defende que temas políticos sejam discutidos mais abertamente nesses espaços, onde não se fala sobre política, mas onde ela entende que a política começa. Ela exemplifica citando um caso de mobilização em torno de uma mudança na resolução do Conselho Federal de Medicina sobre fertilização, quando a indignação de mulheres do seu grupo impulsionou a fundação de uma associação para questionar questões de reprodução assistida.

O pessoal diz que política não se discute, eu já acho que tinha que se discutir, né? Que, enfim, porque a política está em tudo que é lugar, mas o pessoal evita, assim, de discutir questões de política. E uma discussão que foi bem forte, mas aí estava diretamente ligada à nossa questão, foi que eles mudaram... saiu uma resolução do Conselho de Medicina mudando totalmente a questão da fertilização, dizendo que tinha que ser 8 óvulos, só 8 embriões, no máximo fertilizados. Aquilo foi uma catástrofe, e aí a gente se mobilizou, foi fazer tuitaço, não sei aonde. Aí surgiu inclusive uma associação para questionar questões de reprodução assistida, foi iniciativa de uma moça lá e surgiu essa associação. E aí eles tiraram, a questão da resolução, caiu por terra, enfim.

O caso narrado por Carmen ilustra um movimento em que uma rede social de apoio construída em grupos de mulheres online pode alcançar um status de mobilização política a partir de uma estrutura subalternizada. A informação de interesse das pessoas que integram a rede — no caso, a resolução do CRM que diminuía o número de embriões fertilizáveis — circulou neste espaço, um espaço frequentado por um grupo específico que não

história, deixando um depoimento de um momento transformador vivido por ela e testemunhado pelas colegas de grupo; a gratidão e o compromisso — ela foi ajudada, agora veio retribuir da maneira como pode, ou seja, contando como foi com ela; a intimidade que se cria na adversidade — “meninas”, como se fossem amigas, como se não houvessem centenas de desconhecidas no mesmo espaço. Por conta de todas essas nuances, escolhi essa frase para compor o título da tese. No fim das contas, é também isso que estou fazendo aqui: vim deixar meu relato sobre as trocas entre mulheres.

necessariamente encontra ressonância na esfera pública ou nos meios de comunicação para tratar dos seus assuntos. A indignação catalisou o debate de tal maneira que ele expandiu o contexto inicial deste contrapúblico — virou tuitaço, ou seja, um grupo de pessoas publicando posts no Twitter sobre o tema, em coletivo — e mobilizou a sociedade para além dos integrantes deste contrapúblico, gerando transformação política a nível institucional. Nesse caso, foi esse contrapúblico que permitiu que as informações circulassem entre as pessoas e comunidades, como sugere Fraser (1999). O assunto é de interesse público, impacta pessoas no país inteiro, mas foi preciso um pequeno grupo encontrar escuta e capilaridade a partir de uma conexão na fronteira entre esfera pública e esfera privada para que esta discussão ganhasse corpo fora dali.

Para além destes três contextos identificados na compreensão de individualidade e coletividade, há uma percepção predominante entre as entrevistadas de que, enquanto mulheres brasileiras e argentinas, elas são parte de um todo potencialmente problemático: há certo desamparo do Estado, o que gera indignação em diferentes graus entre elas, mas há também o desamparo das famílias e dos próprios/as companheiros/as. A argentina Marcela, por exemplo, reflete sobre a percepção das situações de violência como relativas a todas as mulheres, dizendo que episódios do tipo são algo que “não é tão individual assim”. Já Chiara, ativista pelo parto humanizado, demonstra uma preocupação coletiva não apenas pela atuação do seu grupo sobre o tema, mas ao empregar a analogia da “mochila de pedras” que as mulheres carregam por terem feito um aborto.

o que acontece é que às vezes, quando é clandestino, é mais complexo. Porque tem gente que nem contava pro parceiro de vida. (...) Acima de tudo, gostaria que não levassem uma mochila carregada de pedras por terem feito, digamos, uma interrupção que sabemos que, vou repetir de novo, é um direito. Agora é lei, antes era um direito que não estava realmente previsto em uma lei, mas para mim, para todo o grupo de trabalho, a gente entende assim.

A entrevistada também demonstra uma percepção da coletividade do problema ao dizer que compartilha suas experiências com mulheres de grupos localizados em outras províncias, pois sabe que pode encontrar pessoas em situações similares — uma troca que é intermediada por grupos de WhatsApp de ativistas.

Rita entende os grupos como “espaços de partilha” onde se troca principalmente informação útil. Mas, para ela, no caso da discussão sobre descriminalização do aborto na Argentina durante o período da Maré Verde, esses espaços foram apenas um dos cenários em que foi possível perceber uma grande percepção coletiva da amplitude do problema.

Isso é algo que foi gerado muito forte, muito forte, na Argentina durante o processo legal. Que era esse conceito dessa grande Maré Verde. Esse é o melhor nome que

puderam dar ao fenômeno, porque era isso, ou seja, era um único bloco de pessoas exigindo a mesma coisa. Em outras palavras, elas não eram indivíduos. Eu tenho quatro filhos, não vou ter mais nenhum, eu liguei as trompas, então clinicamente não vou ter mais por decisão própria, não vou ter mais, então eu não faço campanha pela interrupção legal da gravidez para mim. Porque eu não vou precisar. Eu sou ativista pelas outras, porque é um direito, não sou ativista porque acho que alguém pode precisar, mas porque eu acho que é justo. E se ninguém nunca usar porque ninguém nunca precisou, bom, mas era justo que existisse o direito de qualquer maneira.

Nos dois casos, Chiara e Rita, trata-se de mulheres militando por causas que não vão impactar em suas situações de vida particulares, mas a preocupação é generalizada. Ou seja, mais do que uma rede de apoio para si, buscam nos grupos uma forma de atuar junto a outras mulheres por causas nas quais acreditam. Essa distinção predominante é bastante clara entre argentinas e brasileiras. Enquanto a publicização das discussões é empregada como uma ferramenta de ativismo feminista pelos direitos sexuais e reprodutivos, principalmente pela descriminalização do aborto, há uma compreensão das entrevistadas brasileiras de que esse é um problema coletivo, mas isso não significa que elas engajem na busca por uma solução amplificada — a solução imediata para o problema (individual/coletivo) da gestação indesejada é construída coletivamente num espaço que não é público: a mediação dos grupos no fornecimento de informação, experiência e da medicação para realizar o procedimento abortivo. Dito de outra forma, há uma compreensão de que se trata de uma questão coletiva, mas a solução segue no âmbito privado ou, no máximo, na esfera intermediária do grupo online fechado ou secreto.

Contudo, isso não significa que as atitudes das entrevistadas não sejam políticas. São ações políticas desenvolvidas a partir da comunicação, mas efetivadas no âmbito da individualidade ou da grupalidade. O medo, a culpa ou a preferência de manter o tema na privacidade impedem algumas mulheres de transformarem atos como o aborto em uma manifestação política pública — inadvertidamente, aplicam a política do segredo citada por Habermas, empregando a privacidade de forma estratégica. Dessa forma, a questão permanece na esfera intermediária onde elas se sentem seguras — como uma forma de extrapolar o âmbito do privado, mas sem chegar à esfera pública. Se for pra ajudar outras pessoas, podem até compartilhar suas histórias, desde que haja o compromisso das demais em manter o sigilo das narrativas de experiências — *eu conto, mas minha família não pode saber, ninguém no meu trabalho pode saber, minhas amigas não podem saber*.

Se as narrativas feministas contribuíram para ressignificar o sentido de “público”, segundo Lara (1998), as trocas entre mulheres em grupos que se situam na fronteira dicotômica entre público e privado seguem fazendo o mesmo, esticando a corda do privado,

mas também a do público, de forma a construir um lugar seguro para compartilhamento de problemas íntimos que são, ao mesmo tempo, compartilhados.

Essa espécie de pacto — verbalizado ou não — é um dos aspectos que colabora na formação das redes de apoio pontuais ou duradouras que se estruturam a partir das relações estabelecidas em grupos online; estas, bem como as visões das entrevistadas sobre esse conceito, a relação entre a participação nos grupos, diferentes compreensões de ativismo político e os grupos enquanto contrapúblicos digitais são temas do próximo tópico, que discute a segunda Categoria Baseada em Conceitos. Esta etapa contribui para cumprir os objetivos específicos 3 e 5: analisar se ou como as integrantes se percebem enquanto parte de uma ou várias redes sociais de apoio a partir da participação nestes grupos e descrever os aspectos que distinguem as redes sociais de apoio dos contrapúblicos, a partir de práticas discursivas características do ativismo feminista.

5.2. REDES DE APOIO DIGITAIS: INFORMAÇÃO, CONTENÇÃO, TROCAS DE EXPERIÊNCIAS E AMIZADES

As redes de apoio intermediadas pelas plataformas digitais são diversas, complexas e percebidas de maneira muito particular por cada usuária. A partir da análise das entrevistas, foram identificadas principalmente seis situações relacionadas ao entendimento das entrevistadas sobre as redes de apoio digitais. A primeira diz respeito às dinâmicas particularmente atribuídas aos grupos sobre maternidade; a segunda entende grupos online como uma espécie de salvaguarda, pois preenchem a lacuna deixada pela família, pela pessoa companheira, pelas amigas ou mesmo por redes sociais pessoais de outros níveis; a terceira entende os grupos como redes de apoio estritamente práticas, como ambientes de troca de informações e experiências pessoais; uma quarta situação diz respeito ao entendimento das amizades — inclusive e, em alguns casos, principalmente, as construídas em redes digitais — como uma rede de apoio primária; a quinta situação é um tipo de aproximação que, nos casos do direito aborto, de certa forma precede a rede de apoio — as redes de contenção; e, por fim, a compreensão de que estes não são espaços isentos de conflitos e desentendimentos, o que não invalida sua importância no contexto das mulheres que recorrem a WhatsApp e Facebook para debater ou se informar sobre direitos sexuais e reprodutivos.

A primeira situação identificada concerne às relações que se estabelecem em grupos digitais em torno das **práticas envolvendo a maternidade** — desde o momento em que a

pessoa passa a se entender enquanto mãe, com práticas pré-natal, até o cuidado com os filhos na adolescência, passando por puerpério, introdução alimentar, fase escolar, entre outros. Grupos sobre maternidade são espaço de intensa controvérsia e discordância, com constante troca de experiências sobre uma variedade ampla de temas. Conforme os questionários já adiantavam, grupos temáticos sobre maternidade são mais presentes no Facebook, onde se pode buscar por assuntos e *hashtags*, mas também é um assunto muito presente no dia a dia das mães em grupos com amigas, familiares e colegas de trabalho — neste caso, é usado também o WhatsApp e as entrevistadas citam ativamente o Instagram.

Os grupos de mães são definidos pelas entrevistadas como espaços de construção de pertencimento e busca por informações que permitam ampliar seu escopo de conhecimento. Não necessariamente informações técnicas ou especializadas — elas não querem, por exemplo, saber qual tratamento aplicar no caso de uma doença; querem saber como foi a aplicação para outras pessoas; quais as particularidades, os efeitos colaterais, os efeitos positivos, quanto tempo durou, se realmente resolveu, etc. Claudia, Mabel, Sueli, Juliana e Laudelina foram as entrevistadas que destacaram as experiências em grupos sobre maternidade.

Juliana acredita que as redes sociais online têm o potencial de contribuir com a construção de laços, uma vez que presencialmente as pessoas não têm mais tempo para se conhecerem. Escutar o outro, sentir-se escutada, é um processo que pode ser bem sucedido se intermediado pela internet. Para ela, o termo “rede de apoio” é associado à maternidade.

Acompanhando publicações em grupos e perfis temáticos relacionadas a maternidade no Instagram, Claudia menciona o acolhimento que algumas participantes manifestam. Elas agradecem pela sinceridade das demais, expressam a sensação de identificação com as dores das outras, dizem que se sentem acompanhadas; situações como estas contribuem para que este tipo de estrutura funcione como um grupo de apoio. Para ela, uma rede de apoio é “uma comunidade, com a qual conto para algo específico”, ou seja, uma rede que se organiza em torno de um objetivo em comum. Com dois filhos, ela diz ter passado por momentos muito solitários, e que percebe que muitas mulheres encontram companhia em grupos online e nos comentários de perfis do Instagram, ainda que não tenha sido o seu próprio caso.

eu olho muito os comentários, quais são as perguntas, o que elas falam, né? E o que eu noto é como 'muito obrigado por este post, me senti muito identificada', 'obrigado, me sentia muito mal porque me sentia uma mãe ruim e li isso e me deu paz de espírito', 'eu me sinto acompanhada' e nesse sentido me parece que esses grupos são tão preciosos, você não sabe quem está postando isso em outro lugar. Às vezes, ler essas coisas mexe muito comigo, essas mulheres gostam desse

espaço, onde de certa forma são anônimas, podem expressar o que realmente sentem sobre a maternidade. Os papéis da boa mãe. E nesse sentido, acredito que as redes podem fazer parte dessas redes de apoio. Mulheres que a gente nem sabe quem são, mas que com sua palavra vão nos ajudar muito. Mas eu não conheço ninguém. São pessoas que você não conhece, pessoas que você não faz ideia, contando a experiência delas, é muito forte.

Mabel, por sua vez, acredita que grupos de mulheres, principalmente os grupos de amigas, são espaços de suporte. Há conflito, há discordância, mas mesmo no meio das discordâncias elas conseguem encontrar acolhimento. Circulando por comunidades de mulheres que vivenciavam momentos similares da maternidade, ela ouviu pela primeira vez a menção a “formar uma tribo”, o que interpretou como uma forma de suprir uma ausência, a das comunidades que antes davam suporte umas às outras, ou das famílias, das pessoas que se conheciam no cotidiano offline, mas que agora se encontram online e a partir daí constroem relações.

elas publicavam as postagens e abaixo da postagem você tinha que colocar se você queria uma tribo, de que área era, e isso foi bem complicado porque tinha mulheres de vários lados e algumas diziam ‘bom, eu quero me reunir em uma praça’ ou ‘quero me reunir com isso’ e para mim em particular por causa do meu dia a dia fica complicado, foi bem complicado para mim e eu me vi pelo menos naquele momento tão complicada e com [nome do filho] de licença com pós-cesariana, sei lá, sem ter como conhecer pessoas. Então surgiu a possibilidade de atuar como uma tribo virtual. E, nada, escrevi um comentário dizendo ‘bem, tem alguém para fazer como um grupo virtual?’ e meninas foram adicionadas, juntamos meninas e montamos um grupo de WhatsApp com meninas de todos os lugares. Tinha uma do Chile, outras da Argentina, de outras províncias, de Córdoba, de Chubut. Algumas de Buenos Aires, várias do Uruguai. Então lá montamos como o grupo do WhatsApp. Bem, nada, foi, foi bom.

Impossibilitada de sair para realizar encontros nas ruas e praças, ela formou uma rede de apoio online, com outras mulheres em situações similares, inclusive de outras regiões do país ou de outros países. Esse sentimento de identificação com outras mulheres, ainda que elas estejam distantes, se relaciona ao sentimento de pertencimento ou reciprocidade que é um elemento importante da composição de redes de apoio (ALBUQUERQUE NETTO et al, 2017, p. 3)

Embora contribuam para que muitas das mulheres se sintam menos sozinhas, os grupos de mães também podem ser espaços com níveis intensos de conflito e agressividade. Sueli participou de grupos sobre temas diferentes e, na entrevista, comparou dois tipos de grupos: um sobre aborto, outro sobre maternidade. Ela argumenta que no grupo sobre aborto foi tratada com mais gentileza e compreensão, enquanto que o de maternidade não é tão acolhedor, que há mais cobrança e julgamento das outras mães. Embora a própria internet favoreça algumas desavenças, mesmo entre redes sociais de apoio não é raro que se desenvolvam rugas e situações conflituosas. No caso dos grupos de mães, todos os aspectos

identificados por Garcia (2009, p. 158) nos contrapúblicos campesinos afrocolombianos também são visíveis: as discordâncias sobre funções e papéis dentro do grupo geram rivalidade, as disputas geracionais, a priorização de interesses individuais sobre os coletivos e a postura autoritária de algumas membras.

Isso transparece na entrevista de Laudelina, que tem uma relação complexa com as demais mães nos grupos de WhatsApp da escola do filho, repletos de conflito e preconceito. Ela entende que esses espaços poderiam funcionar como uma rede de apoio para ela, mas que, ao invés disso, a excluem.

Pra mim, [rede de apoio] é você poder contar com aquela pessoa não só para quando você precisa para ficar ali disponível para você quando você precisa de alguma ajuda, mas é você ligar e perguntar como que tá a mãe, às vezes sem a gente envolver os filhos. Você querer saber como que tá a mãe, não só a criança. (...) E ninguém quer saber como a mãe tá, para saber se aquela mãe vai estar bem para cuidar do filho. Então isso eu acho que a rede de apoio não é só estar disponível quando, quando você precisa de ‘dá uma olhada no meu filho’, mas uma olhada naquela mãe também e quando... Eu tenho pouco agora, amigas próximas, mãe solo, eu tenho poucas agora, a maioria mora longe. Então, tem dias que a gente senta e que passa uma tarde conversando, fala um pouquinho do filho e pergunta, como que está, o que está fazendo, o que tem, qual que é a novidade, se tá se divertindo, se está bem.

Ao mesmo tempo que aponta para o que a entrevistada entende por rede de apoio, seja ela mediada ou não por meios de comunicação digitais, o depoimento de Laudelina também indica um outro aspecto: o papel deste tipo de agrupamento como uma forma de **construção de laços sociais para suprir lacunas** deixadas por redes de apoio primárias — a família, por exemplo. Entre as entrevistadas, aquelas que demonstraram serem muito próximas da família ou terem um grupo consolidado de amigos foram as que menos dizem contar com relações em espaços digitais, como é o caso de Nísia, Micaela e Patrícia. Nísia entende que as redes sociais atuam como complemento ou suprimindo uma ausência entre as pessoas que não têm suporte em outras instâncias, o que é o seu caso. O entendimento de Patrícia também é similar: amigas e profissionais como terapeuta e psiquiatra são as pessoas que ela diz formarem sua rede imediata de apoio. Micaela, por exemplo, diz que encontra amparo na família e as RSD são espaços principalmente de troca de informações e dicas.

A entrevistada Silvia também entende o compartilhamento de informações como o passo inicial para formação de uma rede de apoio. Identifica que estes grupos podem ser capazes de fornecer apoio emocional ou outros tipos de suporte em um momento de necessidade, como, por exemplo, grupos que incentivam a adoção de métodos contraceptivos após a realização de um aborto, para evitar novas gestações indesejadas.

Para outras, a lacuna que estes espaços preenchem é a do **apoio livre de julgamento**. Em grupos secretos online, se sentem mais à vontade para fazer perguntas que consideram óbvias e para falar como se sentem, sem que tenham que lidar com olhares de reprovação, julgamento ou fofoca entre seus círculos mais próximos offline. O recorte temático dos direitos sexuais e reprodutivos, em particular, aciona uma série de estereótipos e gatilhos que acentuam este aspecto.

É neste sentido que vai a fala de Bertha: ela comenta que o grupo sobre interrupção da gestação do qual participa funciona como uma rede de apoio livre de julgamentos morais, já que não há críticas sobre a decisão de realizar um aborto, em si, mesmo que a pessoa esteja realizando o procedimento mais do que uma vez. Ela relata que, quando passou pelo procedimento, contou para o namorado e para algumas amigas, inclusive uma que já tinha feito um aborto e que ofereceu companhia durante o processo. Mais tarde, também compartilhou com a mãe, quando já estava mais à vontade com a situação. Como apontavam Albuquerque Neto e colegas (2017), há casos de vulnerabilidade em que o vínculo mais eficiente está nas redes secundárias, como uma espécie de salvaguarda para preservar as relações primárias com sua rede de apoio principal.

Além disso, Bertha relata que, embora ela tenha contado com o acolhimento de amigas, do namorado e da mãe, não recebeu o mesmo acolhimento da irmã, uma mulher religiosa e conservadora que manifestou desaprovação da decisão de Berta. Ao falar sobre isso, a entrevistada se mostra desconfortável, a voz levemente embargada, demonstra que há uma certa mágoa em relação a isso. O que ela descreve como julgamento por parte da irmã também aparece na descrição que faz das colegas de grupo. Há quem esteja completamente sozinha, por medo do julgamento e pela certeza de que não teriam acolhimento das pessoas nas suas redes mais próximas de apoio.

É uma rede de apoio de mulheres, na verdade — porque não tem homens lá -, de mulheres, se apoiando. Se apoiando com relatos, se apoiando com experiências, se apoiando com dicas, se apoiando às vezes com palavras de conforto, então é... é uma rede de apoio, sim. E assim, muitas vezes, tem mulheres que só tem o grupo, sabe, tipo só tem pessoas do grupo. Teve uma moça que ela, eu lembro que eu falei assim, 'ai eu acabei contando pra minha mãe e tal. Minha mãe é super cabeça aberta. Assim, é... na medida do possível, ela tenta me apoiar. Nessa questão do aborto ela não é muito cabeça aberta, mas ela é uma pessoa que também não tem a mente tão fechada assim'. E ela falou: 'Nossa, nunca que eu posso contar uma coisa dessas pra minha mãe, porque minha mãe tem...', ela comentou comigo, né, 'nunca que eu poderia contar uma coisa dessas pra minha mãe, porque a minha mãe tem a mente muito fechada'. Então muitas meninas, mulheres, do grupo, só têm literalmente o grupo, sabe assim? Não têm ninguém de fora que pode contar, que pode apoiar e tal. É bem complicado.

O relato da entrevistada mostra algo que aparece principalmente nestes grupos sobre aborto: a atuação utilitária e pontual dos laços que se estabelecem entre pessoas que compartilham de um problema comum e sobre o qual não podem falar abertamente. As trocas não são direcionadas para a promoção de transformação social, mas se assemelham aos contrapúblicos, pois promovem transformação social de maneira indireta e a partir da alteração da trajetória individual das participantes. Bertha não é a única a descrever essa sensação, ela aparece em todas as entrevistas de participantes de grupos sobre aborto clandestino no Brasil: Nísia, Celina, Lélia, Sueli. Mietta, por sua vez, participava de grupos mais amplos sobre direitos sexuais e reprodutivos onde sentia que não havia muito acolhimento às mulheres que buscavam ajuda para realizar um aborto. Mesmo assim, havia pessoas que escreviam pedindo informações e contatos e eram respondidas.

Tendo feito o procedimento ou não, todas elas passaram por grupos de aborto clandestino e indicam que a decisão de abortar não é questionada, o que já funciona como um grande alívio para as mulheres que passam por isso. Não significa que não existam discordâncias ou desacordos, mas eles são técnicos, procedimentais, ou estão atrelados a casos intrínsecos à negociação na compra e venda de Misoprostol — a presença de pessoas golpistas, por exemplo. Entre as mulheres que estão ali porque desejam a interrupção, o acolhimento parece se sobrepor ao julgamento. Os laços pontuais não são menos significativos por serem apenas momentâneos: contar com a experiência de outra mulher que já viveu um aborto voluntário na hora de fazer o seu pode ser a diferença entre a vida e a morte, para muitas destas mulheres. Ou, ao menos, para diminuir o medo e a culpa. E esta relação elas não teriam com mães, pais, maridos ou amigas, na maioria dos casos.

Em outra ponta dos direitos sexuais e reprodutivos, o apoio de desconhecidas em grupos de mulheres também é valioso em um contexto em que muitas mulheres preferem evitar contar o que estão passando para as famílias. Em grupos sobre fertilização in vitro, Carmen encontrou respostas que mesmo os médicos não conseguiam entregar. Isso é recorrente especialmente em grupos relacionados à saúde, mas também em grupos de mães, como já havia sido identificado por Johnson (2015. p. 243).

Não estou sugerindo que as discussões públicas e contra-públicas sejam mutuamente exclusivas; em vez disso, argumento que, em públicos íntimos de mães, esses dois lados, que neste caso são frequentemente conselhos médicos (públicos) versus não médicos (contra-públicos), podem ser debatidos. Portanto, eu argumento que é possível que a Internet possa permitir que pacientes auto-reflexivos e autogerenciados deslizem entre o conselho médico convencional e o papel do paciente, e novas formas alternativas ou renegociadas de conselho.

O caso de Carmen é um exemplo nítido disso. Preocupada com uma possível restrição de crescimento de uma das filhas gêmeas durante a gestação, ela pediu ajuda em um grupo, onde outra mulher explicou a situação de forma muito mais clara do que a resposta expressa pelo médico. Isso a tranquilizou e permitiu que avançasse com tratamentos para diminuir o desequilíbrio na gestação entre as gêmeas, buscando outros profissionais especializados no tema a partir de recomendações de outras mulheres anônimas. Entende que não pode contar com os familiares, que eles não atuam como rede de apoio, neste caso.

(...) alguns familiares não iriam receber bem, daí é um tema tabu, porque aí tu passa por toda... A fertilização é uma coisa muito difícil, né? Deu errado muitas vezes, até conseguir. E aí tu vive isso sozinha, né? E aí tu acaba encontrando amparo no grupo, porque lá dá certo, dá errado, acontece de tudo. E aí tem gente que fez o processo inteiro, sem contar, que foi o meu caso, e tem pessoas que compartilharam o primeiro processo inteiro, deu errado e aí decidiram não contar mais. Então, tem de tudo assim, sabe. Enfim, aí tu vê o tabu todo ali, né, não aceitação e aí pesar, né?

Ela explica que prefere evitar contar para a família sobre a fertilização *in vitro* pois entende que há muito estigma em torno disso por conta dos estereótipos de gênero, da expectativa de que cada pessoa cumpra seu “papel” dentro da reprodução, da virilidade, da maternidade. Entende os grupos online como redes de apoio de maneira “total e irrestrita” e cita a importância dos “desabafos”, da solidão que as mulheres sentem ao passarem por isso, diz que o acolhimento das outras mulheres é importante inclusive para aceitar os sentimentos negativos, a raiva, e diz que não há julgamento entre elas.

Carmen enfatiza o valor das informações que obteve neste grupo sobre fertilização *in vitro*, descrevendo as comunidades digitais de mulheres como **espaços de trocas de informação subjetiva e de experiências**. Entendê-los como contrapúblicos, neste contexto, vai ao encontro da leitura de Johnson, que entende que este conceito

provê uma forma comum de pensar sobre as diversas pessoas que podem se voltar à internet para ajudá-las a navegar esta nova maternidade. Esse tipo de conhecimento e complexo de pares é importante e permite uma reconfiguração da expertise e a repriorização de conhecimentos subjugados; estes públicos constroem um sentido específico de autoridade, um que é baseado na experiência. (JOHNSON, 2015, P. 240)

Mais uma vez, conhecimento, conselho e suporte. Ofelia também vê as redes de apoio enquanto espaços de compartilhamento e facilitação do acesso à informação. A entrevistada argentina define o conceito como algo vital, mas quase “utilitarista”, ou seja, gera uma demanda para que as pessoas estejam disponíveis apenas quando você precisa. Embora a entrevistada critique essa perspectiva, a troca de experiências e informações é um aspecto crucial da construção de redes de apoio estabelecidas na internet. Se isso já acontecia

nas pequenas comunidades, como descrito a partir da pesquisa de Acioli (2007), compartilhar conhecimento segue como um traço crucial das redes sociais de apoio.

Essa percepção está bastante evidente na entrevista de Mietta, que descreve rede de apoio como “um lugar onde você pode recorrer para conseguir ajuda em determinadas situações”. E, apesar de utilitarista, na outra ponta também há pessoas que desejam compartilhar suas histórias e seus relatos para fazer com que a informação circule. Bertha e Lélia, por exemplo, entendem quase como um dever a ação de continuar no grupo depois de interromper a gestação e participar da acolhida de outras mulheres, após ter passado pelo procedimento e ter recebido o apoio emocional. A primeira diz: “Bom, eu também fui acolhida, né? Então eu também quero acolher outras pessoas, né?”, enquanto a segunda fala:

no grupo de WhatsApp onde as meninas fizeram a compra, estão aguardando, ou já fizeram o procedimento, eu percebo que há realmente um vínculo, porque você vai passar pela mesma situação que alguém já passou. Eu já tento fazer o meu relato. No geral, né? Lanço no grupo. Dou as boas vindas. Explico para elas se tranquilizarem, que é um lugar que só tem mulheres que já passaram por isso ou que também vão passar, porque às vezes, entra duas, três ao mesmo tempo. Não é um lugar de que vamos estar julgando ou apontando, questionando “É, mas você não tinha que ter esse cuidado?”.

A necessidade de compartilhar informações vêm, em alguns casos — como o de Carmen — da ausência ou do difícil acesso a ela por outros canais. Sueli acredita que os grupos suprem informações que os médicos não fornecem e que, se essas fossem acessíveis, muitas não precisariam se expor a espaços potencialmente inseguros. Patrícia fala sobre o contexto geral das mulheres em que há uma falta de acolhimento especializado das demandas das mulheres. Ela entende rede de apoio no sentido de resolver uma questão imediata, não de amizade ou vínculo emocional, mas “um vínculo prático que você tem com determinadas pessoas em determinadas situações”. Exemplifica relatando uma situação em que uma amiga psicóloga precisou de consultoria jurídica para uma paciente que estava sofrendo violência doméstica. Na ocasião, Patrícia acionou uma terceira amiga, especializada no assunto, formando o que ela entende como uma rede para acolher aquela mulher, cada uma com sua especialização.

Em alguns casos, as aproximações proporcionadas a partir do intercâmbio de experiências extrapolam os grupos e ganham espaços em outros contextos. Mabel, Juliana, Carmen, Rose e Iraci são as entrevistadas cujas histórias têm episódios do tipo, com destaque para as duas últimas.

Rose relata que participava de um grupo formado por mulheres no Facebook para falar sobre moda, mas, apesar do direcionamento temático, o grupo acolhia discussões sobre

diversos outros temas, inclusive direitos sexuais e reprodutivos. Neste, ela fez um relato sobre uma situação de abuso sexual vivido e encontrou acolhimento para que se sentisse à vontade em finalmente compartilhar uma história que guardava para si há anos e não havia sequer revelado à família. Depois deste desabafo, iniciou conversas paralelas com algumas das mulheres, que mais tarde se tornaram amigas e formaram um grupo de WhatsApp, que segue atuante quase uma década depois como seu principal grupo de amigas, embora até hoje não conheça algumas das participantes fora da rede social.

Iraci, por sua vez, acredita que um relato de uma das mulheres em um grupo sobre gestações de risco foi vital para um diagnóstico de trombose.

eu absorvo muito do que as outras mulheres escrevem, do que elas passam e inclusive, assim, foi num num desses grupos que a menina contou o relato dela. E essa menina, inclusive a gente até se tornou amiga. Ela mora em [nome da cidade], mas a gente mantém uma amizade virtual. Ela contando o relato dela, o que tinha acontecido, e aí eu identifiquei que estava com trombose pós parto. E assim, com base na sintomatologia que ela tinha, tinha escrito no grupo, e aí eu bati o pé e falei “eu to com trombose”. Meu ex-marido — agora é ex, né? (ri) — disse “Tá doida, cê quer... Você tá com mania de hospital por conta da gravidez [de risco]”. E eu ‘não, é! Eu estou com trombose, a fulana tava assim’. E eu acabei indo pro hospital e realmente fiquei um mês internada com trombose.

O relato de ambas mostra como as histórias de mulheres nos grupos vão se entrecruzando com as histórias pessoais, relações vão sendo construídas, vínculos de amizade se estabelecem, ainda que em contextos distintos das amizades criadas na vida longe da internet. Independente da origem, a percepção das **amizades como um tipo de rede de apoio é palpável entre as entrevistadas**. Elas compõem tanto as relações primárias como as secundárias das participantes da pesquisa.

Além das já citadas que mencionam este aspecto, Lucía evidencia essa percepção ao citar um grito de guerra presente em manifestações feministas na Argentina: “*A mí no me acude el Estado, a mí no me acude la policía, a mí me acuden mis amigas*”²⁵. Noelia fica reflexiva ao analisar quem atua como sua rede de apoio. Imediatamente, responde que são as amigas, depois pensa sobre a família, mas rechaça a ideia: “E... amigas. [pensa por alguns segundos] Sim... amigas. Deve ficar por aí, não... Porque com minha família às vezes.... Não sei, não, não não.”

Celina e Rebeca também mencionam amigas como redes de apoio. A última diz que tem “uma rede de amizades que é muito fortalecida” e a quem recorre quando precisa de ajuda em diferentes esferas da vida. No caso de Viviana, assim como Bertha, foi às amigas

²⁵ “A mim não socorre o Estado, a mim não socorre a polícia, a mim, me socorrem minhas amigas”, em tradução livre.

que ela se voltou quando descobriu uma gestação indesejada. A entrevistada argentina diz que não contou com a família como rede de apoio e que até hoje a família não sabe que ela realizou o procedimento. Marcela também explica quem foram as pessoas que a acolheram quando pensava estar grávida e quais compuseram sua rede de apoio: amigas de uma organização feminista, amigas com quem ela mora e seu terapeuta.

Procurei uma amiga que me deu uma bela contenção. Que a conheci pela internet em uma oficina feminista que ela estava fazendo na quarentena. Sei que ela é uma pessoa que teve muitos recursos e que está em contato com muitas pessoas que poderiam me ajudar. E, num momento em que vi que minhas amigas que não faziam parte desse tipo de plataforma de internet estavam desmoronando com o assunto, bom, vou falar com aquela pessoa que está um pouco mais lúcida do lugar da contenção do entendimento institucional. E foi uma contenção muito boa porque ficou muito claro: aqui estão as ferramentas. Mas porque ela é uma pessoa que milita em torno disso. Mas a verdade é que as mulheres que não militam em torno do assunto, as superam porque a informação é nula porque convivemos com o tabu do aborto por muitos anos.

Além do papel das amigadas, Marcela também acrescenta à discussão um termo que é muito utilizado pelas argentinas quando questionadas sobre redes de apoio. Ela fala em “contenção” ou “**rede de contenção**”, como uma espécie de “primeiros socorros” no que diz respeito a uma gestação indesejada. “A primeira instância quando alguém sofre é conter, não resolver”. Por isso, coletivos como as *Socorristas en Red* são justamente coletivos de contenção. No caso de Marcela, a amiga que mais a acolheu foi uma mulher que conheceu numa oficina feminista online, uma pessoa com muito conhecimento sobre os caminhos para realizar um aborto. Para Marcela, essa amiga fez toda a diferença como uma rede de contenção, graças às informações e à circulação que tinha em espaços que já tratavam do tema, já que outras amigas que não tinham o mesmo nível de trânsito pelo tema sofreram no acolhimento. Acredita que conhecer as ferramentas e os caminhos tenha sido essencial, graças ao tabu que ronda o tema.

Esse termo também é usado por Rita, Cláudia, Chiara e Noelia, que entendem as redes de contenção como algo pontual, extremamente necessário, mas com uma passagem temporária pela vida das mulheres, especialmente durante o processo de buscar uma interrupção de gestação. Chiara relata que a organização na qual trabalha também atua como rede de contenção, em algumas situações em particular, ainda que essa não seja sua finalidade. Elas recebem pedidos de ajuda de mulheres nas mais diversas situações, inclusive consultas sobre interrupção de gestação, embora a maioria seja sobre parto e violência obstétrica.

De maneira geral, é possível pensar em grupos online, mesmo no Brasil, onde as entrevistadas não citaram este termo, como espaços de contenção, já que oferecem este

primeiro atendimento não especializado às mulheres que buscam ajuda para interromper uma gestação, mas também às participantes de comunidades sobre outros temas que os acessam, muitas vezes, em momentos de desespero ou desamparo relacionados a diferentes aspectos envolvendo reprodução.

A pesquisa mostra, por fim, que **nenhum grupo online em redes sociais digitais ou aplicativos de conversação é isento de conflito**, discordâncias ou mesmo de riscos para a vida das mulheres — ainda que seja considerado uma rede de apoio. Isso não necessariamente faz com que deixem de ser eficientes na realização dessa contenção, mas não se pode deixar de fazer essa ponderação. Os relatos também descrevem esse ponto. Quando Lelia entrou no grupo sobre aborto no Facebook, buscando uma rede de contenção após uma gestação indesejada, conseguiu acesso ao protocolo internacional de aborto, compartilhado pelas moderadoras, obteve acesso à medicação e, após o aborto, fez uma postagem em agradecimento pelo apoio que sentiu ter encontrado ali. Contudo, essa postagem funcionou como gatilho para que recebesse comentários que considerou agressivos, fosse acessada por mulheres com postura mais crítica e passasse a receber tentativas de contato de homens em sua caixa de mensagens privada. Houve uma discussão nos comentários, com a maioria oferecendo parabéns pelo sucesso do procedimento, mas uma pessoa fazendo um comentário negativo. Lélia percebeu que, mesmo em um grupo de sororidade, havia pessoas curiosas ou fiscalizadoras sobre o procedimento alheio.

De maneira geral, os relatos de experiência são uma ferramenta essencial destes espaços para desencadear o debate e toda a sorte de relações entre as participantes. No próximo tópico, serão analisadas as três variáveis finais, que são atreladas justamente ao potencial de transformação destes espaços a partir da narração — da escrita e da leitura. O pertencimento feminista das entrevistadas, a força ilocucionária das narrações e o efeito perlocutório dos testemunhos e depoimentos lidos.

5.3. TRANSFORMO E SOU TRANSFORMADA: O POTENCIAL DAS NARRATIVAS

Como foi discutido nos últimos dois tópicos, as interações com outras mulheres nos grupos sobre direitos sexuais e reprodutivos ditam não apenas comportamentos, mas também a própria percepção de coletividade, de direitos e de justiça. Parte dessa influência vem da maneira como as usuárias têm acesso às histórias alheias, por meio de relatos de experiência, depoimentos, testemunhos e outras formas narrativas que permitem conhecer a

vivência da outra ao experimentar algo que a própria vem vivenciando. No caso dos direitos sexuais e reprodutivos, essa troca permite ampliar o repertório e tornar palpáveis situações abstratas, a partir de outras formas de acesso à informação.

Ao discutir o papel transformador das ativistas feministas a partir do uso de recursos narrativos, conforme discutido no segundo capítulo da tese, Lara (1998) descreve a força ilocucionária das histórias de mulheres para promover a igualdade e a luta por direitos. A força ilocucionária foi empregada como categoria baseada em conceitos da análise narrativa, de maneira a identificar pistas do potencial transformador presente na fala ou no estilo de linguagem empregado pelas entrevistadas. Dito de outra forma, ao analisar as entrevistas, buscamos identificar situações em que as próprias entrevistadas percebem o potencial narrativo da sua própria fala, tanto durante a entrevista quanto em episódios vivenciados em grupos com outras mulheres.

O problema de pesquisa desta tese propõe justamente responder de que maneiras as trocas comunicativas entre as mulheres no contexto dos grupos online se relacionam com suas escolhas de atuação política e com a formação de contrapúblicos de mulheres. A narração de episódios e vivências pessoais corresponde a uma parcela importante da resposta a essa pergunta.

A **força ilocucionária** das narrativas foi identificada nas entrevistas em diferentes ações ou momentos. O primeiro deles ganha força nos grupos sobre aborto clandestino e diz respeito aos **relatos de procedimento** como uma forma de passar adiante a ajuda recebida, manter vivo o ciclo da informação e colocar a sua própria experiência à disposição de outras mulheres. Ainda dentro do mesmo tema, **o ato de falar sobre aborto** assumido enquanto estratégia feminista de ampliação do debate sobre o tema é outro tipo de força ilocucionária relatado pelas entrevistadas. Esse tipo também se expande para outras temáticas, já que fazer circular a informação é algo que aparece de maneira significativa também nos grupos sobre contraceptivos, em especial no Brasil. Uma terceira dimensão da força ilocucionária das narrativas é o **compartilhamento do viés feminista** de forma a ampliar o alcance das perspectivas voltadas à igualdade de gênero a partir das discussões em espaços online. Por fim, uma quarta dimensão é o **emprego de outras linguagens** como forma de convencimento.

Os **relatos de experiência** são talvez a dimensão mais importante de força ilocucionária nos grupos dos quais participam as mulheres entrevistadas para esta pesquisa. Isto vale para as diversas temáticas — descrição de sintomas após o uso de um método

contraceptivo, relato de parto, narração de consultas médicas de pré-natal, por exemplo. Mas é nos grupos sobre interrupção voluntária da gestação que os relatos de procedimento são mais recorrentes e parecem ter um impacto maior sobre as interlocutoras, talvez pelo contexto de ilegalidade e dificuldade de acesso à informação qualificada sobre o assunto.

Em sua entrevista, Nisia explica que as moderadoras e demais participantes incentivam que as pessoas que fizeram aborto deixem seus relatos pessoais. “da forma como elas quiserem”, descrevendo sensações, condições e informações técnicas, com o nível de detalhe que quiserem. Pessoalmente, Nisia diz que quando alguém pergunta indicações ela recomenda esse grupo, pois enxerga nesses relatos um recurso importante e acredita que isso gera confiança. A entrevistada destaca a importância de não julgar as pessoas que buscam o grupo em busca de informações sobre aborto, enfatizando que se alguém chegou até ali, já está decidida. Ela também ressalta a solidariedade e o viés progressista do grupo, que é um ambiente de acolhimento e ajuda mútua entre as mulheres. Além disso, destaca a agilidade das moderadoras e a rapidez com que outras mulheres respondem às postagens e compartilham suas histórias. “A gente sempre fala muito da importância de não julgar, certas perguntas não fazem sentido”. Ela também menciona que, embora não seja uma pessoa que compartilha relatos pessoais com frequência, vê o valor coletivo da exposição. Nisia fala sobre as respostas, comentários e outras interações como ferramenta de validação do sofrimento da pessoa ou da experiência compartilhada em um relato. “(...) acho que tudo tem muita relação com esses relatos, das experiências, pesando os prós e contras e o que fazia sentido para mim. Então com certeza eu acho que influencia sim, bastante. O que as pessoas contam”.

Ela também levanta um aspecto das histórias retratando experiências das demais participantes como forma de validar ou equilibrar as informações que chegam de outras maneiras, como as experiências com médicos.

eu acho que é mais um elemento para você tomar as decisões. Até porque eu acho que uma coisa que a gente aprende, que eu aprendi muito nesses grupos é que você infelizmente, não pode confiar nos médicos. Assim, as informações são distorcidas também pelos médicos, existe muito preconceito da parte dos profissionais de saúde, muitas vezes, a melhor informação, a informação mais atualizada, ela vem pelo grupo. De gente que traz informações do exterior, que traz informações das publicações científicas e, claro, das experiências pessoais. (...) Eu nem sou uma pessoa que tenho o hábito de fazer relatos. Até me surpreende um pouco. Eu acho que as pessoas se expõem muito. Isso é um problema? Não. É muito para mim, eu não faria. Mas por outro lado, eu vejo que aqui tem uma função coletiva dessa exposição.

A essa função coletiva e corretiva dos relatos, que chegam para contrapor a desinformação, se soma o efeito tranquilizador destes relatos. Outra entrevistada, Bertha,

recorda em seu relato uma situação que acompanhou enquanto participava de um grupo sobre aborto na qual tentou tranquilizar e orientar uma outra mulher que estava com medo durante o procedimento.

Então ela mandou essa foto assim e ela perguntou se estava normal, né? O que que ela fazia aí? E aí eu orientei, falei, ‘olha, não puxa, não fica forçando (...)’ porque, no parto normal, costuma acontecer do bebê sair e passar alguns minutos, até 30 minutos, a placenta é expelida normalmente pelo seu corpo, né, de forma natural. Ninguém fica lá puxando a placenta, então eu falei para ela, calma, respira, espera um pouco, porque tem até 30 minutos para a placenta sair. E aí se eu não me engano, eu acho que ela não esperou. Acho que ela ficou bem apavorada, ela estava muito apavorada. Ela estava fazendo com uma amiga. Ela ficou muito apavorada e eu acho que ela foi pro pronto-socorro.

Em outro momento, a entrevistada conta que foi contatada por uma desconhecida que queria entender como ela estava se sentindo depois de decidir manter a gestação, quando o procedimento abortivo não funcionou. Interessante observar a retórica da entrevistada como parte importante da força ilocucionária que ela desenvolve. “Então, tipo, calma que vai dar tudo certo, tentei também tranquilizar ela, porque no meu caso eu tentei tirar e não deu certo e depois ficou tudo bem com o bebê e então eu tentei trazer também um pouco de segurança para ela”.

Sueli tem o costume de compartilhar seu relato de experiência nos grupos sobre aborto porque acredita no impacto que esses relatos tiveram sobre sua própria vida. Se impressiona com as perguntas e respostas sobre temas que acredita que as mulheres poderiam tratar diretamente com seus médicos. Quando realizou o procedimento para interromper a gestação, Sueli deixou seu relato no grupo, mas o fez de forma anônima, compartilhando através do perfil de uma administradora. Preferiu fazer dessa maneira porque teve medo de encontrar pessoas conhecidas no grupo. Conta que as mulheres tentam acessá-la depois disso usando mecanismos de curtidas nos comentários para identificar-se e assim compartilhar mais detalhes ou responder sobre dúvidas específicas.

A informação que eu tinha é “se você fizer isso, você vai morrer”. Tipo assim, nunca mais você vai poder ter filhos, a sua vida vai acabar. Essa era a informação que eu tinha. Mas eu tava numa situação tão desesperadora que eu falava, que eu pensava assim, na minha cabeça, ‘bom, se for para morrer, eu vou morrer, porque eu não vou passar por isso agora’. Desesperador mesmo, eu estava desesperada. (...) Aí eu pesquisei de clínica, aí na época que eu fiz, lembro que estourou uma... um anúncio na televisão, né, uma reportagem: “Mulher morreu em clínica clandestina”. Eu falei, meu Deus, vou morrer também. Desespero total, falei “vou morrer também”. E aí eu cheguei no grupo com esse pensamento assim, tipo assim, eu vou morrer. Mas vou fazer isso aí. E aí falando com as meninas, elas “não, não é assim que funciona”. Perguntaram se eu tinha algum problema de saúde, pressão alta, problemas de coração, esses problemas, assim, eu falei que não, que eu estava perfeitamente bem de saúde. E aí perguntaram as semanas, pediram para eu fazer uma ultra, e me explicaram porquê (...), aí eu fiz o procedimento, não foi nada do que eu imaginava. Tipo, meu Deus, vou morrer, vou desmaiar, vou... nada disso.

Eu comprei 10 comprimidos. Aí, fiz sublingual e intra, a única coisa que eu senti foi, tipo, é diarreia, né? Que deu e deu muita vontade de vomitar e calafrio, foram as únicas coisas que eu senti. (...) quando eu cheguei lá mais desesperada o relato daquelas pessoas me encorajou. Sabe? A continuar no foco que eu tinha e foi muito bom assim eu poder ver que outras pessoas também estavam passando por aquela situação e que elas ficaram bem, né? Ficaram bem de saúde, não aconteceu nada de extraordinário, tipo morrer, essas coisas assim, absurdas. E aí elas conversavam também, né?

No caso de Lélia, a entrevistada manifesta reconhecimento sobre a importância de falar sobre aborto, ao mesmo tempo que cautela e o medo de falar, pois seria julgada, e coloca isso como evidente. “Se eu chegar e falar pras pessoas ‘olha, eu acho que eu não quero prosseguir com a minha gestação’, eu vou ser crucificada”. Lélia interage pouco no grupo, mas lê muitas das publicações e percebeu rápido que o grupo não era só de venda de produtos. Disse que a abordagem direta das participantes foi importante para isso. Ela explica que participa dos dois grupos, no Facebook e no WhatsApp, e que sempre compartilha sua história, porque acha que isso vai ajudar a tranquilizar as outras mulheres. “E ali eu eu entendi... E eu tento tranquilizar as meninas nesse sentido, que aqui ninguém vai ficar te julgando, né?”. Ela fala do impacto da circulação de informações qualificadas sobre aborto e que pessoas cujas vozes circulam na esfera pública devem abordar o tema. Para Lélia, além de deixar seu relato no grupo, conceder a entrevista para esta pesquisa também foi um ato comunicativo importante.

você vai conseguir levar a minha voz para um ambiente que talvez 10, 15 anos à frente, talvez consiga mudar. Relatos como meu ou de outras mulheres que vão mostrar que não é porque você não quer, não é porque você é feminista, não é questão de ser feminista, é questão de defender o direito de uma mulher de optar.

Entre as argentinas, duas entrevistadas em especial ressaltam a força dos relatos pessoais. Viviana destaca a força das experiências e informações concretas como forma de comunicar a luta. Como integrante das *Socorristas en Red*, ela explica como acontecem os *talleres* que realizam com as pessoas interessadas: em locais públicos, para que se possa “falar sobre o aborto em voz alta”, como uma forma de desestigmatizar, de fazer com que esse assunto não precise ser tratado aos sussurros, de um lugar de culpa e medo, mas de um lugar de cuidado. Construir “uma rede de afetos políticos”. Ela sugere que todas entendem que esses espaços são importantes para escutar as experiências alheias, tanto as positivas quanto as negativas, e que isso contribui para que se proponha um diálogo propositivo sobre o aborto. Para ela, contar sua própria história como mulher que passou por um aborto é uma forma de criar conexão e estabelecer credibilidade junto às participantes.

Ofélia, por sua vez, entende de que o essencial do discurso dos grupos que lutam pelo aborto é possível já no primeiro contato: transmitir a confiança de que, a partir do minuto em que você entra em contato com as *Socorristas en Red*, você terá garantido o seu direito de abortar. Ela ressalta a força da escuta ativa e sem preconceitos e entende que a organização oferece credibilidade; que saber que uma pessoa estará do outro lado é uma forma de passar segurança, assim como as conversas que as voluntárias têm com as pessoas que estão fazendo o procedimento. “O objetivo das Socorristas é construir sentidos em relação ao aborto que possam dizer 'você está grávida e não quer ter, parabéns'. ‘Você está grávida e quer abortar? Parabéns’.”

Para Viviana, a consistência e estabilidade ao transmitir as mensagens também é um critério importante e relacionado com a segunda dimensão que consideramos aqui em relação à força ilocucionária — **falar sobre aborto como forma de fazer circular informações de interesse coletivo**. Manter uma imagem coerente e divulgar as histórias das pessoas que acompanham, garantindo o aborto seguro, passa a mensagem de que há alguém desinteressado em você, mas que quer que a sua experiência de aborto seja positiva. No caso da Maré Verde, ela acredita que funcionou porque as conversas sobre o tema eram onipresentes: “nas ruas, nas praças, nas redes sociais, estava em todo lugar. (...) Você entrava em um negócio e eles estavam falando sobre isso”.

Claudia também defende que a informação precisa circular, principalmente a informação de qualidade, como a *Educación Sexual Integral* nas escolas. Descreve uma situação de amplo desconhecimento entre muitas de suas pacientes e o que percebe como o caminho da informação, em especial entre as adolescentes, e acredita que ele passa muito pelo boca a boca entre as amigas. Contudo, diz que a falta de acesso à informação é extremamente prejudicial e causa muita insegurança entre as mulheres, principalmente entre as mais jovens. Relata que vê com frequência em perfis no Instagram comentários agradecendo pelas palavras da outra no post, e percebe que essa identificação gera grande alívio e tem um efeito muito positivo, principalmente entre as mães que se sentem muito sozinhas.

Rita, por sua vez, argumenta que a conversa sobre o aborto é uma ferramenta importante de ativismo feminista. Ela defende que essa mudança de estratégia é essencial: falar em público como uma forma de transformar a realidade. Segundo a entrevistada argentina, isto tem um efeito educativo, pois atinge pessoas que podem estar acompanhando a conversa sem que os próprios envolvidos se deem conta. Micaela concorda e relata ter

percebido que há, entre suas amigas, decisões influenciadas pelas discussões que ela própria tem com outras mulheres no grupo de amigas no WhatsApp, mas que essas mudanças ocorrem por um conjunto de formatos de conversas, inclusive pessoalmente. Segundo ela, são mudanças que “talvez não sejam revolucionárias, mas sim, tem pequenas mudanças”.

Há algumas entrevistadas que acreditam que **introduzir a perspectiva feminista nos debates** é uma estratégia importante que contribuir para ampliar a força ilocucionária do movimento, mas que há situações e contextos em que isso deve ser feito de forma discreta. Para Mabel, por exemplo, existem pautas que são mais estrategicamente trabalhadas se não conectadas diretamente com o estandarte do feminismo. Tratar alguns temas, como a maternidade, incluindo a perspectiva do feminismo, mas sem levantar a bandeira, para ela, é uma forma de promover pequenas mudanças sem causar conflito. Carmen traz uma opinião parecida.

nesses grupos de reprodução, algumas mulheres se assumiam feministas e outras rechaçavam, assim. (...) eu acho que a questão do feminismo, infelizmente, ela está ligada a um grau de instrução, eu acho, entendeu? Ela é uma questão muito mais intelectual do que de sentir assim. Eu acho que tu sente depois que tu intelectualiza o negócio. Infelizmente, eu acho assim. Mas tinham algumas que não, que não se entendiam nesse lugar, eram poucas, mas tinha algumas que não se entendiam nesse lugar da questão do feminismo, assim. Só que, quando a gente chegava numa discussão feminista, eu até articulava argumentos que eu sabia que eram feministas, mas nunca dizia que era, entendeu? Aí eu ponderava algumas questões assim, olha, pessoal, principalmente do homem, né? Que aí os pais não ajudam, enfim, a reclamação de que o pai não participa, o pai não ajuda. Daí eu disse ‘olha mulherada, temos que colocar esses pais aí para...’ porque eles têm que ser pai, não é uma questão de ajudar. Isso é uma declaração feminista, mas eu não dizia que isso era, entendeu? Aí algumas ‘é isso aí mesmo’

Iraci tem uma experiência similar. Ela entende que as histórias compartilhadas no grupo sobre métodos contraceptivos trazem uma retórica feminista ou, ao menos, mensagens feministas que influenciam as perspectivas das mulheres mesmo que indiretamente. Defende “plantar a sementinha” do feminismo e fala sobre a importância do trabalho em equipe e de se unir para lutar por direitos e mudanças sociais, e o papel crucial das falas e das conversas para isso. Ela também destaca a questão da educação e da formação de líderes e militantes, para que possam levar adiante essa luta de forma consciente e organizada.

Uma quarta dimensão da força ilocucionária vai diretamente ao encontro do que defende Maria Pia Lara no caso das narrativas feministas. Se as histórias reais de mulheres foram propagadas a partir de uma roupagem de ficção, **outras linguagens** artísticas também podem ser empregadas para desenvolver ações de manifestação capazes de transformar a realidade social. Um exemplo vem da fala de Lucía:

Aqui em [cidade] tem uma Coletiva (...), que é um grupo feminista de [cidade] que acompanha os abortos. (...) [Elas] usam como uma peruca rosa furiosa, então todas as meninas colocam porque se identificam bastante na marcha. E lá tem sido compartilhado como informação sobre o misoprostol, sobre como praticar um aborto seguro em uma época que ainda não era legal e depois assim, assim, pode contar com o nosso apoio, pode se comunicar conosco dessa forma, e tinham como páginas ou perfis no Instagram ou redes sociais.

Este coletivo descrito por ela então articulava diferentes linguagens e diferentes canais de comunicação para que as pessoas soubessem que poderiam recorrer a elas para facilitar um aborto, desde antes da descriminalização. Durante as marchas, suas participantes utilizam perucas cor de rosa chamativas para que as pessoas pudessem identificá-las no meio do povo e soubessem que ali poderiam encontrar informações sobre como abortar de maneira segura. A força ilocucionária destas estratégicas reside, conforme a discussão de Lara (1998) na aproximação da moral e da estética, considerando que a esfera moral diz respeito aos direitos negados e à busca pelo reconhecimento de suas possibilidades, enquanto a estética é relativa à forma, conforme descrito no capítulo 2.

Outra alternativa sobre isso é citada por Chiara. Ela não acredita que a comunicação online tenha a mesma força que a conversa pessoal, mas propõe o uso de linguagens artísticas para contribuir com o entendimento e a disseminação de determinadas pautas. Recorda uma campanha publicitária realizada anos atrás que referia ao aborto, que sensibilizava as audiências para essa questão e acredita que teve muito impacto.

Qualquer coisa que seja para entender uma determinada questão, a arte é muito boa. O que quer que seja. Quer seja uma música, uma performance, um teatro, alguma pintura, alguma escultura, alguma coisa e que te levem... e que te leve à discussão. Tomar a palavra que tem alguma coisa depois, principalmente pra gente que não trabalha nas questões, essas. Para as usuárias. Teve uma campanha em que as pessoas ficavam na frente de uma tela e falavam "eu fiz um aborto", a outra dizia "eu fiz um aborto". E então eles repetiram novamente "Eu fiz um aborto, e minha amiga que fez um aborto agora não tem voz porque ela já não está entre nós", mostrava o tema de se esconder. E em outra leva diziam "O meu, minha tia pagou. Mas minha amiga colocou um cabide". Ou a outra dizia "O meu se chama 'apendicite', (...) mas minha amiga colocou uma salsinha". Foi um... nem lembro em que ano foi, mas deve ter sido 2006, mais ou menos isso, e foi chocante. (...) E aí depois dizia que o problema não é o aborto, o problema é que seja clandestino. Você tinha que enfatizar com todos, com todos, com todos. Sempre marcamos isso. E o problema foi esse, não? A culpa também que colocaram na gente, porque não tem, não tem culpa, eu não tinha, eram barreiras difíceis de tirar. E me parece que as novas tecnologias têm sido usadas para isso, não, porque todo mundo tem celular. Para ver com clareza e sempre com, bem, com o WhatsApp posso te enviar um videozinho, mesmo que seja curto. Parece-me que foi isso que permitiu que a palavra circulasse mais.

A fala de Chiara, além de ilustrar as diferentes linguagens e seu potencial de expansão do alcance da discussão, também reforça a dimensão descrita anteriormente, da

importância de manter os assuntos em pauta. Neste sentido, acredita que o WhatsApp e tecnologias similares poderiam contribuir se usados estrategicamente.

5.3.1 Testemunhos e histórias alheias: leituras de impacto

A teoria dos atos de fala de Austin fala em três tipos de atos resultantes de uma enunciação: os atos locucionários, os atos ilocucionários e os atos perlocucionários (RIBEIRO, 2004, p. 68). O primeiro está ligado ao enunciado de cada elemento linguístico, o segundo ao ato que se realiza na linguagem e o terceiro ao ato que se realiza pela linguagem. Dito de outra forma, este último tipo está atrelado à produção de efeitos ou consequências objetivados ou não, decorrentes da enunciação (IDEM, p. 68). Embora não seja o objetivo aprofundar esta discussão sobre a linguagem e o discurso, este último tipo, o ato perlocucionário, inspirou a criação da última categoria baseada em conceitos na análise narrativa das entrevistas.

Além de influenciar terceiras com seus relatos, as participantes dos grupos analisados também podem ser influenciadas pelas narrativas alheias. Isso já aparece em algumas situações descritas até agora no capítulo, mas é mapeado com mais rigor a partir da análise da variável 5, de Efeito Perlocutório. O objetivo desta adaptação do conceito foi mapear indícios de influências ou transformações promovidas a partir da leitura de episódios narrados por outras pessoas nos grupos. Isso aparece essencialmente de duas formas: **decisões tomadas pelas próprias entrevistadas e histórias de outras pessoas que elas repetem durante as entrevistas.**

O primeiro ponto tem relação não apenas com ações concretas realizadas a partir do que é compartilhado nos grupos dos quais participam, mas também com mudanças de opinião — ou a característica da reflexividade (LYCARIÃO; SAMPAIO, 2019; KIES, 2019) nas conversações online — e com construção de repertório sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Além da influência sobre se tornar feminista, já citada no início deste capítulo, algumas entrevistadas relatam situações como a de Nísia. A entrevistada pesquisou nos grupos relatos sobre o uso do DIU e chegou a tomar a decisão de implantar o dispositivo, escolheu o modelo, tudo após a leitura de histórias e experiências. "Acho que tudo tem muita relação com esses relatos, das experiências, pesando os prós e contras e o que fazia sentido para mim". Celina também conta como foi seu processo de escolha de um método

contraceptivo a partir das conversas com as mulheres nos grupos específicos sobre isso. As trocas comunicativas forneceram subsídio para que ela soubesse o que buscar na internet e se informasse melhor, fazendo uma busca de conteúdo associando diferentes ferramentas, até decidir não mais usar a pílula. “Fui conhecendo outros relatos parecidos com os meus dentro desses grupos, também com vídeos na internet”.

Carlota conta que desde que começou a participar de um grupo formado por mulheres no WhatsApp, aprendeu muito sobre feminismo com as mulheres mais jovens do que ela. Quando tinha dois filhos, decidiu adotar o DIU como método contraceptivo, até ler um relato de uma mulher em um grupo de Facebook dizendo que havia engravidado mesmo utilizando o dispositivo. Mudou os planos, decidiu retomar o uso do anticoncepcional e mesmo assim engravidou. Como interage com mulheres mais novas que ela, Carlota percebeu alguns traumas causados pelos pais das colegas de grupo e busca aprender com essas situações para não replicá-las com seus próprios filhos.

Rose conhecia pouco sobre DIU e, quando passou a participar de um grupo sobre contraceptivos, aprendeu sobre este método e decidiu usar. Foi preciso insistir com a médica, mas ela se sentiu confiante para argumentar porque estava munida de informações que tinha após ler sobre esta modalidade de contracepção — similar à confiança adquirida que cita Johnson, conforme descrito no subtópico acima. Nestes espaços, relata ter conhecido algumas mulheres que hoje são suas amigas. Participando de um grupo de mulheres multitemático no Facebook, leu um relato de uma mulher que havia sofrido um abuso e percebeu que a situação era muito similar a uma que ela havia vivido no passado. Depois disso, conseguiu elaborar melhor o mal estar que sentia por este episódio e chegou a levar o assunto para a terapia.

Bertha também levou em consideração os relatos do grupo ao passar por sua própria experiência de aborto. Neste espaço, conheceu histórias de abortos em clínicas clandestinas, relatos de uma senhora que utilizava uma sonda para interromper a gestação, e de garotas que recorriam a estas opções se o medicamento não funcionava. Ela fala sobre algumas histórias que recorda e que a impressionaram, pois temia que o mesmo acontecesse com ela. Refletiu sobre o que faria se estivesse na mesma situação das mulheres que contavam as histórias, antecipou o medo e a solidão caso seu namorado, que seria o acompanhante, não soubesse o que fazer. Algumas das fotos compartilhadas pelas outras participantes do grupo também foram chocantes para ela. Bertha conta a história que chamou sua atenção, sobre uma mulher em dificuldade financeira e com problemas de saúde. Ao longo da fala, ela

compara os desafios desta outra mulher com os seus, entendendo que sua situação é menos complicada. Parte dessa reflexão para falar sobre a ilegalidade do aborto.

você é colocado num grupo de WhatsApp, onde tem várias outras meninas, é, com vários outros relatos e assim, às vezes, por exemplo, uma menina fala assim, “ah, eu vou tentar tirar, né? Vou tentar fazer o aborto hoje à noite. Alguém mais vai fazer? E aí outra fala, “ah, eu também”, e aí, tipo uma vai fazendo companhia pra outra, sabe? Ou então, tipo, “Olha...”. Vou dar um exemplo: “Ai, eu comecei a tomar os remédios têm duas horas, não estou sentindo dor nenhuma, ainda, é normal?” “É normal. Não, não é normal. Já era para ter começado alguma coisa”. Então assim, as meninas que já fizeram, elas também têm essa sensibilidade de te apoiar, sabe? E tirando as suas dúvidas com relação a isso.

As intenções de uma mulher ao compartilhar sua história ou sua experiência em grupos com desconhecidas podem ser várias, e o impacto é difícil de medir. Para Celina, o efeito principal de navegar neste ambiente foi perceber que não estava sozinha. Participar de grupos feministas no Facebook foi uma forma de expandir seu universo e incentivar outras mulheres. De maneira similar, Lélia recorda uma frase dita por um professor e que a acompanhou por muito tempo, mas que diz ter entendido melhor somente quando passou por uma experiência de aborto medicamentoso — sobre a culpa que as mulheres carregam. A entrevistada percebe a partir dos relatos alheios como as situações são similares à sua. A partir desse movimento, percebe a importância de falar sobre o tema.

Para Mietta, as decisões não são tomadas exclusivamente a partir da leitura de comentários nos grupos, mas as experiências compartilhadas por outras mulheres fornecem subsídio para que ela tenha termos e nomes para buscar em outros contextos e ferramentas, como perguntar ao médico e buscar na internet — ou seja, a ampliação do repertório.

Carmen conta que estes espaços foram importantíssimos durante sua gestação e permitiram solucionar situações que os próprios médicos não resolveram. Depois de enfrentar um problema gestacional que foi menosprezado pelo médico, Carmen foi encontrando sozinha e com a ajuda de outras participantes formas de solucioná-lo usando recursos que já eram discutidos entre as mulheres, mas que os médicos não traziam. Depois de uma perda gestacional, descobriu informações sobre o funcionamento do processo de fertilização *in vitro* no grupo que, acredita, teriam mudado seu prognóstico — se tivesse tido essas informações antes, a perda poderia ser evitada.

Laudelina usa os grupos como forma de apreender informações práticas. Escolheu seu método contraceptivo depois de acompanhar um destes grupos e entender melhor como ele funcionava. Juliana, circulando por grupos sobre contracepção e sexualidade, conheceu pessoas e fez amigas que migraram para outras redes sociais. Conta que essas amigas foram essenciais durante a pandemia.

No segundo tipo de efeito perlocutório, considero histórias que as entrevistadas guardaram após um tempo de navegação nas comunidades sobre direitos sexuais e reprodutivos, episódios que registraram na memória sobre situações em que presenciaram efeitos transformadores narrados por coparticipantes e também conquistas políticas institucionais relacionadas aos debates em grupos online. Por exemplo, Rita entende que alguns grupos têm uma consequência prática: meninas que perguntam onde é preciso ligar para poder acessar o aborto legal. Durante a discussão para a aprovação da IVE, as discussões iniciadas em grupos de WhatsApp e Facebook foram, nas palavras dela, “se alargando” e isso diminuindo os preconceitos causados por desconhecimento. A mudança de discurso de um lugar de “certo ou errado” para um lugar de “é um direito” foi a etapa mais importante, na opinião dela, e essa escolha discursiva promoveu uma transformação palpável que levou à descriminalização do aborto no país.

Lucia também acredita que a publicização dos relatos das mulheres e algumas estratégias discursivas foram transformadoras para a situação de legalidade do aborto na Argentina. Fala sobre uma militância discursiva de mulheres que diziam “eu abortei”, e o que aconteceu com seus corpos quando o fizeram, quem as acompanhou. Sobre situações de violência doméstica e questões de aborto legal, Lucia acredita que há situações em que novas ferramentas digitais são transformadoras para que muitas mulheres tenham acesso a contenção de maneira facilitada e mais rápida. Marcela também reflete sobre o impacto da internet e das mídias em representar corpos que não são reais. Ao contar sobre um episódio em que acompanhou uma amiga que buscava ajuda para interromper uma gestação indesejada, Marcela fala sobre o impacto da falta de informações sobre o aborto, mesmo depois da descriminalização. Para ela, sendo uma pessoa informada e que conhece a situação do aborto no país, ainda assim a informação que chega é sempre “duvidosa”. A entrevistada acredita que levar as mulheres ao “colapso” é um dos efeitos da proibição. Chiara também concorda e diz que o movimento feminista na Maré Verde “tirou do armário” o aborto. Ao militar pela aprovação da lei IVE, as feministas passaram uma mensagem transformadora: se poderia morrer em um aborto clandestino, e mesmo sabendo do perigo, se fazia. Essa mensagem é chocante para parte do público e tem impacto. A transformação discursiva no âmbito coletivo, para Chiara, após a Maré Verde, é que a pessoa que aborta já não é mais predominantemente vista como uma assassina.

Em relação à comunicação em redes digitais, Viviana enfatiza os impactos da desinformação que circula nos grupos, mas também nas instituições médicas. Diz que há

quem use o desconhecimento como estratégia para assustar as mulheres. Exemplifica seu argumento com o relato de uma jovem que foi ao médico grávida de sete semanas e o médico disse que não se pode fazer o procedimento, pois é perigoso e pode ser fatal. Não há base científica nem legal para isso, mas o efeito é imensurável.

Viviana se sente impressionada com o número de mulheres que, mesmo conhecendo os próprios direitos, prefere recorrer às *Socorristas en Red* do que ir diretamente ao médico: “é uma realidade também chocante. Elas sabem que podem ser violadas, por isso não exigem seu direito, mesmo sabendo que o têm”. A entrevistada conta que após recorrer a um grupo de ativistas quando estava grávida, percebeu a relevância desse acompanhamento solidário e tornou-se acompanhante. Como ela, outras mulheres também se tornaram ativistas depois de serem acompanhadas.

No caso das brasileiras, Nísia conta que nos grupos sobre o aborto há um acompanhamento durante dia e noite via WhatsApp; ela que relata que algumas das acompanhantes são profissionais de saúde e orientam sobre o procedimento, sobre os sintomas. Explica que há inclusive orientações sobre o que dizer no hospital para evitar problemas com a criminalização. Essa interação relatada é importante, uma vez que as orientações podem estar evitando que mulheres estejam sendo presas pelo aborto.

eu gosto também que elas são muito realistas. Então, se você for ao médico, diga isso, não diga aquilo, cuidado com o que você diz, você vai ser processada. É... O mundo está contra você mesmo. Isso não é uma ilusão da sua cabeça. Isso está acontecendo. É... e ao mesmo tempo, não há uma coisa irresponsável, assim, então você fez um aborto medicamentoso, vá, marque um ultrassom, garanta que ele foi bem sucedido. Tipo, é, é.. É claro que a pessoa tem autonomia para fazer o que ela quiser, mas a recomendação é muito clara, tipo, vamos do começo ao fim do procedimento, garantir que deu tudo certo. E eu acho que é isso que me faz ficar nesse grupo e indicar.

Ao mesmo tempo, a circulação nestes grupos torna nítida a ilegalidade das práticas e fornece ferramentas para que possam ligar com ela. Este aspecto é evidenciado também na pesquisa de Adriane Roso e colegas (2017) sobre relatos de aborto medicamentoso em blogs. Elas identificam três elementos básicos nos relatos analisados: “(a) significado do aborto e sua relação com o desejo de se tornar mãe; (b) o contato com o mercado ilícito de drogas abortivas e as consequências da ilegalidade do aborto; e (c) a internet como artefato cultural que potencializa as relações entre as mulheres” (ROSO et al, 2017, p. 72). Para as autoras, os relatos mostram que as mulheres buscam o aborto medicamentoso mesmo que na clandestinidade; a ilegalidade apenas amplia os riscos aos quais elas estão expostas e as próprias mulheres têm esta noção.

Ao longo dos últimos dois capítulos, foram analisadas 579 respostas a um questionário online e 25 entrevistas narrativas com mulheres brasileiras e argentinas com o propósito de responder à questão de pesquisa proposta: como as trocas comunicativas sobre direitos sexuais reprodutivos entre mulheres em grupos online se relacionam com suas escolhas de atuação política e com a formação de contrapúblicos e redes sociais de apoio? Não há uma resposta simples e direta a esta pergunta, e a discussão para respondê-la foi feita mais detalhadamente ao longo da pesquisa, principalmente dos dois últimos capítulos. Ainda assim, sob o risco de simplificar demais um tema extremamente complexo, digo que a resposta se resume a uma frase muito curta: conversar sobre direitos sexuais e reprodutivos é um ato político. Uma conversa sobre temas relacionados a estes direitos não é apenas uma conversa. Ela carrega dúvidas, angústias, conhecimento, experiência e decisão.

O intercâmbio de experiências por meio de comentários em posts nos grupos de Facebook e mensagens no aplicativo WhatsApp com relatos de experiências aproxima e estabelece contatos, processo por meio do qual as participantes constroem confiança e se fortificam — ainda que essa troca seja atravessada por conflitos e julgamentos, em algumas situações. O tema da conversa influencia a relação que se estabelece, sendo que o aborto é o tema que mais desperta a solidariedade quando tratado por pessoas que estão passando por situações parecidas.

Isto não está claro para todas as mulheres entrevistadas. Elas percebem a importância destas comunicações com outras mulheres numa dimensão individual: *ler o que outras mulheres estão dizendo sobre uma situação que eu também vou viver ou estou vivendo é importante para mim*. Mas nem todas assumem o potencial politicamente transformador dessas conversas; muitas não se sentem ativistas pelos direitos das mulheres, não se sentem competentes para isso, ainda que suas contribuições em redes sociais de apoio online façam isso por elas.

Conversar sobre aborto, no caso das mulheres argentinas, foi uma das atitudes mais revolucionárias relatadas por elas durante o processo de discussão e deliberação política que culminou com a aprovação da Lei IVE, em 2020. *Falava-se sobre aborto em todos os lugares, era impossível ficar de fora da discussão* — foi o que disseram algumas das entrevistadas. No caso do Brasil, as conversas em grupos fechados podem estar, discretamente e, aos poucos, incentivando a mudança de opinião de pessoas que até então eram contrárias ao procedimento, seja por desconhecimento, seja por crenças pessoais,

morais ou religiosas, por exemplo. Com relação a este aspecto, o que fica evidente a partir das entrevistas é que as trocas comunicativas entre mulheres em grupos sobre aborto, especialmente os grupos sobre aborto clandestino, possibilitam o acesso a um conhecimento que é negado às brasileiras em outras instâncias, seja via sistema de saúde, Estado ou meios de comunicação convencionais. As conversas sobre o tema esclarecem dúvidas, ilustram o processo, permitem dar rosto às mulheres que o fazem e tornam mais concreto o passo a passo que garante um aborto seguro, mesmo que clandestino — assim como observado por Roso e colegas (2017). Para as argentinas e para as brasileiras, continuar abortando, ainda que à sombra, com este direito negado pelas legislações dos dois países, foi e é uma forma de resistência. É um testemunho, uma afirmação, um ato político. Ter acesso ao modo de fazer, aos relatos de procedimento, às experiências de outras mulheres — as que deram certo, as que deram errado — e encontrar suporte e encorajamento, tudo isso facilitado nas redes sociais digitais e nos aplicativos de conversação, permite que as mulheres transformem suas próprias trajetórias.

A Pesquisa Nacional do Aborto de 2014 dizia que uma em cada cinco mulheres faria um aborto até chegar aos 40 anos (DINIZ; MADEIRO, 2017). Em 2021, a mesma pesquisa mostrou que, agora, este número caiu para uma em cada sete mulheres. É impossível afirmar categoricamente o que levou a essa redução, mas é provável que o acesso à informação tenha alguma relação com essa mudança. Acesso facilitado ao Misoprostol, ainda que clandestinamente, e disponibilidade de informações mais precisas de como fazer uso do medicamento, podem contribuir também para que menos mulheres se tornem vítimas fatais de um procedimento que pode ser simples e seguro. Nesse sentido, os grupos online podem ser entendidos como contrapúblicos digitais, à medida em que intermediam ações políticas em nível individual e coletivo, fazendo circular informações negadas em outras esferas, que possibilitam a articulação das mulheres em rede.

Dito de outra forma, as novas configurações de privacidade e publicidade, influenciadas pela comunicação online, perpassando as redes sociais e os aplicativos de conversação, oferecem as condições mínimas para que ambientes digitais se tornem alternativas para a discussão destes temas com alguma sensação de discrição — talvez privacidade não seja a palavra mais adequada. Isto vale para grupos sobre todos os temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos dos quais trata a pesquisa, como alguns casos citados pelas entrevistadas permitem notar.

Pensar sobre essas configurações tendo em vista a relação entre conversações em grupos fechados e a composição de contrapúblicos e/ou redes sociais de apoio entre mulheres foi o objetivo geral desta tese, e a discussão permitiu identificar três contextos principais que contribuem para que esses espaços sejam bem-sucedidos em facilitar o debate informal sobre direitos políticos: o do acolhimento, o da solidariedade econômica e o da valorização da experiência. A discussão sobre esses contextos, presente no item 1 do Capítulo 5, também contribui, de maneira complementar ao Capítulo 2, para o cumprimento do Objetivo Específico 1 (OE1), que propunha revisitar o conceito de esfera pública a partir de releituras contemporâneas, do contexto de comunicação digital intermediada pela internet e das discussões sobre a dicotomia público e privado no feminismo.

Ao longo dos capítulos 4 e 5, trabalhamos para atender ao segundo objetivo específico (OE2), o de identificar em que condições e com que níveis de autoconsciência e confiança as participantes conversam sobre direitos sexuais e reprodutivas em debates online. O *websurvey* e as trajetórias resumidas das entrevistadas já revelam em parte a relação delas com o tema, complementadas pelo item 1 do Capítulo 5. As respostas do questionário demonstram que as participantes “confiam desconfiando” do que leem nos grupos: recebem acolhimento, mas são, também, julgadas nos mesmos espaços. Confiam nas informações recebidas, muitas tomam decisões importantes a partir do que circula nestes espaços. Entre as entrevistadas, a maioria sente que há uma relação de confiança com as outras mulheres, especialmente em grupos de WhatsApp.

Já o segundo tópico do Capítulo 5 se volta ao OE3, que propõe analisar se ou como as integrantes se percebem enquanto parte de uma ou várias redes sociais de apoio a partir da participação nestes grupos. As percepções sobre formar parte de uma rede social de apoio são diversas entre as entrevistadas, mas a opção-padrão é a de que as redes sociais digitais oferecem a oportunidade de preencher lacunas deixadas por outros relacionamentos, sejam eles familiares ou de amizade, e que, mesmo quando as entrevistadas têm suporte familiar num contexto global, os grupos fechados atuam como redes de apoio — ou, ao menos, de contenção — quando se trata de temas que consideram delicados ou que não querem compartilhar com as outras redes sociais: é o caso do aborto, de discussões sobre sexualidade, contracepção e de alguns temas relativos à maternidade, por exemplo.

O item 3 do Capítulo 5 discute as categorias de Força Illocucionária e Efeito Perlocutório das trocas narrativas nos grupos e contribui para analisar o papel das trocas discursivas e dos recursos narrativos na comunicação e na composição de redes sociais de

apoio (OE4), além de descrever os aspectos que distinguem as redes sociais de apoio dos contrapúblicos, a partir de práticas discursivas características do ativismo feminista (OE5). A análise identifica pelo menos cinco pontos em que a narrativa contribui para fortalecer e agregar força ao discurso feminista dentro desses espaços, enfatizando os relatos de procedimento como a principal delas, principalmente nos grupos sobre aborto clandestino no Brasil. Falar sobre um tema socialmente censurado, o aborto, empregar viés feminista nas trocas e o uso de outras linguagens — artísticas, por exemplo — são as outras maneiras.

Além disso, o sexto e último objetivo geral da tese foi sendo desenvolvido ao longo de todo o texto, estabelecendo comparações ou traçando paralelos na maneira como as redes sociais de apoio e os contrapúblicos se estruturam no Brasil e na Argentina. Em essência, foi possível perceber que as brasileiras usam os grupos num sentido mais prático e cotidiano, buscando resolver questões pessoais relacionados aos temas trabalhados, enquanto na Argentina estes espaços têm uma finalidade principalmente organizativa das ações de ativismo sobre direitos sexuais e reprodutivos.

A pesquisa também partia de três hipóteses que foram, em parte, confirmadas:

H1 – *Ainda que não sejam completamente seguras, plataformas como o Facebook e o WhatsApp possuem affordances que permitem 1) algum nível de sigilo sobre as conversações, o que faz com que as questões ali discutidas extravasem o âmbito pessoal ou familiar das mulheres, mas evita que as questões discutidas cheguem à esfera pública, mantendo-se assim em uma arena moderadamente restrita, um espaço entre esferas; e 2) localizar indivíduos com experiências de vida ou que atuem profissionalmente com atividades que contribuam para solucionar questões pontuais e pessoais sem que a questão precise escalar para outras dimensões dentro ou fora da internet.* As plataformas se mostram de fato bastante inseguras, vide alguns dos relatos das entrevistadas sobre tentativas de golpes, presença de pessoas mal-intencionadas, invasões nos grupos, necessidade de moderação e cuidados tomados para proteger a privacidade das participantes. Mas elas preferem correr esse risco calculado, tomando alguns cuidados, ao fazer perguntas e contar seus relatos. A promessa do grupo fechado de Facebook é a de que, ao menos, suas publicações não aparecerão na *timeline* de pessoas conhecidas e, no caso do WhatsApp, o risco principal é o de alguma pessoa conhecida estar no grupo. Assim, a hipótese se confirmou em seu primeiro ponto, de que as mulheres aproveitam essa privacidade intermediária — o risco é um preço justo a pagar pela informação, é melhor do que se expor totalmente. Em relação ao segundo ponto, a hipótese se confirma no caso das entrevistadas

brasileiras, já que, de fato, elas utilizam esses espaços para consultar experiências alheias como forma de expandir seu repertório sobre os temas de interesse. Na Argentina, por outro lado, os grupos são mais frequentemente espaços de organização e mobilização política, mais do que conectar pessoas para solucionar questões pontuais e pessoais.

H2 – *As mulheres que participam dos grupos online sobre direitos sexuais e reprodutivos estão mais interessadas em solucionar questões pontuais e pessoais, com pouco interesse em ativismo político ou investidas políticas em âmbitos representativos, o que desencoraja sua mobilização na esfera pública e faz com que prefiram não agregar essa dimensão coletiva à sua atuação online.* Parcialmente. A hipótese se mostra equivocada no caso das argentinas, que argumentam exatamente o contrário: é preciso falar sobre direitos sexuais e reprodutivos, e é preciso fazê-lo em público. Já entre as brasileiras, a H2 está apenas parcialmente correta. Não se pode dizer que não existe interesse em promover ações políticas para transformação da realidade das mulheres. Ele existe e foi manifestado por várias das entrevistadas. Elas estão interessadas em transformar a realidade e chegam a tomar atitudes a respeito, quando percebem que estas atitudes não interferem na própria vida, na imagem pública que têm diante da família e da sociedade. Não querem que sua imagem seja atrelada ao assunto diante de pessoas alheias aos grupos e que têm opiniões contrárias.

H3 – *No que diz respeito especificamente ao recorte temático dos direitos sexuais e reprodutivos, esta mesma descrença na possibilidade de mudança é associada ao estigma ligado a temas como o aborto, a contracepção e alguns aspectos da maternidade. Assim, a privacidade das discussões e das decisões que tomam em grupos relativamente restritos as protege da superexposição e da publicidade; as mulheres fazem uso da privacidade de forma a se protegerem contra julgamentos morais e outras questões nocivas a elas no âmbito individual, mas também no social.* A H3 se mostrou verdadeira. Os temas são descritos como tratados com naturalidade pelas entrevistadas quando entre outras mulheres em grupos fechados, secretos, restritos. Contudo, mesmo na Argentina, onde o aborto já foi descriminalizado, muitas preferem recorrer a coletivos que facilitam o acesso clandestino à medicação abortiva do que seguir o caminho da legalidade. Recursos que as protegem, ainda que parcialmente, da exposição da identidade são adotados por muitas das entrevistadas para evitar serem associadas ao tema do aborto, principalmente. Esse aspecto aparece já nos questionários, mas é reforçado em algumas das entrevistas.

Nas considerações finais, a seguir, trago pontos tangentes às discussões que podem contribuir para o avanço da investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“*Meninas, vim deixar meu relato*”. Em cinco anos acompanhando grupos de mulheres sobre direitos sexuais e reprodutivos, não saberia dizer quantas vezes relatos iniciados por esta frase me emocionaram. Paradoxalmente, para proteger a privacidade das mulheres que contaram suas histórias, não pude reproduzir essas narrativas para analisá-las, embora elas sejam uma parte fundamental desta pesquisa. Minha tese de doutoramento é, também, um relato de experiência, ainda que científico. Um grande compilado de histórias.

A principal contribuição desta tese é evidenciar o potencial transformador das narrativas de mulheres em grupo digitais, seja em nível individual, seja coletivo. As análises das 579 respostas ao *websurvey* e das entrevistas narrativas com Nísia, Bertha, Celina, Patrícia, Mietta, Sueli, Iraci, Carmen, Lélia, Carlota, Laudelina, Rose, Rebeca, Juliana, Rita, Claudía, Micaela, Lucía, Marcela, Chiara, Noelia, Mabel, Viviana, Silvia, Ofelia revelam que, ainda que nem todas tenham a intenção de se colocar como ativistas feministas, suas atuações influenciam e elas próprias são influenciadas por mensagens e publicações de outras mulheres em diferentes níveis, o que impacta também a discussão coletiva sobre os temas que estão dentro do escopo dos direitos sexuais e reprodutivos com uma perspectiva muito derivada ou atrelada aos feminismos ou às leituras que cada uma faz dele.

A partir das discussões teóricas nos três primeiros capítulos, sobre direitos sexuais e reprodutivos, esfera pública e esfera privada, contrapúblicos, redes sociais de apoio e narrativas como força ilocucionária, busquei desenvolver, nos dois últimos capítulos, a tese de que conversações sobre direitos sexuais e reprodutivos na internet são atos políticos com implicações em âmbitos individuais e coletivos; que estas conversas são compostas por uma série de particularidades, como a cumplicidade que deriva da clandestinidade, por exemplo, e que têm implicações e consequências nas vidas das participantes dos grupos online. Esse ato de transformar a realidade a partir da narrativa, no qual reside a força ilocucionária dos grupos de mulheres, faz com que se formem redes sociais de apoio a partir das conversas e com que estes espaços também possam ser considerados contrapúblicos digitais, pois permitem a organização e a articulação de movimentos de mulheres.

Ainda que tenha buscado trazer contribuições para o campo da comunicação, tangenciando a discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos, sei que deixo mais lacunas e novas perguntas do que respostas. É vasto o espaço que ainda precisa ser preenchido no âmbito de discutir direitos sexuais e reprodutivos sob a perspectiva da comunicação. A tese

não esgota sequer o potencial de análise das próprias entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa, muito menos o tema em si. Citando apenas um caminho possível, pesquisas futuras podem se debruçar sobre o olhar específico do Direito sobre a percepção das mulheres sobre direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo; não somente para discutir a legalidade das trocas nestes grupos de aborto clandestino, mas visando entender também a relação entre a comunicação e o Direito neste escopo temático.

Entre as questões que seguem em aberto, identifico como principais: Quais as limitações dos direitos sexuais reprodutivos e como o controle da circulação de informações contribui para essas limitações? Pode o aborto clandestino ser considerado uma prática de desobediência civil com viés ativista? Como as novas mídias potencializam as discussões, mas também como facilitam abordagens conservadoras, atendimentos enganosos, golpes financeiros e tantos problemas similares a mulheres vulnerabilizadas no que diz respeito a maternidade, contracepção, aborto e temas do tipo? Como a comunicação pode contribuir para que direitos sejam respeitados e conquistados no âmbito da sexualidade e da reprodução?

É essencial que este campo de investigação se desenvolva no Brasil com consistência teórica e empírica em todas as áreas do conhecimento. Como foi possível observar nas entrevistas das mulheres argentinas, a articulação entre diferentes esferas — social, educacional, acadêmica, ativista, cotidiana —, é um passo incontornável para garantir às pessoas que gestam os direitos e autonomia necessários para viver com dignidade. Neste caso, é mais do que isso: é sobre salvar vidas. Ou, como dizem as argentinas: “Educação para decidir, contraceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2007v12n1espp8>. Acesso em: 10 mai. 2022.

AGÊNCIA CÂMARA. **Câmara aprova diminuição para 21 anos da idade mínima para esterilização voluntária**. Agência Câmara de Notícias. 08 mar. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/856395-camara-aprova-diminuicao-para-21-anos-da-idade-minima-para-esterilizacao-voluntaria>. Acesso em: 12 abr. 2022.

ALBUQUERQUE NETTO, Leônidas. MOURA, Maria Aparecida Vasconcelos; ARAUJO, Carla Luzia França; SOUZA, Maria Helena do Nascimento; FERNANDES E SILVA, Giuliana. As redes sociais de apoio às mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 26, n. 2, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017007120015>. Acesso em: 10 mai. 2022.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: Rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, pp. 704-719, set-dez/2005.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

ARGENTINA. **Ley 20.744 - Regimen de contrato de trabajo**. Portal oficial del Estado Argentino. 27 Set. 1976. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-20744-25552/actualizacion>. Acesso em: 12 abr. 2022.

ARGENTINA. **Ley 25673 - Salud sexual y procreación responsable**. Portal oficial del Estado Argentino. 21 Nov. 2002. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/salud/sexual/metodos-anticonceptivos>. Acesso em: 12 abr. 2022.

ARGENTINA. **Ley 27.610 - Acceso a la Interrupción Voluntaria del Embarazo (IVE)**. Portal oficial del Estado Argentino. 24 Jan. 2021. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/ley-no-27610-acceso-la-interrupcion-voluntaria-del-embarazo-ive-obligatoriedad-de-brindar>. Acesso em: 12 abr. 2022.

ARILHA, Margareth Martha. Misoprostol: percursos, mediações e redes sociais para o acesso ao aborto medicamentoso em contextos de ilegalidade no Estado de São Paulo. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 17, pp. 1785-1794, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3sm4KE8>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BAPTISTA, Erica A. ROSSINI, Patrícia. OLIVEIRA, Vanessa V. STROMER-GALLEY, Jennifer. A circulação da (des)informação política no WhatsApp e no Facebook. **Lumina**, v. 13, n. 3, pp. 29-46, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2019.v13.28667>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin. GASKELL, George. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BARNES, John. A. Class and Committees in a Norwegian Island Parish. In: Samuel Leinhardt (Ed.). **Social Networks. A Developing Paradigm**. New York: Academic Press, 1977.

BARRANCOS, Dora. Los caminos del feminismo en la Argentina: historias y derivas. **Voces en el fénix**, n. 32, 2014. Disponível em: <https://www.apdh-argentina.org.ar/sites/default/files/u62/feminismos%20dora%20barrancos.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BARROS, Samuel Anderson Rocha. Consultas online e democracia digital: um estudo comparativo da participação no Brasil e nos Estados Unidos. 2017. 233 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/05/Barros_2017.v8.0-1-1.pdf. Acesso em: 10 mai. 2022.

BELIN, Luciane Leopoldo. RIZZOTTO, Carla Candida. Menos Estigma, Pouco Aprofundamento: Uma Análise de Enquadramento Noticioso sobre o Direito ao Aborto. **Revista Eco-Pós**, v. 24, n. 1, pp. 159–187, 2021. DOI: 10.29146/ecopos.v24i1.27609

BENNETT, W. Lance. SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, pp. 739–768, jun/2012. DOI: 10.1080/1369118X.2012.670661

BIROLI, Flávia. Aborto, Justiça e Autonomia. In: BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. (Eds.) **Aborto e Democracia**. São Paulo: Alameda, 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018, Kindle Edition.

BOTT, Elizabeth. **Family and Social Network Roles and External Relationships in Ordinary Urban Families**. Oxon: Tavistock Publications Limited, 1961.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 06 Mai. 22.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452**, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. 01 Mai. 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 06. Mai. 22.

BUCHER, Taina. HELMOND, Anne. The Affordances of Social Media Platforms. In: BURGESS, Jean; MARWICK, Alice; POELL, Thomas (Orgs.). **The SAGE Handbook of Social Media**. Amsterdam: Sage Publications, 2018.

CARDOSO, Bruno B. VIEIRA, Fernanda M. S. B. SARACENI, Valeria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais? **Cad. Saúde Pública**, v. 36, Suppl 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/01002-311X00188718>. Acesso em: 10 mai. 2022.

CARLOTO, Cássia Maria. MARIANO. Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 352, mai-ago/2010.

CARVALHO, Fernanda Cavassana de. Interações digitais em democracias monitoradas: as manifestações dos cidadãos a instituições representativas brasileiras no âmbito das redes sociais on-line. 2020. 163 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69712>. Acesso em: 10 mai. 2022.

CARVALHO, Marilza Simonetti. POMIN, Andryelle Vanessa Camilo. O direito à liberdade feminina na decisão pelo aborto: uma análise circular da nº 46/2016 do conselho federal de medicina à luz dos direitos da personalidade. In: **XXII CONGRESSO NACIONAL CONPEDI**, 2013, São Paulo-SP. XXII Encontro Nacional do CONPEDI / UNINOVE. Florianópolis: FUNJAB, 2013, pp. 290-315.

CELIKATES, Robin. Digital Publics, Digital Contestation. A New Structural Transformation of the Public Sphere? In: CELIKATES, Robin. KREIDE, Regina. WESCHE, Tilo. (orgs.) **Transformations of Democracy**. Rowman & Littlefield, 2015.

CERVI, Emerson U. WEBER, Maria Helena. (Eds). **Impactos político-comunicacionais nas eleições brasileiras de 2018**. Curitiba: CPOP/ Carvalho Comunicação, 2021.

CHAGAS, Viktor. Meu malvado favorito: os memes bolsonaristas de WhatsApp e os acontecimentos políticos no Brasil. **Estudos históricos**, v. 34, n. 72, jan-abr/2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210109>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CHAMBERS, Simone. A teoria democrática deliberativa. In: MARQUES, Angela C. S. (Ed.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHENOU, Jean-Marie. CEPEDA-MÁSMELA, Carolina. #NiUnaMenos: Data Activism From the Global South. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, pp. 396-411, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1527476419828995>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CHOR, Julie. TUSKEN, Megan. YOUNG, Danielle. LYMAN, Phoebe. GILLIAM, Melissa. Factors Shaping Women's Pre-abortion Communication with Members of Their Social Network. **J Community Health**, v. 44, n. 2, pp. 265-271, abr. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30306448/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CIPD. **Relatório da Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento**. Cairo, 1994. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

CLARIN. **Casi un 80% de las personas afirma que usa WhatsApp en Argentina**. Clarin, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3fDhUX1>. Acesso em: 06/08/2021.

CONJUR. **STF permite interrupção de gravidez de feto anencéfalo**. Consultor Jurídico, 12 Abr. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-abr-12/supremo-permite-interruptao-gravidez-feto-anencefalo>. Acesso em: 12 abr. 2022.

DELFINO, Gisela. SOSA, Fernanda. ZUBIETA, Elena. Uso de internet en Argentina: género y edad como variables asociadas a la brecha digital. **Investigación & Desarrollo**, n. 25, v. 2, pp. 100–123, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14482/indes.25.2.10961>.

DIGITAL 2021. **Global Overview Report We Are Social Hootsuite**. Disponível em: <https://wearesocial.com/digital-2021>. Acesso em: 06/08/2021.

DINIZ, Debora. CASTRO, Rosana. O comércio de medicamentos de gênero na mídia impressa brasileira: misoprostol e mulheres. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, pp. 94-102, jan/2011.

DINIZ, Debora. MEDEIROS, Marcelo. MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, fev. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2BXRtK9>. Acesso em: 27 jan. 2019.

DINIZ, Débora. MADEIRO, Alberto. Cytotec e Aborto: a polícia, os vendedores e as mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 17, v. 7, pp. 1795-1804, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3KLW5DZG9VsBWGHRj78fxTh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2022.

ESPINOZA-PORTILLA, Elizabeth. LINARES-CABRERA, Victor J. El rol de las redes sociales y el empoderamiento de las mujeres en medicina. **Revista Peru Med. Exp. Salud Pública**, v. 36, n. 2, pp. 136-141, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17843/rpmesp.2020.371.5092>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FELSKI, Rita. Being Reasonable, telling stories. **Feminist Theory**, v. 1, n. 2, pp. 225-229, 2000. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/14647000022229173>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FENTON, Natali. DOWNEY, John. New Media, Counter Publicity and the Public Sphere. **New Media & Society**, v. 5, n. 2, pp. 185-202, jun/2003. DOI: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444803005002003>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FONTES, Breno. Redes Sociais e Saúde Mental. In: PORTUGAL, Sílvia. MARTINS, Paulo Henrique. **Cidadania, políticas públicas e redes sociais**. Coimbra: Editora Coimbra, 2011.

FONTES, Maria Lucineide Andrade Fontes. O enquadramento do aborto na mídia impressa brasileira nas eleições 2010: a exclusão da saúde pública do debate. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 7, pp. 1805-1812, 2012.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. **Social Text**, n. 25, pp. 56-80, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/466240>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2020.

FRIESS, Dennis. EILDERS, Christiane. A Systematic Review of Online Deliberation Research. **Policy & Internet**, v. 7, n. 3, pp. 319-339, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/poi3.95>. Acesso em: 10 mai. 2022.

GARCIA, Liliana Mesías. Relatos y contrarrelatos de los actores subalternos: el campesino organizado en la construcción de narrativas democráticas en Colombia. **Cuadernos Des. Rural**, v. 6, n. 63, pp. 139-162, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6527674>. Acesso em: 10 mai. 2022.

GARRETT, R. Kelly. Echo chambers online?: Politically motivated selective exposure among Internet news users. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 14, n. 2, pp. 265-285, jan/2009. DOI: 10.1111/j.1083-6101.2009.01440.x.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**. São Paulo: Boitempo, Iskra Edições, 2014.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, Rousiley C.M. CASTRO, Maria Céres Pimenta Spindola. (Eds.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

GOMES, Wilson. Da Discussão à Visibilidade. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008a.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e comunicação em Direito e Democracia de Jürgen Habermas. In: GOMES, Wilson. MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e democracia**. São Paulo: Paulus, 2008b.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e comunicação em Mudança Estrutural da Esfera Pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, Wilson. MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e democracia**. São Paulo: Paulus, 2008c.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1984.

HABIGZANG, Luísa Fernanda. RAMOS, Michele da Silva. KOLLER, Sílvia Helena. A Revelação de Abuso Sexual: As Medidas Adotadas pela Rede de Apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 4, pp. 467-473, out-dez/2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/Zs6C6DvBkVvgdt6hSTMVv6g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2022.

HANISH, Carol. **The Personal is Political**. Notes from the Second Year: Women's Liberation, pp. 76-78, 1970. Disponível em: http://library.duke.edu/digitalcollections/wlmpc_wlmms01039. Acesso em: 15 ago. 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, pp. 07-41, 1995.

HARDING, Sandra. Is there a feminist method? In: HARDING, Sandra. **Feminism and methodology: social science issues**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

HASAN, Valeria F. Un acercamiento a la experiencia en clave feminista. Prácticas y usos estratégicos de la Red. **Temas de Comunicación**, n. 24, pp. 62-78, 2012.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Editora Paideia: Belo Horizonte, 1987.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. Bandeiras tornam-se objetos de estudo (violência, aborto, sindicalização). In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Ed.). **Pensamento feminista brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a. Edição do Kindle.

hooks, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HUESPED. **Historia del aborto en Argentina**. Fundación Hespéd. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3sm4KE8>. Acesso em: 12 abr. 2022.

IBGE, **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3CoxdfV>. Acesso em: 06 ago. 2021.

JOHNSON, Sophia Alice. ‘Intimate mothering publics’: comparing face-to-face support groups and Internet use for women seeking information and advice in the transition to first-time motherhood. **Culture, Health & Sexuality**, v. 17, n. 2, pp. 237–251, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25339096/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

JONCEW, Consuelo C. CENDÓN, Beatriz Valadares. AMENO, Nádia. Websurveys como método de pesquisa. **Informação & Informação**, v. 19, n. 3, pp. 192-218, 2014. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n3p192

JOVCHELOVITCH, Sandra. BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002, pp. 90-113.

KIES, Raphaël. **Analysis on Deliberation**. 04 de abr. de 2019 - 09 de ago. de 2019. 12 p. Notas de Aula.

KLEINA, Nilton C. M. Hora do TikTok: análise exploratória do potencial político da rede no Brasil. **Revista Uninter de Comunicação**, v. 8 n. 15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21882/ruc.v8i15.843>. Acesso em: 10 mai. 2022.

LARA, Maria Pia. **Moral Textures: feminist narratives in the public sphere**. Cambridge: Polity Press, 1998.

LAUDANO, Claudia. ARACRI, Alejandra. El ciberactivismo feminista por #AbortoLegal y la contraofensiva #SalvemosLasDosVidas en Argentina. **Argumentos**, UAM-Xochimilco, México, ano 34, n. 97, pp. 167-188, set-dez/2021.

LIMA, Nathália Diórgenes Ferreira. CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. “A minha vida não pode parar”: itinerários abortivos de mulheres jovens. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, pp. 1-13, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n158290

LUNA, Naara. Morte por aborto clandestino na imprensa: Jandira, Elizângela e Operação Herodes. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, pp. 1159-1184, set-dez/2017. DOI: 10.1590/1806-9584.2017v25n3p1159.

MACKINNON, Catharine A. Abortion: On Public and Private. In: JAGGAR, Alison M. **Living with contradictions: controversies in feminist social ethics**. New York: Routledge, 1994.

MAIA, Rousiley C.M. **Deliberation, the Media and Political Talk**. New York: Hampton Press Inc., 2012.

MAIA, Rousiley C.M. Mídia e Deliberação: atores críticos e o uso público da razão. In: MAIA, Rousiley C.M. CASTRO, Maria Céres Pimenta Spindola. (Eds.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAIA, Rousiley C.M. REZENDE, Thaianne. Respect and Disrespect in deliberation across the networked media environment: examining multiple paths of political talk. **Journal of Computer-mediated Communication**, ed. 21, pp. 121-139, 2016. Disponível em: <https://academic.oup.com/jcmc/article/21/2/121/4065365>. Acesso em: 10 mai. 2022

MAIA, Rousiley C.M. ROSSINI, Patrícia G.C. OLIVEIRA, Vanessa V. OLIVEIRA, Alicianne G. Sobre a importância de examinar diferentes ambientes online em estudos de deliberação. **Opinião Pública**, v. 21, n. 2, ago/2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641593>. Acesso em: 10 mai. 2022.

MANSBRIDGE, Jane. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, Angela C. S. (Ed.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MANTOVANI, Denise. Mídia e estereótipos: as representações da diversidade social no discurso jornalístico. In: MARQUES, Danusa. REZENDE, Daniela. MANO, Maira K. SARMENTO, Rayza. FREITAS, Viviane G. (org). **Feminismos em Rede**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MANTOVANI, Denise. O aborto e as eleições de 2010: o papel do jornalismo na definição de discursos conservadores. In: BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. (Orgs.) **Aborto e Democracia**. São Paulo: Alameda, 2016.

MARQUES, Angela C.S. Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, pp. 19-40, jul-dez/2011. Disponível em: <https://bit.ly/3Ob6qMs> Acesso em: 10 mai. 2022.

MASSUCHIN, Michele G. TAVARES, Camilla Q. MITOZO, Isabele B. CHAGAS, Viktor H. C. S. A estrutura argumentativa do descrédito na ciência: uma análise de mensagens de

grupos bolsonaristas de Whatsapp na pandemia da COVID-19. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, v. 23, n. 2, mai-ago/2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fem.2021.232.11>. Acesso em: 10 mai. 2022.

MENDES, Kaitlynn. RINGROSE, Jessica. KELLER, Jessalynn. **Digital Feminist Activism: Girls and Women Fight Back Against Rape Culture**. New York: Oxford University Press, 2019.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. AGGIO, Camilo. **As metamorfoses da Esfera Pública ou a nova mudança estrutural**. Anais do 30º Encontro anual da Compós. Campinas: Galoá, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3p8la1f>. Acesso em: 09 fev. 2022.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. BARROS, Samuel Anderson Rocha. SAMPAIO, Rafael Cardoso (Orgs.). **Deliberação On-line no Brasil: entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação**. Salvador: Edufba: 2016

MIANO, Marinella. Mujeres Zapotecas: El Enigma Del Matriarcado. **Historia y Fuente Oral**, n. 11, pp. 67-81, 1994. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27753424>. Acesso em: 19 fev. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. MEIRELES, Adriana Veloso. O fim da velha divisão? Público e privado na era da internet. **Tempo Social**, v. 33, n. 2, pp. 311-329, mai-ago/2021. Disponível em: <https://bit.ly/3PctRmx>. Acesso em: 19 fev. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, pp. 621-626, 2012.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MOURA, Flávia Almeida. ROCHA, Larissa Leda Fonseca. Memória e história: entrevista como procedimento de pesquisa em Comunicação. **Comunicação Midiática**, v. 12, n. 2, pp. 161-175, 2017.

MUYLAERT, Camila Junqueira. SARUBBI JR, Vicente. GALLO, Paulo Rogério. ROLIM NETO, Modesto Leite. REIS, Alberto Olavo Advincula. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 48, n. 2, pp. 193-199, 2014. DOI: 10.1590/S0080-623420140000800027.

NAU, Charlotte. ZHANG, Jinman. QUAN-HAASE, Anabel. MENDES, Kaitlynn. Vernacular practices in digital feminist activism on twitter: deconstructing affect and emotion in the #MeToo movement. **Feminist Media Studies**, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14680777.2022.2027496>. Acesso em: 19 abr. 2022.

NEGT, Oskar. KLUGE, Alexander. **Public Sphere and Experience: Toward an Analysis of the Bourgeois and Proletarian Public Sphere**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

NORMAN, Don. A. **The design of everyday things**. Basic books, 2002.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 2, mai-ago/2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002>. Acesso em: 10 mai. 2022.

ORLANDINI, Maiara G. Ativismo de sofá ou participação política? Os processos de politização do ativismo por hashtag. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 29, jul-dez/2019. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/7339>. Acesso em: 10 mai. 2022.

OSIS, Maria José D. HARDI, Ellen. FAÚNDES, Anibal. RODRIGUES, Telma. Dificuldades para obter informações da população das mulheres sobre aborto ilegal. **Rev. Saúde Pública**, v. 30, n. 5, pp. 555-451, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/4BnK3L64Qjfc4YqdwFN6QyG/?lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2022.

OYÊWÙMI, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ÖZKULAA, Suay Melisa. What is digital activism anyway? Social constructions of the "digital" in contemporary activism. **Journal of Digital Social Research**, v. 3, n. 3, pp. 60-84, 2021. Disponível em: <https://jdsr.se/ojs/index.php/jdsr/article/view/44>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PACHÁ, Patrícia. MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos Moreira. **Entrevista Narrativa como Técnica de Pesquisa**. Synesis, v. 14, n. 1, p. 157-168, jan-jul/2022.

PANORAMA Mobile Time/Opinion Box. **Mensageria no Brasil**. Fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3PctRmx>. Acesso em: 27 jun. 2021.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, pp. 239-260, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/4301JsY>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista de Sociologia Política**, v. 23, n. 53, pp. 121-145, mar/2015. Disponível em: <https://bit.ly/42EaOIm>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, pp. 339-363, jul-dez. 2011.

POLLETTA, Francesca; JASPER, James. Collective Identity and Social Movements. **Annu. Rev. Sociol.**, v. 27, pp. 283-305, 2001.

PORTUGAL, Sílvia. MARTINS, Paulo Henrique. **Cidadania, políticas públicas e redes sociais**. Coimbra: Editora Coimbra, 2011.

PRUDENCIO, Kelly. Entre a Cruz e a Caldeirinha: Ativismo Digital e os Limites para o Debate Público. In: FARIAS, Luiz Alberto. LEMOS, Else. REBECHI, Claudia Nociolini. (Eds.). **Opinião Pública, Comunicação e Organizações: convergências e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Abrapcorp, 2020.

REUTERS. **Reuters Institute Digital News Report 2020**. Reuters Institute, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org>>. Acesso em 14 jan. 2021.

RIBEIRO, Luiz Antônio. Considerações sobre a teoria dos atos de fala: análise de uma reportagem. **Cad. Cespuc de Pesq.**, Belo Horizonte, n. 13, pp. 65-78, jun-2004

RIZZOTTO, Carla Candida. BELIN, Luciane Leopoldo. SARAIVA, Aléxia Silva. Minha foto não te autoriza a nada: dimensões públicas e privadas na ação narrativa no Instagram em publicações com a hashtag #naoexisteestuproculposo. **Anais do 30º Encontro anual da Compós**. Campinas: Galoá, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3HLw4S8> Acesso em: 09 fev. 2022.

RIZZOTTO, Carla Candida. SANCHEZ, Cristiane Sinimbu. SILVA, Karin Cristina. KLENK, Lenise Aubrift. BELIN, Luciane Leopoldo. KLEINA, Nilton C. M. NAMISE, Daniel K. ALVES, Karina P. E. Entrevistas semiestruturadas como método para compreender o ativismo digital: um mapeamento da produção científica. III **Conferência Internacional do INCT.DD**, Salvador, 2022.

RIZZOTTO, Carla Candida. SARAIVA, Aléxia Silva. NASCIMENTO, Louize. #elenão: conversação política em rede e trama discursiva do movimento contra Bolsonaro no Twitter. In: **Anais do 28º Encontro Anual da Compós**. Campinas: Galoá, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3MazRLQ>. Acesso em: 17 mar. 2022.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, Mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. 2018. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/41Er9LF>. Acesso em: 10 mai. 2022.

ROCHA, Virginia. **Da teoria à análise: uma introdução ao uso de entrevistas individuais semiestruturadas na ciência política**. Revista Política Hoje, v.30, n.1, pp. 89-110, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicohoje/article/view/247229>. Acesso em: 15 mai. 2023.

ROJO LAGARDE, Valeria. TAFFOYA GARCÍA, Mónica. Los grupos de reflexión de mujeres: una alternativa metodológica para el proceso de ciudadanía. **Otras Miradas**, v. 4, n. 1, pp. 50-59, jun/2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/183/18340105.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.

ROSO, Adriane. CARDINAL, Mirela Franz. ROMIO, Caroline Matos. SOMAVILLA, Luísa Flores. Relatos de aborto medicamentoso na internet: ilegalidade restringindo os direitos das mulheres. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 16, n. 32, pp. 65-96, jul-dez/2017. DOI: 10.18226/21782687.v16.n32.03.

SAMPAIO, Rafael C. MAIA, Rousiley C.M. MARQUES, Francisco P. J. A. Deliberações ampliadas ou restritas: perspectivas de integração. **Comunicação e Sociedade**, n. 55, p. 203-229, jan-jun/2011. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/2378>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SARMENTO, Rayza. Ativismo feminista online: mapeando eixos de atuação. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 7, pp. 19-37, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/20245>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SARMENTO, Rayza; CHAGAS, Viktor. Bela, recatada e do bar: memes de internet, política e gênero. **RuMoRes**, v. 14, n. 27, pp. 124-149, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/163686>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SCHÄFER, Mike S. Digital Public Sphere. In: MAZZOLENI, Gianpietro. (Ed.). The International Encyclopedia of Political Communication. **John Wiley & Sons**, 2015. DOI: 10.1002/9781118541555.wbiepc087

SCHÜTZE, Fritz. Pressure and Guilt: war experiences of young German soldiers and their biographical implications (part 1). **International Sociology**, v. 7, n. 2, pp. 187-208, jun/1992a.

SCHÜTZE, Fritz. Pressure and Guilt: war experiences of young german soldier and their biographical implications (part 2). **International Sociology**, v. 7, n. 2, pp. 347-367, set/1992b.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia: Discursos ocultos**. New Haven: Ediciones Era, 2000.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUZA, Rosália B. ALCÂNTARA, Valderí de C. PEREIRA, José R. Pesquisando esferas públicas (seletiva e subalternas): contribuições da análise crítica de gêneros. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 3, pp. 435-450, mai-jun/2018. DOI: 10.1590/0034-7612166993.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

STATISTA. **Número de usuarios activos mensuales (MAU) de Facebook en Argentina de enero de 2020 a febrero de 2021, por sistema operativo**. Statista, 2 jul. 2021 Disponível em: <https://bit.ly/2VAESXu>. Acesso em: 06/08/2021.

TÉLAM DIGITAL. **A 60 años de la píldora anticonceptiva: entre la liberación y la imposición para las argentinas**. Télam Digital Agência de Notícias. 08. Mai. 2020. Disponível em: <https://www.telam.com.ar/notas/202005/461445-a-60-anos-de-la-pildora-anticonceptiva-entre-la-liberacion-y-la-imposicion-para-las-argentinas.html>. Acesso em: 12 abr. 2022.

TIRELLI, Florencia. NiUnaMenos y el sentido histórico de la lucha feminista. 2017, 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Facultad de Ciencia Política de la Universidad Nacional de Rosario, Rosario, 2017. Disponível em: <http://rehip.unr.edu.ar/xmlui/handle/2133/13967>. Acesso em: 10 mai. 2022.

VEJA. **Homens brasileiros gostam mais de apps de paquera, mulheres, de WhatsApp**. Veja, 20 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3jffgt1>. Acesso em: 27 jun. 2021.

VERMELHO, Sônia C. VELHO, Ana Paula M. BERTONCELLO, Valdecir. Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 4, pp. 863-881, out-dez/2015. DOI: 10.1590/s1517-97022015041612.

WALBY, Sylvia. Beyond the politics of location - The power of argument in a global era. **Feminist Theory**, v. 1, n. 2, p. 189–206, 2000. DOI: 10.1177/14647000022229155.

WALBY, Sylvia. In Search of feminist theory. **Feminist Theory**, v. 1, n. 2, pp. 236-238, 2000. DOI: 10.1177/14647000022229191.

WARNER, Michael. **Publics and Counterpublics**. New York: Zone Books, 2002.

WINQUES, Kérley. LONGHI, Raquel. Por que falar de mediações algorítmicas nos estudos em Jornalismo? **Anais do 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, Campo Grande, UFMS novembro de 2020.

WRIGHT, Scott. **Government-run Online Discussion Fora: Moderation, Censorship and the Shadow of Control**. Political Studies Association, v. 8, n.1, pp. 550-568, 2006. DOI: 10.1111/j.1467-856x.2006.00247.x.

YOUNG, Iris. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, Jessé. **Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO ONLINE PARA MULHERES BRASILEIRAS

Pesquisa - participação em grupos online

Obrigada por participar desta pesquisa! Responda apenas se você for mulher, maior de 18 anos e residente do Brasil ou da Argentina.

Este formulário faz parte da pesquisa "Contrapúblicos subalternos, redes sociais de apoio e conversações entre mulheres nas reconfigurações contemporâneas da esfera pública", desenvolvida pela doutoranda em Comunicação Luciane Leopoldo Belin pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O objetivo da pesquisa é analisar as particularidades dos processos de comunicação que ocorrem em grupos fechados ou restritos da internet, ou seja, como as mulheres se comunicam em espaços como grupos de WhatsApp ou Facebook.

Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPR - cfe. parecer substanciado nº 4.899.723

Dúvidas ou relatar problemas: lucianebelin@gmail.com

*Obrigatório

Perfil da entrevistada

Qual a sua nacionalidade?*

- Brasileira
- Argentina
- Outro:

Idade*

- 18 a 29 anos
- 30 a 39 anos
- 40 a 49 anos
- 50 a 60 anos
- Mais de 60 anos

Raça (categorias conforme classificação do IBGE):*

- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Branca
- Outro:

Escolaridade*

- Não alfabetizada
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-graduação completa ou em andamento
- Outro:

Sexualidade*

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Prefiro não responder
- Outro:

Você é uma mulher transexual?*

- Não
- Sim
- Não sei responder
- Prefiro não informar

Tem filhos?*

- Não tenho, nem pretendo ter
- Não tenho, mas pretendo ter
- 1 filho
- 2 filhos
- 3 ou mais filhos

Você se identifica como feminista?*

- Sou ativista pelos direitos das mulheres
- Me considero feminista, mas não atuo como militante
- Acredito que as mulheres devem ter direitos iguais, mas não me considero feminista
- Discordo do movimento feminista na maioria das situações
- Outro:

Se desejar, fale mais sobre isso: qual sua relação com o movimento feminista e como se sente em relação aos direitos das mulheres?

Resposta aberta: _____

Uso de redes sociais digitais - Facebook

Com que frequência você utiliza o Facebook?*

- Algumas vezes por semana
- Nunca/Não tenho Facebook
- Raramente, entro no máximo uma vez por mês
- Semanalmente
- Todos os dias
- Várias vezes ao dia

Com que finalidade(s) você utiliza o Facebook? Marque quantas desejar. Caso não use o Facebook, marque "Outros" e descreva "Não uso o Facebook".*

- Para buscar informações/tirar dúvidas
- Para comprar/vender produtos
- Para conhecer pessoas/fazer amigos
- Para ler notícias/me manter atualizada
- Para me conectar com amigos/familiares
- Para o trabalho
- Para participar de grupos de interesse
- Outro:

Você já participou ou participa de algum grupo fechado ou secreto no Facebook?*

- Não, nunca participei
- Já participei, mas saí de todos
- Participo de poucos grupos
- Participo de muitos grupos

Como é a sua participação em grupos do Facebook?*

- Não participo
- Estou nos grupos, mas quase nunca abro/leio nada
- Acompanho algumas discussões, mas raramente comento ou posto algo
- Acompanho e comento as publicações quando o assunto me interessa
- Acompanho, comento as publicações das outras participantes e crio publicações quando considero pertinente

Você já criou ou atuou como moderadora/administradora de algum grupo fechado no Facebook?*

- Não, nunca
- Já, mas agora não sou mais
- Sim, sou administradora de grupos fechados

Caso já tenha atuado como moderadora ou administradora em algum grupo de Facebook, pode nos contar por que optou por fazer isso? Fale mais sobre como foi esta experiência.

Resposta aberta: _____

Você já buscou grupos no Facebook para tirar dúvidas sobre questões pessoais, de saúde ou comportamento?*

- Não, nunca
- Sim, poucas vezes
- Sim, faço isso com frequência

Quando busca grupos no Facebook para tirar dúvidas sobre questões pessoais, como é sua interação?*

- Não uso grupos de Facebook para esta finalidade
- Normalmente só leio as publicações de outras pessoas
- Procuro no grupo se alguém já perguntou antes algo similar à minha dúvida
- Comento nas publicações alheias para tirar dúvidas
- Faço publicações próprias para tirar dúvidas
- Faço contato com outras participantes para perguntar dúvidas específicas
- Pergunto às moderadoras/administradoras

Você já se tornou amiga de mulheres que conheceu em grupos do Facebook?*

- Não, nunca
- Sim, uma vez
- Sim, várias vezes

Você já participou de grupos com alguma das temáticas abaixo ou relacionadas no Facebook? Marque quantas desejar.*

- Relacionamentos (namoro, casamento, parceiros)
- Maternidade (gestação, criação dos filhos, puerpério, parto, pós-parto, etc)

- Contraceptivos (métodos anticoncepcionais variados, negação da maternidade, decisão de não engravidar ou não ter filhos)
- Aborto (a evolução do direito ao aborto voluntário no Brasil e na Argentina, autonomia sobre o próprio corpo; direito ao aborto no Brasil; vida a partir da concepção; aspectos morais e religiosos do aborto; efeitos da criminalização do aborto no Brasil, etc).
- Grupos não específicos, mas que discutem um ou mais dos assuntos listados acima (por exemplo, grupos religiosos ou feministas)
- Não participei de grupos com nenhuma destas temáticas.

Você já publicou relatos ou histórias pessoais em grupos fechados no Facebook?*

- Nunca publiquei
- Publiquei apenas uma ou pouquíssimas vezes
- Publiquei algumas vezes
- Publico relatos pessoais com uma certa frequência em grupos de Facebook
- Outro:

Uso de aplicativos de conversação - WhatsApp

Com que frequência você utiliza o WhatsApp?*

- Acesso no máximo uma vez por semana
- Estou sempre conectada
- Nunca/Não uso o Whatsapp
- Todos os dias
- Várias vezes ao dia

Com que finalidade(s) você utiliza o WhatsApp? Marque quantas desejar.*

- Para buscar informações/tirar dúvidas
- Para comprar/vender produtos
- Para conhecer pessoas/fazer amigos
- Para me conectar com amigos/familiares
- Para o trabalho
- Para participar de grupos sobre assuntos que me interessam
- Outro:

Você já participou ou participa de algum grupo fechado no Whatsapp?*

- Não, nunca participei
- Já participei, mas saí de todos
- Participo de poucos grupos
- Participo de muitos grupos

Você já buscou grupos no WhatsApp para tirar dúvidas sobre questões pessoais, de saúde ou comportamento?*

- Não, nunca.
- Sim, poucas vezes
- Sim, faço isso com frequência

Você já se tornou amiga de mulheres que conheceu em grupos do WhatsApp?*

- Não, nunca
- Sim, uma vez

- Sim, várias vezes

Você já participou de grupos com alguma das temáticas abaixo ou relacionadas no WhatsApp? (pode marcar mais do que uma opção)*

- Relacionamentos (namoro, casamento, parceiros);
- Maternidade (gestação, criação dos filhos, puerpério, parto, pós-parto, etc);
- Contraceptivos (métodos anticoncepcionais variados, negação da maternidade, decisão de não engravidar ou não ter filhos);
- Aborto (a evolução do direito ao aborto voluntário no Brasil e na Argentina, autonomia sobre o próprio corpo; direito ao aborto no Brasil; vida a partir da concepção; aspectos morais e religiosos do aborto; efeitos da criminalização do aborto no Brasil, etc).
- Grupos não específicos, mas que discutem um ou mais dos assuntos listados acima (por exemplo, grupos religiosos ou feministas)
- Não participei de grupos com nenhuma destas temáticas.

Você já publicou relatos ou histórias pessoais em grupos fechados no Whatsapp?*

- Nunca publiquei
- Compartilhei apenas uma ou pouquíssimas vezes
- Compartilhei algumas vezes
- Publico relatos pessoais com uma certa frequência em grupos de Whatsapp
- Outro:

Comportamento nas plataformas

Qual ou quais dos aplicativos abaixo você utiliza ou já utilizou no seu dia a dia para conversar com outras pessoas?*

- Facebook Messenger
- LinkedIn
- Telegram
- Whatsapp
- Instagram
- TikTok
- Tinder
- Outro:

Quão à vontade você se sente para publicar relatos pessoais na internet?*

- Não me sinto à vontade de maneira nenhuma
- Me sinto à vontade em algumas situações
- Me sinto à vontade apenas usando um perfil anônimo
- Me sinto à vontade, mas omito detalhes muito pessoais da história
- Me sinto à vontade quando participo de alguma mobilização (por exemplo, #meuprimeiroassedio ou #nãoexisteestuproculposo)
- Me sinto à vontade para publicar com meu próprio perfil e não me importo em compartilhar detalhes
- Me sinto à vontade para compartilhar em grupos de conhecidas ou amigas no WhatsApp
- Me sinto à vontade para compartilhar em grupos fechados no Facebook

- Outro:

Ao participar de grupos fechados, secretos ou restritos em alguma plataforma online, como o WhatsApp ou o Facebook, você já se sentiu de alguma maneira como as descritas abaixo?* *Você pode marcar todas as sensações que já teve ao participar de grupos online sobre maternidade, contracepção e/ou aborto, ainda que esteja se referindo a mais do que um grupo.*

- Desrespeitada
- Desconfortável
- Julgada
- Excluída
- Silenciada
- Acolhida
- Bem recebida
- Compreendida
- Outro:

Como você começou a participar de seus grupos de WhatsApp com outras mulheres?*

- Busquei pelo assunto/temática
- Entrei usando um link
- Fui adicionada por alguém
- Fui convidada por uma amiga
- Eu mesma criei o grupo
- Não participo de grupos no WhatsApp
- Outro:

Como você começou a participar de seus grupos de Facebook formados por mulheres?

Você pode marcar mais de uma opção, se estiver em vários grupos.*

- Busquei pelo assunto/temática
- Fui adicionada por alguém
- Fui convidada por uma amiga
- Eu mesma criei o grupo
- Não participo de grupos no Facebook
- Outro:

Você já teve alguma experiência de uso de grupos de WhatsApp ou Facebook que gostaria de compartilhar, seja ela positiva ou negativa? Fique à vontade para escrever a respeito.

Resposta aberta: _____

Você concordaria em participar da próxima etapa da pesquisa, que consiste em uma entrevista por chamada de vídeo ou pessoalmente?

A segunda etapa da pesquisa é muito importante para compreender os mecanismos de funcionamento dos grupos online, sua participação ajudaria muito nos resultados! Se sim, por favor, insira seu email ou telefone/WhatsApp. Se não, apenas deixe em branco. Caso seu perfil seja selecionado, entraremos em contato.

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO ONLINE PARA MULHERES ARGENTINAS

Participación en grupos en línea

¡Gracias por participar en esta investigación académica! Responde solo si eres mujer, mayor de 18 años y vives en Argentina.

Este formulario es parte de la investigación "Contrapúblicos subalternos, redes sociales de apoyo y conversaciones entre mujeres en las configuraciones contemporáneas de la esfera pública", desarrollada por la estudiante de doctorado en Comunicación Luciane Leopoldo Belin, del Programa de Posgrado en Comunicación de la Universidad Federal de Paraná (UFPR), en Curitiba, con pasantía en la Universidad de Cuyo (Uncuyo), en Mendoza.

El objetivo de la investigación es analizar las particularidades de los procesos de comunicación que se dan en grupos cerrados o restringidos en internet, es decir, cómo se comunican las mujeres en espacios como WhatsApp o grupos de Facebook.

Proyecto aprobado por el Comité de Ética en Investigación de la UFPR - cfe. aprobación No. 4.899.723

Preguntas o informes de problemas: lucianebelin@gmail.com

**Obrigatório*

Perfil de la entrevistada

¿Cuál es tu nacionalidad?*

- Brasileña
- Argentina
- Otro:

¿Cuál es su edad?*

- 18 a 29 años
- 30 a 39 años
- 40 a 49 años
- 50 a 60 años
- Más de 60 años

¿Cuál es tu raza?*

- Negra
- Indígena
- Blanca
- Otro:

Grado de escolaridad*

- No alfabetizada
- Educación inicial
- Educación primaria
- Educación secundaria
- Educación superior incompleta
- Educación superior completa
- Título de posgrado completado o en curso
- Otro:

Género percibido*

- Agénero
- Cisgénero
- Género fluido
- Transgénero
- No sé responder
- Prefiero no responder
- Otro:

¿Tienes hijos?*

- No tengo hijos y no deseo ser madre
- No tengo hijos, pero deseo ser madre
- 1 hijo
- 2 hijos
- 3 hijos o más

¿Tú te identificas como feminista?*

- Soy activista por los derechos de las mujeres
- Me considero feminista, pero no actúo como militante
- Creo que las mujeres deberían tener los mismos derechos, pero no me considero feminista
- No estoy de acuerdo con el movimiento feminista en la mayoría de las situaciones.
- Otro:

Si lo deseas, habla más sobre eso: ¿cuál es tu relación con el movimiento feminista y cómo te sientes sobre los derechos de las mujeres?

Resposta aberta: _____

Uso de las redes sociales - Facebook

¿Con qué frecuencia usas el Facebook?*

- Nunca/ No tengo Facebook
- Casi nunca, entro como mucho una vez al mes
- Semanalmente
- Algunas veces a la semana
- Todos los días
- Muchas veces al día

¿Con qué fines usas Facebook? Marca tantos como desees.*

- No uso Facebook
- Buscar informaciones/ hacer preguntas
- Comprar/vender productos
- Conocer personas/ hacer nuevos amigos
- Leer noticias/mantenerse al día
- Conectarse con amigos/ familiares
- Trabajar
- Participar de grupos de interés
- Otro:

¿Has participado en algún grupo cerrado o secreto en Facebook?*

- No, nunca participé

- Ya participé, pero ya no lo hago
- Participo en pocos grupos
- Participo en muchos grupos

¿Cómo es tu participación en grupos en Facebook?*

- No participo
- Estoy en uno o algunos grupos, pero casi nunca los abro ni leo nada
- Sigo algunas discusiones, pero rara vez comento o publico algo
- Sigo y comento publicaciones cuando el tema me interesa
- Sigo, comento las publicaciones de otros participantes y creo publicaciones cuando lo considero relevante

¿Has creado o actuado como moderador/ administrador de un grupo cerrado en Facebook?*

- No, nunca
- Ya he actuado, pero no más
- Si, soy moderadora/administradora de grupos en Facebook

Si ya has actuado como moderadora o administradora en un grupo de Facebook, ¿puedes decirnos por qué eligiste hacer esto? Cuéntanos más sobre esta experiencia.

Respuesta abierta: _____

¿Alguna vez buscaste grupos de Facebook para hacer preguntas sobre problemas personales, de salud y/o de comportamiento?*

- No, nunca
- Si, algunas veces
- Si, lo hago con frecuencia

¿Alguna vez has buscado grupos de Facebook para hacer preguntas sobre problemas personales, salud y/o comportamiento?*

- No uso grupos de Facebook para esos fines
- Por lo general, solo leo las publicaciones de otras personas
- Miro en el grupo si alguien ha hecho algo similar a mi pregunta antes de hablar
- Comento publicaciones ajenas para aclarar dudas
- Publico para hacer preguntas
- Me comunico con otras participantes para hacer preguntas específicas
- Pregunto a las moderadoras / administradoras

¿Te has hecho amiga de mujeres que has conocido en grupos de Facebook?*

- No, nunca
- Si, una vez
- Si, muchas veces

¿Has participado alguna vez en grupos con alguno de los siguientes temas en Facebook? Marca tantos como desees.*

- Relaciones (citas, matrimonio, parejas)
- Maternidad (embarazo, hijos, puerperio, parto, posparto, etc.)
- Anticonceptivos (métodos anticonceptivos, decisión de no quedar embarazada o no tener hijos)

- Aborto (evolución del derecho al aborto voluntario, autonomía sobre el propio cuerpo; derecho al aborto; vida desde la concepción; aspectos morales y religiosos del aborto; efectos de la criminalización del aborto, ley IVE/ILE, etc.)
- Grupos no específicos que discuten uno o más de los temas enumerados anteriormente (por ejemplo, grupos religiosos o feministas)
- No participé en grupos con ninguno de estos temas.

¿Has publicado historias personales en grupos cerrados en Facebook?*

- Nunca publiqué
- Publiqué solo una o muy pocas veces
- Publiqué muchas veces
- Publico historias personales con bastante frecuencia en grupos de Facebook.
- Otro:

Uso de aplicaciones de conversación - Whatsapp

¿Con qué frecuencia usas WhatsApp?*

- Acceso como máximo una vez a la semana
- Siempre estoy conectado
- Nunca/ no uso Whatsapp
- Todos los días
- Muchas veces a lo día

¿Con qué fines usas WhatsApp? Marca tantos como desees.*

- Buscar información/ hacer preguntas
- Comprar/ vender productos
- Conocer gente/ hacer amigos
- Conectarme con amigos/ familiares
- Trabajar
- Participar en grupos sobre temas que me interesan
- Otro:

¿Alguna vez has participado en un grupo cerrado por Whatsapp?*

- No, nunca participé
- Ya participé, pero no más
- Participo en pocos grupos (uno o dos)
- Participo en algunos grupos
- Participo en muchos grupos

¿Alguna vez has buscado grupos en WhatsApp para hacer preguntas sobre problemas personales, de salud y/o de comportamiento?*

- No, nunca
- Si, pocas veces
- Si, lo hago con frecuencia

¿Te has hecho amiga de mujeres que has conocido en grupos de WhatsApp?*

- No, nunca
- Si, una vez
- Si, algunas veces

¿Alguna vez has participado en grupos con alguno de los siguientes temas en WhatsApp? Marca tantos como desees.*

- Relaciones (citas, matrimonio, parejas)
- Maternidad (embarazo, hijos, puerperio, parto, posparto, etc.)
- Anticonceptivos (métodos anticonceptivos, decisión de no quedar embarazada o no tener hijos)
- Aborto (evolución del derecho al aborto voluntario, autonomía sobre el propio cuerpo; derecho al aborto; vida desde la concepción; aspectos morales y religiosos del aborto; efectos de la criminalización del aborto, ley IVE/ILE, etc).
- Grupos no específicos que discuten uno o más de los temas enumerados anteriormente (por ejemplo, grupos religiosos o feministas)
- No participé en grupos con ninguno de estos temas.
- Otro:

¿Has publicado historias personales en grupos cerrados en Whatsapp?*

- Nunca publiqué
- Solo las compartí una o pocas veces
- Las compartí un par de veces
- Publico historias personales con cierta frecuencia en grupos de Whatsapp
- Otro:

Comportamiento en las plataformas digitales

¿Cuál o cuáles de las siguientes aplicaciones utilizas o has utilizado en tu vida diaria para charlar con otras personas?*

- Facebook Messenger
- LinkedIn
- Telegram
- Whatsapp
- Instagram
- TikTok
- Tinder
- Otro:

¿Te sientes cómoda publicando informes personales en Internet?*

- No me siento nada cómoda
- Me siento cómoda en algunas situaciones
- Me siento cómoda con solo usar un perfil anónimo
- Me siento cómoda, pero omito detalles muy personales de la historia
- Me siento cómoda cuando participo en una movilización (por ejemplo, #niunaamenos o #metoo)
- Me siento cómoda publicando con mi propio perfil y me dá igual compartir detalles personales
- Me siento cómoda de compartir en grupos de conocidos o amigos en WhatsApp
- Me siento cómoda de compartir en grupos cerrados en Facebook
- Otro:

Al participar en grupos cerrados, secretos o restringidos en cualquier plataforma en línea, como WhatsApp o Facebook, ¿alguna vez te has sentido así?* *Puedes marcar todas las sensaciones que ya has tenido al participar en grupos en línea sobre maternidade, contraceptivos y/o aborto, aunque hables de más de un grupo.*

- No participo de grupos
- Incómoda
- Juzgada
- Ignorada
- Silenciada
- Bienvenida
- Comprendida
- Otro:

¿Cómo empezaste a participar en tus grupos de WhatsApp con otras mujeres? Puedes marcar más de una opción si estás en más de un grupo.*

- No participo en grupos en WhatsApp
- Busqué un tema
- Entré usando un enlace
- Fui agregada por alguien
- Fui invitada por una amiga
- Yo misma creé el grupo
- Otro:

¿Cómo empezaste a participar en tus grupos de Facebook con otras mujeres? Puedes marcar más de una opción si estás en más de un grupo.*

- Busqué un tema
- Fui agregada por alguien
- Fui invitada por una amiga
- Yo misma creé el grupo
- No participo en grupos en Facebook
- Otro:

¿Has tenido alguna experiencia con el uso de grupos de WhatsApp o Facebook que te gustaría compartir, ya sea positiva o negativa?

Resposta aberta: _____

¿Aceptaría participar en la siguiente etapa de la encuesta, que consiste en una videollamada?

La segunda etapa de la encuesta es muy importante para comprender los mecanismos de trabajo de los grupos en línea, ¡tu participación ayudaría mucho en los resultados! En caso afirmativo, ingresa tu correo electrónico o teléfono / WhatsApp. Si no es así, déjalo en blanco. Si tu perfil es seleccionado, nos comunicaremos contigo.

APÊNDICE 3 – ESTRUTURA DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS

Apresentação

Primeiro, gostaria de agradecer a sua disponibilidade tanto para responder o questionário, quanto para participar das entrevistas.

Você já conhece um pouco sobre a minha pesquisa por ter respondido, mas antes de iniciarmos, fique à vontade para tirar dúvidas ou me fazer qualquer pergunta sobre ela. O nosso objetivo com as entrevistas é analisar a participação das entrevistadas em grupos de mulheres no WhatsApp e Facebook sobre direitos sexuais reprodutivos.

Nesta etapa, estou utilizando uma técnica que se chama ‘entrevista narrativa’, em que o objetivo é que eu intervenha o mínimo possível, então estamos aqui mais para eu te escutar, tudo bem? Podemos começar?

Tópico inicial, pergunta motivadora, questão gerativa

Gostaria que você me contasse, da maneira mais detalhada que você conseguir, sobre como é a sua participação em grupos online formado somente por mulheres, e em especial aqueles que tratam de temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos, como, por exemplo, maternidade, contracepção, aborto.

Narração

A entrevistada fala livremente e sem interrupções. Entrevistadora fala somente se a entrevistada fizer alguma pergunta, respondendo de maneira a minimizar interferência nas respostas.

Fase de perguntas

Varia de entrevista para entrevista, a depender do conteúdo da fala na etapa de narração. Em geral, as perguntas são iniciadas por “você pode me falar um pouco mais sobre”, para que a entrevistada aprofunde tópicos já mencionados na fase de Narração.

Algumas aspectos-chave da etapa de perguntas, aplicados se necessário, quando a entrevistada não trouxe o tema na sua fala ou o trouxe apenas superficialmente:

1. Interação e influência com/de outras participantes;
2. Compreensão do que é/quem é a rede de apoio
3. Perspectivas sobre feminismo
4. Relação indivíduo/coletivo

Encerrar a fase de perguntas sempre com: “há mais algum aspecto sobre o qual você gostaria de tratar?”

Agradecimentos, nova fala de disponibilidade para tirar dúvidas e encerramento.

APÊNDICE 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta é a versão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinada por todas as participantes das entrevistas. Uma versão traduzida para o espanhol foi assinada pelas entrevistadas em argentinas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, professora Carla Candida Rizzotto, doutoranda Luciane Leopoldo Belin, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando você mulher, entre 18 e 60 anos, cisgênero, participante de quaisquer grupos fechados em sites de redes sociais ou aplicativos de conversação na internet, a participar de um estudo intitulado “*Contrapúblicos subalternos, redes sociais de apoio e conversações entre mulheres nas configurações contemporâneas da esfera pública*”. A pesquisa visa analisar a perspectiva das mulheres sobre a influência das redes sociais digitais e dos aplicativos de conversação online na construção de redes de apoio, na contribuição para a formação de opiniões e de tomada de decisões das mulheres sobre temáticas relacionadas aos direitos reprodutivos, como a maternidade, a contracepção e o direito ao aborto.

a) O objetivo desta pesquisa é estudar a percepção das mulheres que frequentam grupos fechados de redes sociais digitais sobre liberdades e direitos reprodutivos.

b) Caso você concorde em participar da pesquisa, será necessário responder a algumas perguntas de uma entrevista que poderá ser realizada pessoalmente ou em plataforma virtual e será gravada, com duração de aproximadamente uma hora e trinta minutos.

c) Nos casos de entrevistas pessoalmente, você deverá comparecer na sede do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, na Rua Bom Jesus, 650, em Curitiba, no Paraná. Nos casos de entrevistas realizadas por intermédio de plataforma virtual, você deverá acessar o link para a chamada de vídeo pelo seu computador ou smartphone.

d) É possível que você experimente algum desconforto, principalmente relacionado a perguntas realizadas.

e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser a criação não intencional de desconforto ou constrangimento mediante algumas perguntas o eventual vazamento de informações, seja por acesso não autorizado ou divulgação acidental das identidades das participantes. Para evitar constrangimentos, as participantes terão acesso às questões de partida das entrevistas antes de assinar o presente termo, e poderão se recusar a responder as perguntas que preferirem ou que as deixarem desconfortáveis. Além disso, poderão desistir em qualquer momento durante a entrevista, mesmo que já tenham assinado o TCLE. Para proteger as participantes e minimizar riscos de quebra de confidencialidade, as pesquisadoras se comprometem em ocultar nomes e detalhes das respostas que possam levar à identificação das participantes, arquivar as gravações de entrevistas e o TCLE em mídias offline, sem acesso à internet, para minimizar o risco de vazamento das informações e identidades.

f) Os benefícios esperados com essa pesquisa são a possibilidade de ampliar seu autoconhecimento sobre usos de redes sociais e apps de conversação online, num nível pessoal. **Os benefícios indiretos podem ser** a produção de conhecimento sobre conversações online em ambientes restritos da internet e a elaboração de um conjunto de dados que possibilitem o aprofundamento ou elaboração de políticas públicas voltadas à disseminação de informações sobre os direitos reprodutivos das mulheres.

g) As pesquisadoras Carla Candida Rizzotto e Luciane Leopoldo Belin, responsáveis por este estudo, poderão ser localizados no Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFPR, na Rua Bom Jesus, 650, no Juvevê, em Curitiba, e-mails carla_rizzotto@yahoo.com.br e lucianebelin@gmail.com, (41) 3313-2025, no horário das 14h às 18h, para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo. Em caso de emergência, você também pode me contatar (Luciane Leopoldo Belin), neste número, em qualquer horário: (41) 99908-8636.

h) O material obtido – áudios e vídeos das entrevistas – será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado ao término do estudo, dentro de 5 anos.

i) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, no caso, as duas pesquisadoras envolvidas. Contudo, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.

j) Você terá a garantia de que quando os dados/resultados obtidos com este estudo forem publicados, não aparecerá seu nome.

k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa, como a impressão deste termo, não são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação. Entretanto, caso seja necessário seu deslocamento até o local do estudo os pesquisadores asseguram o ressarcimento dos seus gastos com transporte (Item II.21, e item IV.3, sub-item g, Resol. 466/2012).

l) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

m) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo e-mail cometica.saude@ufpr.br e/ou telefone 41 -3360-7259, das 08:30h às 11:00h e das 14:00h às 16:00h. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde)

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e o objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo, voluntariamente, em participar deste estudo.

[_____, 01 de dezembro de 2022]

[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]

Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa: nº 4.899.723

APÊNDICE 5 – TRAJETÓRIAS DAS ENTREVISTADAS

Etapa 3 - Trajetórias	
Cod/Nome	Trajetória
A01 - Rita	<p>Rita tem entre 40 e 50 anos, se autodeclara branca, tem ensino superior e é mãe de três adolescentes. Trabalha como educadora e é formadora da Lei de Educação Sexual Integral, a ESI. Como professora, participa de grupos no WhatsApp onde troca com outras professoras informações, dicas e experiências sobre aplicação da ESI nas escolas. Participa também de grupos sobre outros temas, onde há discussão sobre direitos sexuais reprodutivos, e um grupo específico sobre aborto legal em uma região na Argentina. Acredita que esses temas estavam mais presentes no dia a dia dos grupos quando vinha sendo discutida a descriminalização, embora eventualmente sigam aparecendo. Rita não é uma defensora de espaços fechados. Acredita que é essencial que a informação sobre temas como os direitos reprodutivos circule de forma aberta, defende o poder transformador de conversar sobre aborto. É feminista, mas acredita num feminismo que vai além dos direitos das mulheres cisgênero, defende que a militância precisa, hoje entender todos os outros aspectos que atravessam as mulheres, como as dissidências de gênero e sexualidade, o transfeminismo, entre outros.</p>
A02 - Claudia	<p>Claudia tem entre 30 e 39 anos, se autodeclara como mestiça, é mãe de duas crianças e está cursando a pós-graduação. É psicóloga e fala de um ponto de vista de ativista feminista em sua vida pessoal e prática profissional. Atende em seu consultório mulheres, meninas e adolescentes com muitas dúvidas sobre temas relacionados a direitos sexuais reprodutivos, principalmente as jovens e adolescentes, que demonstram ainda bastante desconhecimento com relação ao acesso ao aborto legal. Pessoalmente, Claudia relata algumas trocas de experiências e buscas de informações principalmente sobre maternidade e criação dos filhos, destaca que esse processo de maternar pode ser bastante solitário e entende como rede de apoio espaços formados por amigas e familiares, já que não utiliza os grupos com esta finalidade.</p>
A03 - Micaela	<p>Micaela tem entre 40 e 49 anos, é branca, tem dois filhos e está cursando a pós graduação. É uma profissional da área de Comunicação que pesquisa questões de gênero e relata poucas interações buscando informações para si própria em espaços digitais. Seu principal grupo de WhatsApp é um grupo de amigas, onde é a única com uma perspectiva feminista e onde busca trazer essa perspectiva para as discussões cotidianas. Não tem o hábito de conhecer pessoas online, mas durante a pandemia se aproximou muito de outra mulher que estava num grupo online da pós-graduação que cursa, ainda que não se conheçam pessoalmente, compartilhando experiências e acolhimento em conversas sobre maternidade. Foi contrária ao aborto a maior parte da vida, mas depois da discussão da maré verde, passou a acreditar no direito ao aborto legal.</p>
A04 - Lucía	<p>Lucia tem entre 30 e 39 anos, é indígena, não tem filhos e está com uma pós-graduação em curso. É professora de ensino fundamental, estuda gênero e é militante feminista, peronista, vive em uma cidade pequena, onde desenvolve sua militância em espaços diversos. Participa de alguns grupos no Facebook e no WhatsApp, com pessoas que não conhece, mas também com amigas do mestrado e colegas de profissão. Tem uma experiência bastante cotidiana e rotineira de uso destes espaços, onde usa as redes sociais muito pouco para discutir direitos sexuais reprodutivos, mas onde acompanhou discussões alheias e conversas cotidianas sobre feminismo e sobre maternidade, que enxerga com perspectiva de gênero.</p>
A05 - Marcela	<p>Marcela nasceu na Espanha, mas é cidadã argentina e mora no país há muitos anos. Tem entre 30 e 39 anos é branca, tem pós-graduação e não tem filhos. Mora em uma casa com outras 8 mulheres e tenho o sonho de construir uma casa feminista. Neste espaço, convive com muitas mulheres e tem muitas amigas e muitos laços fora da internet, grupos de estudo e espaços acadêmicos e de militância. Usa pouco as redes sociais, quando começou a usar o Instagram teve contato com um perfil chamado Mulheres que não foram Capa, que fala</p>

	<p>sobre desconstrução sobre temas como beleza e corpos fora do padrão. Passou a integrar este grupo e contribuir para que a página busque maior alcance nas redes sociais, trabalhando com histórias que chegam de mulheres sobre momentos de autodescoberta. Teve algumas interações com o tema aborto, desde um atendimento próprio buscado por ela ao pensar que estava grávida, o que não se concretizou, até acompanhar amigas que buscavam ajuda para abortar antes e depois da aprovação da IVE.</p>
A06 - Chiara	<p>Chiara tem entre 50 e 59 anos, três filhos, é branca e tem ensino superior incompleto. É ativista pelos direitos sexuais e reprodutivos há mais de uma década, participa ativamente de um movimento articulado internacionalmente contra a violência obstétrica e pelo parto humanizado. Sua fala se organiza em torno dessa militância, que inevitavelmente se desenvolve muito atrelada à questão do aborto, uma vez que ambos os temas estão relacionados. Como ativista e também enquanto organização, contribuiu na luta pela descriminalização, mas também com a realização de alguns casos de interrupção, por meio do apoio, inclusive financeiro, a grupos como as Socorristas em Rede. Faz uma interlocução importante sobre os casos de abortos espontâneos que terminaram sendo penalizados na Argentina. Não fala muito sobre sua experiência pessoal para além do ativismo, não se descreve como uma pessoa muito conectada, em algum momento inclusive lamenta que usa pouco as redes para conectar com mulheres que são recebidas e auxiliadas pela organização onde atua.</p>
A07 - Noelia	<p>Noelia tem entre 50 e 59 e está cursando uma pós-graduação em estudos feministas. É branca, tem dois filhos/as/es, é professora aposentada e ministrou classes de ciências sociais durante boa parte da vida, trabalhando com crianças e adolescentes, principalmente com meninos de uma escola técnica. Chegou a ser a única mulher ou a única feminista em um corpo docente majoritariamente conservador, onde se tornou uma referência para estudantes que tinham dúvidas sobre sexualidade e não tinham a quem perguntar. É mãe de uma jovem portadora de deficiência, sobre cujos direitos reprodutivos também reflete ao longo da conversa.</p>
A08 - Mabel	<p>Mabel tem entre 30 e 39 anos, tem ensino superior incompleto e preferiu não declarar raça/cor. É mãe de um menino de quase 5 anos e tem uma atuação digital relacionada principalmente à maternidade. Depois de se sentir afastada das amigas que tinha antes de ser mãe, buscou espaços como os grupos de Facebook e WhatsApp para conectar-se com outras mães e formar o que ela chama de novas "tribos". Parte de uma perspectiva feminista, mas não se entende enquanto ativista.</p>
A09 - Viviana	<p>Viviana tem entre 30 e 39 anos, é branca, sem filhos e pós-graduada. Atua como professora, formadora de ESI e é militante feminista, trabalhando como voluntária no grupo Socorristas em Rede, que acompanha e facilita o acesso das mulheres argentinas ao direito ao aborto legal. Já fez um aborto e essa experiência contribuiu para que também quisesse ajudar outras mulheres que passavam pela mesma situação. Possui um profundo domínio e conhecimento sobre o tema, tanto do ponto de vista legal quanto de experiências vividas e compartilhadas. Sua atuação está principalmente no campo da vida fora da internet, mas também traz vivências importantes durante o período da pandemia.</p>
A10 - Silvia	<p>Silvia tem entre 30 e 39 anos, não tem filhos, nem planeja ter, e tem ensino superior. Atua profissionalmente na área do direito, onde percebe uma série de problemas relacionados a questões de gênero e onde tenta adotar uma postura feminista combativa. Tem uma rede de apoio formada principalmente por amigas de mais de uma década e por um grande grupo de amigas do trabalho. Apesar de feminista, tem uma série de críticas à maneira como alguns feminismos se articulam e se comunicam.</p>
A11 - Ofelia	<p>Ofelia tem entre 18 e 29 anos, é branca, tem ensino superior, não tem filhos nem planeja ser. Graduada em Psicologia, é militante pelos direitos humanos e feminista. Atua em movimentos sociais com populações vulneráveis desde muito cedo, quando ainda morava em uma cidade muito pequena. Há alguns anos, é ativista no grupo de Socorristas em Rede, onde acompanha e orienta mulheres que buscam acessar o direito ao aborto legal.</p>

B01 - Nísia	<p>Nísia tem entre 30 e 39 anos, é branca e tem ensino superior completo. Não é mãe, mas deseja ser. Tem uma trajetória de atuação em movimentos sociais, iniciada pelo movimento estudantil, e relata que sempre foi envolvida com questões sociais, entre elas os direitos das mulheres. Alguns anos atrás, uma amiga entrou em contato com ela dizendo estar grávida e estar disposta a interromper a gestação, perguntando se ela teria os contatos de alguma clínica clandestina.</p> <p>Ela então se sentiu impelida a buscar esses contatos e estar disponível para quando outras amigas também precisassem dessa mesma ajuda.</p> <p>Nesta época, passou a participar de um grupo fechado no Facebook sobre aborto, com venda de Misoprostol, e desde então acompanha com frequência as atividades do grupo - lendo, comentando e curtindo as publicações das demais participantes, e se oferecendo para fazer um acompanhamento afetivo quando as mulheres estão passando pelo procedimento sozinhas. Relata já ter acompanhado duas amigas a clínicas clandestinas de classe alta, mas nunca chegou a passar ela mesma pelo procedimento. Não tem o costume de publicar nos grupos, exceto comentários em posts alheios e mensagens diretas com mulheres que entram em contato com ela.</p>
B02 - Bertha	<p>Bertha tem entre 18 e 29 anos, um filho e é branca. Tem ensino superior completo, estudou enfermagem, embora hoje não pratique a profissão, o que faz com que ela tenha uma base relativamente mais consistente sobre questões de saúde e do corpo. Recentemente, descobriu uma gestação indesejada e decidiu que iria abortar. Por convite de uma amiga, ingressou em dois grupos de Facebook onde o Misoprostol é comercializado pelas administradoras. Acompanhou as discussões no grupo por um tempo, chegou a comprar e tomar os comprimidos, mas o procedimento não deu resultado. Ela acredita que não fez o processo da maneira adequada. Como ainda estava no início da gestação, preferiu esperar e, com o tempo, decidiu manter a gravidez e levar até o fim. No momento da entrevista, estava no último trimestre da gestação. Contou para a mãe e para o namorado da tentativa de aborto, foi acolhida, mas a irmã rompeu com ela quando soube que ela havia tentado realizar o aborto.</p>
B03 - Celina	<p>Celina tem entre 18 e 29 anos, é branca e tem ensino superior em curso. Não tem filhos, nem pretende ter, é muito ativa nas redes sociais desde muito jovem e relata que aprendeu sobre feminismo muito cedo na internet, participando de grupos como o que deu início ao movimento Ele Não, em 2019, no Facebook, em dois momentos, ressalta a importância desse grupo para seu autoentendimento enquanto "mulher que defende as causas das mulheres". A partir deste espaço, passou a integrar também grupos sobre outros temas, como feminismo antirracista e direitos sexuais e reprodutivos, especialmente grupos sobre aborto. Esse período coincide com o início de sua vida sexual e ela passou parte da vida sexualmente ativa utilizando métodos como camisinha e anticoncepcional, por isso sentia a necessidade de buscar contatos aos quais pudesse recorrer caso se encontrasse grávida e não quisesse dar continuidade. Chegou a escrever um relato em uma situação que pensou estar grávida, mas não chegou a postar e descobriu que não estava. Depois disso, mesclando diferentes fontes de informação - canais no YouTube, sites da internet e as discussões nos grupos -, passou a usar o DIU como método contraceptivo, mas decidiu continuar no grupo mesmo assim.</p>
B04 - Lélia	<p>Lélia é uma mulher preta que tem entre 40 e 49 anos, pós-graduada, que não tem filhos nem pretende ter. Vive com a família em uma cidade do interior de um estado conservador, predominantemente branco. Foi casada por uma década com um homem violento que a agredia e que deixou dívidas em seu nome e foi embora. Depois, se relacionou com outro homem e engravidou. Ao contar a ele da gestação, foi humilhada, tratada com desdém e desconfiança, e bloqueada por ele em todas as redes sociais. Mesmo assim, cogitou manter a gestação, mas decidiu pelo aborto quando percebeu que não teria apoio financeiro e emocional para manter a criança. Buscou, assim, um grupo do Facebook onde conseguiu comprar misoprostol e receber informações sobre o procedimento, além de algum acolhimento de outras mulheres em situações parecidas. Embora não se diga feminista, sua experiência fez com que ela percebesse como seu caso era parecido com os de outras mulheres e como os direitos das mulheres não são respeitados. Depois da maneira como foi acolhida pelas mulheres no grupo que facilitou o aborto, resolveu continuar no espaço,</p>

	deixar seu relato e acolher eventualmente as novas mulheres que entram no grupo. Apesar de ter sido bem recebida e acolhida, em algumas situações se sentiu julgada e questionada por outras mulheres no espaço.
B05 - Mietta	Mietta tem entre 30 e 39 anos, branca, sem filhos e não pretende ter. Vive em uma capital e tem bastante trânsito entre grupos de mulheres sobre temas diversos, sendo pelo menos um deles sobre ginecologia natural, do qual participou no passado, e outro de colegas de profissão espalhadas por todo o Brasil. Ela começou a participar de alguns deles enquanto buscava conhecer as experiências de outras mulheres com o coletor menstrual, num primeiro momento. É ativista feminista, pela preservação do meio ambiente e se define como uma pessoa de esquerda. Se considera feminista interseccional e aponta críticas ao feminismo radical, embora sua irmã seja feminista radical e embora ela mesma veja algumas questões positivas. Critica ativamente o feminismo liberal. Na empresa em que trabalha, integra um comitê de igualdade de gênero e faz interferências no sentido de tentar conscientizar as mulheres da dimensão coletiva ao promover as discussões.
B06 - Sueli	Sueli tem entre 18 e 29 anos, é mãe e um filho e tem ensino superior incompleto. É uma mulher jovem que se descobriu grávida enquanto estava desempregada e, ainda que tivesse o apoio do companheiro, ficou desesperada e decidiu abortar, mesmo que isso custasse sua vida. Encontrou nos grupos do Facebook o acesso à pílula e à informação, o que a tranquilizou, pois até então acreditava que o aborto certamente tiraria sua vida. Descreve que realizou o procedimento com certa tranquilidade. Sua experiência em consultórios médicos fez com que entendesse o sistema de saúde como limitador dos direitos das mulheres e entende os grupos que facilitaram seu procedimento como espaços de acolhimento. Neles, aprendeu sobre métodos contraceptivos e sobre como obter o DIU pelo hospital público, optou por este método, mas, mesmo com o DIU, engravidou novamente. Decidiu manter essa segunda gestação, pois neste período já havia conseguido um trabalho e adquirido uma casa, então já se sentia mais confortável financeiramente. Mesmo depois da nova gestação, segue participando dos grupos sobre aborto pois acha importante compartilhar sua experiência, como forma de retribuição, já que foi tão acolhida enquanto passava pela mesma situação. Não se diz ativista, mas admite que o compartilhamento de experiências que faz tem impacto ao tranquilizar outras mulheres que passam pelo mesmo. Hoje, participa de grupos de mães e enxerga ali mais julgamentos e conflitos sobre criação do que encontrava no outro grupo.
B07 - Iraci	Iraci tem entre 30 e 39 anos, é branca, pós-graduada e tem dois filhos. Teve uma gravidez de risco e o bebê foi a óbito logo após o parto. Ainda durante a gestação, buscou grupos no Facebook sobre gravidez de risco e, depois da perda, sobre contraceptivos e um grupo sobre perda neonatal. Usuária ativa, em pelo menos dois grupos foi convidada pelas administradoras a se tornar moderadora. Em um destes grupos, teve contato com o relato de uma mulher que teve trombose logo após o parto e, a partir da sintomatologia descrita neste relato, percebeu que ela também poderia estar com trombose, o que de fato aconteceu. Iraci passou 30 dias internada em um hospital tratando a trombose e teve uma série de sintomas e sequelas decorrentes desse episódio, que não havia sido identificado pelos médicos após a cesárea. Iraci se declara como feminista, acredita que participar dos grupos possibilitou que tivesse uma visão de realidades que até então ela desconhecia. Ao mesmo tempo, diz que é contra o aborto, mas favorável à descriminalização, porque acredita que a decisão deve ser da mulher, sem que esta seja penalizada pela escolha.
B08 - Carmen	Carmen tem entre 30 e 39 anos, é branca, pós-graduada e mãe de duas meninas. Passou por uma perda gestacional e por um processo de fertilização in vitro que resultou em uma gestação de gêmeas, durante a qual passou por uma série de desafios e precisou buscar sozinha informações para lidar com esses desafios, apesar de possuir a companhia do marido e de uma equipe médica que supostamente era eficiente. Participou primeiro de um grupo no Facebook sobre fertilização in vitro, depois de um grupo voltado a mulheres que engravidaram por FIV, onde acompanhou as histórias de algumas mulheres e onde compartilhou também suas experiências. Neste segundo grupo, tornou-se referência das outras mulheres com o passo a passo para superar a restrição de crescimento das gêmeas. Relata um processo em que precisou ser autodidata primeiro para obter acesso a alguns

	<p>recursos que clínicas mais conservadoras evitavam durante a FIV, depois para garantir que as filhas nascessem saudáveis. Descreve a importância do suporte emocional e informacional dos grupos de mulheres, mas pondera que esses espaços também contribuem para sobrecarregar e responsabilizar a mulher por toda a busca de informações e contatos durante a gestação e criação.</p>
B09 - Patrícia	<p>Patrícia tem entre 30 e 39 anos, é branca, não é mãe nem pretende ter filhos, é pós-graduada e atua na área do Direito. É uma mulher cis LGBTQIA+ que trabalha como advogada e participa de uma comissão relacionada aos direitos das mulheres em sua cidade. É ativista pelos direitos das mulheres e se entende feminista e militante pela causa trans. Nunca participou de grupos específicos de direitos sexuais e reprodutivos, mas esteve em grupos de WhatsApp voltados a discutir sexualidade e violência contra a mulher. É muito envolvida e informada sobre temas relacionados a educação sexual, prevenção à violência e relacionamentos abusivos e é uma mulher que se posiciona como alguém com quem as outras mulheres podem contar, embora descreva que sua própria rede de apoio é restrita a outras mulheres, feministas, e que raramente busca ajuda de pessoas para além de uma equipe terapêutica.</p>
B10 - Carlota	<p>Carlota tem entre 40 e 49 anos, é parda e é tem três filhos. Tem ensino superior completo e é uma usuária ativa de várias redes sociais, além de participar de grupos diversos no WhatsApp e Facebook. É casada, tem filhos e é a mulher mais velha de um grupo que reúne quase 100 participantes, no WhatsApp, onde ela se percebe como "a mãe do grupo". Se entende como feminista, mas diz que ainda passa por um processo de desconstrução. É favorável à descriminalização do aborto e à autonomia da mulher sobre o corpo e à diversidade. Entende os grupos como um espaço de trocas e acolhimento com outras mulheres, como uma espécie de substituto à lacuna de acolhimento da família dela e de algumas das mulheres com quem compartilha no grupo de WhatsApp. Participando de um grupo de Facebook, mudou sua opção de método contraceptivo e terminou engravidando logo em seguida, manteve a criança.</p>
B11 - Rose	<p>Rose tem entre 30 e 39 anos, é branca, não é mãe nem pretende ser, e tem pós-graduação. É uma mulher muito ativa nas redes sociais, que participava inicialmente de vários grupos de Facebook, com temáticas diversas, mas onde ela se envolvia principalmente nas discussões sobre rechaçar a ideia de maternidade. Relata que sofre muito julgamento na vida pessoal e profissional por ser uma mulher que trabalha com crianças, mas que não quer ter filhos. Tem muitas amigas, tem uma boa relação com a família e usava os grupos como forma de trocar experiências e buscar informações e relatos sobre o tema do não desejo da maternidade e sobre métodos contraceptivos. Decidiu usar o DIU após pesquisar na internet e ler as experiências de mulheres no grupo. Tem muitas amigas que conheceu nestes espaços e que considera próximas, ainda que nunca as tenha encontrado pessoalmente. No Facebook, após o relato de uma mulher no grupo, percebeu que a história da outra mulher guardava similaridades com uma situação de abuso vivida por ela e decidiu que iria compartilhar sua história. Este foi o gatilho para começar a trabalhar o tema na terapia e hoje se sente mais segura, já não se culpa mais pela situação.</p>
B12 - Laudelina	<p>Laudelina é uma mulher preta que tem entre 30 e 39 anos, um filho e ensino superior incompleto. Acompanha principalmente perfis no Instagram, mas relata também participar de grupos de WhatsApp, entre eles, um grupo das mães da escola do filho, onde se sente bastante deslocada, atribuindo isso ao fato de se tratar de uma escola de classe média-alta e ela pertence a um grupo economicamente desfavorecido. Outro grupo somente de mulheres do qual já participou é um espaço no WhatsApp voltado a mulheres brasileiras que moram na Irlanda, onde ela passou um período trabalhando e estudando. Laudelina conta já ter realizado um aborto, num período em que não se sentia preparada para ter filhos. Hoje, se sente dependente do marido por estar desempregada e disse que faria novamente se engravidasse. Depois do aborto, buscou relatos de experiência sobre uso de DIU no Facebook para contribuir com sua decisão sobre qual tipo inserir.</p>
B13 - Rebeca	<p>Rebeca é branca, pós-graduada e tem entre 30 e 39 anos. Não tem filhos nem pretende ser mãe, é uma mulher jovem sexualmente ativa, que se casou e separou muito cedo, e que,</p>

	<p>após separar, teve muitos parceiros sexuais, sem proteção, de forma que contraiu uma série de ISTs. Começou a participar de grupos no Facebook por causa do trabalho, mas depois de mudar de trabalho decidiu continuar, pois considerava os temas interessantes. Nestes espaços, acompanhava as discussões eventualmente deixava seu relato, especialmente sobre temas relacionados a sexualidade, comentando em posts compartilhando sua experiência. Em algumas situações, outras participantes do grupo buscavam seu contato para tirar dúvidas e ouvir sua experiência com as ISTs. Eventualmente, apagou os posts para evitar que viralizassem, depois se arrependeu. É feminista, favorável à descriminalização do aborto, e ativista pelos direitos das mulheres.</p>
B14 - Juliana	<p>Juliana tem entre 30 e 39 anos, é branca e não tem filhos nem pretende ser mãe. Tem pós-graduação e é uma mulher feminista e usuária ativa de grupos de Facebook, principalmente sobre sexualidade e contracepção. Circulando sobre estes espaços, aprendeu rotinas de higiene pessoal, teve trocas de experiência sobre métodos contraceptivos e relacionamentos. Também conheceu muitas pessoas e desenvolveu laços, inclusive fora da internet, a partir de pessoas que conheceu nos grupos dos quais participa. Relata que os grupos foram especialmente valiosos durante a pandemia de Covid-19.</p>